

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA
DOUTORADO EM ANTROPOLOGIA**

EUZALINA DA SILVA FERRÃO

**VAQUEIROS, COMPADRES, CRIADORES DE GADO E TRANSFORMAÇÕES NOS
CAMPOS DO MARAJÓ.**

Relações sociais em mudança

**BELÉM-PARÁ
2016**

EUZALINA DA SILVA FERRÃO

**VAQUEIROS, COMPADRES, CRIADORES DE GADO E TRANSFORMAÇÕES NOS
CAMPOS DO MARAJÓ.**
Relações sociais em mudança

Tese apresentada ao Programa de Sociologia e Antropologia (PPGSA), com concentração em Antropologia, junto ao Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, como pré-requisito para obtenção do grau de doutor em Antropologia, sob a orientação do professor Dr. Raymundo Heraldo Maués e coorientação da professora Dra. Maria Angélica Motta-Maués.

BELÉM-PARÁ
2016

**VAQUEIROS, COMPADRES, CRIADORES DE GADO E TRANSFORMAÇÕES NOS
CAMPOS DO MARAJÓ**

Relações sociais em mudança

Tese apresentada ao Programa de Sociologia e Antropologia (PPGSA), com concentração em Antropologia, junto ao Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, como pré-requisito para obtenção do grau de doutor em Antropologia, sob a orientação do professor Dr. Raymundo Heraldo Maués e coorientação da professora Dra. Maria Angélica Motta- Maués.

Data de aprovação: 18/05/2016

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Raymundo Heraldo Maués
Orientador– Universidade Federal do Pará

Profa. Dra. Maria Angélica Motta-Maués
Coorientadora– Universidade Federal do Pará

Profa. Dra. Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães
Examinadora Interna –Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Samuel Maria Amorin Sá
Examinador Interno– Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra
Examinador Externo – Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. José Sérgio Leite Lopes –
Examinador Externo– Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Denise Machado Cardoso
Suplente Interna– Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Aldrin Moura Figueiredo
Suplente Externo – Universidade Federal do Pará

Agradecimento

Quando se termina uma fase é preciso agradecer, seja pela vida que podemos desfrutar ou pela realização de um sonho; aos amigos – dentre estes Marilsa Pontes, Armando Soares, Juliana Soares, Madalena Rodrigues, Jairo Vanzeler, Consuelo Freitas, Lúcia Gama –, que souberam ter paciência e compreensão por não nos ter por perto nas imensas ausências, nos tornando chatos às vezes por sempre dizermos não aos convites; à família muito mais, esta sempre nos cobrando a presença nas reuniões, nos finais de semanas, aos quais quase nunca aparecemos, por mais que ela compreenda, no entanto a nossa ausência é demasiada. O importante é que havia algo por trás de toda esta ausência, a realização de um sonho, um sonho sonhado e vivido mesmo na ausência para uns, mas na presença insistente para outros. Dentro deste parâmetro que não sabemos mensurar é que chegamos ao fim de mais uma etapa e por isso tecemos os agradecimentos. Sim são muitos, mas bem específicos, com sabor de emoção plena.

Agradeço a minha família – meu pai Francisco *in memoriam*, minha mãe Vitória, minhas irmãs Francisca, Ruth, Jacira e Clara e minha filha Jennifer Brown – pela compreensão, mesmo difícil mais sincera de me dar coragem e apoio à sua maneira, acreditando juntamente comigo que era possível realizar este sonho. Somente a nossa união foi capaz de aos poucos superar os obstáculos que atravessamos ao longo destes cinco anos de meus estudos no doutorado. Alguns momentos dilaceradores mas superados por juntarmos todas as nossas fibras e fazermos um tecido denso, grosso, impermeável, não deixando romper as nossas certezas de que somente assim seríamos capazes de continuar a caminhada e realizar este sonho tão sonhado.

Agradeço aos amigos, alguns juntos outros mais afastados – no sentido da distância –, porém na torcida, na esperança de que eu chegaria a esse momento de conclusão da tese e defesa. A demora chegava até perturbar, às vezes sofrendo junto comigo por não ver o término. Alguns vieram, viveram momentos de estudos, terminaram e foram embora cuidar da sua vida. Eu na luta, mas a força que eles passavam fazia a minha caminhada se tornar mais suave. Alguns destes amigos eu preciso separar e nomear, pela grande importância que tiveram e têm na construção desta tese.

Agradeço imensamente ao apoio da minha querida amiga Soraia Melissa Failache Soares, que foi incondicional, me ajudando com informações, notícias, escutando os meus desabaços de cansaço. Sua ajuda foi fundamental para que eu não me sentisse perdida. Neste

mesmo sentido, agradeço a minha querida amiga Elizabeth Rayol, por ler meus textos com tanto afeto, alegrando-se com as minhas descobertas, coisas que fazemos desde os períodos de graduação. As nossas trajetórias acadêmicas sempre foram de trocas e apoio, tecido e compartilhado. Mesmo nos momentos de dificuldades as nossas gargalhadas e congratulação superam qualquer dificuldade.

Agradeço ao grande amigo Marco Antônio Barros, pela profunda e sincera leitura crítica de meus textos e pela ajuda imensurável na confecção dos desenhos sobre a Ilha do Marajó, pensando e conversando sobre a estrutura da tese, com curiosidade e atenção aos meus questionamentos e também me questionando. Sua contribuição, com perguntas sobre os textos, me tirou da solidão vivida no momento da escrita final.

Agradeço a minha amiga Maria José de Souza Barbosa, por ter contribuído com indicação de leitura, cessão de livros, leitura conjunta para entendimento de obras. Sua disposição em me ajudar foi fundamental para a compreensão de assuntos difíceis para mim.

Agradeço imensamente a nossa equipe do Seminário Angel: Rosaly Brito, Alexandre Azevedo, Socorro Amoras, Andrey Faro, Sônia Albuquerque, Leila Leite, Sandra Palheta, Lucélia Ferreira, Jennifer Sales, Avelina Castro, Carla Figueiredo, Raída Trindade. A vivência com vocês foi de momentos de imensa troca de conhecimento. Tenho muito a agradecer pelas nossas reuniões afetuosas, festivas, calorosas. Foi uma experiência para ser guardada na caixinha de melhores recordações e deixar bem trancada dentro do coração.

Agradeço aos meus colegas de curso de doutorado em Antropologia: Aderly Góes Tavares, Agnaldo Aires Rabelo, André Luis Martins Silva, Bruno Guilherme dos Santos Borba, João Simões Cardoso Filho, Rosa Lucia Lima da Silva Coreia, Maria Regina Ribeiro Reis, Lilian Silva Sales, Rosiane Ferreira Martins, Rui Jorge Moraes Martins Junior, e aos colegas em Sociologia, Ana Claudeise Silva do Nascimento, Edson José Antunes Correa, Edson Paiva Soares Neto, Flávia Luciana Guimarães Marçal, Ivanete Modesto do Amaral, José Elíadas Cunha Barbosa, Klelton Mamed de Farias, Raíssa Moreira Lima Mendes, Sandra Regina Smith Neves, Waldileia Rendeiro da Silva Amaral e Vanusa Carla Pereira San

Agradeço aos professores: Kátia Marly Mendonça, Paulo Coroa, Alex Fiúza de Melo, Daniel Trindade, Carmen Isabel, Rodrigo Peixoto pelos conteúdos transmitidos, que foram fundamentais para a construção e compreensão mais eficaz do pensamento científico.

Agradeço ao professor Romero Ximenes pela sua imensa contribuição na avaliação da qualificação. Suas recomendações foram pertinentes e importantíssimas para olhar meu campo de pesquisa.

Agradeço imensamente à professora Sônia Magalhães pelas suas contribuições e avaliação na banca de qualificação que aguçaram meu prazer pela busca de informação para realização desta tese. Quero agradecer mais uma vez por participar da minha banca de defesa.

Ao professor Samuel Sá é muito que tenho a agradecer pelas diversas ajudas com seus comentários e pelas leituras dos meus escritos em toda a minha vida acadêmica. Você sempre lendo meus textos e dando sua grande contribuição com indicação de leituras, troca de ideias, apresentando uma publicação nova. A sua participação na minha banca de tese só me faz ser imensamente grata.

Aos professores Gutemberg Armando Diniz Guerra, José Sérgio Leite Lopes meus agradecimentos por aceitar a participação na banca de defesa da tese e quero expressar minha admiração e apreço pelas contribuições que ambos têm dado à academia brasileira.

Quero expressar meus agradecimentos à Diana Antonaz (*in memoriam*) por tudo que me ensinou e fez por mim como sua aluna, sonhando juntamente comigo uma caminhada acadêmica, incentivando-me todas as vezes que quis abandonar os estudos e construindo em mim uma certeza de que era possível ir mais adiante e escrever a minha história a partir do lugar de onde que estava falando para traduzir aos outros uma compreensão do mundo. A ti, Diana, algumas linhas de agradecimento, nesta tese, serão poucas diante dos elementos de transformações que me apresentaste e que aos poucos tenho ressignificado para produzir na ciência. Como sempre nos ensinaste, revelamos aquilo que escolhemos, para entender que o mundo é de escolhas, portanto é desta escolha acadêmica fomentada com teus ensinamentos que espero seguir minha caminhada acadêmica.

Agradeço imensamente à professora Maria Angélica Motta-Maués, co-orientadora, por tudo que fez por mim depois da ausência física da Diana Antonaz, quando fiquei sem orientadora. Quero mencionar a enorme importância na construção desta tese, porque não foi só professora, mas sim: amiga, companheira de conhecimento, muitas vezes uma força por estar atenta nas dificuldades, colo para o momento da dor, do desânimo. Sem dúvida, ter finalizado esta tese na sua companhia foi uma das melhores acolhidas que tive. A minha gratidão é imensa.

Agradeço ao meu orientador Raymundo Heraldo Maués por ter me recebido no meio do caminho e possibilitado o apoio necessário para que solucionasse os possíveis problemas no decorrer do curso, sendo de fundamental importância para que pudesse construir a tese. Suas orientações me deram liberdade na composição da escrita e me permitiram realizar um texto a partir das minhas impressões.

Agradeço aos meus interlocutores da Ilha de Marajó: Quincas, João, Carlos, Raimundo, Mateus, Marcos, Nolar, Canindé e demais que contribuíram para a apresentação da vida na Ilha de Marajó. A disposição de vocês foi exemplar para compor uma compreensão dos criadores de gados no rio Atué, em Muaná.

Finalmente agradeço à Rosângela e ao Paulo Pinto – meu conterrâneo –, funcionários da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), pela imensa ajuda que sempre me deram todas as vezes que necessitei do PPGSA, que não foram poucas. Quero depositar aqui minha imensa gratidão.

Ao meu irmão, Armando da Silva Ferrão (*in memoriam*), pelo imenso amor que depositou à vida do campo, da pecuária, do Marajó, sendo um criador/vaqueiro. Conhecia cada animal pelos sons emitidos e, ao mesmo tempo, tendo a resposta do animal ao seu chamado, pelo nome que foi atribuído por ele.

RESUMO

FERRÃO, Euzalina da Silva. **VAQUEIROS, COMPADRES, CRIADORES DE GADO E TRANSFORMAÇÕES NOS CAMPOS DO MARAJÓ.** Relações sociais em mudança. Belém, 2016. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, 2016.

Esta tese tem por objetivo analisar o modo de vida de vaqueiros, compadres, criadores de gado e transformações nos campos do Marajó, a partir das relações sociais em mudança, principalmente no trabalho. O foco da pesquisa concentra-se na população localizada na área do rio Atuí, entre o rio Anabiju e São Miguel, no município de Muaná, parte que compreende a microrregião dos campos da Ilha de Marajó. Abordei esses fenômenos e eventos na longa duração de uma história particular de formação da sociedade marajoara, cuja atividade de criação de gado constituiu a economia local desde os primeiros momentos no século XVII. Analisei processos de organização dos grupos sociais envolvidos para dar conta das mutações imanentes ao movimento de permanência e mudanças na composição dos grupos que manejam as atividades de vaqueiro, com suas relações de compadrio, uma particularidade constituída na dinâmica de um modo de vida. As linguagens, hábitos e costumes estão associados a um contexto físico-social em transfiguração devido à introdução de novos instrumentos de trabalho e comunicação inerentes à sociedade do presente, portanto associadas a elementos como a certificação do gado e a demarcação da terra e do seguro-defeso.

Palavras-chaves: Vaqueiros, Compadres, Marajó, transformações, trabalho, relações sociais

RÉSUMÉ

FERRÃO, Euzalina da Silva. **COWBOYS, COMPADRES, ÉLEVEURS ET TRANSFORMATION DANS LES DOMAINES DU MARAJÓ.** Relations sociale et changement. Belém, 2016. Thèse (Doctorat en anthropologie) –Université Fédérale du Pará 2016

Cette thèse vise à analyser le mode de vie des *cow-boys*, *compadres*, éleveurs de bétail et les changements dans les domaines du Marajó, centrée sur l'examen des relations sociales et du changement, en particulier au travail. L'objectif de la recherche se concentre sur la population située dans la zone des travaux de la rivière, entre la rivière Anabiju et São Miguel, dans la municipalité de Muaná comprenant les micro-champs de l'île de Marajó. J'ai discuté ces phénomènes et événements à long terme d'une histoire particulière de la formation de la société Marajoara dont l'activité a été le vagea constituée dès les premiers instants, l'économie locale. J'ai analysé le processus d'organisation des groupes sociaux concernés pour tenir compte des changements simultanés à la liberté de mouvement et des changements dans la composition des groupes qui ont les activités de *cow-boy*, avec ses relations de copinage, une caractéristique particulière consiste à la dynamique d'un mode de vie. Les langues, les coutumes et les habitudes sont associées à un contexte physique et social dans la transfiguration est mise en place en raison de l'introduction de nouveaux outils de travail et de communication inhérents à cette société, par conséquent, associée à des éléments tels que la certification du bétail et de la démarcation de la terre et de l'assurance-défense.

Mots-clés: Cowboys, Compadres, Marajó, transformations, travail, relations sociales

ABSTRACT

FERRÃO, Euzalina da Silva. **COWBOYS, GOODPARENTHOOD AND CATTLEHERDERS: CHANGES IN THE GRAZING AREA CALLED “CAMPO”, IN THE MARAJÓ ISLAND, PARÁ, BRAZIL.** Thesis (Doctorate in Anthropology) - Federal University of Pará, 2016.

This thesis aims to analyse the way of life of cowboys, cattleherders and godparents in an area within Marajó Island with focus in the change of social relations of dwellers in the setting of the Atua River, between Anabijú and São Miguel Rivers at the Muaná county. The chosen phenomena are seen in a long range perception about formative links of Marajó Island society as cattleherders from its beginnings of economic endeavors, also their proceedings to build social groups in order to understand changing and unchanging features of cowboys, cattleherders and goodparent's activities as main traits of their way of life. Communication means, mores and uses go together with a social context that reacts to the introduction of new tools and mass media from the realm of modern social life such as cattle certification, land demarcation, and a public environmental enforcement for the interval of time when fishing is not permitted.

Keywords: Cowboys, Goodparenthood, Marajó, transformations, work, social relations

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 01 – Campos do Marajó	57
Foto 02 – Caiçara	70
Foto 03 – Vaqueiro montado a búfalo	118
Foto 04 – O uso do paneiro de cangalha	119
Foto 05 – Búfalos transportando cargas	119
Foto 06 – Cocho d'água	121
Foto 07 – Pote de barro para água	122
Foto 08 – Lamparinas	123
Foto 09 – Panelas da Conci	124
Foto 10 – Panelas da Neca	124
Foto 11 – Sela e basqueta	125
Foto 12 – Galinheiro e os perus	126
Foto 13 – Galinheiro nos campos	127
Foto 14 – Chiqueiro de porcos	128
Foto 15 – Horta caseira	128
Foto 16 – Antenas Parabólicas	129
Foto 17 – Crianças e o rabudo para ir à escola	130
Foto 18 – Rabudo usado na pesca	131
Foto 19 – Rabudo usado no lazer	131
Foto 20 – A menina e o búfalo	145
Foto 21 – Código de marcação dos animais	169
Foto 22 – Búfalos no campo de Cachoeira do Arar	195
Foto 23 – Búfalo nos campos de Muaná	196
Foto 24 – Seca no Lago Arari	204
Foto 25 – Embarcação geleira	205
Foto 26 – Casco (canoa) denominado rabudo	212
Foto 27 – fila para cadastramento do seguro-defeso	213
Foto 28 – Animal morto às margens do rio Arari	217
Figura 01 – Localização da Ilha de Marajó	43
Figura 02 – Demarcação de terra no período colonial	48
Figura 03 – Área de concentração dos diferentes tipos de terra no rio Atua entre os rios	

Anabiju e São Miguel_____	105
Figura 04 – Cópia do desenho do curral feito por Guimarães no meu caderno de campo __	109
Figura 05 – Ficha de vacinação e classificação dos animais (bovino e bubalino) _____	110
Figura 06 – Mesorregião do Marajó, Estado do Pará_____	146
Quadro 01 – Propriedades da área e suas denominações_____	103
Quadro 02 – Classificação de trabalhadores na relação com a terra e a atividade produtiva_____` _____	143

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
PARTE I - COSMO PLANEJADO E FORMAÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL FIGURADO POR VAQUEIROS, COMPADRES E CRIADORES DE GADO NOS CAMPOS DO MARAJÓ	38
I.1 “COSMO” IDEALIZADO, PLANEJADO E OCUPADO	39
I.2 OCUPAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL NO MARAJÓ	42
I.2.1 Fazendas religiosas: “fórmulas necessárias” engendrando produção & dádiva	49
I.3 MAUSS NO MARAJÓ: DÁDIVAS NA COMPREENSÃO DO COMPADRIO	53
I.3.1 Prestações e contraprestações simbólicas no espaço social do Marajó	54
I.4 VAQUEIROS, COMPADRES E TRANSFORMAÇÕES	59
I.5 TRÊS VAQUEIROS NA PECUÁRIA DO MARAJÓ: lei recente e prática renitente	65
I.5.1 Modos de ser na lida do gado	66
I.5.1.1 Vaqueiros e vidas cruzadas na lida com gado no Marajó	67
I.5.1.1.1 Inglês: modo de vida na pecuária	68
I.5.1.1.2 Inglês e suas atividades na lida com o gado	70
I.5.1.1.3 Bruno: modos de ser na lida do gado	71
I.5.1.1.4 Bruno e sua visão sobre as atividades de vaqueiro	73
I.5.1.1.5 Dalcídio: modo de ser e fazer nas fazendas marajoaras	74
I.5.1.1.6 Os afazeres de Dalcídio na lida com o gado	76
I.6 AMBIENTE DOS CAMPOS FORJANDO VAQUEIROS ENTRE PRESENTE E PASSADO MARAJOARA	80
I.6.1 Compadrio no Marajó	86
I.7 RELAÇÃO COM O DONO DA FAZENDA, RETIRO, RANCHO	88
I.7.1 Compadres na relação de patrão-cliente na criação de gado	95
I.7.1.1 Três fazendas no Município de Muaná	96
I.7.1.1.1 Fazenda Alagadinha	96
I.7.1.1.2 Fazenda Lamaçal	99
I.7.1.1.3 Fazenda Ribeirinha	101
I.8 “NOVO CRIADOR” DE GADO: tecnologia e aprendizado	107
I.8.1 Organização do espaço de criação de gado	108
I.8.2 Orientação de registro de vacinação	110
II PARTE - EXPERIÊNCIA CULTURAL NO MARAJÓ ENTRE PERMANÊNCIA E TRANSFORMAÇÕES	113
II.1 PENSANDO O COTIDIANO DO PONTO DE VISTA ETNOGRÁFICO	114
II.1.1 “Ô DE CASA”: particularidade do rural e transformação de hábitos	116
II.1.2 Cenários que permanecem e outros que se modificam	126
II.2 NO UNIVERSO MARAJOARA “TODOS SÃO PARENTES”	133
II.2.1 Minha família na sociedade marajoara: herança e organização da propriedade	134
II.2.2 A caminho da escola: sair para voltar	137
II.2.3 “A gênese cultural marajoara” minha família e a pecuária	140
II.2.4 Afazeres em fazendas, sítios e retiros: do verão ao inverno marajoara	141
II.2.5 FACES DA MESMA MOEDA: agentes sociais nos campos do Marajó	150
II.2.5.1 O festeiro: dono de uma pequena propriedade	150
II.2.5.2 Sandra “uma mulher-macho” proprietária do Terreno Ventania	152
II.2.5.3 Romero: o plantador de café e laranja	153
II.2.5.4 Seu Rosmundo: criador de carneiro	155
II.2.5.5 Emiliano, Dançador: o feitor, as crianças e os meninos	156

II.2.5.6 Vê Zé: o acompanhante	159
II.3 ESBOÇO DA VIDA NO CAMPO DO MARAJÓ: UMA COMPREENSÃO	161
II.3.1 Meu imaginário do passado no Marajó	165
II.4 COTIDIANO EM TRANSFORMAÇÃO: trabalho e fazenda no espaço social marajoara	171
II.4.1 O campo não está totalmente modificado	171
III PARTE - TRANSFORMAÇÕES E NOVAS CONFIGURAÇÕES NO ESPAÇO SOCIAL DOS CAMPOS NATURAIS DO MARAJÓ	174
III.1. REDEMOCRATIZAÇÃO E AVANÇO NOS CAMPOS MARAJOARAS	175
III.2 GRANDES FAZENDAS, PARTILHA E NOVA FIGURAÇÃO DA TERRA NOS CAMPOS MARAJOARAS	179
III.2.1 A partilha das fazendas por herança	181
III.2.2 “A modernização das grandes fazendas do Marajó”	184
III.2.3 Conflitos de partilha nas terras no rio Atuaá	186
III.2.4 Vacinação do gado: exigência da vigilância sanitária	188
III.2.5 Título de propriedade e a garantia da terra de produção	189
III.2.6 Terra de Quilombo e terra da União	190
III.3 INSERÇÃO DO BÚFALO NOS CAMPOS NATURAIS MARAJOARAS: FIGURANDO O ESPAÇO SOCIAL	194
III.3.1 Búfalo e extrativismo	200
III.4 PESCA ARTESANAL NA BACIA AMAZÔNICA: o trabalho nos campos da ilha de Marajó	203
III.4.1 Seguro-defeso ao pescador artesanal nos campos naturais da Ilha do Marajó	207
III.4.2 Movimentação nos dias do recadastramento para o seguro-defeso	210
III. 5 VAQUEIRO QUER SER PESCADOR	216
ESPAÇO SOCIAL ENTRE PERMANÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO	
Considerações Finais	221
REFERÊNCIAS	227

INTRODUÇÃO

A RAZÃO HEURÍSTICA DO TEMA: MARAJÓ À SOMBRA DE BELÉM

Mas Alfredo acorda com aquela cidade cheia de torres, chaminés, palácios, circos, rodas giratórias que lhe enchem o sonho e o carocinho. De olhos abertos para o telhado, pensa na sua ida para Belém. Seu grande sonho é ir para Belém, estudar (JURANDIR, 1997, p. 86).

O personagem Alfredo, de Dalcídio Jurandir, mostra o desejo de concretizar o ritual da migração para estudar e/ou trabalhar, como as pessoas costumam falar; saindo da Ilha de Marajó para a capital do Estado. Belém é muito frequente no imaginário dos jovens marajoaras, principalmente para aqueles que anseiam a continuidade dos estudos e acesso a uma atividade mais bem remunerada. Minha vida passou por essa mesma expectativa e realidade. Quando terminei o nível fundamental de ensino, migrei para a capital. Desejosa de estudar em Belém, como o personagem de Dalcídio retratado no romance “Chove nos Campos de Cachoeira”, mudei para a capital na década de 1980, seguindo o caminho vivenciado por muitos marajoaras.

Nesse sentido, tenho impressão de que o marajoara vive à “sombra” da capital do Estado, projetada, por assim dizer, na área dos campos naturais da ilha, e mesmo aquele que não migra tem presente no seu imaginário a realidade de Belém. Primeiro, porque alguém familiar mora na capital, podendo ser um membro de sua família consanguínea ou parente por afinidade, por compadrio, relações entendidas pela lógica de dádivas e dons, entre padrinho/patrão, madrinha/patroa sob um sistema de compadrio gerado por trocas simbólicas como forma de retribuição em um convívio hierarquizado na relação com os fazendeiros, um resquício que remonta às tradições originadas nos tempos coloniais, mas que foram ressignificadas na complexidade de um sistema outorgado por relação de confiança e fidelidade. O compadrio proporciona uma cordialidade despótica de obediência e dedicação na peculiaridade da sociedade marajoara, revelando a proximidade, mesmo distante, do marajoara em relação à cidade de Belém. Segundo, porque muitos estão ligados aos padrões que vivem na capital, então, por isso, há uma ligação constante (MAUSS, 2003).

Destarte, passei a compreender que Belém também está impregnada da vida marajoara. Há uma história da sociedade belenense carregada de representação da opulência, riqueza, grandeza econômica do passado marajoara, mas também da miséria da população, que vem para a capital em busca de novas oportunidades, diferentemente daquelas impostas pela Ilha. Procurei entender o que isso significa, ou mesmo significou

para o proprietário das fazendas e ao mesmo tempo ao morador, ao trabalhador da Ilha de Marajó.

Com a sombra de Belém, ou seguindo-a, cumpri o ritual de migrar para estudar e depois trabalhar na capital. Em certo momento fiquei apenas trabalhando, mas, após alguns anos sem estudar, resolvi fazer o curso preparatório para o vestibular¹, período em que, coincidentemente, duas estudantes² de arquitetura faziam levantamento no acervo material do local em que trabalhava e esse fato mudou a minha escolha do curso; antes pensava fazer Medicina Veterinária, para trabalhar com pecuária no Marajó.

Como alguém originária dos campos de Muaná, um dos municípios pertencentes à área, é quase “natural” pensar em uma formação voltada à pecuária, mas desisti assim que essas estudantes revelavam o passado arquitetônico de Belém e o conteúdo social dessa construção, o que me fez escolher um curso que tratasse da condição humana e seu contexto sociocultural.

As estudantes trouxeram-me a relação dos cursos da Universidade Federal do Pará. Assim, escolhi o que mais se aproximava do que gostaria de fazer e, desta forma, ocorreu a escolha do curso de Ciências Sociais, a qual se deveu, principalmente, à disciplina de Antropologia³, porque me permitiria compreender as relações sociais entre os vaqueiros e seus compadres fazendeiros, um modo de vida presente desde minha tenra infância.

Assim, ao entrar na universidade, em 1991, estava com 26 (vinte e seis) anos de idade e 6 (seis) anos após a abertura democrática do país, que havia passado por 21 (vinte um) anos de ditadura militar⁴. Havia nascido no ano do Golpe, portanto vivíamos os primeiros anos de democratização da sociedade brasileira⁵.

O curso de graduação era marcado por disciplinas da Sociologia e Ciência Política; havendo poucas de Antropologia, procurei cursar o máximo de matérias optativas que tratasse dessa disciplina para alcançar o objetivo de formação com ênfase nessa área. Entrei na universidade sabendo o que estudar.

¹Processo seletivo para ingressar no nível superior.

²As estudantes de arquitetura eram Carmosina, da UNAMA, e Carlota, da UFPA, ambas estagiárias que fizeram o levantamento do patrimônio histórico e arquitetônico do Colégio Santo Antônio.

³ As primeiras disciplinas foram ministradas pelos professores Roberto Cortez (Antropologia I), pesquisador no Museu Emilio Goeldi, e Eneida de Assis (Antropologia II), que me ensinaram as primeiras lições da disciplina de Antropologia, ambos já falecidos, um no ano de 2014 e o outro em 2015, respectivamente. A professora Eneida teve como última função na UFPA, além da docência, a coordenação do Laboratório de Antropologia Artur Napoleão Figueiredo – LAANF.

⁴Ou seja, de 1964 a 1985.

⁵Desta forma, quando entrei na faculdade e comecei entender a vida, havia acabado o regime militar e vivia a abertura democrática.

Comecei a entender que a estrutura social da sociedade se modificava pela ação dos agentes sociais, atores de sua própria história. Procurei compreender os elementos dessas transformações no universo das fazendas, como Antônio Cândido apontou no *Post-scriptum* de “Raízes do Brasil”, em relação aos agentes transformadores de sua história. Segundo ele, no Brasil, o primeiro a tratar dessa questão foi Sérgio Buarque de Holanda, ao apontar que “... só o próprio povo, tomando iniciativa, poderia cuidar do seu destino” (HOLANDA, 1995, p.23). Isso me possibilitou a compreensão para pensar no aprofundamento das relações estabelecidas na Ilha do Marajó.

Por essa razão, os conteúdos das disciplinas iam tirando os véus, o sereno, a penumbra e possíveis respostas apareciam, através dos textos que propiciavam comparar as realidades estudadas com aquelas das fazendas. Assim, dediquei parte do meu conhecimento para refletir sobre o universo marajoara, pois aproveitava para analisar o pano de fundo dessa realidade, a qual havia vivenciado e percebido suas contradições.

Após um ano de curso, passei em concurso público para trabalhar, com lotação na Ilha de Marajó. Foi quando retornei e pude escolher o município de Muaná. Dessa forma, acabei respondendo à máxima da migração de que para entendê-la é necessário retornar, a fim de compreender as condições da emigração como um todo, na expectativa ou possibilidade de imigrado, do retorno ao lugar de origem, como Bourdieu (2005), na obra “Esboço de autoanálise”, enquanto estudante de um internato na França onde as mudanças pelas quais havia passado, por ser um imigrante, o tornavam rebelde para lidar com os fatos desconhecidos dessa cultura, a qual lhe era imposta. Realidade similar a que enfrentei em Belém, por isso o desejo de retornar.

Sayad (2000), no artigo “O retorno como elemento constitutivo da condição do imigrante”, trata da migração como um fato universal, apesar de dizer que embora nenhum imigrante se assemelhasse a outro com todos ocorre a noção de retorno e inúmeras reações desse fato. O refluxo serve para avaliar e quando se retorna parece já não haver mais encaixe à realidade vigente do antigo local de origem. Assim, também passei a estranhar e a enxergar as coisas de forma diferenciada, o que para minha experiência era bom. Comecei a perceber os problemas sociais que antes não via, aumentando minha ideia de estudar a realidade marajoara a partir da análise que se mostrava aos meus olhos e revelava novas composições, relações e conflitos.

Minhas indagações iniciais possibilitaram-me ver, em nível micro, o cotidiano dos grupos locais e suas tramas desenvolvidas no contexto das fazendas de gado⁶. Observei que as questões latentes nessa realidade estavam imbricadas a um mundo mais amplo, ou seja, ao nível macro.

Em 1994 terminei a graduação com Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, resultado de minha primeira pesquisa empírica na Ilha de Marajó, o qual se intitulou “Relação de trabalho na Pecuária em Muaná” (FERRÃO, 1994⁷), orientado pela professora Hecilda Mary Veiga⁸.

Em 1996 realizei uma especialização em Teoria Antropológica⁹ e pude refletir sobre as mudanças no modo de vida dos ribeirinhos do rio Atuí, município de Muaná, após a implantação de fábricas de Palmito de Açai¹⁰. Procurei entender o passado da plantação de roçado, da comercialização de carne de porco, pelos pequenos criadores e trabalhadores das áreas de fazendas, de porto em porto. Via que as atividades econômicas passavam por transformações, não se reproduzindo mais no âmbito familiar. Havia, inclusive, uma clara separação entre as atividades dos homens, que cambiavam para o extrativismo, e a das mulheres com as crianças, que continuavam relacionadas à sobrevivência, enquanto as atividades da agricultura apresentavam um quadro de decadência.

No mestrado em Ciências Sociais, realizado na UFPA, em 2006, com ênfase em Antropologia, desenvolvi minha dissertação intitulada “Desenvolvimento sustentável, organização e reorganização de trabalhadores rurais no alto rio Atuí: exame de uma experiência” (FERRÃO, 2006¹¹), sob a orientação da professora Diana Antonaz¹². Tratei

⁶Quando entrei no curso não tinha a dimensão de tudo que poderia conter, mas aos poucos vi que a escolha tinha alcançado a dimensão exata.

⁷ Trabalho de que irei utilizar algum conteúdo para compor esta tese.

⁸ A professora Hecilda, pela qual tenho enorme carinho, foi quem me ensinou os primeiros passos da construção de um trabalho científico, através de sua forma aplicada, dedicada e disciplinada de orientar. As leituras dos textos construídos por mim eram retornados com orientação de leituras, correção, explicação sobre como abordar melhor o conteúdo. Isso proporcionou em mim uma formação baseada em rigoroso exercício de investigação científica que somente um(a) grande mestre pode ensinar.

⁹No Laboratório de Antropologia Arthur Napoleão Figueiredo – LAANF.

¹⁰ Maria José Brabo (1979), pesquisadora naquela época do Museu Emilio Goeldi, publicou um texto sobre o auge do processo de extração de palmito em Muaná. Como resultado dessa especialização escrevi um artigo publicado nos anais da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural – SOBER & *International Sociological Association* – ISA, em 2000, intitulado “Ribeirinho do rio Atuí na roça ou no extrativismo: uma forma de sobrevivência” (FERRÃO, 2000).

¹¹ Parte desta pesquisa vai aparecer ao longo da tese como confirmação de alguns fatos. Essa pesquisa foi realizada na Ilha de Marajó, em Muaná, no rio Atuí, onde o sistema religioso foi importante na organização, no caso da Igreja Católica, para organização dos grupos locais.

¹² A professora Diana Antonaz, aos poucos foi me apresentando leituras das obras de Pierre Bourdieu, Michel Polack, Abdelmalek Sayad, José Sérgio Leite Lopes, Jonh Comerford e Norbert Elias, autores que

do processo organizativo e da participação em políticas públicas e ações coletivas das populações marajoaras, especificando aquelas residentes às margens do rio Atuí; mostrei uma experiência de trabalhadores que desenvolviam atividades consorciadas com criação de porcos, manejo do açaí, criação de peixe em gaiolas flutuantes e atividades de mandiocultura.

Nesta tese, me propus, inicialmente, a tratar das grandes fazendas de gado da Ilha de Marajó (PA), em face das transformações destas em hotéis fazendas, portanto inseridas no mercado do turismo rural. Via o interesse de seus proprietários pautado em uma nova linha de trabalho, não mais centralizada na criação de gado.

Queria entender o destino tomado pelos antigos trabalhadores das fazendas, sobretudo aqueles da pecuária. Refletia sobre as exigências comumente apresentadas pelo turismo rural¹³, como o aprendizado em inglês para a comunicação com os turistas de outros países, o que inviabilizava, praticamente, a inserção dos velhos vaqueiros, que só sabiam falar o português, pois havia verificado, com base em pesquisas anteriores, que há um baixo letramento dos grupos sociais, dentro e fora das áreas das fazendas (FERRÃO, 1994; 2000; 2006). Assim, essas novas atividades seriam um ponto de inflexão na vida local.

O campo foi redirecionando meu interesse. A cada viagem via e ouvia sobre a vida social da Ilha e, por essa razão, surgiam questionamentos permeados por novos elementos, os quais foram deslocando meu objeto diante da realidade social que apontava novas problemáticas em meio a falas dos agentes locais, mas também de minhas observações sobre essa realidade.

Auxiliada com minha memória de marajoara e daquela microrregião, pude enxergar alguns detalhes que me eram apresentados de forma incompleta, mas, como uma espécie de *bricoleur* (LEVI-STRAUSS, 1989), fui aos poucos tecendo uma compreensão de tudo que me informavam. Dar conta de tudo seria uma pretensão sem sentido, mas problematizar a realidade experimentada no espaço social marajoara, a partir

facilitaram minha compreensão sobre a produção científica, alcançando novos horizontes. Essas leituras objetivavam entender processos de formação sobre as sociedades amazônicas, por meio de estudos de Jean Hébert, Raymundo Heraldo Maués, Charles Wagley, Luordes Furtado, Eduardo Galvão, Maria Cristina Manesch, Maria José Brabo, Maria Angelica Motta-Maués, Maria de Fátima Carneiro, Edna Castro, Roberto Santos, Barbara Weinstein, Marcionila Fernandes, Edma Moreira e tanto outros estudiosos da nossa região.

¹³Este ramo de atividade absorveu pequenos criadores de animais, particularmente em Salvaterra, onde o búfalo tornou-se atração turística, existindo criadores de alguns animais domesticados para atender aos clientes da rede hoteleira para passeio, como montaria.

daquilo que vi, ouvi e escutei (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000), é um dos objetivos desta tese.

Nesta seara dos dados que obtinha, restava organizar exatamente o que me serviria para compor o universo a ser analisado, no entanto parecia querer colocar tudo, provocando, assim, uma confusão. Então precisei selecionar apenas uma parte do que considerava mais relevante, pois sempre pensava que o todo era importante.

Na fartura de informações e saberes fiquei um pouco desconfortável. Assim, recuperei o pensamento de Geertz (1989, p.13), o qual, ao tratar da “nova ideia”, afirma que quando se torna “parte do nosso suprimento geral de conceitos teóricos, nossas expectativas são levadas a um maior equilíbrio quanto às suas reais utilizações, e termina a sua popularidade excessiva”. Talvez tenha demorado chegar a esse ponto, devido o processo de aprendizado ser lento, para mim.

Precisei escolher um caminho a percorrer, buscando ser “menos” bitolada; procurei me fixar “nos problemas que a ideia gerou efetivamente, tentando aplicá-la e ampliá-la onde ela realmente se aplica e onde é possível expandi-la, desistindo quando ela não pode ser aplicada ou ampliada” (Idem, p.13). Confesso que esse momento foi muito difícil, porque as ideias chegavam até mim e aumentavam minha indecisão na escolha.

Tudo estava ali para classificar e obter uma compreensão com intuito de conseguir uma “ideia seminal” para tornar uma “parte permanente e duradoura do (...) arsenal intelectual” (idem), o que foi muito complicado. No entanto tive que reconfigurar ou redimensionar, aos poucos, o objeto que se apresentava e tinha muito mais haver com as mudanças e permanências de processos de dominação e estrutura de poder nas transformações das fazendas de gado.

A minha construção teórica tem, portanto, recortes significativos implicados pela “noção de trabalho” na área da pecuária, nos campos da Ilha de Marajó, tal noção está ligada a palavras como “vaqueiro” por representar uma figura genérica do trabalhador na pecuária, haja vista que a maioria dos trabalhadores da área lida com gado e, por isso, são vistos como vaqueiros, e também por “compadre”, termo mais usado por todos no local e também na relação patrão-empregado, dando conotação familiar. Neste sentido, a “noção de trabalho” é compreendida a partir da relação com a atividade produtiva local – a “pecuária”.

O vaqueiro se constitui como trabalhador que maneja o gado no campo, na produção pecuária. Trata-se de um agente social presente nesta área de criação de gado na

Ilha, ou seja, uma pessoa vista a distância, montada em um animal (boi, cavalo, búfalo). Nesse “olhar distanciado”, existe a possibilidade de chamar o patrão de vaqueiro em dois sentidos: quando esse patrão é produtor familiar e lida com o gado, mesmo pagando outra pessoa para ajudar na produção, pois, na maioria, são pequenos produtores; e de outra maneira na referência da montaria a cavalo, quando todos se tornam vaqueiros!

Essa característica possibilita dizer que a relação de trabalho demarcada por uma realidade vigente entre vizinhos, trabalhadores, liderança local e nas fazendas entre patrão-empregado é de compadrio. No entanto existe uma relação de dominação construída por figuração particular que embota uma hierarquia despótica.

O universo das áreas de criação de gado nas fazendas do Marajó se assemelha ao desenho traçado por Freyre (1933/1978) quando este trata da relação desenvolvida entre o trabalhador, no caso o escravo, e o senhor, isto é, o fazendeiro, relação circunscrita por “poder e sobrevivência”. Nesse olhar, as crianças da casa grande e da senzala eram criadas pela mesma escrava.

No Marajó, houve estrutura semelhante durante longo tempo. Filhas de fazendeiros se relacionavam com filhos de escravo, garantindo certa liberdade no espaço da casa grande, além dos filhos das mulheres que viviam nas proximidades da fazenda, como mostra Dalcídio Jurandir (1947/1992).

Diante disso, precisei ampliar meu horizonte sem abandonar a microrregião dos campos naturais. Deixei de estudar as grandes fazendas que se tornaram hotéis, para olhar a vida social dessa região sob outro prisma, pensando nas identidades diversas naquele universo que parecia ser único. Primeiro, que o vaqueiro é a figura central do meu estudo, por ser sua imagem genérica e simbólica da representação dos trabalhadores desta microrregião; e, segundo, quando olhado de fora, chega a camuflar as demais identidades. Por isso tive que diferenciar diversos agentes sociais nessas relações para sinalizar com maior amplitude os agentes e as relações sociais contidas nesse lugar amazônico.

Aquela “ideia” que parecia ser “seminal” foi aos poucos se alterando, se ampliando e se expandindo para que pudesse compreender as pessoas, como moram, produzem e reproduzem a vida social nos campos naturais da Ilha. Na diversidade de identidades, vi também que seria preciso classificá-las para entender a “teia de relações sociais” que formam a sociedade local ou translocal, levando em consideração que a Ilha de Marajó vive à sombra de Belém.

Para responder a esses questionamentos, posicionei o estudo na área central da Ilha, onde estão concentradas as pequenas fazendas e criadores de gados. Essa escolha

levou em consideração a forma como as pessoas pensam a Ilha de Marajó, primeiramente no senso comum, porque as de fora e mesmo algumas da ilha veem-na como sendo Soure e Salvaterra. Nesse caso, se me voltasse apenas para as grandes fazendas deixaria de refletir o universo social que vai além dos dois municípios e da imagem idílica passada aos turistas; um paraíso selvagem onde existem búfalos dóceis para montar. Depois, quando se trata da microrregião das ilhas ou dos furos, é passada a imagem de uma população sofrida, explorada, que não consegue encontrar beleza no mundo local, muitas vezes, negando a condição de ser dessa origem.

Não tive a pretensão de dar conta de uma realidade totalizadora e negar todo esse discurso ou pensamento sobre a Ilha, mas mostrar uma compreensão desse universo que ainda sabe “olhar os lírios do campo¹⁴”, sem se preocupar com a afluência na reprodução do seu mundo, respondendo às incertezas, a partir de atitudes que são particulares e ao mesmo tempo universais, no sentido de produzir e reproduzir a vida social como “levantado do chão” (SARAMAGO, 2012) ou como um insular, no sentido genérico do termo.

Todo esse esforço parecia limitado a uma capacidade reduzida de mostrar essa cultura com precisão, tendo em vista que quase “... nunca é possível traduzir de uma língua para outra qualquer frase ou expressão característica, marcante, significativa de tal maneira que ela produza exata e perfeitamente o mesmo efeito” (SCHOPENHAUER, 2012, p.150). Consciente disso, procurei construir a tese a partir de uma visão da vida social desse lugar, a fim de apresentar mulheres e homens que agem e produzem uma cultura marcada por um ambiente natural e, também, construído artificialmente (não no sentido superficial), com os elementos de um balaio de seus antecessores índios, negros e brancos ao longo da história, moldando a cultura que hoje constitui aquele espaço social.

Nesse sentido, havia um fervilhar de fenômenos e eventos nas grandes fazendas que estavam em mutação, por essa razão buscava entender, ao máximo, os movimentos e dinâmicas que variavam nesse caudal de transformações. Ineri-me e percebi que poucas fazendas se dedicavam ao turismo rural, assim elas tornavam-se apenas mais um dado na chama acesa nas labaredas do fogo de mudanças que invadiam a vida local desse espaço físico-social.

No início, fui selecionando temáticas que me pareciam pertinentes, como: transformação social, trabalho, parentesco, compadrio, movimentos sociais,

¹⁴ Frase de Érico Veríssimo (1999).

Comunidades Eclesiais de Base, um campo prenhe de fenômenos, como a circulação de pessoas em novas atividades econômicas. Destarte, o modo de vida se modificava; elas haviam aumentado seus contatos para além da circunscrição das fazendas, não para trocas matrimoniais, mas para inserção em novos ramos produtivos.

No campo de pesquisa e distante dele, no convívio em Belém (PA) toda hora alguém me informava de um acontecimento sobre a Ilha. Muitas pessoas, amigas e amigos, colegas do curso, professoras e professores, vizinhas, em jantares com pessoas conhecidas, reuniões em família, congressistas em eventos de que participava, todos tinham sempre um dado. Chegavam informações de diferentes lugares: uma notícia lida ou vista nos meios de comunicação, uma peça de teatro, uma exposição fotográfica, um curso, uma reunião de devoto de santo como São Sebastião de Cachoeira do Arari, um vizinho marajoara, um estudo sobre o Marajó, uma reunião de Organização Não Governamental (ONG) que discute problemas sociais da Ilha, enfim, todos queriam contribuir com uma infinidade de dados. Algumas pessoas, quando assistiam a reportagens na televisão, ligavam-me; recortavam jornais para eu ler. Isso tudo foi me munindo de informações que chegavam para mim, como se tivesse montado um centro de pesquisa com vários parceiros no levantamento dos dados. Nesse sentido, a pesquisa parecia um polvo (*Octopus vulgaris*) gigante, acalentado em um ninho de japiim (*Cacicus cela*), onde os ovos de várias aves podem nascer de diferentes espécies, mas certamente será um japiim. Uma história, uma viagem e assim as pessoas se interessavam pelo que eu estava investigando sobre a Ilha de Marajó, uma espécie de ícone de beleza paradisíaca, mas que, contraditoriamente, é vista como lugar de vida miserável, de pobreza e de exploração social, contexto dimensionado nas problemáticas destacadas em quatro eventos que atingem a sociedade local:

- 1) a ocupação no século XVII, com a instalação das fazendas de gado pelos europeus, momentos impressos por projeto de expansão colonial subordinado por um pensamento europeu/religioso;
- 2) a inserção do gado bubalino¹⁵, experiência desenvolvida a partir de um experimento particular, que se difundiu devido a incentivo governamental;

¹⁵ Há duas fontes de informação: uma que fala da entrada dos búfalos por volta de 1890 ou 1895 trazidos por condenados que fugiram da Guiana Francesa, aportando na costa norte da Ilha de Marajó. A outra se refere à importação dos búfalos, que se deu em 1902 por Bertino Lobato de Miranda para sua fazenda São Joaquim, nas margens do rio Arari, procedentes da Itália. No entanto para a organização de criadores de búfalos a importação mais conhecida é a de 1906, feita por Vicente Chermont de Miranda para sua fazenda

- 3) a coleta do fruto do açaí juntamente com a extração do palmito, para fins comerciais, como alternativa de trabalho para todos; e, finalmente,
- 4) o processo de transformações decorrentes do acesso a políticas públicas, como demarcação de terra, certificação do gado e seguro-defeso para o pescador artesanal.

A tese foi construída com base em conceitos como estrutura social. Parto da acepção de Lévi-Strauss (2003), mas também pensada por Sahlins (2003b), a fim de compreender a noção de transformações sociais, a partir da “estrutura da conjuntura” local na longa duração, portanto, desde os primeiros currais que serviram de berço para a instalação das fazendas, no século XVII, pelos missionários religiosos no processo de colonização, passando por eventos importantes que corroboraram para a formação de uma estrutura de relações sociais que deixaram marcas profundas na realidade atual.

Essas questões caracterizaram relações de compadrio, um sistema que esteve e pode ainda estar presente nessa estrutura mesmo com adaptações. Apoiei-me em autores como Mauss (2003) e Bourdieu (1996; 1997; 2004; 2005) a fim de realizar uma análise cirúrgica do problema e seu desfecho – se é que existe –, para entender as práticas e trocas simbólicas que sustentam uma estrutura social. Parti da hipótese de que o espaço social demarcou as relações de compadrio sob uma reciprocidade hierárquica, a qual vem passando por mudanças, em função da transformação social na sociedade marajoara.

Weber (2009) facilitou-me a compreensão das transformações pensadas como “modernidade atrasada”, mas interpeladas por novas categorias necessárias em face da inserção do sistema capitalista, que alterou práticas sociais comunitárias, para impor diversas formas de dominação no Marajó.

Dunas e Ribanceira, na costa da Ilha, site consultado http://www.bufalo.com.br/info_criador/historico_bufalos.pdf, data 04/09/2013. Segundo as informações desse site “Na década de 40, o DNPA – Departamento Nacional de Produção Animal, do Ministério da Agricultura tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelos bovinos Europeus, e até mesmo pelos Zebuínos, decidiu estimular a pecuária regional do Pará, com programas de fomentos dos Bubalinos. Foi organizada a Fazenda de Criação de Soure, que recebeu um plantel de Búfalos “Pretos”, para a seleção da aptidão leiteira, conduzida por muito tempo pelo dedicado zootecnista Hugo Borborema. As fêmeas em lactação eram mantidas em regime de semi-estabulação e controle leiteiro, o único de que se tinha notícia na época, com produções de 8,10 e até 12 quilos diários.

Reprodutores e matrizes desses estabelecimentos eram vendidos anualmente em leilão para criadores da Ilha e de outras regiões do Pará. Rebanhos foram formados pelo Instituto Agrônômico do Norte, em sua sede no Município de Belém e em Belterra. Na margem direita do Rio Amazonas, em Santarém no Pará, foi instalada a Estação Experimental de Maicurú, que chegou a possuir quase 2.000 Búfalos” (INSTITUTO DE BÚFALO DO BRASIL, p.3).

Verifiquei que o vínculo de fidelidade e reciprocidade sustentou essa estrutura em formação, que agora passa por transformações nas relações de dominação, baseada na racionalidade, constituída por normas burocráticas. Uma realidade adequada aos grupos padronizados pelas profissões estabelecidas nessa macroestrutura. Também pensei na permanência de elementos modificados a partir de determinados papéis dos agentes, como na noção de “figuração” de Elias (1994; 2001).

A Ilha de Marajó passou a ser pensada a partir de diferentes dimensões, mas sempre observando a microrregião de campos na Ilha, que compôs a tese em meio a uma realidade social vinculada a um conjunto de regras e normas estabelecidas nas terras do rio Atuí entre o rio Anabiju e o rio São Miguel.

Desde as primeiras inserções a campo tive como finalidade examinar o contexto geral da microrregião, para em seguida realizar um estudo específico em dois municípios, mediante visitas em fazendas com permanência, conforme a situação se apresentava. Ao lado desse material, oriundo de observação direta e de relatos pessoais, obtive dados por meio de conversas informais pretensamente descomprometidas com o trabalho da pesquisa. Realizei um total de dez entrevistas com secretários de agricultura, técnicos de órgãos públicos que atuam na região, vaqueiros aposentados e fazendeiros.

Em termos de documentação histórica, minhas fontes foram compostas por documentos do Instituto de Terras do Pará – INTERPA, basicamente os dados sobre sesmarias, localizadas na Ilha, o que dá a dimensão do volume das terras alocadas aos antigos proprietários e de como ocorre a cadeia dominial. Também tive acesso a documentos particulares das fazendas: de seus proprietários e trabalhadores, os quais revelam uma relação de longo curso.

Dessa forma, muitos dados, entrevistas, fotografias e cadernos de campo foram retomados, pois ao longo de meus estudos na Ilha de Marajó novos questionamentos surgiram e cada inserção a campo possibilitava-me buscar respostas a questões que se abriam nesse horizonte. Também faz parte desta construção minha vivência na Ilha. Parti da memória de infância e adolescência, ou seja, das relações mantidas com meus familiares ou de pessoas de meu círculo de relacionamento.

Nesse sentido, a tese tem como suporte de análise e interpretação dados captados em documentos históricos e depoimentos de pessoas como vaqueiros, fazendeiros, técnicos de secretarias municipais, a fim de compreender as relações sociais em transformações desenvolvidas e os mecanismos que permanecem enquanto relação de

domínio de um grupo sobre outro, ou melhor, de uma lógica de dádivas descompensadas na longa duração.

Esses eixos estruturam a tese sobre as transformações nos modos de trabalho e nas relações sociais circunscritas às áreas de criação de gado nas pequenas e grandes propriedades, nos ranchos/retiros e fazendas, tomadas como fato social total, observadas a partir de um espaço delimitado que abrange um grupo de criadores de gado de grande porte, localizados no município de Muaná, especificamente no rio Atuaá, entre o rio Anabiju e o Igarapé São Miguel,

Assim, meu recorte foi precisamente situado nos grupos locais criados em contextos e dimensões históricas particulares, em que as experiências de vida humana dão sentido às práticas sociais ali existentes. Preocupada com uma visão estereotipada sobre a região, refleti acerca dessas diferentes dimensões que compõem esse universo, sem a pretensão de esgotar a compreensão das marcas e traços vinculados a essa estrutura social existente na região, buscando mostrar sua diversidade social, histórica e ambiental.

Quando vi, ouvi, não só estando lá, mas estando cá também – em Belém –, pude perceber que meu horizonte se abria para uma realidade que ia coser como retalhos de uma trama social pouco relatada, mas que trata do que os trabalhadores das fazendas, em mudança para o turismo rural, com hotéis fazendas, não iam dar conta de mostrar, por dentro: a vida e o cotidiano dessa transformação social nas vísceras da Ilha.

Impressionava-me ver as pessoas do Marajó, como os vaqueiros¹⁶, que moravam e trabalhavam nas terras de outrem, em lugares de difícil acesso à comunicação, bens materiais, políticas públicas (escola, saúde, transporte, segurança), sem acesso a quase nada e, mesmo assim, eram solidárias entre si, não medindo esforços para ajudar as pessoas que necessitassem, como mostra Dita Acatauassú (1998), personagem destacada entre os antigos proprietários de fazendas “marajoaras”, ao tratar dos trabalhadores nas fazendas como sujeitos “estóicos por herança genética”, aceitando a vida como ela lhes vem, cobrando na morte “apenas o quinhão da terra”.

A compreensão desses eixos de transformações empreendidos na longa duração na Ilha de Marajó levou-me à necessidade de um entendimento amplo, implicado em discussões epistemológicas no campo da antropologia, investido em um horizonte teórico sob a base das ciências sociais. Desse modo procurei incorporar as contribuições de

¹⁶Os vaqueiros são utilizados como categoria genérica, mas também particular, incluindo todos os trabalhadores e também aquele intitulado de vaqueiro das fazendas de gado.

Sahlins (1983) sobre as formas de ação humana e suas lógicas de uso dos recursos naturais, a partir da comparação entre as sociedades tribais e as sociedades capitalistas.

Neste sentido, Sahlins (2003) mostra que as transformações conjunturais, a cada momento, levam os agentes a se reorganizarem para compor uma estrutura social, em que a vida é processada por modos de produção no plano da imanência, com categorias sociais e sociológicas articuladas pelo mundo natural e social, mesmo quando estes perdem seus nexos, demonstrando processos de transformações em meio à interação, dominação, trocas e cooperação.

Neste debate epistemológico, a separação entre as ciências sociais e as ciências naturais tem se configurado a partir da incompreensão ou mesmo distanciamento entre estas duas grandes áreas do conhecimento, as quais foram constituindo mundos próprios, por meio de modos de apropriação de uma mesma realidade.

Estas questões, nos últimos anos, têm acendido a fogueira no campo das ciências sociais, com especificidade para a antropologia, sob o fogo da reaproximação entre os estudos das ciências sociais com os das ciências naturais, a partir de contribuições de diferentes áreas do conhecimento, mas é na interface entre as ciências biológicas e a antropologia que o debate se concentra com mais propriedade¹⁷.

A motivação para retomada deste debate abandonado pela antropologia social, ao desconsiderar o homem natural, visa buscar a compreensão do ser humano no contexto social, cujos elementos simbólicos constituem a base da cultura moderna, momento em que ocorre a ruptura entre esses dois polos de constituição do homem como ser genérico.

A crítica da separação entre natureza e cultura, na modernidade, tornou-se um nó nessa tese, na medida em que não se pode explicar o homem marajoara somente pelo prisma social, ou seja, pela cultura, sem o natural, como faces de uma mesma moeda. Nesse espaço, a convenção da superioridade do homem em relação à natureza perde sua dimensão para ganhar outros traços, embora não se subverta o ponto de vista de que a modernidade, em seu sistema capitalista, estabeleceu uma hierarquização entre os grupos humanos e as pessoas, particularmente com a inferiorização étnico-racial.

Esse mundo de relações naturais e sociais sustentadas em dádivas recíprocas favorece a compreensão de processos de mensuração do natural e do humano, a partir dos interesses dos agentes interpretados e qualificados em suas histórias sociogenéticas, cuja

¹⁷ No entanto não adentrarei neste debate específico, embora busque compreender as transformações que ocorreu no Marajó, a partir da relação entre homem e natureza.

experimentação molda figuras como a dos vaqueiros, do fazendeiro e do trabalhador da pecuária no Marajó.

Dessa forma, apresento uma compreensão de um mundo ao mesmo tempo real e místico. A criação e lida do gado dão sentido aos traços de propriedade e apropriação da terra diante de condições de espoliação e exigências legais, a partir de uma relação de troca, cooperação e “amizade” entre patrão e empregado, como condição de continuidade da pecuária na ilha, a qual remonta ao processo de ocupação no período colonial, como disse anteriormente, resultado de um projeto de expansão português/europeu (Reis e Clero), implantando um modelo de exploração econômica e dominação que dizimou as populações nativas, quando se propôs “civilizá-los”. Segundo, Elias, o conceito de civilizar ‘civilização’ “resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas contemporâneas ‘mais primitivas’” (ELIAS, 1994[1939]).

Diante disso, explica-se a ocupação dos europeus embasada no conceito de “civilização”, como ideologia que sustentava a sua concepção de superioridade em relação aos demais grupos, favorecendo, entre tantos outros acontecimentos nefastos, a dizimação dos grupos nativos que encontraram. Em outro momento, essa mesma ideologia dá amparo para a captura de grupos humanos com a finalidade de escravizar, ocorrência praticada com os grupos ameríndios e africanos submetidos ao trabalho forçado.

Vista por este prisma, a trajetória do homem como ser superior não é senão uma falsa ruptura da lógica de um todo integrado, uma realidade cósmica em que natureza e cultura fazem parte de uma mesma unidade. Essa dissociação abre uma livre ação de critérios de controle em benefício do capital.

Com isso, as transformações que conduziram para a sobreposição de uma espécie sobre a outra deixam de lado um todo orgânico. Redimensionar ou solucionar esta situação é uma das propostas da tese em corroboração aos estudos de transformações sociais, sejam de processos organizativos de grupos sociais em classes, sejam de segmentos religiosos, sejam de *status* sociais de grupos hegemônicos. Tudo corrobora para se pensar em uma abordagem epistemológica das ciências sociais que precisa reencontrar a natureza como parte de um todo dinâmico e orgânico, frente aos fenômenos apresentados.

Utilizo a noção de espaço social de Bourdieu (1996), pensando nas diversidades sociais estabelecidas e em seus agentes, a partir das posições em relação ao acesso a bens

e serviços, que forma um conjunto de atividades definidas por figurações distintas, portanto, exterioridades dadas, mas em coexistências mútuas e aproximadas por laços de vizinhança ou de distanciamento, como aquelas de compadrio, que são ordenadas por variações deduzidas das ocupações identificadas de modo objetivo e subjetivo. Assim, o espaço social é estabelecido de modo que seus agentes ou grupos assumem determinadas funções de acordo com seus capitais sociais e culturais.

Nesta tese busquei, portanto, o “universo das fazendas de gado” e seus agentes sociais¹⁸ visualizados em um espaço social, dando continuidade e, ao mesmo tempo, revisitando temáticas já abordadas desde a graduação, podendo dizer que se tratou de uma ação planejada ao longo de minha inserção acadêmica, dando ênfase à antropologia, relacionando às discussões sobre transformações sociais no Marajó, tendo como questão de fundo o trabalho do vaqueiro em constante mutação. Verifiquei a relação deste com outros agentes sociais, ou seja, daqueles que vivem no Rio Atuí entre os afluentes Anabiju e São Miguel, na microrregião dos Campos da Ilha de Marajó.

Verifiquei, a partir da produção na pecuária, uma infinidade de relações circunscritas às fazendas, suas diferentes dimensões e agentes que dão vida às relações econômicas, sociais e culturais, figuradas em modos de vida e sociedades heterônomas, contraditórias, entre trocas simbólicas, dons, contradons, reciprocidades entre fazendeiros, vaqueiros, criadores de gado e demais agentes interpostos nesse interregno, suas particularidades em uma sociedade em transformação.

Visei compreender, portanto, as relações entre os grupos e/ou as pessoas locais, tendo como plano mental o modo de vida, as diferenciações que compuseram minha gramática social e cultural, estando presente, nesse esquema, contradições imanentes às relações de dominação estabelecidas a partir de uma separação por condição econômica, cor, descendência, origem, etnia, sexo etc.

Como essa realidade era familiar para mim, precisei fazer um esforço metodológico de estranhá-la, tendo em vista compreender o significado de tudo aquilo. Fui, assim, aos poucos, ampliando meu horizonte e, cada vez mais, enxergando outros fenômenos, e as problemáticas foram se diversificando. Diante disso, não parei mais de olhar a ilha (também) com o olhar de pesquisadora a transformar meu “familiar” em algo

¹⁸Uso no sentido de Bourdieu (2004, p.21), em que os agentes sociais, tanto nas sociedades arcaicas como nas nossas, não são apenas autômatos regulados como relógios, segundo leis mecânicas que lhes escapam. Nos jogos mais complexos (...), eles investem os princípios incorporados de um *habitus* gerador (...).

“estranho” e redescobrir minhas origens, descobrindo, por exemplo, elementos que compuseram meu primeiro vocabulário¹⁹.

Trato, portanto, de transformações para saber o que está se transformando, modificando, mudando, sendo necessário, antes, mostrar o surgimento dessa estrutura social, a vida social, a sociedade marajoara ligada à produção pecuária em transformação. Para essa compreensão, apoiei-me na noção de Sahlins (2003), a partir de eventos observados na longa duração²⁰. Dessa forma, analiso a sociedade nessa estrutura, uma espécie de “tabuleiro de xadrez”, possibilitando, assim, uma evidência dessas mudanças.

Neste sentido, me apropriei da noção de “estrutura social” de Lévi-Strauss (2003), entendendo-a como um sistema social entrelaçado. Por isso quando ocorre mudança em um sistema, todos os demais se alteram, tendo, como pergunta básica, o que provoca a transformação de uma estrutura? Novamente a noção de transformação social de Sahlins (2003) me possibilitou apontar o encontro entre grupos diferentes, gerando novas categorias inseridas em cada cultura.

Dá a necessidade de compreender a relação de poder e o processo de dominação. Perguntava-me como um grupo social consegue se destacar em relação aos demais? Nem todos, numa sociedade desigual são agraciados do poder, como os dados da pesquisa evidenciaram. Para refletir sobre as possíveis respostas a essa questão, utilizei a concepção de figuração de Elias (2001, p.29), pois ele traz elementos importantes, ao afirmar que a posição social gera uma rede específica de interdependências articulada por meio de estratégias de poder auxiliadas em um contexto particular de uma sociedade capaz de preservar “a liberdade de ação e a margem de manobra da posição...”, portanto do poder de liderança na constituição de um todo, com sentido mais amplo, um destaque teórico desta tese.

Utilizo ainda a discussão de trabalho segundo Leite Lopes (2015)²¹, a qual está centrada em grupos sociais e suas atividades produtivas. O autor trata especificamente das populações camponesas, portanto inspirado neste, procurei destacar “os produtores da atividade pecuária na Ilha de Marajó”.

Assim, a noção de trabalho transita por todas as partes desta tese como uma categoria teórico-abstrata e operacional, a fim de preencher os processos de criação e

¹⁹ Sobre a composição do meu vocabulário das fazendas vou falar mais adiante quando tratar da “Minha gênese cultural marajoara”.

²⁰ Para melhor entendimento sobre longa duração, leia Fernando Braudel (1989; 1992).

²¹ Segundo Leite Lopes (2015, p.65), nos estudos dos antropólogos o trabalho aparece de “forma subordinada a outros aspectos da vida social aos quais está inter-relacionado”.

mutação no plano da imanência, portanto no cotidiano da vida em que as pessoas produzem e ressignificam, quando necessário, suas práticas sociais: da implantação das fazendas na “ocupação da Ilha” pelos europeus, da “entrada do búfalo”, da atividade do “extrativismo do açaí”, da certificação do gado e, finalmente, da política social do seguro-defeso, processos contínuos de transformações.

Neste sentido, abro um diálogo com os estudos desenvolvidos ainda por outros pesquisadores do Museu Nacional voltados às populações rurais, bem como a pesquisadores da Universidade Federal do Pará²² que analisam diferentes formas de trabalho. Destaco, assim, alguns eventos que estruturam a tese sobre as transformações das atividades produtivas estreitamente vinculadas à pecuária na Ilha de Marajó.

Nessa construção teórico-metodológica, procurei criar um fio condutor para desenvolver uma narrativa capaz estabelecer nexos imanentes a uma abordagem, que foi tratada de modo diferenciado por dois grandes expoentes, de uma leitura particular da Ilha de Marajó, os quais me possibilitaram analisar a vida neste espaço: Dalcídio Jurandir (2010) e Wagley (1996).

O primeiro discorre sobre as dimensões locais, a partir principalmente de duas obras literárias, que contribuíram para compreender a realidade cotidiana da Ilha de Marajó, especificamente da microrregião dos campos. Em “Chove nos Campos de Cachoeira”, Dalcídio Jurandir mostra uma rica descrição da população de Cachoeira do Arari, a partir de um diálogo sobre o lugar em conexão com mundo. Na obra “O Marajó” ele trata de Ponta de Pedra, especificando a dimensão da vida interiorana nos rios e nos campos, revelando o processo de dominação e submissão extremada.

O segundo, Wagley (1997), no livro uma “Uma comunidade amazônica”, tornou clássica a compreensão da organização social local, com suas particularidades ditadas pelo contexto familiar. Ele faz emergir outra dimensão do Marajó, referindo-se à realidade da Ilha de Gurupá²³, suas relações de poder, composição das famílias, da vida econômica e da socialização das crianças, enfim, dos contextos construídos na relação homem e natureza.

Esses autores evidenciam que a produção humana deve-se à capacidade de agir, uma ação que se faz no domínio social, mas apropriando-se e apoderando-se dos recursos

²²Furtado; Magalhães; Motta-Maues; Maues; Maneschy; Hébet; Pacheco.

²³Este município está vinculado ao arquipélago do Marajó, no entanto, minha tese não analisa esta a microrregião onde está localizado. Por esse motivo os estudos realizados por Wagley (1996) são pouco relatados nesta tese, mas a sua contribuição sobre organização social foi importante para o entendimento dos grupos localizados na Ilha de Marajó.

naturais para torná-los objeto de domínio social. Neste sentido, a natureza social também é produzida pelo homem em seu autodesenvolvimento, enquanto natureza maturada. Assim, a apropriação da natureza pelo homem, em seu desenvolvimento social, sem considerar que é parte dela, torna-se uma discussão da antropologia, principalmente no âmbito dos estudos sobre as transformações sociais.

Nesta perspectiva, vejo que a ostentação de um grupo, no caso da estrutura capitalista, possibilitou o consumo descontrolado dos recursos naturais em nome do capital, ou seja, da acumulação econômica e, em consequência, do esgotamento do meio ambiente, diferentemente das sociedades tribais, que retiravam da natureza apenas o necessário para autorreprodução. Sahlins (1983) problematiza esses elementos de modo a afirmar que nas sociedades tribais a produção ocorria para o autoconsumo ou consumo doméstico, para a reprodução enquanto espécie genérica. Nesse sentido, não possuíam estratificação econômica e nem sistemas de dominação, como as classes sociais.

Diferentemente dessa situação percebe-se, na região da Ilha de Marajó, que as transformações, desde a origem da colonização, buscaram quebrar as sociedades ameríndias para instalar outra ordem social. A partir destes componentes culturais, analiso como se forjou a sociedade marajoara sob um intenso processo de estratificação, em que um grupo se sobrepôs ao outro; uma sociedade que se desenvolveu a partir de agenciamentos entre esses personagens, cujas características socioestruturais determinam uma edificação específica, tecida pelos grupos sociais em luta e interação, no contexto mais amplo dessa formação histórico-social.

Neste sentido, aponto a discussão da relação entre natureza e cultura, tratada no debate recente da antropologia, para repensar o ser humano concreto nesse mundo em que não se separa natureza e cultura. Compreender a sociedade marajoara nesse âmbito específico e particular me fez pensar na própria crise de paradigmas nas ciências sociais, em que a modernidade distanciou o homem, isto é, suas relações sociais das ciências naturais, e, ao mesmo tempo, da relação homem e natureza.

Minha tese se inscreve, portanto, nesse debate recente, ao retomar, do ponto de vista da análise concreta, as práticas sociais dos agentes, a partir de um fio que reaproxima a relação entre natureza e cultura. Desta forma, discuto a necessidade de repensar as concepções correntes, resultantes das formas de conhecimento, de experimentação e vivências sob a crítica de uma base societal emoldurada pela intervenção instrumental do homem sobre a natureza como se fosse um ser a-natural.

A região escolhida como espaço de construção da tese está implicada em um *modus operandi* das relações de compadrio²⁴ estabelecidas a partir da troca de dons, prestações e contraprestações entre fazendeiro e vaqueiro, em que o vínculo patrão-cliente tornou-se uma espécie de caráter familiar. Vi que, nas últimas décadas do século passado, vários eventos contribuíram para mudanças nesse modelo de relação baseada na confiabilidade, construída como garantia de uma estrutura social criada desde os primeiros fazendeiros do século XVII até mais ou menos as sete primeiras décadas do século XX, quando o antigo modelo das fazendas de gado no Marajó torna-se uma estrutura em decadência. As características dessa transformação podem ser apontadas a partir de fatos como:

- a) os atuais herdeiros entraram em decadência devido à partilha das terras ou ainda porque saem para estudar e tornam-se bem-sucedidos em suas novas atividades, não havendo continuidade e, em consequência, investimento nas fazendas, para a manutenção da produção pecuária deixada por seus antepassados;
- b) a relação de trabalho dos vaqueiros não tem se reproduzido, pois muitos filhos desse também procuram novos postos de trabalho, distanciando-se da pecuária,

²⁴ Neste estudo, baseio-me em diversos autores, conforme explicitado a seguir: Antônio Cândido (1954/2001), para conhecer o modo de vida dos grupos localmente, as relações de parentesco, organização, o sistema de compadrio; Antônio Augusto Arantes (1975), para entender o modo de vida, os regimes de propriedade e posse de terra, as posses comuns das áreas de pastagens e o imaginário do vaqueiro, no entendimento da relação de parentesco. Mariza Corrêa (1982/2001), para a compreensão dos grupos humanos na formação dos grupos sociais no Brasil e toda a estrutura das relações familiares, a questão da condição de liberdade e como é tratada a questão humana. Gilberto Freyre (1957/2001), para entender as características das fazendas, os exemplos por ele estudados. Roberto da Matta (1997), para conhecer o espaço interno e externo na estrutura familiar. Ellen Woortmann (1995) mostrou-me a estrutura de parentesco observando os casos por ela estudados; Charles Wagley (1953 em inglês/1956/1988 em português) fez-me perceber as relações de parentesco desenvolvidas na região amazônica, o sistema de servidão por débito, sustentada como uma rede de trocas e contratroca; Eduardo Galvão (1955/) a constituição dos grupos, os status sociais locais e os sistemas que corroboram na estrutura local; Heraldo Maués (1990, 2007) levou-me a entender a construção do imaginário social amazônico demarcada por mitos de origem com passagem, modificação de uma estrutura a outra sem desaparecer por inteiro o modelo anteriormente existente, como exemplo para construção etnográfica; Deborah Lima (1999) para compreender a história da formação da sociedade amazônica, categorias locais de identidades; com Maria Angélica Motta-Maués (1993, 2013a/1994, 2013b) busquei dialogar principalmente questões das subjetividades dos grupos locais que tão bem sua obra aborda, principalmente as questões de identidade e de família; Vicente Salles (2004), para pensar a formação da sociedade paraense, trazendo a contribuição do negro e de sua cultura para composição das famílias na Amazônia; Dalcídio Jurandir (1947/1992, 1940/1997; 1976, 1960 1958/1994) por revelar tipos, características da realidade marajoara; Benedicto Monteiro (1997), pela cosmo-visão da Amazônia com tipos míticos; Inglês de Souza (1877/2003), para as relações sociais na Amazônia do final do século XIX; sobre o homem amazônico, ajuda a compreender a natureza da condição social amazônica; o diálogo com Sultana Rosenblatt (1959) se faz necessário tendo em vista a proposta de olhar o amazônico; no meu caso específico, o da Ilha de Marajó, por dentro das relações estabelecidas. Lindanor Celina (1963/1997), por nos mostrar como se comportavam no passado, as famílias no interior.

em que os pais atuavam como empregados, principalmente, com o surgimento de novas atividades produtivas, como as frentes de trabalho para o extrativismo do palmito, além da facilidade de deslocamento para outros lugares, a fim de se ocuparem em novas atividades; também o aumento da pecuária no Pará, sobretudo, no sul e sudeste do Estado, tem absorvido a mão de obra da pecuária marajoara;

c) o advento da obrigatoriedade da carteira de trabalho assinada, como eles falam, reduziu a “liberdade” dos contratos informais, em que os trabalhadores podiam utilizar as terras de seus patrões para criar pequenos animais, extrair recursos da floresta para seus benefícios, os quais se tornaram proibidos;

d) o seguro-defeso tornou-se um fenômeno significativo para uma inserção do trabalhador, vaqueiro, em outro ramo de trabalho, contribuindo para a falta de trabalhadores para as fazendas.

Portanto a tese mostra uma trama pouco visitada, embora existam recentemente trabalhos como de Soares (2010), ampliando o horizonte acadêmico ao desenvolver a questão da ocupação de terras no Marajó, mostrando as relações de compadrio como sistema de dominação, e ainda o de Pacheco (2006), que aponta as variações da sociedade marajoara em relação com a ecologia, ou seja, nos campos naturais, das Ilhas e de Portel.

Nessa linha de contribuição para o conhecimento na área da antropologia brasileira, com particularidade para a realidade paraense, minha tese procura mostrar, nesses eventos de transformações, como o vaqueiro, na relação com a natureza marajoara, vai se organizando e se reorganizando, agenciando novos conceitos e novas práticas sociais (a exemplo do que ocorreu com o manejo de gado, particularizado nos campos naturais) ou seja, sua vida social enquanto figura genérica que se destaca a partir de suas experiências e maneiras de reprodução social emanadas dessa relação entre homem e natureza, interpelada pelos fazendeiros e/ou criadores de gado.

Para entender esse movimento de transformação, penso que a tese transita em dois sistemas estruturados, a partir da relação de compadrio vinculada a uma reciprocidade hierárquica, que vai sendo corroída por outro sistema dado pela abertura democrática, que passou a introduzir novas categorias e a figurar um espaço social, mediatizado pela garantia de um estado de direito, em que pesem variações imbricadas em acordos mútuos, sob reciprocidades, novos valores e práticas sociais diversas dos diferentes agentes

sociais que proporcionam traços de permanência nessas transformações. Para isso, divido as argumentações da tese em três partes, com temáticas que se entrecruzam para constituir um todo lógico.

Na primeira parte, exponho eventos relacionados à formação das fazendas de gado no Marajó sob o caudal da colonização, forjando uma sociedade local, mostrada como um projeto de ocupação além-mar, estruturada a partir de dois elementos que amarraram as relações sociais da ilha desde o século XVII, por meio da relação patrão e empregado, implicados por relações sociais que começam a ser corroídas na segunda metade do século passado.

Entendo que esses elementos serviram para sedimentar e institucionalizar a relação de dominação, apoiada em oligarquias suavizadas pelo compadrio. Fenômeno que permite trocas solidárias que favorecem diferenciadamente os agentes sociais envolvidos nesse modelo de relação vigente nos primórdios da vida rural das colônias e mesmo após a descolonização, tendo em vista que perdurou e que se apresenta hoje como resquício desse passado.

Nas fazendas, no trabalho, no lazer e na religiosidade, busco mostrar quem são estes homens de carne e osso. Para isso construo uma fotografia sob o modo de vida de três vaqueiros, uma história que se distancia da tradição passada nos tempos da colonização, da qual se têm poucos escritos, embora se sirva da memória, baseada no mito de origem local, para, através de casos populares.

Apono essa realidade contextualizando o processo de dominação, em que a produção da pecuária mostra-se como principal produto da economia local e, por muitos, a riqueza do proprietário e a exploração do trabalhador, haja vista este último não possuir propriedade de terra para morar e trabalhar. Vi a necessidade de especificar essa problemática para compreender a permanência de relações de trabalho baseadas em uma reciprocidade hierárquica (LANNA, 1995).

Na segunda parte, evidencio as experiências culturais no Marajó entre permanências e transformações. Tomo como referência Evans-Pritchard (2011, p.8) que, ao tratar dos Nuer, "...afirma que são os caracteres que definem a cultura e a estrutura social nilota...", o que procurei pensar enquanto refletia sobre as instituições sociais não poderem ser compreendidas fora da relação com o meio ambiente e os produtos de subsistência. Para suprir as necessidades básicas de sobrevivência, é preciso conhecer os agentes sociais em suas atividades segmentárias em relação às quais se definem uns com os outros e em relação com os outros.

Apresento elementos do cotidiano e as questões que estiveram sempre presentes em minhas experiências pessoais e na memória de um passado não tão distante. Por essa razão mostro, na trajetória familiar, o presente e o passado, remetendo-me à infância, para dar sustentação aos processos que enlaçam a tese. Busco, a partir de minha família, compreender os movimentos de mudanças socioeconômicas e culturais na Ilha do Marajó, a partir de transformações que contribuíram para uma abertura na relação produtiva local. Penso em vários fatores que favorecem os argumentos presentes em um debate sobre o afrouxamento da relação patrão-empregado, desenvolvida nas fazendas de gado, nos campos do Marajó.

Destaco fenômenos de transformações ao mostrar o modo de vida antigo da Ilha, com seus artefatos e linguagens de um universo ligado à natureza, figurando uma cultura relacionada com o meio ambiente, retirando dali o que podia para a reprodução da vida humana,

Mostro ainda a Ilha compondo sua paisagem, por meio de uma percepção físico-social e arquitetônica, em que o meio ambiente também é visualizado como arte do modo de vida local, tendo em vista a relação entre homem e natureza sob uma mesma dimensão, na medida em que as práticas sociais de produção e de convivência estão intimamente ancoradas no mundo natural, como a inserção do búfalo na pecuária da Ilha, uma particularidade local. Mesmo sabendo que este foi introduzido em outros lugares do Brasil e do mundo, entendo que na Ilha do Marajó esse fato fez um experimento ocasional, em que um animal exótico “virou moda”, tornar-se uma atividade lucrativa e adequada às necessidades do lugar.

A sociedade marajoara, nesse sentido, em suas contradições e contrastes, mostra-se como exemplo de eventos articulados, processando um novo social que se distancia do natural, embora seja nele e esteja nele centrada sua própria narrativa, e o qual vem destituindo seu corolário natural.

Na terceira parte evidencio como aos poucos a realidade local vem se transformando, devido à introdução de novos instrumentos de comunicação, de trabalho e de circulação, como a telefonia móvel, parabólicas, “rabudos”, tratores, bicicletas e outros elementos que entram no mundo rural, produzindo uma cultura de consumo de bens industrializados, descartando, em grande monta, os produtos artesanais.

A extração de palmito de açaí, por exemplo, se intensificou, o que levou os homens a deixarem suas roças e as fazendas de gado para trabalharem como

palmiteiros²⁵. Essa atividade se estendeu e atingiu até mesmo algumas propriedades de fazendeiros que passaram a atuar na produção vinculada aos açazais, localizados em suas terras, e que viram como oportunidade de maior lucro.

Assim, os habitantes das fazendas voltaram-se às frentes de extração de palmito, e os animais (gado) foram inseridos como meio de transporte nesse ramo de atividades. Todos, dos pequenos sítios, das terras das fazendas até vaqueiros e seus filhos, tornam-se agentes na extração de palmito, uma nova chance de acessar dinheiro²⁶.

A tese está enfeixada, portanto, por esses processos, cuja relação entre homem e natureza pautou a Ilha de Marajó desde as primeiras ocupações pelos estrangeiros, em que o meio ambiente e os nativos eram objeto de conquista e exploração. Com isso, houve a construção de uma cultura centrada em diferentes perspectivas, mas em interações e interpelações entre populações autóctones, europeu e africano, a partir de movimentos contraditórios e dinâmicos de transformações, permanências, conflitos e lutas, configuradas sob um caudal de misturas e negação.

Sob esse fio condutor passo a ver as alterações de coisas e de sentidos em diferentes processos e produtos, como se vê na introdução do búfalo, no extrativismo do açaí, nas intervenções das políticas públicas, as quais contribuem para as mutações e alterações das atividades econômico-sociais, produzidas como consequência da abertura de novos espaços estabelecidos sob uma nova maneira de os agentes lidarem com a natureza no longo curso de uma historiografia particular.

Vejo ainda a construção de novidades em relação aos limites de acessos a bens naturais, antes, pouco compreendidos em suas formas de apropriação ou mesmo de figuração em meio a mutações estabelecidas na relação de capital, mas, com a implantação de indústrias de beneficiamentos de produtos naturais bem como com a inserção de políticas que não levam em consideração a questão ambiental, essa realidade vem modificando.

Assim, as três partes que compõem a tese formam um todo estruturado com base em movimentos de apreensão e constituição dos argumentos sob um envolver que passa pela história, pela minha experiência de nativa na observação das transformações, com base em afetos e reflexões sobre o pensado e o narrado no cotidiano de experiência

²⁵Palmitreiro é uma categoria nativa que nomeia aquele que trabalha na extração do palmito do açaí.

²⁶Concomitantemente à pesquisa que fazia na Ilha de Marajó, acompanhava a professora Maria de Fátima Carneiro da Conceição em pesquisas voltadas para a área de Sociologia Rural, na região Bragantina, dentro dos projetos de pesquisa “O Pará e as bases de uma sociedade agrária” e do projeto de extensão “Ampliar: arte, educação e questão ambiental”, este na Ilha do Mosqueiro.

individual e coletiva e, finalmente, de novas figurações dadas pela democratização e pela expansão dos agentes sociais em busca da garantia de direitos.

Neste sentido, os estudos antropológicos mostraram uma inflexão na estrutura da sociedade marajoara, que se deu na longa duração²⁷, quando filigranas do passado são identificadas nos interstícios da cultura local, até os dias atuais, como a escolha dos proprietários de terras para padrinhos dos filhos pelos “moradores”²⁸, fatos que ocorrem desde o processo de ocupação da Ilha pelos sesmeiros.

Depois, com a entrada dos búfalos ocorre outro direcionamento e um novo aprendizado. Nessa nova empreitada, a expansão de exportação aumenta tanto em termos financeiros para o proprietário quanto geograficamente, levando-o a exportar até para Quito, no Peru (entrevista 2014).

A inserção do Estado e da Igreja nas fazendas também tem aumentado em função de novos modelos de atuação. O catolicismo, relacionado ao santo padroeiro, a atuação das igrejas evangélicas; o Estado, com a certificação do gado para aplicação de vacina, principalmente e a inserção de trabalhadores nas políticas públicas têm proporcionado participação efetiva dos grupos locais nos agenciamentos sociais.

A historiografia deste contexto é demarcada por eventos importantes no mundo do trabalho. A vida social na Ilha, desde a ocupação pelos europeus, foi constituída por processos de dominação, exploração, colaboração, cooperação e amizade, garantidas pelos vínculos de trabalho e familiares, criados e sustentados pela relação de compadrio. Este crisol, pautado por jogos de interesses entre os grupos que mantêm uma sociedade um quadro de precariedade e outra de opulência de condições socioambientais, constituem-se como sistemas que se abrem para novos eventos e novas possibilidades ainda marcadas por uma peculiaridade de reciprocidades hierarquizadas nos campos naturais de Marajó.

²⁷ Fernando Braudel (1989; 1992).

²⁸ Os moradores, denominação local, são aquelas pessoas que mora nas terras de outrem, uma espécie de agregado.

PARTE I

COSMO PLANEJADO E FORMAÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL FIGURADO POR VAQUEIROS, COMPADRES E CRIADORES DE GADO NOS CAMPOS DO MARAJÓ

I.1 “COSMO” IDEALIZADO, PLANEJADO E OCUPADO

As transformações sociais na Europa do século XIV produziram uma conjuntura favorável às grandes navegações e à busca de novas terras para expandir a cultura europeia, sendo possível chegar às Américas e aos continentes da África e Ásia. Segundo Elias (2001), ao analisar a corte francesa de Luiz XIV²⁹, chega-se a uma formação social que se expande e lança seus traços socioculturais para o “novo mundo”³⁰, mas, certamente, essa sociedade que surge parte de um “problema da reprodução social” que encontra no local uma sociedade *sui generis*, levando ao estabelecimento de “fórmulas necessárias” a fim de possibilitar a estruturação de um espaço social em um ambiente eminentemente natural.

Essas ações foram fundamentais para a instalação do domínio europeu nas Américas e para a introdução do credo como forma de estabelecer uma relação de aproximação para a colonização. Segundo Bethell (2012, p.27), isso significou a redução da população autóctone, tanto que “no final do século XVIII a população do Peru [teve] seu menor número em relação ao período colonial”. O autor menciona, inclusive, que “em todo a América Espanhola o declínio não foi uniforme”, mas “toda a região foi afetada”.

A história da ocupação europeia praticamente dizimou a população da América, principalmente porque a colonização enfrentou as populações autóctones possuidoras de estruturas e organizações coletivas que não se pautavam pela acumulação de riqueza e de capitais. Para alterar essa estrutura mental e social, os europeus utilizaram-se de formas brutais de violência a fim de subjugar a cultura dos ameríndios.

A ação das missões, sob a coordenação dos jesuítas, na Amazônia, foi intensa, segundo Bethell (2012, p.465). Nos primeiros cem anos de colonização, que vai de 1650 a 1750, eles organizam cerca de 160 expedições na bacia amazônica. A permanência da colonização deveu-se, assim, à garantia de força de trabalho por meio das “expedições anuais de escravistas, oficiais e privadas”, as quais favoreciam a redução de indígenas treinados por dois anos consecutivos para as obras da colonização privada e do estado colonial e ainda para a manutenção das missões.

Esse processo, tomando como base o pensamento de Edmundo O’Gorman (1992), é fruto da busca de respostas para expansão do poder europeu. Os soberanos elaboraram

Elias (2001, p.171) faz um estudo importantíssimo analisando o processo de criação e transformação da corte francesa de Luiz XV, que nos revela a instalação de uma sociedade. Ele afirma que esta sociedade é parte do “problema da reprodução social”.

³⁰ As aspas são minhas e têm a ver com o que será tratado mais adiante.

projetos de descobertas para explicarem a existência de outras “Ilhas de Terras”, outro “Cosmo”, habitados ou não, como a existência das povoações ameríndias. Com os europeus houve intensas transformações no Novo Mundo, expandido com as novas descobertas³¹. Esse pensamento, que era defendido pelos religiosos, impulsionou as primeiras navegações de Colombo, em busca de terras para serem ocupadas e dominadas³².

No livro “O diretório dos índios: um projeto de ‘civilização’ no Brasil do século XVIII”, de Almeida (1997, p.29), são mostradas a expansão e a ocupação da população europeia para os espaços sociais de muitos povos. Segundo a autora, mesmo não havendo um projeto de aniquilamento, as formas de dominação levaram a criar uma cultura de extermínio, uma concepção implícita no processo de ocupação. “Mas, apesar de esta ação supor uma relação assimétrica, alimentada por convicção de superioridade, nem sempre implicou uma atitude de beligerância e extermínio” (ALMEIDA, 1997, p.29).

Para os europeus que haviam ocupado a Ilha, baseados no credo de que a natureza tinha sido entregue para ser cultivada com o suor próprio de seu corpo, segundo Thomas (2010 [1983], p.18), a terra foi entregue para o homem dominá-la e a agricultura tinha o papel de “converter a natureza em cultura”, recorrendo ao que está expresso no primeiro livro da Bíblia Sagrada, o Gênesis, (capítulo 1: versículos 28-30), que nos leva a entender que, nessa linha de pensamento, os homens passaram a dominar a terra e tudo que nela existia.

Diante disso, explica-se a ocupação dos europeus embasada no conceito de “civilização”, como ideologia que sustentava a sua concepção de superioridade em relação aos demais grupos, favorecendo entre tantos outros acontecimentos nefastos, a dizimação dos grupos nativos que os encontraram. Em outro momento, essa mesma ideologia dá amparo para a captura de grupos humanos com a finalidade de escravizar, ocorrência praticada com os grupos africanos conduzidos às colônias e submetidos ao trabalho forçado.

Esse cosmo está marcado por uma espécie de “mito de origem”, utilizado aqui não para justificar os problemas, mas para pensar algumas explicações da vida social e das muitas interfaces da vida dos moradores dos campos sob um meio natural e, ao mesmo

³¹ As descobertas eram baseadas no pensamento de Aristóteles, que afirma ser a terra redonda e que havia uma camada de água envolvendo-a. Nesse mesmo sentido, Isidoro de Sevilha apontava a existência de um mapa elaborado pelos pagãos, que compreendiam haver outras “ilhas de terra”, o que se consolidou no pensamento medieval do mundo.

³² Na história da ocupação das Américas houve um verdadeiro massacre das populações autóctones. Para uma melhor compreensão, ler Brown (2011) e Marques (1967).

tempo, uma história social que se estrutura e solidifica um modo de vida que traz elementos socioculturais para a vida contemporânea deste lugar.

I.2 OCUPAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL NO MARAJÓ

O período colonial marcou profundamente a cultura local do Arquipélago do Marajó, desde a penetração do espanhol Vicente Pinzón, que batizou essa região como Ilha Grande de Joanes. Para Azevedo (1999), a construção de um espaço social deveu-se às missões jesuítas religiosas na Ilha de Marajó, pois a Companhia de Jesus era a principal ordem religiosa na conquista deste território. Em 1659, “Vieira consegue “reduzir” as tribos do Marajó³³”.

Esse fato foi considerado um “feito milagroso”. “O que não tinha alcançado a força das armas, obtém a doçura do evangelizador”. O autor afirma que a ocupação da Ilha de Marajó era uma “conquista de suma importância para a colônia; pois, através desta conquista as portas do Amazonas ficam definitivamente cerradas aos holandeses”³⁴ (AZEVEDO, 1999, p.73).

Assim, ocorreram os primeiros movimentos de ocupação em 1659. Em “1680, o oficial de carpintaria português, Francisco Rodrigues Pereira, funda a primeira fazenda pastoril na margem esquerda do Mauá, afluente do Arari” (MIRANDA NETO, 2005, p.67). Também se

pode constatar, a partir de apontamento do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, que, em 1644, provenientes das Ilhas de Cabo Verde, vieram as primeiras cabeças de gado *vacum* para a capital paraense. Anos depois, em 1680, foram estabelecidas as primeiras fazendas na Ilha Joanes. Portanto, para o autor, a Ilha do Marajó foi o grande polo produtor de gado até 1915. [...] Cabe ressaltar ainda que a primeira fazenda da Ilha foi edificada pelo carpinteiro de ofício, Francisco Rodrigues Pereira, na margem esquerda do rio Arari em 1680 (SILVA, 2011. p. 203).

Foi somente em 1754 que esse espaço físico-geográfico recebeu o nome hoje conhecido, que em tupi significa “barreira do mar”. Seus primeiros movimentos de ocupação deram-se pela implantação das missões religiosas.

A introdução do gado em parte das terras do Marajó deveu-se à própria necessidade do colonizador português, que a tornou uma das principais atividades econômicas e de ocupação da região. Assim, as primeiras fazendas tiveram definitivamente característica de latifúndio e também definiram a pecuária extensiva

³³ Ver Meggers (1987); Roosevelt (1981).

³⁴ A Coroa portuguesa definiu, assim, a ocupação e beneficiamento da terra como condição aos donatários e sesmeiros, para manterem a posse da terra.

como principal produção da região dos Campos de Marajó. Nelas desenvolveu-se a criação de gado cavalar para montaria e de bovino para produção de carne. Ter gado dava *status* de rico a seus proprietários, pois possuir esses animais configurava riqueza³⁵.

A ocupação portuguesa no início da formação do Brasil teve como uma de suas funções a manutenção e a defesa das fronteiras contra a invasão de outros países. A Ilha do Marajó, situada na foz do rio Amazonas, foi usada como ponto de controle estratégico para entrada na região, conforme se pode visualizar na figura 1 abaixo.

Figura 1: localização da ilha de Marajó



Fonte: <http://marajoando.blogspot.com.br/2009/12/o-mapa-da-ilha.html>

As fazendas assim como as terras da Ilha passaram por vários processos e proprietários no período colonial. Em 1754, por exemplo, foi extinta a donataria da Ilha, a capitania de Marajó foi incorporada à Coroa. Em 1757 as fazendas dos jesuítas foram confiscadas e suas propriedades foram doadas a 22 civis e militares, denominados de ‘contemplados’.

A Coroa nomeou, em 1757 um inspetor-geral para a Ilha a fim de fiscalizar os serviços e esse seu trabalho lhe rendeu três fazendas e muito gado. Mas a garantia de constituição de uma força de trabalho, nos primeiros tempos de colonização, ficou ao encargo das Missões, instituição fundamental, particularmente, sob o gerenciamento dos descendentes pelos jesuítas.

³⁵ Porém os animais trazidos para cá eram considerados pela zootecnia europeia como animais de piores qualidades (NUNES, 1956, p. 92/100).

A ocupação significava a exploração econômica a fim de justificar as ações de captura e escravização da população autóctone pelos colonizadores, forçando-os a trabalharem de modo ritmado sob o controle dos missionários e dos colonizadores privados e do estado colonial. Portanto a evangelização tornou-se uma estratégia de camuflar a brutal destituição da cultura tribal e introduzir o comércio das drogas do sertão, de que os indígenas eram exímios conhecedores. Observei também que os processos de redução e descimentos de indígenas³⁶, serviram para criar uma força de trabalho, pois não existia, nesse território, mão de obra para impulsionar a colonização.

As missões, portanto, tiveram como uma de suas tarefas principais a formação de uma força de trabalho para a execução dos empreendimentos coloniais. Para isso os missionários religiosos fizeram expedições aos sertões chamadas de descimentos, a fim de capturar indígenas e os organizar em aldeamentos, onde eram treinados para se tornarem trabalhadores.

Dessa forma, a concepção religiosa dos missionários coordenados pelos jesuítas planejou estrategicamente os territórios além-mares e estabeleceu regras para o domínio e o jogo de Portugal. Esse balaio cultural careceu de acordos e concessões. Essa trama social deixou vestígios do passado que ainda podem ser vistos, pois a construção da sociedade marajoara é marcada pelos traços da dominação, abrandada por relação de solidariedade despótica, alimentada sob uma regra de jogo com ganhadores em moedas de valores diferenciados. Essas inter-relações estão marcadas por vínculos de “reciprocidade hierárquica” (LANNA, 1995), a exemplo do compadrio, trabalho servil, desapego e de falta de acesso a bens de consumo.

Nesse sistema, os “silvícolas” eram apreendidos e passavam por um processo de formação em determinados ofícios, como carpinteiros, pedreiros, marceneiros dentre outros voltados à construção e produção alimentícia, tendo em vista o crescimento populacional. Para Barbosa (2003), a resistência por meio de fugas e deserções levou à

³⁶Movimento de aprisionamento de índios para a formação de mão-de-obra para os empreendimentos coloniais. Os índios aprisionados passavam por um processo de formação profissional e de evangelização, tendo em vista sua domesticação. Após dois anos de intensa educação, os mesmos eram distribuídos em três partes: uma primeira destinada à reprodução das missões; uma segunda aos serviços e construção de obras públicas do estado colonial; e uma terceira parte distribuída para os colonizadores privados. Com o fim do domínio jesuíta, os negros africanos foram introduzidos como escravos, força de trabalho nas fazendas e engenhos de cana-de-açúcar, enquanto os indígenas tornaram-se oficialmente vassalos do rei e, em tese, cidadãos livres e aqueles(as) que casassem com portugueses passariam a ter direito à terra e instrumentos de trabalho para a produção de alimentos à colônia em formação. A mestiçagem faz parte deste processo, mas apenas entre índios e brancos, havia proibição expressa de aproximação entre índios e negros (BARBOSA, 2003).

própria falência desse sistema de colonização e, ao mesmo tempo, à formação de quilombos e mocambos nas várias regiões do arquipélago (GOMES, 2005).

Com a expulsão das missões em 1759, implantou-se a política do Marquês de Pombal³⁷, que criou novas regras e tendo como exigências para a colonização e o domínio das terras doadas a um grupo social denominado de Contemplados³⁸. As propriedades dos missionários foram divididas, no entanto, estas se chocaram com as sesmarias da Baronia dos Macedo³⁹ (BRABO, 1979a, p.10), tendo em vista que houve a instalação de inúmeras sesmarias concedidas pelos Barões donatários.

Assim, a Coroa Portuguesa agraciou no período de 1732 a 1747, mediante essas subdivisões, as famílias Gavinhas, Gonçalves, Chermont, Calandrini, Miranda, Frade e Avelar. No entanto esse processo durou apenas quinze anos em face da falta de condições sociais e econômicas, levando esses proprietários a um retrocesso em relação à questão da formação de propriedade, os quais voltaram novamente à concepção de latifúndio (NUNES PEREIRA, 1953, p. 92/100).

Segundo Nunes Pereira (1953), a ocupação dos contemplados e sesmeiros chocou-se com os habitantes da época das primeiras missões, os quais estavam integrados na Ilha e desenvolviam a prática do pastoreio, implantada pelos missionários e capitães-mores⁴⁰. Nesse primeiro momento de concessões de terras, as sesmarias eram formadas por dezesseis propriedades no Marajó, as quais foram se dividindo e multiplicando o número de proprietários. Após a ocupação europeia e a chegada dos africanos na Ilha de Marajó, os missionários⁴¹ foram os primeiros a usar as terras para a lavoura, aparelhamento de

³⁷Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, foi o primeiro ministro de Portugal de 1750-1777. Foi fundamental para as transformações da sociedade portuguesa em meados do século XVIII, como as chamadas Reformas Pombalinas em Portugal e nas suas colônias.

³⁸São tratadas assim as famílias de civis e militares que receberam terras.

³⁹Após a expulsão das missões, esta Baronia foi instalada na Ilha de Marajó e doada ao secretário de Estado, Antônio de Souza Macedo, que teve filhos, netos e bisnetos como sucessores, sendo Luiz Gonçalo de Souza Macedo o primeiro Barão de Joanes (MIRANDA NETO, 2005, p.61).

⁴⁰“O capitão-mor era o oficial responsável pelo recrutamento, treino e comando de tropas da ordenança numa dada localidade, fosse ela cidade, vila ou aldeia. Quando em 1570 D. Sebastião mandou que houvesse, em cada terra de Portugal, um capitão-mor, a função desempenhada por estes correspondia à de uma patente militar, ou seja, um posto. Segundo o Regimento dos capitães-mores, este seria responsável por uma companhia da ordenança. Em cada comarca haveria também um sargento-mor, a quem caberia o comando superior do conjunto das companhias dessa comarca organizado em terço da ordenança. A companhia era a unidade básica administrativa, o terço era uma unidade táctica. O grosso do exército que D. Sebastião objetivava constituir era composto com elementos recrutados em cada terra pelo respectivo capitão-mor”. (<http://guerradarestauracao.wordpress.com/2009/07/22/o-cargo-de-capitao-mor/>) site consultado dia 06/09/2013.

⁴¹Franciscanos, capuchos de Santo Antônio, Carmelitas, Mercedários, Capuchos de São José, de Nossa Senhora da Piedade, Companhia de Jesus (MIRANDA NETO, 2005, p. 58). Sobre a Companhia de Jesus tratarei mais especificamente no capítulo III.

engenhos, ficando moirão de currais, onde estas propriedades receberam a denominação de Impérios Teocráticos⁴².

Os conflitos decorrentes dessa relação, especialmente, ligados ao novo sistema de ocupação, levaram à divisão dessas terras, resultando em uma nova configuração espacial baseada nas sesmarias, que foram fragmentadas e criaram-se outros grandes proprietários, desta feita, impedindo novos processos de partilha de terra entre a população.

Com o fim do Regimento das Missões⁴³, em 1775, houve um novo regimento de organização da colonização⁴⁴, ou seja, o Diretório de Índios, editado exclusivamente para o Pará e Maranhão, o qual reestruturou a sociedade local, formada sob o domínio desse Regimento. Por esse instrumento jurídico-colonial, as maiores fazendas de gado transformam-se nas primeiras cidades e vilas da Amazônia, com nomes correspondentes aos de Portugal⁴⁵; outras passaram a fazer parte do patrimônio particular de representantes do estado colonial, dando origem às chamadas famílias tradicionais e, mais tarde, às relações de compadrio.

Miranda Neto (2005, p.66-7) mostra que as fazendas de gados se originaram nesse momento, havendo ainda a formação de uma “classe média” vinculada à criação destes animais no interior do arquipélago marajoara, embora isso não tenha impedido a formação de grandes latifúndios, os quais constituíram uma tradição relacionada à pecuária nos campos naturais.

Nesse contexto de dissolução dos grupos sociais entre contemplados, sesmeiros ou posseiros e moradores⁴⁶, aparece a figura do fazendeiro, que termina fundindo todas as pequenas propriedades em imensos e improdutivos latifúndios (NUNES, 1953), que são, na sua maior parte, propriedades de famílias que adquiriram terras ao longo da ocupação

⁴²Período em que os religiosos governavam as missões existentes na Ilha.

⁴³ Após a expulsão dos jesuítas os frades das Mercês foram os únicos que permaneceram na ilha até 1795, enquanto o estado colonial administrou até 1878 as chamadas fazendas nacionais, vendendo-as a particulares. Assim, verifiquei que houve, desde as primeiras instalações e criações das fazendas, vários processos de mudanças no regime de propriedade das terras e da produção local (MIRANDA NETO, 2005). Portanto resultou desse processo uma série de apropriações de terras e de transferências de criadores, o que contribuiu para uma formação sócio-histórica particular, em que a apropriação de terras levou à constituição da sociedade marajoara.

⁴⁴Segundo Almeida (1997, p.53), a colonização seria uma “ação de transformação”. “Compreende a criação de economias, a formação de núcleos povoadores e a instalação de aparelhos jurídicos, políticos e administrativos de sustentação a esses empreendimentos. Em suma, colonização compreende toda a ação que foi colocada em prática pelos portugueses para assegurar a posse e expansão das terras do Brasil, desde sua descoberta até a emancipação política”.

⁴⁵A exemplo de Soure, Santarém, Óbidos, Aveiro dentre outras, criadas por toda a região.

⁴⁶ São aqueles trabalhadores que não estão empregados nas fazendas, mas moram nas terras da fazenda criando animais e meia ou terça parte. Essa é uma denominação local.

das capitâneas hereditárias e dos sesmeiros, chegando à conformação do recebimento por herança.

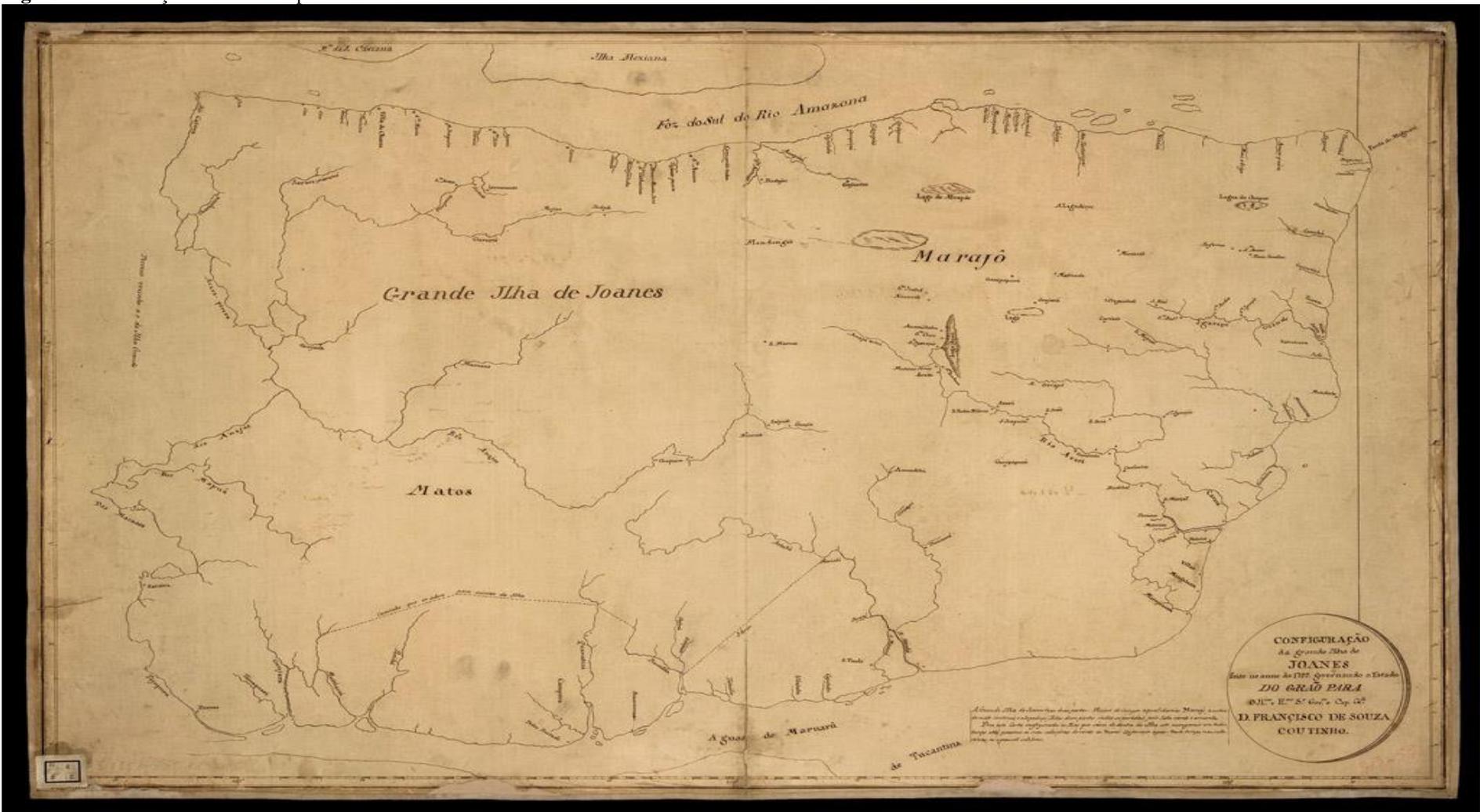
As relações socioeconômicas nesse espaço criaram um sistema de organização da produção e geraram formas de trabalhos articuladas ao chamado compadrio, que não é outra coisa senão o domínio dos donos das fazendas sobre as populações subalternizadas nesse processo, como os ameríndios e os africanos trazidos como escravos.

O trabalho ... [de] camponeses, de pescadores, de artesãos ..., assim como a esfera econômica em geral, aparece de forma embutida no conjunto da vida social destes grupos sociais “tradicionais”, “pré-capitalistas”. Aí se apresentam em geral o dom e a reciprocidade, a negação ou o obscurecimento do interesse econômico, em benefício da lógica da honra ou do capital simbólico. O dom se mostra como fato social total e o princípio do mercado se subordina aos da reciprocidade e da redistribuição. [O]... trabalho [vai] aparecer de forma subordinada a outros aspectos com os quais está inter-relacionado (LEITE LOPES, 2015, p.65).

Esses traços históricos ainda repercutem como fórmula originária dos principais problemas de pobreza das populações locais, pois as relações de trabalho decorrentes desse sistema são extremamente precárias, embora cobertas por uma aura de compadrio, o qual é estabelecido nas bordas da legislação trabalhista, em que a confiabilidade empana a relação entre patrões e empregados, uma situação que perdura em face de um sistema fechado de circulação e mobilidade do trabalho, muitas vezes restritas às fazendas dos mesmos proprietários.

A ocupação e a criação do espaço social do Marajó são marcadas pela questão da terra doada a políticos, religiosos e indivíduos influentes na sociedade, desde o fim do século XVII, deixando áreas reduzidas para o cultivo. Por conseguinte, a maior parte das pessoas que residem no interior da Ilha vive sob vínculo de dependência dos latifundiários, na condição de empregados ou como colonos auxiliares, cultivadores de pequenas produções agrícolas, artesanais, extrativistas, coletores de frutos etc. (LOUREIRO, 1992. p. 59). Essa distribuição de terras doadas desde o sec. XVII pode ser observada na Figura 2, abaixo.

Figura2: Demarcação de terras no período colonial.



Fonte: Museu Nacional, 2015.

Nesse contexto é que busquei entender como a sociedade marajoara estruturou-se sob a economia da pecuária. Para Oliveira Júnior (1991), essa formação tem a ver com as atividades desenvolvidas desde os tempos coloniais, as quais tiveram algum incremento com a economia da borracha, momento em que as relações sociais de produção foram sustentadas por práticas de aviamento, mas especificamente nos períodos de 1830 a 1912.

Embora os lucros obtidos com a pecuária jamais tenham sido tão sensacionais quanto os conseguidos no negócio da borracha, a pecuária mostrou-se, afinal, uma fonte de renda muito mais firme e as fazendas uma base financeira muito mais confiável. Durante todo o período da expansão da borracha, até os criadores de Marajó que não cuidavam das suas propriedades puderam prosperar graças à inflação do preço da carne (WEINSTEIN, 1993, p.285).

Weinstein (1993) mostra que pecuaristas chegaram até a fazer empréstimos a determinadas Casas Aviadoras⁴⁷, uma vez que a economia da pecuária era mais estável e segura; isso pode ser visto particularmente com o declínio da economia da borracha. Assim, pude perceber que a economia vinculada à criação de gado, instalada desde a colonização, constitui a sociedade marajoara como um espaço social hierarquizado, em que os europeus sobrepuseram-se às populações ameríndias e às populações africanas, ambas inferiorizadas em suas etnias.

Uma estrutura figurada a partir de uma cultura diferenciada pela imposição de processos de dominação. Essa estrutura favoreceu a criação de um mercado estável, sob uma estrutura social ancorada em elementos de controle da mobilidade do trabalho⁴⁸, dentre estes a relação de compadrio, como mostrarei no item seguinte.

I.2.1 Fazendas religiosas: “fórmulas necessárias” engendrando produção&dádiva

As transformações dadas pela expansão da economia-mundo⁴⁹ nas terras além-mares, desde o século XIV, deram-se em função da necessidade de fixação de pontos estratégicos, para a Coroa Portuguesa firmar seus domínios nas colônias, contra os

⁴⁷ Para Weinstein (1993), a economia da borracha favoreceu a produção de carne, gerando recursos extras aos fazendeiros do Marajó. Dessa forma, o governo praticamente abandonou os incentivos à região; seu apoio se deu apenas no financiamento de uma “fazenda modelo” e no subsídio a uma linha de transporte fluvial para a navegação entre Marajó e Belém.

⁴⁸ Ver Barbosa (2003).

⁴⁹ Ver Wallenstein (1979).

holandeses, franceses e ingleses. Nesse sentido, a Ilha de Marajó, com suas condições físico-geográficas e ambientais tornaram-se favoráveis à atividade pecuária.

A instalação das fazendas para o cultivo da terra, domesticação dos animais fazia parte de uma orientação divina sobre a expansão do poder de seus seguidores na terra. Assim, o processo de ocupação em toda a América Latina tornou-se um projeto com objetivos que se verifica no fragmento da obra de Avellaneda (2014, p. 27), ao “*promover la ocupación pacífica de nuevos territorios para expandir los limites de la frontera, controlar la penetración portuguesa y terminar com la resistencia indígena*”⁵⁰.

Essas bases de colonização não ocorreram somente no Brasil, mas nas Américas e em outras partes do mundo em períodos similares ou aproximados. Essas formas necessárias tiveram alterações profundas nas estruturas sociais conquistadas, como as sociedades ameríndias, metamorfoseando a vida de estabelecidos e *outsiders*⁵¹, resultando em extermínio sob uma diáspora motivada por projetos de expansão de poder e conquista de novas terras, para explorar e solidificar o domínio da civilização europeia.

A Europa vivia um momento de novas descobertas, como das grandes navegações, as quais possibilitaram concretizar hipótese e teses de transformações advindas do avanço científico e uma nova compreensão do mundo. Do contato com novos grupos humanos e novos ambientes naturais, proporcionados pelo conhecimento científico, como a navegação, as reformas religiosas, em seus diferentes segmentos religiosos, coordenavam missões e expedições para apoiar essas novas conquistas, gerando em paralelo a dominação das nações europeias sobre os povos locais, a exploração de outras terras em busca de riquezas e, em consequência, arrebatando novos fiéis.

O papel da Companhia de Jesus, nesse sentido, foi exemplar, ao estruturar o processo de colonização europeia, na conquista do Novo Mundo. Azevedo (1999, p. 10) destaca como os religiosos foram importantes: “agora veremos com os padres exploradores e geógrafos, atravessando terras, discorrendo pelos rios, perscrutando as florestas e em toda parte, no mundo novo, as avançadas sentinelas da civilização”.

⁵⁰ Promover a ocupação pacífica de novos territórios para expandir os limites da fronteira, para controle e penetração portuguesa, a fim de acabar com a resistência indígena (tradução própria).

⁵¹ Ver Elias; Scotson (2000).

Esses religiosos foram apontados como os principais agentes colaboradores no plano de ocupação dos novos territórios. Eles marcaram, profundamente, o momento de colonização, com sua maneira de conquistar os nativos, tendo como elemento principal o modelo pedagógico da evangelização que arrebatava até mesmo outras concepções e credos. Assim, eles conseguiram arregimentar novos adeptos, novos cristãos ao se instalarem nas colônias do Novo Mundo.

Dessa forma, contribuíram para a ocupação dos territórios com a implantação de modelos específicos de dominação, favorecendo os interesses dos colonizadores, alicerçando o predomínio dos conquistadores nos espaços sociais que foram ocupados. Nesse recorte, a religião favoreceu a instalação de benfeitorias, instalação de infraestruturas para a ocupação dos territórios ultramarinos e introdução de práticas necessárias à permanência do colonizador nas novas terras.

Na Ilha do Marajó, os jesuítas instalaram as primeiras fazendas de gado e adestraram os “gentios”, que foram treinados para desenvolver os trabalhos duros na estruturação do estado colonial. Foram inúmeras construções e instalações que se realizavam, na Amazônia, com base no trabalho escravo de índios e de africanos.

Os missionários circulavam por toda parte. Os rios eram percursos naturais em que navegavam e possibilitavam fluxos entre diferentes territórios, em frotas de embarcações de pequeno e médio porte, um transporte que os índios sabiam conduzir com maestria entre furos, rios e igarapés, trafegando pessoas, produtos e mercadorias para abastecer ou para a construção de benfeitorias em diferentes espaços territoriais. Os missionários, com o controle da mão de obra indígena, fizeram grandes riquezas, produziam, comercializavam nas vilas e cidades, causando invejas nos demais exploradores das colônias.

Com a expulsão dos jesuítas, no século XVIII, suas propriedades passaram para o domínio da Coroa, principalmente, devido aos negócios prósperos dos religiosos espalhados em toda a malha fluvial da Amazônia (AZEVEDO, 1999).

Essas fazendas, após a expulsão dos jesuítas, tornaram-se palco do modelo de produção que sustentou as relações no sistema de compadrio, fruto do processo de conquista e exploração da terra e da escravização do gentio para a produção de bens e serviços coloniais. Assim a implantação do poder colonial, isto é, dos europeus figuravam e adaptavam estruturas sociais no além-mar para impor a cultura dos dominadores aos grupos conquistados. Nesse interstício, o pensamento europeu avançou na exploração de matérias-primas para enriquecimento do velho mundo.

A ocupação da Ilha do Marajó e de outras regiões do Brasil, da América Latina e Caribe, principalmente, com as primeiras instalações de currais, tornou-se a forma necessária ao projeto de colonização, uma engenharia de conquista e estratégia impulsionada às transformações sociais no mundo marajoara, passando a sustentar formas de exploração, “servidão”, escravidão e domínio de um grupo pelo outro, cuja maior marca está presente nas estruturas de compadrio⁵², um misto de servidão, confiança e solidariedade despótica, em “estruturas paralelas existentes em sociedades complexas: parentesco, amizade e relações patrono-cliente” (WOLF, 2003).

As relações de dominação e de dádivas foram construídas a fim de garantir a apropriação e a manutenção dos territórios e espaços sociais estruturados, como as grandes fazendas implantadas no Marajó, por exemplo. As “circunstâncias: solidariedade políticas e econômicas, apadrinhamentos, compadrio, legitimação de filhos, herança e legados, como principal parâmetro de compreensão dessas famílias e da sociedade marajoara, de forma geral” (SOARES, 2010, p.13)⁵³, formam um cosmo novo. Todas essas relações correspondem ao que Elias (1994) vai identificar como formas adequadas para o processo de ocupação.

A ocupação da Ilha foi resultado de um projeto de expansão português/europeu (Reis e Clero), no período colonial, implantando um modelo de exploração econômica e dominação da Coroa portuguesa que dizimou as populações nativas, quando se propôs “civilizá-los”. Segundo Elias, o conceito Civilizar ‘civilização’ “resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior às sociedades mais antigas, contemporâneas ‘mais primitivas’” (ELIAS, 1994[1939]), como mostrarei no item seguinte.

⁵² Para a compreensão desse processo estrutural de ocupação, apropriei-me de trabalhos como aqueles de Freyre (2001); Faoro (2008); Hollanda (1999); Heredia (1979); Mintz (2010); Wolf (2003), mas também de Azevedo (1999), este último para entender a ação dos jesuítas na Amazônia.

⁵³ Esse é um contexto da ocupação, mas analisando a realidade do final da primeira metade do século XX esse fato estava posto.

I.3 MAUSS NO MARAJÓ: DÁDIVAS NA COMPREENSÃO DO COMPADRIO

A análise do sistema de compadrio no Marajó me remeteu aos estudos clássicos de Mauss (2003) principalmente, ao Ensaio sobre a dádiva, para entender elementos constitutivos da razão das trocas nas sociedades arcaicas. Segundo esse autor as trocas simbólicas se estruturam como uma forma de retribuição em uma relação estabelecida pela dádiva⁵⁴, tendo em vista verificar o regime do direito contratual e do sistema das prestações econômicas entre as diversas seções ou subgrupos que compõem as “sociedades primitivas” ou “arcaicas”.

Mauss (Idem) constatou a existência de um conjunto de fatos complexos, onde tudo se mistura, constituindo a vida propriamente social das sociedades que precederam as nossas, suas práticas como garantia de modos particulares, entendidos por ele como “fatos sociais totais”, na medida em que dão conta das relações sociais entre as pessoas e suas organizações sociais.

Pude observar, a partir da compreensão de Mauss (2003), que é possível transportar sua noção de dádiva para a realidade social da Ilha de Marajó, em face de características semelhantes, considerando a forma das relações dos grupos existentes nas áreas das fazendas.

Há um sistema complexo, no qual se encontra toda a vida social dos grupos locais, sobretudo dos trabalhadores que estão por várias décadas e gerações atrelados e envolvidos a uma relação patrão-cliente. Tal sistema pode ser pensado *a la* Mauss, ou seja, um sistema de fenômenos sociais “totais”, em que estão presentes diversas instituições ‘religiosas, jurídicas, econômicas e morais – estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo, supondo formas particulares de produção e de consumo. Nessas instituições econômicas estão inseridas formas de produção e consumo, isto é, de fornecimento e distribuição. Estão presentes ainda sistemas e fenômenos estéticos, além de fenômenos morfológicos em que se manifestam as instituições (MAUSS, 2003, p. 187). Nessa complexidade, pude observar que as fazendas reproduziam um sistema de relação entre trabalhadores e patrões – vaqueiros/fazendeiros, mas estes não são os únicos laços de fidelidade, em que o envolvimento se dá na forma de compadrio e em que fidelidade, cordialidade, obediência, dedicação, cumprimento de acordos,

⁵⁴ Na obra “Ensaio sobre a dádiva”, Marcel Mauss aponta que “esse trabalho é um fragmento de estudo mais vasto” que seria a sua atenção para “o regime do direito contratual e para o sistema das prestações econômicas entre as diversas seções ou subgrupos de que se compõem as sociedades ditas primitivas, e também as que poderíamos chamar arcaicas.” (2003, p.187).

prestações e contraprestações desenvolveram-se de forma peculiar, quase, diria, “marajoara”.

As trocas examinadas *mausseanamente* apresentam ou aparentam um caráter voluntário, posso dizer, um caráter voluntário, são aparentemente livres e gratuitas, mas são, no entanto, obrigatórias e interessadas. Elas assumem a forma de *regalos*, isto é, presentes oferecidos generosamente, mesmo que “nesse gesto que acompanha a transação, há somente ficção, formalismo e mentira social, quando há, no fundo, obrigação e interesse econômico” (MAUSS, 2003, p.188).

Observei, nesse sentido, que as relações de compadrio desenvolvidas na Ilha de Marajó estão carregadas de trocas simbólicas, garantindo, por muitos e muitos anos, o convívio hierarquizado e o domínio dos fazendeiros sobre os vaqueiros nas áreas das fazendas, como parte da moral contratual permanente, um modo de ser que chegou até os nossos dias, ligado ao direito pessoal; “outros dizem respeito às formas e às ideias que sempre presidiram, ao menos parcialmente, a troca, e que ainda hoje suprem em parte a noção de interesse individual” (MAUSS, 2003, p. 188), ou seja, sem presunção.

Apono que esses grupos, apesar de estarem em relação com a sociedade maior, ainda desenvolvem uma forma de relação no âmbito particular; uma extensão espacial cujo significante mostra-se por um volume de intercâmbios altamente representativos, evidenciando a ocorrência de sistemas peculiares, e somente quem vive essa estrutura (ou investindo em observá-la sociologicamente) consegue partilhar ou perceber os valores imanentes a esse fenômeno.

Verifico, nessas prestações e contraprestações, não apenas indivíduos que fazem, mas uma coletividade que se envolve nesse sistema, no mapa do Marajó: não é um único fazendeiro e vaqueiro que estão envolvidos nessa relação, mas a coletividade como um todo, através de uma sucessão de gerações, no contexto das fazendas de Marajó. Percebo-me nos ensinamentos de Mauss (2003), no Ensaio da Dádiva, ao mostrar que lá existe um sistema, envolvendo uma coletividade e uma realidade social, com relações sustentadas em um conjunto ou sistema de trocas simbólicas (envolvendo bens concretos, também) que obedece a princípios da mesma ordem moral.

I.3.1 Prestações e contraprestações simbólicas no espaço social do Marajó

Com base na leitura de Soares (2010), identifico a importância do compadrio para a constituição da sociedade marajoara. Vejo-a como uma estrutura social pautada

em laços figurados sob uma dinâmica existente entre patrão e empregado, que caracterizo por prestações e contraprestações simbólicas estabelecidas por uma condição para fixação dos grupos, por meio de dominação e subordinação.

Apoiada em Bourdieu (1996), trato de uma relação em que não há um “ato desinteressado”, mas um jogo enquadrado em sistema de troca simbólica, em que os jogadores incorporaram suas regras e compreenderam a sua lógica, fato que ocorre no sistema de compadrio desenvolvido nas fazendas do Marajó.

Nos trabalhos de Miranda Neto (2005) e Soares (2010), vejo que a estrutura de compadrio da Ilha de Marajó possuiu, por muito tempo, um sistema que envolvia a vida social local, no qual todos corroboravam para esse jogo simbólico. Assim, entendo que o sistema de compadrio é parte desse jogo em que todos são destinados a jogar. Por exemplo, quando um vaqueiro oferece o filho na condição de afilhado ao patrão, essa relação afirma um compromisso como uma prestação e contraprestação de interesses.

Nas relações de compadrio na Ilha do Marajó, percebo a existência de prestações e contraprestações diferenciadas, em que há coisas que somente são dadas pelos vaqueiros e outras que somente são dadas pelo patrão. E, ao comparar essas prestações e contraprestações na relação patrão-cliente, observo que ao patrão as dádivas estão pautadas por elementos com um sentido de respeito ou reverência, enquanto ao vaqueiro (cliente) as prestações e contraprestações facilitam sua permanência no espaço social, isto é, na área da fazenda, traduzindo-se na forma de algo visto como “concessões”.

Portanto compreendo a estrutura desse sistema presente no cotidiano local ligado a uma relação para além da Ilha, a partir de um leque de interesses que mantêm um *status quo* de dominação e compromissos.

Soares (2010, p. 19), ao analisar documentos dos séculos XVIII e XIX, mostra uma constituição particular da Ilha de Marajó, a partir de uma formação e de mudanças, pensadas por meio de uma nova historiografia social desta região:

[...] de grupos familiares, que se tornaram tradicionais na ilha, a ocupação dos pastos naturais para criação de gado e a dinâmica entre os diversos sujeitos oriundos desse processo: fazendeiros, contemplados (administradores dos bens que ficaram com a expulsão dos jesuítas da ilha), agregados, vaqueiros, índios e escravos. Todos formavam a mescla social em que aproximações familiares, barganhas políticas, roubos, cumplicidades e rupturas delinearão a ocupação/colonização da ilha.

A compreensão das relações sociais construídas na propriedade de criação de gado, como nas fazendas do Marajó, a partir das experiências vivenciadas entre padrões

(proprietários das fazendas, antigos e atuais) e empregados (vaqueiros, feitores, administradores) e seus domínios de poder, é observada, desde o século XVII ao século XXI, a partir de um alicerce social mantido pelas relações de compadrio, dominação e subordinação, em um caldo cultural, a partir de uma roupagem inovada em face de relações entrecruzadas por esses diferentes agentes sociais em interações, ao mesmo tempo, social e natural, pautados por processos de evangelização e dominação.

Vivia-se em uma “sociedade de afluência” (SAHLINS, 2007), em que “uma lata vazia” (JURANDIR, 1992) é motivo de felicidade e de troca de produtos nativos, como um animal silvestre. São grupos de trabalhadores que permaneceram por séculos servindo e mantendo a riqueza de um grupo que sempre usufruía dessa fortuna, sem avaliar o grau de exploração e condição de “servidão” que os manteve.

Esses grupos sociais de trabalhadores se formaram na ilharga da opulência, sob um processo de subordinação no âmbito da pecuária na Ilha de Marajó, mantendo uma produção bovina exportada para o Nordeste e, em algum momento, até para Paramaribo.

Este modelo social, sustentado por quatro séculos, passou por ajustes, adaptações, barganhas e circulação entre os grupos em interação, havendo traços que permanecem e ainda sustentam práticas dessa macrosociedade envolta em princípios de superioridade étnica. Sob essa estrutura socioeconômica e cultural delimitaram-se períodos de grande opulência na região amazônica, particularmente, com a economia da borracha (WEINSTEIN, 1993), que conseguiu juntar, em seu cadinho, diferentes elementos articuladores da subalternidade. As bases da economia da pecuária da Ilha contribuíram, dessa forma, para a manutenção dessas relações quase intacta, passando por diferentes momentos de mutações, cujo produto da pecuária ainda é importante para o mercado regional.

A dominação da Amazônia, principalmente no que diz respeito às relações subjacentes à história local do Marajó, segundo Soares (2010, p 13), tem a ver com as

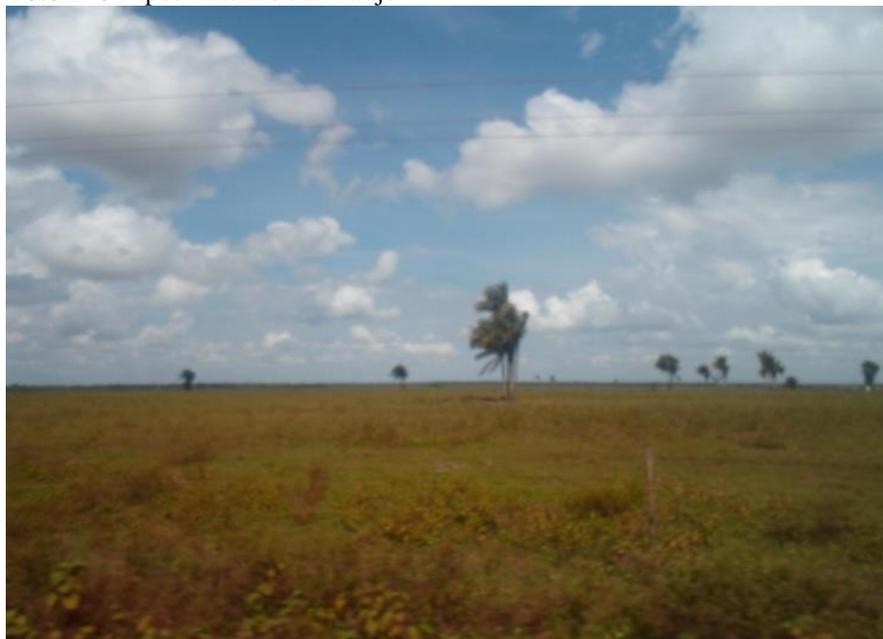
...estratégias de sobrevivência [que] envolvem escolhas, articulações, ações e o critério de tudo isso é estabelecido pela proximidade entre os sujeitos, na base familiar, onde o sangue e a afinidade são fundamentais quando defender os interesses dos *seus* é a principal estratégia. Ocorreu, assim, nos vários lugares onde a empresa colonial lançou seus projetos. Tanto nas vilas próximas aos centros administrativos quanto nas mais distantes a lógica era a mesma, a saber, ocupar e consolidar.

Entendo que isso faz parte da forma de ocupação empreendida pelos europeus na Ilha de Marajó, a qual resultou em especificidades decorrentes da necessidade de criar novos arranjos institucionais em face das populações autóctones e das condições ambientais do Marajó, uma posição geográfica estratégica para o controle sobre os domínios das terras da Bacia Amazônica.

Os alagados (mondongos), as enchentes e o roubo de gado constituíram-se em grandes entraves aos conquistadores. Somem-se a esse quadro conflitos, tensões, solidariedades, laços de amizade, estratégias de sobrevivência, aspirações de mercês, vantagens, favores, tentativas de ascensão social, mudança de *Status quo* (...). ... um sistema colonial que gerou realidades específicas em cada lugar apesar de fazer parte do mesmo projeto: Colonizar/Ocupar (SOARES, 2010, p.15).

As particularidades geográficas e ambientais, com relevo, pastos naturais, planícies e florestas densas, possibilitaram a implantação das fazendas no universo dos campos naturais marajoaras sem a necessidade de grandes adaptações, mas também a produção de alimentos com aproveitamento de produtos regionais pela prática de extrativismo, garantindo a sobrevivência dos grupos sociais que ocuparam esses espaços, para consolidar o projeto de dominação da Coroa portuguesa no Marajó. (Foto 1).

Foto 1: Campos Naturais do Marajó



Fonte: Ferrão, dez/2012.

Seguindo Sahlins, analisei experiências locais que possibilitaram, no jogo das trocas simbólicas, a organização de atividades humanas em meio a transformações que

pude identificar em vestígios documentais e, dessa forma, produzi uma leitura das diferentes ações dos vaqueiros, fazendeiros, criadores e agregados (moradores), ligados às atividades pecuárias que produziram as relações patrono-cliente nos campos naturais do Marajó, mas que também podem ser observados em outras realidades do Brasil.

As gerações de empregados são originadas, em grande medida, nas fazendas de gado, um regime de relação em que os filhos de vaqueiros e capatazes são quase naturalizados como trabalhadores ligados ao mesmo grupo de fazendeiros. Portanto a economia do arquipélago deve-se a esses sistemas que possibilitaram a formação de pequenos povoados nas margens de rios e de igarapés. A situação socioeconômica da mesorregião do Marajó, desta forma, é influenciada por atividades vinculadas:

- a) à pecuária, particularmente, a bubalina, criada nos campos naturais da Ilha do Marajó;
- b) ao extrativismo nas áreas de floresta;
- c) à pequena agricultura desenvolvida desde o período colonial.
- d) à pesca, em princípio artesanal, para autoconsumo e, mais tarde, para comercialização como meio de vida.

Destaco que essas atividades sempre estiveram presentes em paralelo com as atividades das grandes fazendas, mas elas têm ganhado relevância no contexto atual, particularmente quando há uma nova figuração nesse espaço social e econômico.

I.4 VAQUEIROS, COMPADRES E TRANSFORMAÇÕES

As transformações socioeconômicas e culturais nos campos do Marajó vêm se processando ao longo da história de constituição dessa sociedade, consolidada a partir de padrões e valores de relações estabelecidas no seio das fazendas, onde se estruturou e se desestruturou a organização entre seus agentes sociais como religiosos, fazendeiros, vaqueiros e pequenos proprietários.

Além destes, há transformações silenciosas, fundadas em um longo processo de substituição dos antigos donos por novos proprietários vindos de outras regiões do país. Mas, ao se tratar das propriedades de fazendas, são vários os fatores vinculados:

- a) proprietários que não pagavam os encargos sociais dos trabalhadores e por causa disso tiveram que indenizar o trabalhador com acordos informais que acabaram gerando a entrega de partes das terras, sob formas de lotes para ex-trabalhadores;
- b) decorrente disso a redução das propriedades nas terras de criação de gado do Marajó;
- c) em alguns casos a legalização de terras para grupos locais que viviam por muitas gerações em determinados espaços, como os territórios de remanescentes de quilombos⁵⁵;
- d) terras marcadas por conflitos e terras de áreas ribeirinhas de domínio da União, embora sob conflitos entre herdeiros e confinantes.

Esses elementos estão no centro das transformações fundamentais na sociedade marajoara, o que consigo entender a partir de Heredia (1979), mesmo quando esta trata do campesinato nordestino do Brasil, ou seja, faço um paralelo a fim de construir movimentos de aproximação das transformações nas áreas de *plantation*, particularmente “em termos econômicos como também políticos”.

Vejo, por exemplo, que o processo de mudança da condição de sitiante para assalariado, entre os trabalhadores (moradores) e os proprietários da *plantation*, se inicia com as perdas da casa e das parcelas de terras que ocupavam dentro das grandes propriedades.

⁵⁵ Para melhor compreensão, consultar Acevedo (2009); Cardoso (2008).

Esse fato pôde ser por mim evidenciado a partir das mutações na condição de vaqueiros e outros agregados, agora “transformados em assalariados”; com isso eles deixaram de ter acesso à terra dos fazendeiros para a produção visando ao autoconsumo de subsistência, o que era permitido anteriormente; precisando adquirir esses produtos em feiras, vindos das propriedades que antes ocupavam ou mesmo importados da capital.

Corroborando o pensamento de Heredia (1979), reflito que os trabalhadores saíram das fazendas ou das grandes propriedades, como ocorre na Ilha, e foram morar nas cidades. Nesse sentido, foi importante interpretar essa nova realidade, a qual não ocorreu somente no nordeste brasileiro, como nos revela a autora, mas também entre nós (como alhures, provavelmente), na Ilha de Marajó. O fato foi compreendido, em que pese às singularidades, como um sistema similar, em relação ao modo de vida nas fazendas do Nordeste e também na sociedade do Marajó.

Outro fator desta natureza foi a saída de alguns membros das famílias locais para morar nas sedes municipais e aos poucos dos demais membros para outras cidades, principalmente aqueles que moravam nas propriedades de outrem.

As relações entre vaqueiros⁵⁶ e fazendeiros⁵⁷ na Ilha de Marajó tornaram-se, assim, um fio condutor para entender as transformações que ocorrem nas fazendas, através de vendas e divisão das terras por espólio pelos antigos donos e seus herdeiros para outros grupos, como empresários capitalistas⁵⁸, originários de outras regiões do Pará, de outros estados ou mesmo de outros países, modificando as relações que foram construídas, por muitos anos, figurando uma panorâmica histórica do processo de ocupação para entendimento das formas de relações estabelecidas.

Havia uma relação contratual marcada por pagamento de parte dos dias trabalhados ao mês em “rancho” (cesta básica de alimentação de acordo com os

⁵⁶ A origem de muitos vaqueiros tem suas raízes na família consanguínea, desde o século XVII, quando foi introduzido o trabalho escravo do negro africano, mas também podiam ser filhos bastardos dos coronéis que a família dos feitores criava e depois esses se tornavam vaqueiros ou feitores. Também podiam ser meninos pobres filhos de moradores das fazendas e que iam aos poucos convivendo com a lida nas fazendas e daí aprendiam a profissão. Alguns vaqueiros eram famosos pelo aprendizado sobre as coisas das fazendas. Um caso conhecido é do Pantoja, morador de uma das fazendas no rio Tauá, afluente do rio Atuaá, que sabia os fazeres da vida de um vaqueiro, bem como seus apetrechos de trabalho como: sandálias, bolsas, selas, espora de couro para ser utilizada na fazenda. Aliás, sabia fazer todos os utensílios de uso no dia a dia. Esse era um típico vaqueiro marajoara devido à sua capacidade de sobrevivência nas fazendas, em lugares extremamente inóspitos.

⁵⁷ Suas origens têm a ver com o processo de expulsão dos jesuítas, quando as grandes fazendas foram transformadas em cidades ou lugarejos ou mesmo transformadas em propriedades particulares dos representantes oficiais do estado colonial, podendo ainda ter sido doadas em benefício de amigos destes representantes locais da coroa portuguesa.

⁵⁸ Proprietários fundiários que transformaram o uso das terras para fins empresariais.

produtos necessários ao cotidiano da fazenda) e outra parte em dinheiro (espécie), além da possibilidade de utilizar parte da terra para seu próprio usufruto, mas com a condição de que todo animal criado na fazenda pelo vaqueiro, ou outro produto qualquer, sob esse sistema, rendia ao fazendeiro a metade ou um terço da produção. Em algumas fazendas, o vaqueiro tinha o direito de caçar, pescar e coletar frutos para aumentar sua renda.

Os filhos dos vaqueiros geralmente eram afilhados dos fazendeiros e de suas esposas ou dos filhos dos fazendeiros. Assim, a relação de compadrio⁵⁹ reproduzida por várias gerações estabelecia uma familiaridade entre os dois grupos, que acabavam muitas vezes confundindo onde começava a relação de trabalho e a relação de compadrio. Essa assimetria gerava uma relação familiar atípica, parecendo haver uma íntima interferência nas decisões um do outro. O romance “Marajó”, de Dalcídio Jurandir, oferece uma vívida descrição desta relação, quando apresenta um quadro das tardes de domingo:

(...) sentada na sua poltrona, no velho alpendre (...), D. Branca recebia as velhas comadres, as afilhadas que sentavam pela escada, nos bancos, nas esteiras, contando casos, lhe pedindo roupa velha, retalhos de seda, sapatos usados, remédios. Algumas traziam almofadas para tecer renda que D. Branca comprava. Ali no alpendre ela combinava com as velhas rezadeiras a ladainha para S. Miguel Arcanjo e as novenas de Maio. Os curumins lhe traziam ingênuos feixes de miriti com que ela mandava fazer gaiolas, barquinhos, presentes da terra para os amigos em Belém. Traziam frutas silvestres, plantas, um filhote de quati-puru, uma ariranha e pediam em troca latas de biscoitos vazias, caixas vazias de figo, vazios carretéis de linha, os papéis coloridos dos embrulhos de D. Branca que tanto os maravilhavam. D. Branca não escondia o seu ar de senhora de engenho, de protetora, de madrinha do povo (JURANDIR, 1992 p.27).

O autor mostra a vida na fazenda, simbolizada pela relação entre as pessoas simples com os donos das terras, a partir de uma troca muito próxima, composta por um arsenal de inter-relações, que descreviam em grande medida o modo de vida no Marajó: os coronéis, donos de engenhos e grandes proprietários de terras vistos na historiografia da sociedade local, embalada por uma forte ligação de solidariedade baseada na dádiva, na dívida e na exploração e dependência entre os sujeitos dessa relação, pois cada um

⁵⁹Segundo a definição apresentada por Woortmann, “o compadrio não é apenas uma forma de ‘parentesco ritual’, ou de ‘parentesco fictício’, isto é, de um para parentesco. Ele é parte da própria estrutura do parentesco” e descreve ainda que “Toda criança, ao ser batizada, ganha um padrinho, ‘pai espiritual’, e uma madrinha, ‘mãe espiritual’, que, como em todas as sociedades de tradição cristã, mantêm com seus afilhados determinadas relações de obrigação social e ritual. Essa relação é fundada num rito de passagem, o batismo, enquanto nascimento simbólico” (WOORTMANN, 1995, p. 285).

tinha o interesse de retribuir ao outro, de forma a garantir a reprodução das relações ao longo do tempo.

Outro texto de Dalcídio Jurandir nos mostra o cotidiano da vida dos coronéis, particularmente como estes constituíam seus domínios para além das áreas de terras das fazendas, incorporando ainda pequenos proprietários, e como viam aquele espaço como de seu total domínio.

Quando seu pai agonizava em Ponta de Pedras já estava Coutinho escolhido para substituí-lo na Intendência. Não fez mais do que herdar a propriedade e o título do Coronel. Em política, acentuava o velho tabelião Marcelino, Coronel sabia se aprumar, em pé, no fundo do casco na maresia. Continuou com as fazendas no Arari e duas casas de negócios: a loja da vila e a Intendência, que não lhe davam, na verdade, grande lucro. Conservava-as, como objeto de estimação, dizia. Seu melhor empenho era ter gado, numeroso, à solta nos vastos campos. Ganhar com o menor esforço possível, aumentar suas terras e os seus rebanhos era, afinal, uma modesta preocupação que não ofendia a Deus nem ao próximo. Devorara pequenas fazendas em Cachoeira, estreitando cada vez mais o cerco em torno das últimas e teimosas pequenas propriedades que deixavam, enfim, de lutar com o grande domínio rural. Marajó para o Coronel Coutinho e alguns fazendeiros grandes era um mundo à parte, privado, lhes pertencia totalmente. Qualquer pensamento para aliviar as condições do vaqueiro e das fazendas, era como um ato de invasão à propriedade (JURANDIR, 1992, p.28).

Segundo Loureiro (1992, p. 59), a Ilha de Marajó foi marcada por figuras influentes do poder regional, como foi o caso da dominação exercida por esses personagens nas “fazendas de gados da ilha de Marajó (...), cujas terras vinham sendo transferidas a políticos, religiosos, enfim, a figuras influentes da sociedade, desde o fim do século XVII”. Portanto desde o início da ocupação da Ilha a produção pecuária foi hegemônica em relação às demais atividades produtivas, principalmente pela criação extensiva de gado e, com isso, as demais atividades econômicas ficaram cedidas e subordinadas às relações de poder desse grupo hegemônico. Para outro tipo de produção precisa da permissão dos fazendeiros.

A pequena produção de subsistência era condicionada, limitando-se “(...) ao mínimo indispensável ao sustento dos moradores, consistindo, basicamente, de pequenas roças de culturas temporárias, complementadas pela pesca para autoconsumo, nos rios e lagos internos, pela caça de animais silvestres e pelos frutos naturais ou cultivados nos quintais” (Idem).

Diante desta situação, pode-se constatar que o domínio da produção pecuária na Ilha identificou, por exemplo, no município de Muaná⁶⁰, nessas terras de campos naturais, a formação de fazendas de gados⁶¹, não praticando outra atividade produtiva.

Nessa área o grupo social se constituiu de trabalhadores, empregados e moradores⁶² de fazendas, pois aquelas pessoas que estão empregadas, muitas vezes, como no caso dos vaqueiros e feitores, têm toda uma geração de substituição na força de trabalho, na maioria, elas circulavam de um município a outro, na medida em que seus patrões possuíam mais de uma fazenda. Isto porque muitos vaqueiros nasceram nos domínios territoriais dessas fazendas, podendo ainda corresponder às diferentes fazendas com os mesmos donos, nos municípios de Cachoeira do Arari, Soure e Santa Cruz do Arari.

Muitas propriedades foram fragmentadas pelas partilhas entre herdeiros e seus descendentes que deixaram de ser fazendeiros e tornaram-se criadores⁶³. Segundo Almeida e Sprandel (2006, p.267), essas pessoas tornaram-se: “Os pequenos criadores, também designados como herdeiros, possuem rebanhos que não ultrapassam duas centenas de cabeças e detêm formalmente os direitos de propriedade”⁶⁴.

⁶⁰ Informações levantadas sobre o município de Muaná, do qual partirei para compreender o fenômeno das relações entre vaqueiros, fazendeiros e empresários capitalistas, revelam que, em 1956, havia os seguintes aglomerados: Muaná (a sede do município), Atalaia, Retiro (fazenda), Porto Franco, Santo André (fazenda), Brilhantina (fazenda), Santa Bárbara (Entreponto Comercial) (Noroeste a 50 km da sede municipal), São Miguel, São Francisco do Jararaca (entreponto Comercial). Com o passar dos anos, em decorrência da divisão por herança e do casamento dos herdeiros com outros grupos sociais, as relações entre os vaqueiros e os antigos proprietários parecem ter se dissolvido, principalmente porque na oportunidade não havia mais o compadre, e sim o patrão.

⁶¹ Destarte, resultando na instalação de fazendas como: Santo André (família Teixeira), Mangabeira (família Teixeira), Maçaranduba (família Maués), Primavera (família Calandrini), São Sebastião (família Calandrini), São Manoel (família Sá), São João (família Góes).

⁶² É uma categoria nativa que nomeia aquelas pessoas que constroem uma pequena casa nas terras de outrem, pagando uma terça ou uma quarta parte do que produz ao proprietário da terra. Alguns já foram empregados ou têm um membro de sua família empregada ou simplesmente fixa-se naquela terra porque não tem uma terra própria para desenvolver seu trabalho. Na maioria eles fazem uma plantação de agricultura permanente, como laranja, limão, manga e também de alguns frutos silvestre como bacuri cupuaçu e outros, para garantir sua fixação naquele local. Além das plantas, aquelas pessoas constrói um poço e fazem um chiqueiro de porco. Isso é muito comum. Às vezes a casa é apenas o assoalho e a cobertura, o restante da casa é aberto, isto é, sem paredes.

⁶³ Essa é uma categoria local com que se nomeiam aqueles proprietários de terra que têm pouco gado; então deixam de ser fazendeiros e passam para a categoria de criadores.

⁶⁴ Essa é a realidade dos herdeiros das partilhas das terras de fazendas no rio Arari, na vila de Jenipapo, pertencente ao município de Santa Cruz do Arari, área onde surgiram as primeiras fazendas de gado na ilha de Marajó. Almeida e Sprandel (idem) nos mostram de como esse grupo de pessoas foi permanecendo no local.

O desmembramento dos antigos quinhões de terras dos sesmeiros pelo sistema de herança e a impossibilidade de desenvolver satisfatoriamente a pecuária extensiva em áreas menores, conjugados com incapacidade que tem esse tipo de pecuária para absorver todo o contingente da força de trabalho das famílias dos denominados herdeiros, resultaram no incremento da pesca artesanal. A paisagem predominante no sudeste do município de Santa Cruz do Arari, que se estende do jenipapo até pouco além da sede municipal, numa extensão de 15 km, margeando as bordas do lago Arari, caracteriza-se, pois, por uma concentração de pequenos criadores e de pescadores (ALMEIDA e SPRANDEL, 2006, p. 27).

Nesse processo, dá-se a construção de uma nova figuração estruturada em meio a trocas simbólicas e materiais ente grupos sociais em interação, abrindo espaço para se criar novas possibilidades, particularmente, com a inserção de novas categorias extraídas na dinâmica da vida em interface entre homem e natureza.

I.5 TRÊS VAQUEIROS NA PECUÁRIA DO MARAJÓ: lei recente e prática renitente

No dia 8 de outubro de 2013, saiu uma manchete no caderno Especial Cidadania, do Jornal do Senado: “Vaqueiros ganham reconhecimento”. No mesmo jornal, em uma linha acima da manchete, havia, traçando as duas páginas.

Registros da atividade de vaqueiro remontam a 1549. Profissionais do manejo de rebanhos, personagens sempre presentes na música e na literatura, desempenham papel importante na produção econômica e têm agora a profissão regulamentada (BRASIL, 2013, p. 4/5).

No dia 15 de outubro de 2013, a Lei 12.870 seria sancionada. Esta chamada atenta para o surgimento histórico da prática do vaqueiro no Brasil, datada de 1549, nos primeiros anos de ocupação pela Coroa portuguesa. Além da data, identifica-o como personagem que está na música e na literatura, ao destacar a importância na produção econômica.

Nesse sentido, há um destaque para o que é a competência desse profissional: responsável pelo trato, manejo e condução de animais como bois, búfalos, cavalos, mulas, cabras e ovelhas, havendo uma definição mais precisa, segundo a Lei Federal 12.870/2013, destacando que esses profissionais possuem regras que são as seguinte:.

A contratação do serviço do vaqueiro é de responsabilidade do administrador – proprietário ou não – do estabelecimento agropecuário de exploração de animais de grande e médio porte, de pecuária de leite, de corte e de criação. Entre as atribuições do vaqueiro enumeradas na nova lei, estão a ordenha, a alimentação e os cuidados da saúde dos animais, além do treino para eventos culturais e esportivos que não sejam submetidos a atos de violência. Outros que são a manutenção das instalações dos animais e o cultivo para produção das rações que eles consomem.

Nas entrevistas que realizei em Muaná sobre o trabalho do vaqueiro, demonstro como era executado; assim, cada entrevistado relatou a sua experiência identificando tais responsabilidades e regras, como pode ser visto nos depoimentos de três vaqueiros relacionados. Faço uma panorâmica do cotidiano e do modo de vida em que a maioria desses trabalhadores está inserida na lida com o gado.

I.5.1 Modos de ser na lida do gado

Minha compreensão parte do vaqueiro “genérico”⁶⁵, a fim de mostrar como esse trabalhador executa suas atividades e entende a relação com os proprietários da terra. Trato da criação e da percepção ou imaginário do vaqueiro sobre o seu patrão e ainda de como o vaqueiro pensa ser visto pelo patrão.

Para compreender o trabalho⁶⁶ na pecuária, analisei outros ramos produtivos, com abordagens diferenciadas, tendo em vista as atividades e afazeres específicos, para entrar em um mundo composto por modos de ser implicados na relação homem e natureza, em que os vaqueiros tornaram-se trabalhadores na lida do gado. O cuidado, a ordenha, o laço, tudo faz parte de uma ação que os caracteriza pela destreza, presteza e habilidades especiais e, em consequência, o respeito adquirido como um trabalhador adequado ao meio rural do universo dos campos marajoaras.

Diante dessa constatação, cheguei aos três vaqueiros que configuram os argumentos centrais de um modo de ser fundamental para reacender a vida dos vaqueiros implicados por suas atividades cotidianas na pecuária local.

Parti para a compreensão das atividades do vaqueiro por meio de dois eixos centrais: O primeiro diz respeito ao trabalhador articulado à produção na pecuária e o segundo corresponde à sua vida em família, para entender as relações com suas mulheres e seus filhos, na passagem de seu ofício. Minha compreensão surge em meio a relatos e percepções configuradas nessa dinâmica de idas e vindas à sociedade marajoara.

A procura por vaqueiros ou outros trabalhadores que pudessem testemunhar, no nível da tese, seus feitos voltou-se para encontrar aqueles que tivessem trabalhado por muitos anos no ramo, nas terras de criação de gado e na atividade da pecuária. Realizei entrevistas e pude construir um movimento sobre a realidade apresentada pelos próprios vaqueiros.

O depoimento dos três vaqueiros me remeteu a um mundo particular, isto é, a um modo de vida vinculado ao interior das fazendas, onde os patrões, simbolicamente, entendem o vaqueiro como uma pessoa da família, na medida em que participa de uma

⁶⁵Por compreender que, a partir das falas, a maioria dos vaqueiros permanece até a velhice na atividade da pecuária. Eles desenvolvem todo tipo de atividades para garantir um *savoir-faire* na microrregião, uma expertise na passagem de uma atividade a outra para criação de gado, um aprendizado da “escola” da vida, uma formação tradicional que é passada de pai para filho. Vejo no vaqueiro todas as profissões vinculadas à pecuária local.

⁶⁶Ver Leite Lopes (1978), Santos (1978), Maués (1990, 1993), Antonaz (1995, 2001), Leitão (2010).

relação próxima e, ao mesmo tempo, ditada por regras de compadrio, em que o trabalho é o móvel que liga esses personagens sob uma aura de confiança e subordinação. Isso pode ser observado na frase do vaqueiro Dalcídio: “meu preto, você pertence a minha gente”, bem como na, do vaqueiro Bruno: “fazendo parte da fazenda”.

A abordagem dos três vaqueiros na relação com suas famílias é importante para compreender as regras e normas estabelecidas na constituição desse grupo analisado. Considerei interessante demonstrar os fatos dessa constituição, por isso abordei as mulheres desses vaqueiros para saber quem são eles e qual o seu papel como futuras mães de novos vaqueiros, motivos que têm relação com a sua origem no espaço das localidades.

O fato de todos terem casado e constituído família é resultado das condições em que cada mulher se envolveu com estes homens. Dos três, apenas um se separou das duas mulheres com quem casou. Os outros ainda vivem com as mesmas mulheres com quem se casaram e tiveram seus filhos, Inglês está casado desde os 20 anos idade, estando em 2013 com 46 anos de vida matrimonial. Bruno casou aos 25 anos de idade, estando em 2013 com 47 anos de casamento. As quatro mulheres desses vaqueiros são marajoaras e da região dos campos, assim como eles.

Durante a entrevista com os dois personagens casados, as esposas estavam no local e a entrevista foi em suas casas. Desses, só conhecia um e sua esposa, o outro vi pela primeira vez. No entanto, à medida que ia me informando sobre as relações sociais que possuía no trabalho, fui vendo que tinha familiaridade com o contexto, haja vista no Marajó todos serem parentes, não por consanguinidade, mas por amizade e espécies de compadrio. As histórias desses vaqueiros me levam a recordar os limites de aproximação e afastamento de minha família com aquelas pessoas.

I.5.1.1 Vaqueiros e vidas cruzadas na lida com gado no Marajó

Os três vaqueiros, Inglês, Dalcídio e Bruno, personagens principais deste texto, nasceram no município de Muaná, filhos de muanenses e casados com mulheres muanenses. Eles pertencem a famílias trabalhadoras na produção pecuária, sendo filhos de pais e mães que atuavam nesse ramo produtivo, podendo dizer que essa sociedade vive em função da “lida” com o gado. Todos são filhos de vaqueiros e os pais de dois deles, quando se casaram, tornaram-se feitores.

I.5.1.1.1 Inglês: modo de vida na pecuária

O primeiro a ser entrevistado foi Inglês, principalmente porque era amigo de minha família e casado com a filha da filha da irmã da mãe de meu pai. Quando jovem era muito amigo de meu irmão. Assim, para quebrar o gelo, procurei aqueles com quem tinha mais aproximação. Em uma tarde, marcada com antecedência, fui à sua casa, sendo recebida como membro de sua família, pois parente e amigo no Marajó é parte da família mais ampla.

A entrevista iniciou com a informação sobre o destino dos filhos, rendendo um pequeno lanche para melhor fluir o diálogo. Inglês parecia bem à vontade para tratar de um tempo que ele sabia muito bem, com maestria, haja vista que sua juventude inteira esteve relacionada ao mundo da pecuária.

Desse modo que entrei na conversa sobre seu passado de vaqueiro, pois quando casou passou a morar no mesmo Rancho que seu pai adotivo/padrasto havia morado. Depois se tornou feitor de uma subfazenda, no município, na mesma fazenda em que ele foi adotado pelo feitor. Saindo da primeira condição de trabalhador, vaqueiro, mudou de local e deixou seu primeiro filho para ser criado pela esposa do mesmo feitor que o havia adotado aos 14 anos.

O pai do vaqueiro Inglês se tornou feitor. A história deste vaqueiro é marcada por adoções, já que teve dois pais adotivos. Seu pai de sangue foi feitor e não o criou, porque sua mãe casou com outra pessoa; assim, o marido de sua mãe foi seu primeiro “pai de criação”, o qual também trabalhou como vaqueiro. O segundo pai, como seu primeiro pai adotivo/padrasto, foi vaqueiro em uma fazenda na qual morava com a família no “Rancho”, a ilharga da casa grande.

No momento da entrevista, Inglês, já aposentado e morando na cidade de Muaná, administrava um pequeno comércio do filho mais velho, aquele adotado pelo casal da fazenda. O empreendimento fora montado com o capital da herança deixada pelos pais adotivos de seu filho mais velho. Naquele momento, estava só ele e a esposa, Dalcinda, que teve de ir para a venda enquanto ele concedia a entrevista.

Depois ela veio até a sala, pois é minha amiga e me considera como prima. Disse que o serviço no comércio é mais de Inglês, ela só dá uma ajuda. Sua atividade mesmo é cuidar da casa. A vinda para a cidade foi uma decisão impulsionada por ela, que não queria ver os filhos crescerem sem estudo. No início vieram apenas os filhos e Dalcinda, com o tempo o marido também veio.

Inglês e Dalcinda tiveram seis filhos, cinco homens e uma mulher, motivo de sua saída da fazenda, porque estes precisavam de escola e no local não havia. Seus filhos acabaram seguindo outros ramos de atividade, pois Dalcinda se mudou para a cidade de Muaná com o marido e ela se empregou em uma fábrica de palmito. Juntamente com os filhos, Dalcinda entrou na escola, pois dessa forma acompanhava-os em seus estudos. Dalcinda diz que não houve nenhum arrependimento de ter saído da fazenda, pois aqui moram na casa deles⁶⁷ e lá na fazenda era do patrão.

O filho mais velho, depois de ter separado da mulher, saiu do país e foi morar com a avó materna na fronteira do Brasil com o Paraguai; o segundo tornou-se marceneiro; o terceiro técnico em eletricidade e foi trabalhar em outra cidade do Estado; o quarto trabalha em uma casa comercial na cidade de Muaná e a filha casou-se e mudou de Estado. Por último, o filho caçula tornou-se funcionário público municipal.

Dalcinda é de uma família de criadores de gado, por parte de mãe, mas logo o pai a deixou. Ela, como se diz no local, terminou de ser criada pela madrinha, uma senhora que já havia criado outros meninos de parentes e amigos. Esta senhora era pobre, mas muito trabalhadora, morava com seu segundo marido na casa de um fazendeiro, no local de embarque chamado de Caiçara⁶⁸. Nesses lugares há uma circulação constante de pessoas, particularmente daquelas que trabalham no embarque de gado; muitos portos desses chegam a ser entreposto comercial.

Esses tipos de lugares são poucos, daí o costume de se pedir a outras pessoas água para beber, hospedagem para aguardar o transporte do barco de viagem. Dalcinda conviveu em uma casa de porto de embarque, a qual vivia cheia; as pessoas, muitas vezes, passavam horas aguardando o barco, às vezes até pernoitavam, e isso obrigavam a se preparar comida e atear rede para que os transeuntes pudessem dormir. (Foto 2).

⁶⁷ O sentimento e a racionalidade de autonomia camponesa afloram nessa declaração de Dalcinda.

⁶⁸ As caiçaras podem ser um local somente para embarque de animais sem necessariamente haver criação de gado no local, mas há fazendas situadas às margens do rio que possuem a caiçara para embarque do gado.

Foto 2: Caiçara.



Fonte: Ferrão, 2012.

Enfim, esse espaço social de intensa movimentação favorecia encontros de jovens, na época de sua solteirice, o que permitiu o casamento de Dalcinda com Inglês, que aconteceu por meio de fuga⁶⁹. Inglês levou-a para a casa da fazenda onde foi criado pelo feitor. Naquela época, a fuga de mulheres com o namorado, principalmente nas festas, era um fato normal. Neste caso, os dois moravam em propriedade do mesmo fazendeiro.

Dalcinda é de origem de uma família que era dona de uma propriedade de criação de gado, de grande porte. No entanto sua mãe empobreceu devido a receber pouca terra na partilha da herança de seus pais, ou seja, dos avôs de Dalcinda. Portanto sua mãe acabou ficando com apenas um pequeno quinhão, suficiente para construir sua casa e criar gado de pequeno porte.

I.5.1.1.2 Inglês e suas atividades na lida com o gado

Nos depoimentos de Inglês, pude verificar uma série de ações entrelaçadas que mostram o *savoir-faire* do vaqueiro implicando as regras de dons, contradons e reciprocidade, em corroboração ao pensamento de Mauss (2003) quando trata de um fato social total.

⁶⁹ Não houve muita objeção por parte da família. Alguns pais da noiva ficam aborrecidos com o noivo, no entanto, com o tempo, ou até mesmo em pouco tempo, havia o estabelecimento de acordos familiares.

Aprender montar, amansar os animais, tirar um leite, exatamente. O cuidado com a saúde do gado, com a vacina. Tinha que aprender a vacinar exatamente como eu aprendi. Quem me passou o aprendizado foi o veterinário, (...), foi esse que me passou essa dica, exatamente. Tinha às vezes um ajudava ou outro. Quando tinha precisão a gente falava pro chefe, pro feitor, aí ele mandava ajudar a gente. A gente também ajudava. Se a gente tinha visto um animal do outro doente ou outra qualquer coisa a gente avisava, ou curava, trazia para onde a gente morava, assim era um tipo de união (Inglês, 66).

Essa fala de Inglês, mesmo anterior à promulgação da lei, mostra o enquadramento de regras e normas de responsabilidade presentes no dia a dia do vaqueiro. Considero que a lei determina, como competência da profissão, aquilo que já era praticado no Marajó, desde o tempo da colonização, como mostra Inglês, ao descrever seus afazeres, durante a entrevista, e como se faz um vaqueiro, ou seja, o seu aprendizado.

Vai aprendendo dali numa certa idadezinha de 8 a 10 anos, ele vai aprendendo, vendo o movimento que a gente tava fazendo, aí ele vai atinando, já se vai se movimentar para montar no animal, tirar um leite, ajudar dobrar um gado. Aí ele já servia. Daí ele já vai se puxando, vai crescendo e ia se empregando. Se ele desse pro couro, já ia tomar conta do bem da pessoa, do fazendeiro ou dos pequenos criadores (Inglês, 66).

Essa realidade apresenta outros elementos que vão além das normas prescritas na referida lei que regulamentou a profissão recentemente, haja vista que as condutas locais apontam para a necessidade de ajudar o outro como um fato recorrente na vida das fazendas, onde se desenvolveram as atividades desse vaqueiro.

Em meio a estas relações constantes de proximidade com o manejo do gado desde novo, Inglês fala: “primeiro que trabalhei na fazenda Moça Bonita, com a idade de 14 anos”. “Foi trabalhando e saí com a idade de 56 anos da fazenda, né? (Inglês, 66). O aprendizado do ofício de vaqueiro se fez, de fato, antes dos 14 anos, quando passei a movimentar nos currais, ia aprendendo a ser vaqueiro”. Para isso, quando o pai adotivo/padrasto se mudou, ele permaneceu na fazenda e foi “adotado pelo feitor”. Tornou-se vaqueiro, depois desses ritos de passagem (GENNEP, 2011).

I.5.1.1.3 Bruno: modos de ser na lida do gado

Bruno é pertencente à quarta geração de vaqueiros, na mesma fazenda pecuária. Ele informou que estas quatro gerações mostram que sua relação com a lida do gado foi

iniciada por sua família, no final do século XIX, sendo todos ligados por laços de compadrio⁷⁰. Este foi o segundo vaqueiro entrevistado.

Como eu não o conhecia, minha irmã, que é moradora da cidade de Muaná, levou-me até a casa dele. Assim que me aproximei de sua casa para solicitar-lhe uma entrevista sobre sua vida na criação de gado e seu cotidiano de vaqueiro, ele prontamente aceitou dar seu depoimento, mas disse que era melhor perguntar para meu pai, pois meu pai era mais velho do que ele e entendia tudo disso.

Fui percebendo que ele sabia quem era minha família, por isso havia falado de meu pai. No entanto logo foi nos mandando (eu e minha irmã) entrar e concedeu a entrevista, de forma muito prazerosa. Sua esposa estava à sala e também contribuiu com algumas informações. Ela ajudou a informar coisas do destino das mulheres dessa família e sobre o casamento deles, por exemplo, das recordações fora da atividade do trabalho.

Sem muita intimidade, nossa conversa foi direto ao assunto, pois ele era um entrevistado fundamental para obter informações que não possuía e não seria fácil conseguir por algum vaqueiro que não fosse da região onde ele trabalhou.

Sua área de trabalho é próxima ao Rio Anabiju, onde há uma concentração das maiores fazendas do município e com que tenho menor contato. Uma área desconhecida para mim, mas que havia escutado haver outros tipos de atividades na fazenda, como a construção de represas para garantir água aos animais e reter peixes para alimentação no verão. Bruno se referiu ao casamento com Olga. Embora quase não tivesse falado sobre sua mulher, destacou apenas como era o casamento.

Na época que eu namorei ela, era só por bilhete, Deus os livres. (...). Na minha época Deus o livre, casava só ia receber a noiva com três, quatro, cinco dias (...). Marcava o casamento e depois vinha pra cá [cidade de Muaná] ou para cidade Cachoeira do Arari, que era cinco horas a cavalo.

Olga era filha de um feitor que também trabalhava na mesma firma⁷¹ da família de Bruno. Ambos são de famílias das quais várias gerações trabalham para o mesmo patrão. Segundo Olga, seu pai trabalhou a vida inteira para a fazenda em que Bruno exercia a atividade de vaqueiro. Há um irmão de Olga que também trabalha na fazenda, portanto um círculo de relações que se entrecruzam. Olga informou que foi empregada

⁷⁰Vou precisar mais adiante este fato.

⁷¹Para Bruno, o local onde trabalhava como vaqueiro fazia parte de um complexo de fazendas, com escritório em Belém, que coordenava às atividades produtivas de todas as fazendas deste conglomerado, se denominando de firma.

na casa dos patrões de seu pai, na cidade de Belém. Nessa fazenda, de acordo com Bruno,

De primeiro na fazenda o vaqueiro casava e com certeza este feitor era pai do vaqueiro. Neste tempo já tinha mais idade, não podia mais dirigir a fazenda. Aí o filho assumia a responsabilidade, ficava de feitor. Aí o velho já ficava ali mesmo só de férias, continuava na fazenda, não!?

Bruno relata que quando se casou seu pai estava com uma idade avançada, então ele assumiu a administração da fazenda como feitor, onde antes era o pai. Tudo isso influenciava na escolha da noiva. Casar com uma pessoa ligada à mesma firma favorecia a permanência dos mesmos trabalhadores nessa firma.

Os entrelaçamentos entre os grupos de moradores em propriedades vizinhas e de trabalhadores da mesma firma em que os pais trabalhavam eram constantes, gerando, inclusive, casamentos no molde do de Olga e Bruno. Não é só porque são jovens que frequentam os mesmos espaços, mas porque de alguma forma havia um “certo arranjo”.

I.5.1.1.4 Bruno e sua visão sobre as atividades de vaqueiro

Na conversa de Bruno, ele detalha os trinta anos de trabalho na fazenda, como administrador, feitor e vaqueiro, quando assumiu as atividades do seu pai, após a aposentadoria deste. Durante os trinta anos vinham outras pessoas trabalhar na sua companhia. Como ele diz: “vinha uma, saía outra”. Segundo Bruno, vaqueiro sempre não para.

Tem amansação de cavalo; a gente amansa de inverno nas fazendas. Então tinha vaqueiro que chegava e no começo d'água caía fora [no inverno, início do período mais chuvoso], pedia a conta e ia embora. Quando chegava o começo do verão ele voltava, porque sabia que não ia amansar cavalo. Nem todos se garantiam amansar cavalo. A vida era assim. A gente fazia esteira, corda, cabeçada, cabresto, todas essas coisas. (...) O serviço da gente quando chegava o período seco era fazer tapagem. Na época não tinha trator, não tinha escavadeira, nada, a gente carregava terra no paneiro para tapar os igarapés, para sustentar água para o gado, para o peixe, senão morria tudo; baixava muito, [assim o] passarão matava tudo. A gente fazia uma porção de coisa: fechava o gado [colocava o gado no curral]. Todo dia fechava, reparava, curava o bezerro recém-nascido para não criar bicho. É era assim a vida do vaqueiro. Tem um dia, uma semana, que o vaqueiro, vai ter dois dias que não faz nada, mas também tem fase que ele entra pela noite. Sai pelo dia. A colocação de gado do mato, o vaqueiro tem que só fazer pela noite de luar. O vaqueiro vai, passa a noite inteira no campo, laçando o gado do mato. É isso aí: amansar cavalo, quando é tempo de amansar, lavar a bestaria, curar a bestaria, curar as crias; essas coisas aí (Bruno, 72).

Bruno informou que o melhor período de trabalho era o verão, mostrando a parte negativa, do inverno, para os animais.

Porque o inverno de qualquer maneira maltrata os animais. Você vai embarcar uma boiada até fim de fevereiro, quando você ainda tem condições de vender um gado. Então de fevereiro para frente já cai muita imundice. Aí o gado afina. Janeiro, fevereiro ainda está bom, [para] o gado de embarcar. Assim, são essas coisas (Bruno, 72).

O vaqueiro mostrou sua relação estreita com a natureza, demarcando os melhores momentos para o desenvolvimento de determinadas atividades, uma característica da profissão.

I.5.1.1.5 Dalcídio: modo de ser e fazer nas fazendas marajoaras

Dalcídio, o terceiro entrevistado, foi localizado com ajuda da senhora Sultana, amiga de minha família, que se colocou à disposição para localizar algumas pessoas que pudessem me conceder informações. Na tarde de um domingo, Dalcídio foi à casa de meus pais, na cidade de Muaná, para conceder a entrevista. Ele era um senhor muito disponível para falar de sua história. A primeira pergunta se referia a sua identificação, como idade. Ele logo teceu uma longa conversa para explicar a diferença de idade contida no documento de identificação (Carteira de Identidade) e sua idade cronológica⁷².

A vinda dele à minha casa foi muito significativa, tanto para ele quanto para mim. Para ele pôr estar concedendo uma entrevista sobre sua vida, coisa que lhe era importante, e porque ia falar às demais pessoas como se vivia no Marajó. Tinha a consciência disso e depois seria um prazer ajudar uma pessoa de quem a família era amiga. Para mim, era importante por causa da trajetória dele como trabalhador da pecuária que também havia percorrido outras atividades, trazendo riqueza de detalhes que me possibilitou olhar nessa trama social constituída por muitas pessoas na vida na

⁷² Isso tem a ver com a necessidade de não assumir o casamento com uma namorada que estava prenha. Assim, um político do lugar ajudou a trocar seu registro de nascimento para reduzir a sua idade. Portanto, com menor idade, não poderia ser forçado a casar, até mesmo porque segundo ele não era o pai do filho esperado por essa sua namorada. Como se uma questão de falsidade ideológica justificasse essa atitude, uma trama vivenciada por muitas pessoas com conivência dos cartórios de registro civil.

Ilha do Marajó. No caso do vaqueiro Dalcídio, a vida soma inúmeras situações particulares e de processos sociais de lutas, pela vida numa constante.

Dalcídio informou que seu pai foi somente até a condição de vaqueiro, porque morreu ainda com pouca idade, deixando ele e mais dois irmãos órfãos, uma menina e um menino. Eles eram muito pequenos e sua mãe tinha problemas mentais. Quando o pai ainda era vivo, morreu um de seus irmãos. Logo seu irmão caçula, com apenas dois anos de idade, foi adotado pela filha da patroa de seu pai. Já Dalcídio foi recolhido à Colônia Reformatória de Cotijuba (CRC)⁷³, mas, antes de completar o tempo para sua saída da Ilha de Cotijuba, fugiu. Assim, voltou para o Marajó e passou a morar com o feitor Luciano, que lhe deu moradia, alimento e algumas roupinhas. Casou cedo e passou a tomar conta de sua mãe e de sua irmã, que era a mais velha dos três irmãos e logo casou com um trabalhador do ramo de produção extrativa e da lavoura.

Dalcídio relatou que teve duas esposas; dizia estar solteiro e morando com os filhos. Disse ter casado pela primeira vez com Lindanor, com quem teve duas filhas. Então, ele conta.

Tenho 73 anos de idade. Na minha carteira tenho 69 anos, porque quando eu arrumei a Lindanor, que estava grávida e eu não aceitei [casar], porque eu sabia que o filho não era meu. Queriam que eu casasse pela justiça, aí eu birrei. Aí o Miguelito (...) [ele tinha amizade com um político] era meio mandão aí ele mandou diminuir minha idade 4 anos. Eu sou de 1940, aí diminuí um pouquinho para 1944. Tiraram-me do casamento. Aí eu não casei. Maneirou a idade minha com a mulher, com a ex. Aí passou a coisa na carteira. Na minha carteira eu sou de 1944, mas eu sou mesmo de 1940 (Dalcídio, 73).

Este casamento foi refutado pela trama arquitetada por um mandão local, que conseguiu, junto ao cartório, modificar a data de seu nascimento, porque ele estava sendo acusado de ter engravidado a Lindanor, mas, apesar dos arranjos, Dalcídio juntou-se com ela, aquela criança era de outro homem. Mesmo assim o criou como fosse seu filho.

A segunda mulher de Dalcídio foi Maria Lúcia, e dessa união resultaram três filhos, dois homens e uma mulher, mas depois se desfez esse casamento. Maria Lúcia é filha de um feitor de fazenda, hoje aposentado. O pai dessa esposa trabalhou a vida inteira em uma única fazenda e todos os filhos tornaram-se vaqueiros da mesma

⁷³O objetivo era um educandário, uma colônia reformatória para menores infratores e abandonado da cidade. Sua meta era preparar os meninos e meninas com uma educação técnica profissional (MELO, 2008).

fazenda. Não foram definidos claramente, mas o relato de sua atividade nos leva a entender que há embutidos os elementos das regras e normas da profissão de vaqueiro em acordo com a lei.

I.5.1.1.6 Os afazeres de Dalcídio na lida com o gado

Como responsável pelos afazeres da fazenda, na lida com o gado, Dalcídio mostra-se um exímio perito, revelando que a vida do vaqueiro exige condições físicas fortes para cuidar do gado, mas também destreza, para retirar o leite, arriar o bezerro, enfim, para aguentar uma jornada de trabalho que se estendia da madrugada ao entardecer, quando recolhia o gado e se preparava para uma nova jornada de trabalho.

(...). Como eu era responsável tomava conta dos bois. O caboclo tem que ter tino para trabalhar, ter força, tem que tombar uma rês, nada, nada a gente tem que se agarrar com ela, não tem jeito. Aí, bem dizer, depende de uma força. Aí o velho já não tem aquela destreza mais...A minha virada no dia. Eu levantava de madrugada, quatro horas da madrugada, sempre é a hora que a gente tem que acordar. Tirava a água do poço cedo. Tirava o leitinho, mas tardar às sete horas já estava montando pra ir pro campo. Tinha dias que a gente chegava assim duas, três horas da tarde e tinha dia que a gente entrava pelas sete da noite...Quando vinha buscar gado aqui pra banda da Berta, este meio. O gado bebendo chamado, ele comia erva na Berta lá atrás do Retiro mesmo. (...) o gado comia lá. O gado deles comia aí pra banda da Campininha, nesse meio, tudo por aí. Batia tudo, aí nessa hora tinha vez que a gente voltava seis, sete horas da noite...Todo por aí virava o dia inteiro. Aí era virado. E lá a gente tinha que de manhã fazer essa viagem. Pela manhã a gente trabalhava com o bezerro que tinha nascido; a gente separava a vaca que estava gestante para parir. A gente jogava para a cerca. Aí elas iam tendo os bezerros, a gente ia cuidando. Em três dias a gente pegava para ir *reiar*, aí ficava mansinho, aí a gente *reava* quinze a vinte bezerros. Todos *readinhos*, de manhã soltava, metia as vacas, aí soltava os bezerros para mamarem. Depois que mamavam, negócio de umas oitos horas, oito e meia, a gente recolhia os bezerros, prendia e soltava as vacas de novo. Aí quando era de tarde, quando dava três, quatro horas a gente ia buscar de novo. De manhã já tinham chegado, era só abrir a porteira, elas [as vacas] entravam, estavam certas. Aí a gente “arriava” de novo para mamar. Só pegava para tirar o leite quando completava já quatro, cinco meses. Aí a gente já começava tirar o leite, mas antes não. A gente os deixava amadurecerem bem. Aí era um gado manso, que a gente passava tudo que era mato, não tinha vaquejador, mas eles não fugiam (...) o gado era todo manso, graças a Deus, chegava com ele todo no curral (Dalcídio, 73).

Os detalhamentos das atividades desempenhadas por Dalcídio eram muitos. Ele mostra as atividades e a perícia para lidar com o gado em área de campo aberto, como a criação nos Campos do Marajó, isto é, sem confinamento dos animais ao cercado. Dalcídio, usando uma linguagem própria do lugar, apresenta a dimensão do trabalho

executado e aponta como se superavam as dificuldades, domesticando os animais desde pequenos para ter um gado manso.

Juntamente com o cuidado com o gado mostra outras atividades que faziam parte da vida no meio rural no Marajó. Nas áreas de criação de gado, no verão, as terras ficavam muito secas e podiam até mesmo chegar a matar o gado de sede e de fome, pois faltava alimento no pasto, o que os levava a deslocamentos enormes, para que o gado pudesse ter água para beber.

No rio Arari, durante o período de seca, o gado vem até a margem do rio para beber água, podendo morrer atolado por falta de forças. No Rio Tauá, a seca é semelhante e o gado é penalizado. Devido à seca, no verão, o vaqueiro tem que percorrer longas distâncias à procura de água, como relatou Dalcídio.

Eu trabalhava no mato, como todo mundo é testemunha lá (...). Mas este meio de mato tudo eu estava rolando com eles. Pegava o vaquejador lá mesmo do Retiro. Tudo por lá rolava, pegava gado por lá por trás do Retiro. A baixa do Retiro. (...) entrava tudo por meio do mato, só tinha um vaquejador mesmo, era o da Firmeza (...) passava e ia embora pelo meio do mato. A água lá tinha poço artesiano graças a Deus. A gente batia a bomba d'água para dar água para o gado também e fazer o serviço da casa. Não falhava água, graças a Deus. Agora porque era poço artesiano. Agora na Fazenda [esta é a sede] falhava. Iam pegar no São Manoel [outra fazenda próxima] (Dalcídio, 73).

Ao contrário do momento da seca, no período chuvoso os campos ficam alagados e as pessoas precisam, antes de as chuvas caírem, abastecer a casa, principalmente, com madeira para utilizar no inverno. Dalcídio detalha como ficava a área onde trabalhava e como era feito o armazenamento da madeira.

Lá ia no fundo, só mesmo o teso da casa fica fora, o resto é mato e bacedo. (...). A lenha ia fazendo, partia a lenha, deixava, depositava. Quando chegava o período do mês de dezembro se fazia estas coisas. A gente começava fazer lenha para depositar no barracão, colocava em baixo do barracão para ser queimada no inverno. Porque molhava tudo, enchia tudo (Dalcídio, 73).

Mesmo que a vida tenha pregado algumas “peças”⁷⁴, nota-se que o vaqueiro não deixou de ser uma pessoa em toda virtude. Posso dizer, seguindo o pensamento de José Saramago (2012), que Dalcídio é “um levantado do chão”, por tantas vezes ter que recomeçar na vida, após traumas, sofrimentos e conquistas.

⁷⁴ Isso se deve ao fato de ter sido internado após o falecimento de seu pai, quando ainda era muito jovem.

Nesse sentido, os vaqueiros entrevistados mostram que suas habilidades e destrezas se constituem como um fato comum da lida com o gado. Eles explicaram que aqueles que não conseguem se adaptar a esse mundo só trabalham no verão, quando não têm que assumir o tempo do amansar de cavalos brabos, pois se trata de um trabalho perigoso.

Eles também disseram que muitos trabalham somente o suficiente para o consumo da família e, no inverno, período da amansa, é tempo de coleta de frutas, subida dos peixes e as caças ficam mais fáceis. Neste sentido, há como manter a família com os produtos que a natureza oferece e, assim, torna-se desnecessário, segundo seus próprios pontos de vista, o emprego, principalmente em uma atividade de risco, como a atividade da “mansa de cavalos” brabos.

Diante desse detalhamento é possível compreender que em uma economia baseada na terra o homem produz o suficiente para seu autoconsumo e daí garante a permanência de sua espécie e das demais. Quando há uma ruptura dessa lógica, dá-se uma relevante separação, ou seja, aquela do homem com a natureza, e, portanto, da produção somente para o autoconsumo, quando o homem acaba sob a lógica do mercado.

Assim, tomo por base o pensamento de Elias (2005, p. 35 [1998]) ao tratar da arte, quando ele identifica que as pessoas e suas ideologias mudam. Parafrazeando esse autor, busco compreender como na lida com o gado há um gosto e um prazer imanente à vida de vaqueiro, como mostram Inglês, Bruno e Dalcídio, cujas artes aparecem detalhadas nestes depoimentos, um gosto artístico e estético; a arte de ser vaqueiro.

Também Acatauassú (1998) apresenta o homem marajoara como aquele que mesmo tendo apenas o quinhão da terra na morte e não possuindo uma propriedade para construção de sua moradia, é forte e destemido, estando sempre de bom humor e a sorrir para com os outros. Nesses termos, ele encontra o sentido da vida na lida do gado e amando os cavalos. Ou seja, seu

orgulho no trabalho não apenas contradiz a ideia que os humanos evitam o trabalho, mas defende que eles trabalham, muitas vezes, sob condições de exploração, porque eles têm orgulho daquilo que fazem (...). É a ideia de que humanos de todos os tipos podem *ser orgulhosos de sua pericia* tanto quanto aqueles que muitas vezes os exploram (MINTZ, 2010, p.7).

Viver no insulamento durante anos possibilitou a esses vaqueiros um laço de amor ao lugar ao qual tem dedicação. São “fortes e destemidos, trabalhando com o

gado, amando os cavalos, saindo qualquer hora para o campo, sempre de bom humor, sempre sorrindo, gracejando uns com os outros, satisfeitos em ter no bornel o frito” (ACATAUASSÚ, 1998, p.27).

Portanto de todas as maneiras os três vaqueiros definem particularidades em relação à atividade que desenvolveram e repetiram itens destacados na lei 12.870/2013 que regulamenta sua profissão, principalmente por eles serem trabalhadores descendentes de gerações anteriores de vaqueiros, podendo considerar que os três entrevistados eram especialistas na profissão que aprenderam desde a infância nos currais de gado.

Apesar disso, ou talvez por isso, os vaqueiros eram incluídos como eleitores e votavam⁷⁵ nos candidatos dos patrões e esses, quando eleitos, nada faziam de benefícios para aqueles; muitos políticos eram os próprios fazendeiros⁷⁶ ou algum representante do grupo dominante⁷⁷, na reprodução de uma sociedade de exploração, em todos os níveis – do trabalho nos campos à intimidade da casa (da fazenda).

⁷⁵Esse assunto foi escrito por Victor Nunes Leal na obra “Coronelismo, enxada e votos”, Companhia das Letras, 2012.

⁷⁶Os fazendeiros aqui são denominados aqueles proprietários das fazendas de gado.

⁷⁷São os proprietários das terras, os fazendeiros.

I.6 AMBIENTE DOS CAMPOS FORJANDO VAQUEIROS ENTRE PRESENTE E PASSADO MARAJOARA

O trabalho na Ilha de Marajó, vinculado à produção da pecuária, apontara características semelhantes às de outros grupos sociais, como os identificados por Leite Lopes (2015), quando mostra que, no Brasil, os estudos sobre trabalho em Antropologia Social estiveram voltados aos grupos produtivos, como indígenas, camponeses, em indústrias e outros que concentram determinadas atividades produtivas e desenvolvimento da vida social.

A criação de gado nos campos de Marajó, como foi evidenciada a partir da vida de três vaqueiros de Muaná, mostra, exatamente, uma atividade produtiva que revela tais características, percebendo elementos gerais que vão desde as atividades em si do vaqueiro como das transformações que vêm ocorrendo na produção pecuária da Ilha.

A vida nos campos da Ilha de Marajó é pautada, portanto, em costumes e hábitos socioculturais que possibilitam realizar um estudo a partir do trabalho desenvolvido pelos vaqueiros, os quais vêm passando por transformações embora se verifique ainda permanência de traços das relações estabelecidas desde os primórdios da implantação das fazendas. No entanto já se percebe a introdução de outros produtos permitindo mudanças, como a embarcação motorizada de pequeno porte – os rabudos, por exemplo, que passam a ser um dos meios de transportes mais usados pelos moradores da localidade, principalmente no período de chuvas, quando tudo fica alagado.

Na ocorrência dessas mudanças, há que se afirmar que o tempo demarcado pelos fenômenos da natureza demarcava também toda a mobilidade do grupo e a concentração de algumas atividades específicas em relação ao tempo da cheia e da seca com a introdução de produtos que possibilitam deslocamentos e comunicação em horário e período constante onde antes não era possível.

Em período anteriores, a saída da área era muito mais difícil, porque os igarapés ficavam cheios e com a força intensa das águas as pessoas andavam de canoas a remos, mas isso era perigoso. Com as embarcações motorizadas os deslocamentos ficam mais fáceis.

Não somente no Rio Atuí, onde os vaqueiros Inglês, Bruno e Dalcídio trabalhavam, mas também no Rio Arari, a situação era complicada, como mostra Dalcídio Jurandir no romance *Três Casas e Um Rio*, ao tratar das cheias dos rios no

período do inverno, quando ocorrem situações de calamidade social devido ao transbordamento dos rios na Ilha do Marajó.

(...) Por ali, a princípio, quando chegavam as grandes chuvas, via os sapos saltando na lama, esta e aquela borboleta de misteriosa cor e procedência, o bico esquivo da derradeira galinha aproveitando os últimos minutos do chão há pouco poeirento onde ciscava; depois, peixes na água transparente. (...). O menino espiava: o rio, com efeito, chegara até o soalho, crescendo e em uma escuridão poderia, de súbito e silenciosamente, desaparecer o chalé (DALCÍDIO JURANDIR, 1994, p. 7).

Um técnico da ADEPARÁ, lotado no município de Muaná, em depoimento, me relatou que havia feito uma visita em 2012, nas áreas das fazendas nos campos naturais da Ilha, fornecendo-me um panorama geral da realidade dessas fazendas da microrregião do Arari, como pode ser observado abaixo.

Têm vários aspectos: têm as fazendas grandes e têm as fazendas menores ou pequenos produtores. Das fazendas grandes que não foram desmembradas (...) que não é dívida.

Há as de divisão de pai para filho, por herança, os espólios. Esses espólios estão acabados, porque vai diminuindo a quantidade de terra e também de gado. Então o capital deles é pouco, então eles não conseguem reinvestir, então eles só vão extraindo.

As grandes fazendas que se modernizam fazem a cria ou a recria de gado. Eles conseguem ter um rendimento, uma produção boa.

Ultimamente eu dei uma rodada por Santa Cruz, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras (...) vim parar aqui [em Muaná], rio Anajás na parte de Muaná. Então eu observei que isso é de modo geral. Eu pensei que era só em Muaná.

Os antigos [proprietários] que é da fazenda dos Teixeira, Acatauassú, e outros que não sei o nome. Aqui de Muaná tem os Bulamarq, os Orlando Vieira e todos esses trabalham da mesma forma. São grandes áreas e com tecnologia colocam reprodutores novos, melhoram o plantel. Todos trabalham com tecnologia, dão sal para o gado e fazem a seleção do rebanho. Eles têm um rendimento melhor.

Agora investimento do governo falta muito. Vi no início desta região onde é mais conhecida, em Soure e Salvaterra que fizeram aterro, asfaltaram, aí depois das estradas veio à iluminação. Até Santa Cruz eu vi um sistema artesanal de colocar o poste para não caírem, eles colocam em tambores no concreto, tambores de lata para o poste suportar a região que vai alagar no inverno. Mas se não tiver estrada, não tiver outra maneira para as pessoas com [a área que] vai alagar, vários lugares eu vi só a casa, só a tapera (...). O que resultou isso entendeu? (N.L., janeiro/2013)

Para ele, alguns herdeiros entraram em decadência porque não se organizaram ou não tiveram interesses de se unir para produzir. “Eles vão se desmanchando, existe muita desunião entre os familiares e aí quando ocorre a venda para outro, aí se acaba. Eles acabaram migrando” (N.L, 2013).

Quanto ao destino dos vaqueiros e moradores das terras das fazendas, na maioria das vezes, foram substituídos na atividade da pecuária por seus descendentes. Isso fica esclarecido quando Acatauassú (1998, p.25) traz em sua obra esclarecimentos sobre o fato dos meninos frequentarem a escola da fazenda.

Os meninos tinham as obrigações no início do aprendizado nos trabalhos do campo: iam buscar os cavalos para os serviços, iam tanger as vacas do curral depois da ordenha, ajudavam na tiração do leite, arriavam os cavalos dos mais velhos, enchiam os tonéis com água para o serviço da casa, enfim, ajudavam em tudo e, assim, não tinham tempo para frequentar a escola (...).

Em outra passagem, a autora trata da visão dos vaqueiros, da região, em relação aos filhos, analisando um acontecimento que havia ocorrido com um feitor em uma fazenda próxima, quando ele refletia que ‘A riqueza do pobre são os filhos’, o que constata na realidade marajoara.

E de fato era porque, à medida que cresciam, começavam a trabalhar, primeiro ajudando o pai e mãe nas lides do campo e da casa, depois dando o seu salário integral para o sustento de todos. Somente quando, por sua vez, formavam o seu próprio lar, deixavam de contribuir para o lar dos pais, mas se estes precisavam, sempre estavam dispostos a colaborar e, quando os pais envelheciam, precisassem de ajuda, o faziam de coração aberto, não como uma obrigação, sempre com amor (ACATAUASSÚ, 1998, p. 30).

Também um padre marajoara, que atuou em todos os municípios da circunscrição da Prelazia de Ponta de Pedras, informou que em muitas fazendas da Ilha existem famílias que trabalham para um mesmo proprietário por várias gerações, em que os filhos vão substituindo os pais na profissão.

Sim. Existe sim. Conversando com algumas pessoas, elas disseram, então: ‘meu avô trabalhou aqui, meu pai trabalhou aqui’, então se tem esta realidade, são interessantes então, quando se tem essa realidade de trabalhar o pai a mãe e assim sucessivamente, as gerações há uma fidelidade fora de sério em relação ao patrão. (...). [Dizem] ‘Eu não sairei daqui’ – pode estar sendo oprimido – ‘o patrão é o melhor patrão’. É muito presente isso, esta situação. (...). (Pe. M, 48, jan/2013)

Apesar dessa fidelidade mencionada pelo padre, muitos filhos desses trabalhadores estão abandonando a profissão dos pais e procurando outros meios, principalmente migrando para as cidades. Isso porque a realidade local, segundo os dados que levantei, durante as visitas aos municípios da microrregião do Arari, não proporciona mais o conforto que antigamente seus pais tinham, como o direito de explorar a terra para usufruto. Além desses, os filhos daqueles proprietários que não

possuem capital para melhorar a produção estão também emigrando. Esse fato fica evidente no comentário do Chefe de Abastecimento de Cachoeira do Arari:

(...) Percebe-se assim, se esses fazendeiros tivessem essa preocupação na produtividade deles, na valorização, com certeza esses empregados, hoje e filho de empregado que eles têm, tivesse a oportunidade de estudar, com certeza eles voltariam pra fazenda. Não para imitar o pai, mas alguém, não melhor que o pai, mas que tivesse um estudo ... Sou um vaqueiro hoje, sou um técnico da fazenda. Né? Isso daí a gente não vê esse retorno ...e quando o filho de fazendeiro vem ... pra cidade que ele alcança o médio ... e tem uma visão diferente do pai ele vai embora pra Belém. Com isso, continua o estudo, ele se forma e não volta mais pra contribuir pro município. Né? Isso pra nós é perda! A gente vê que a capital de nosso estado cresceu demasiadamente o número de habitante, mas não é dela! São gente do Marajó que saíram dos seus lugares e quando tiveram oportunidade ... novo horizonte, eles quiseram seguir ... Não pra voltar pro município pra contribuir ... Fragilizando. Uma coisa puxa a outra. Então isso daqui ...no nosso município. Hoje, nós temos pessoas formadas, no nosso município vindo dessas áreas, mas a gente só ouve falar no nome... Essas pessoas que foram pra tal lugar correram atrás dos seus objetivos ...seguiram os seus sonhos e com isso, a gente continua importando mão de obra qualificada. Hoje, professores que deveriam estar no nosso município contribuindo, que se formaram nas grandes faculdades, eles seguiram caminho. Não quiseram retornar pra cá. Então isso não é ganho. Em parte ...fragilidade, porque a gente continua contratando a mão de obra importada pra ensinar nossos filhos, que não sabem nossos costumes, né? Que vem com a mão de obra qualificada de outro lugar. Ele não sabe a nossa história, entendeu? É por isso que muitas coisas na nossa [ilha de] Marajó estão perdidas, entendeu? (D.L.S.D, dez/2012).

No entanto, a situação acima tem se repetido em quase toda a região dos campos. E cada vez mais os filhos de trabalhadores (feitores, vaqueiros) e de fazendeiros estão migrando em busca de outras condições de vida. Aqueles filhos de trabalhadores que não partem para as cidades e que de alguma maneira foram adquirindo algum capital e com isso comprando gado já não substituem mais o pai na força de trabalho, mas passam a desenvolver uma pequena criação de animais se fixando nas terras das fazendas, em áreas antes cedidas pelo proprietário das terras em que o pai trabalhava. Assim, eles passam a permanecer na região agora como pequenos criadores.

Esse fato fica evidente na fala do técnico da ADEPARÁ/Muaná, quando explica as dificuldades que as instituições fiscalizadoras têm para regulamentar os plantéis de animais, para controle de produção que necessita o registro dos animais no cadastro do órgão, principalmente o local de procedência:

Olha! Nós temos muito problema de produtores que tem só uma casa e têm gado. E como no Marajó nós não temos divisão de terra, não tem cerca, muitos não têm documentos do terreno e ficaram lá usando as terras dos proprietários que eram os fazendeiros, que eram os patrões deles. Eles pegaram só uma cessão de uso e isso vai dar muita dificuldade, vai gerar problema isso aí. Eles fazem uma pequena criação, são poucas escolas, são poucos conhecimentos. (N. L, 2013).

Ao longo dos anos, os filhos dos fazendeiros, talvez influenciados pelo avanço do capital, foram estabelecendo outros interesses sob a base de capitais econômicos e simbólicos (carreira política ou como profissionais liberais) e a fazenda passou a não ter mais as mesmas significações econômicas e políticas.

Um fato que parece ter contribuído para o esboroamento desse sistema foi a morte dos antigos coronéis e a partilha das terras por herança⁷⁸. Nesse sentido, pode-se dizer que essa saga marajoara vem sendo retratada e um exemplo disso está apresentado na obra “Marajó minha vida”, de Dita Acatauassú.

(...) Dona Rita Acatauassú Bezerra – tia Sinhá (...). Mulher de inteligência viva, dinâmica, arrojada, simpática, de olhar vivo, observador. (...) Bem jovem, fora levada para morar em Marajó pelo eleito do seu coração, já então advogado brilhante. Além dos nove filhos que Deus lhe deu de seu casamento, criou ainda dezenas de meninos e meninas, que o juiz de Direito da capital, amigo do casal, pedia para educarem... Ficou viúva cedo e aceitou o desafio de cuidar da fazenda e criar os filhos todos. Os anos passaram talvez demais e teve, por falta de saúde, de deixar o seu reinado pela cidade grande... Ainda viveu muitos anos no seu palacete deixando uma prole numerosa, filhos, netos, e bisnetos e sua fazenda, desmembrada de um todo de dois irmãos, voltou a ser uma única, mas já em outras mãos... (ACATAUASSÚ, 1998, p.22/23/24).

A partir de meados dos anos 50 do século XX, essas relações têm maior visibilidade quando ocorrem as alterações na relação com o senhorzinho, como eram chamados os filhos dos fazendeiros, na medida em que estes se interessavam mais pela capital e menos pelas coisas da fazenda.

Há ainda os impactos da Operação Amazônia, que, segundo Loureiro (1992, p. 71), deflagrou o processo “(...) de ocupação pela burguesia nacional e pelo capital internacional, gerando formas autoritárias de administração da sociedade civil, controlada pelo Estado”. Nesse sentido, o capital avança e as novas forças de poder vão

⁷⁸ Ellen F. Woortmann (1995) ao abordar sobre a teoria do parentesco para Radcliffe-Brown, mostra que: “Para ele, um dos aspectos mais importantes da sucessão nas sociedades ocidentais modernas é a transmissão da propriedade por herança, coisa que na sociedade simples é irrelevante (...). O que é importante é a sucessão no sentido mais amplo do termo, isto é, a transmissão de direitos e deveres em geral. Distingue entre *jus in personam* e *jus in rem*, isto é, direitos que um grupo tem sobre uma pessoa, impondo deveres a esta, e os direitos que impõem deveres a todos as pessoas com relação a uma em particular (...)” (WOORTMANN, 1995, p. 73).

se estabelecendo a partir da evolução da economia local. A partir da década de sessenta do século passado, as fazendas começam a inserção significativa de búfalo em substituição ao gado bovino; o feitor desaparece dando lugar a uma nova categoria, a do administrador e, em consequência, à migração expressiva dos antigos vaqueiros. Muitos vão, inclusive, para outros lugares do Estado.

Esse novo cenário me levou a compreender como vem acontecendo as transformações entre o padrão de domínio dos fazendeiros sobre seus subordinados vaqueiros e as novas formas de empreendimentos capitalistas em Marajó. Estes, dentre outros interesses, parecem surgir com a entrada de novos atores sociais que passam a se inserir na dinâmica política, econômica e cultural, alterando os traços marcados quase exclusivamente pela produção nas fazendas para abastecer a capital.

Novos produtos são introduzidos na produção de riquezas, como a extração de madeira para exportação, a introdução do rebanho bubalino, a extração de palmito etc., afetando, significativamente, os modos de vida das comunidades locais, conforme, tive oportunidade de mostrar em outro estudo (FERRÃO, 2006, pp.68-9).

Além da madeira, nos anos 70, inicia-se uma comercialização significativa de açaí, principalmente para o mercado de Abaetetuba. (...) O aparecimento dos marreteiros de açaí possibilitou um novo ramo de atividade para a região, mas subtrai uma parte dos membros das famílias das tarefas mais pesadas da agricultura, podendo ocorrer uma diminuição da produção agrícola. (...) no início da década de 1980 aos poucos a produção agrícola vai decaindo.

Diante desse novo contexto é possível que muitos herdeiros tenham se desfeito das terras, vendendo-as para os empresários, que estabeleceram outra forma de relação com os vaqueiros que ali permanecerem no trabalho, mas sob novas formas de contrato ou pagamento. Então a relação, que antes era regada por confiabilidade baseada no vínculo de compadrio, hoje passa por outra racionalidade⁷⁹ em que o vínculo está baseado na carteira assinada e no cumprimento de normas estabelecidas a partir das leis trabalhistas vigentes no país. Esse fato é de extrema importância para esta investigação, porque pretende focalizar justamente o período intermediário entre o antigo sistema de coronéis e o sistema capitalista que vem se instalando a partir dos anos 1970, o que significa estudar as novas relações sociais instaladas e os novos atores presentes: sua

⁷⁹Quando trato aqui das mudanças baseadas na relação afetiva, solidária (no compadrio) para uma relação capitalista, racional, tomo como base Max Weber (1920; publicações brasileiras 2000; 2009) ao tratar “Os tipos de dominação”, o que, segundo ele, é “a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas” (p.141). .

trajetória histórica tratada a partir da análise do cotidiano da vida nas fazendas, a fim de compreender como as relações de poder têm se manifestado na Ilha de Marajó.

I.6.1 Compadrio no Marajó

Para os trabalhadores que estão atuando como empregados nas fazendas, o trabalho fixo representa ascensão social e certa estabilidade econômica. Portanto o empregado respeita o patrão, chegando até mesmo a tirar o chapéu quando o cumprimenta; também “toma a bênção” dos patrões mais velhos e chama de “senhorzinho” ao filho do patrão.

Considerando o que disse acima e na trilha do tipo de relação hierárquica que estes (ditos) “costumes” sinalizam, devo dizer que uma das características mais marcantes nessas bandas de Marajó é a relação do compadrio, a qual, além, evidentemente, da consideração da origem sacramental cristã que a sustenta, pode ser pensada como tendo por objetivo principal – na tradução local – a aproximação do empregado ao patrão, além do respeito que a envolve na base e se estende àquela relação pessoal. O compadrio, no Marajó, se apresenta basicamente sob duas formas:

a) o “patrão” (fazendeiro, proprietário de terras) e sua esposa servem de padrinhos para os filhos dos empregados – por outro lado é bom deixar claro que o patrão jamais oferece um filho seu para ser afilhado de um empregado;

b) patrão e empregado “passam fogueira”⁸⁰ da quadra junina, tornando-se ‘compadres’, sob a proteção pedida aos santos (Santo Antônio, São João e São Pedro) como nesses dizeres: “Santo Antônio (ou São João) disse, São Pedro confirmou que seremos compadres (ou padrinho e afilhado) que Jesus Cristo mandou”(MIRANDA NETO, 1993, p. 79/82).

Essa relação de compadrio é um elo da dependência dos vaqueiros ao compadre proprietário da fazenda, principalmente porque a criança cresce com a figura do padrinho (no caso, o patrão) seu segundo pai. Muitos veem nesta relação a chance de a criança sair para estudar na capital. No caso da criança do sexo feminino, o patrão sempre a leva para a capital com o intuito de proporcionar a inserção dela na educação

⁸⁰Faz parte da tradição pagã como forma de comemorar o solstício de verão. Na Idade Média, durante o processo de cristianização, a fogueira passou a ser um dos elementos da festa de São João Batista (http://www.suapesquisa.com/musicacultura/tradicoes_festa_junina.htm, consultado em 06/09/2013). Na Ilha de Marajó era uma prática recorrente durante a quadra junina em que as pessoas, “ao passar com alguém”, se tornam compadre/comadre, padrinho/afilhado.

escolar, mas, geralmente, em troca desta “ajuda” ofertada pelos padrinhos, a criança executa as tarefas domésticas para a família do padrinho.

Assim, está estabelecida uma forma de relação de dominação que se compõe em terra-patrão-freguês existente na Ilha de Marajó desde o período dos coronéis, isto é, os padrinhos donos das terras, e está arraigada na relação de trabalho na pecuária, impedindo que o trabalhador tome consciência da exploração.

Essa relação de submissão estabelecida na Ilha se reflete na contradição econômica que se representa na população local. Noticiários e denúncias sobre as disparidades dessa realidade são feitos. Exemplo disso ocorreu na década de 1990 quando um jornal de Belém trazia matéria denunciando essa realidade, mostrando em sua reportagem a situação do município de Cachoeira do Arari e outros, no Marajó, que apresentavam 70% do município ocupada por prósperos criadores de gado, no entanto, seus empregados eram tão mal remunerados que alguns chegavam a receber apenas alimentos como pagamento (JORNAL POPULAR, março de 1994, p. 6).

I.7 RELAÇÃO COM O DONO DA FAZENDA, RETIRO, RANCHO

A vida na fazenda, no retiro, no rancho, em qualquer que seja o espaço da sociedade marajoara é marcada pela relação estabelecida entre os trabalhadores e os donos da terra onde trabalham. Este fato, o qual depende de laços de relações próximas e distantes, ficou claro nos depoimentos dos três vaqueiros. Assim, o papel de vaqueiro, isto é, daquele que lida com o gado ou com a administração de uma fazenda, passa pelas relações de compadrio, seja nas grandes, nas médias ou pequenas fazendas ou retiros, como pode ser observado no seguinte relato.

Olha era o local até mais ou menos, a gente trabalhou direito, fui administrador, eles foram pessoas bacanas com a gente, os patrões sempre foram bacana, não tenho nada que me queixar. Eu trabalhei uma vida com eles, saí quando não quis mais trabalhar. Vim embora, já me transferi para cidade de Muaná. Estes [trabalhadores] de hoje já não estão como dante; dante era mais cuidadoso. Hoje já não tem mais cuidado. Sabe lá alguma pessoa, para tratar dos animais. Como eu ainda cuidava bem! Sempre, graça a Deus! Sempre gostei de ajudar o patrão. Um bom patrão, como diz o caso: pra fazer um bom patrão é o bom empregado, né? E o patrão para o empregado, aí o empregado é um bom empregado para ele. Um bom patrão para o empregado e bom empregado para o patrão (Inglês, 66).

O vaqueiro mostra como há uma relação de troca entre empregado e patrão. As atividades de produção e do fazer ilustram um modo de ser e viver no interior das fazendas. Esse depoimento é complementado por ele na definição dos seus trabalhos.

Bom vaqueiro, ele tem que ser uma boa pessoa, prestativa, prestar atenção para cuidar do bem do patrão. Aí a gente sempre orientava o mais novo, explicava como era para fazer, assim ele ia se movimentando, ia atinando, aprendia. Uma pessoa inteligente sempre aprende logo. Hoje em dia é uma raridade, eles não querem atinar para certas coisas, querem mais trabalhar na bandalheira, em vez de fazer o bem faz o mal (Inglês, 66).

Assim se resume a qualidade do trabalho e do patrão de maneira como praticado pelo empregado. É na qualidade produtiva que se garante a boa qualidade do patrão. Nesse sentido, o mau patrão é fruto do péssimo desempenho do trabalhador. Ele chega a falar em “ajudar”.

A relação demarcada pela qualidade do vaqueiro é substituída pela confiança depositada na relação tradicional, escolhida desde o momento em que o patrão torna-se padrinho do filho de seu vaqueiro. Essa relação de confiança, escolhida com o espaço demarcado, é demonstrada pela história de Bruno.

De primeiro na fazenda, o vaqueiro casava e com certeza este feitor era pai do vaqueiro. Neste tempo já tinha mais idade para dirigir a fazenda. Aí o filho assumia a responsabilidade, ficava feitor. Aí o velho ficava só por ali mesmo, de férias, continuava na fazenda. Aí meu patrão me chamou, olha Bruno, tu vais ser responsável da fazenda, porque teu pai não tem mais condições de assumir. Só que ele vai receber tudo que recebia, vai ficar com a sela dele e dar conselho. Eu disse: é se eu vejo que a fazenda vai pro “mato” eu entrego antes de escangalhar. Ele disse: tu dás conta. Empreguei-me em muitas fazendas por aí [em quatro fazendas de proprietários diferentes]. Eu não era *pavulagem*, chegava numa fazenda procurava logo o encarregado. Ele dizia: olha aqui é assim, assim. Só me dizia a instrução uma vez. Patrão nunca chegava você tem que fazer aquilo, não, já estava feito (Bruno, 72).

A conversa de Bruno com o patrão era franca, como ele apresenta nesses fragmentos. As respostas que dava asseguravam que estava para servir, mas também não para ser chamado atenção, subserviente. Sua experiência se deu em várias fazendas, mostrando que era um profissional nesse mercado. A chamada para assumir uma fazenda dava-se pela condição de ser filho do feitor de nela e ter se criado, além de ter sido instruído para profissão.

No processo de formação do vaqueiro, era preciso ter anos de aprendizado para assumir o posto principal e passar pelo ritual do casamento. Após o casamento e depois de assumir a fazenda como feitor, define-se como profissional em relação aos demais vaqueiros, que chama de companheiros.

O bom feitor é o que trabalha direito, dá conta, é honesto. Primeiro lugar, hoje é difícil. Ainda tem, mas é difícil de ver pessoa honesta. Às vezes dá o azar, falha o dinheiro, aí tem muito *bicho* que vende o que o patrão tem. Não está nem aí! Mas o feitor sendo honesto, sendo amigo dos companheiros, faz todo sentido de trabalhar. Não está certo, você é vaqueiro, quero mandar fazer uma coisa, vou logo gritando com você. Ninguém quer saber de grito, não, não! Nem os animais aceitam mais isso! Eu era assim, se meu companheiro fazia um negócio errado, não dizia nada. Quando chegava eu dizia: vamos para ali conversar só nós dois, numa boa. O companheiro pedia desculpa, pronto nós se acertávamos. Mas este negócio de ter muitos feitores, o empregado, o vaqueiro faz alguma coisa errada, grita não dá tempo do rapaz se defender, dizer como foi que não saiu o serviço direito. Sai aí martelando (Bruno, 72).

Na escala das relações de mando, numa fazenda, Bruno faz algumas definições, mostrando uma relação que deve ser respeitada, não exposta ao desrespeito pelo outro. Descreve que há desonestos no meio dos trabalhadores, mas também existem administradores, feitores, que não têm nenhum respeito pelo empregado, vaqueiro.

Esta concepção hierárquica vai de baixo para cima do poder de mando: vaqueiro, feitor, patrão. Na sua fala, os vaqueiros são os empregados. Quanto ao feitor, há um

distanciamento do trabalho principal, conforme estabelece a lei 12.870/2013. Isso só reafirma o vaqueiro como a figura genérica do trabalho com o gado. A gestão é importante, por isso, tradicionalmente, só se tornava um feitor quando havia passado por todos os ritos de passagem. Diante desta longa explanação sobre o papel do feitor, Bruno define o patrão.

Um bom patrão é o que paga direito, no final do mês, é amigo dos empregados. Que é difícil um patrão ser amigo, mas de qualquer maneira ele pagando todo fim do mês. Meu padrinho-patrão era o seguinte: se eu falava de você para ele, “olha o fulano fez um negócio errado”. Aí ele não dizia nada. Um dia quando nos encontrávamos, nós três, ele dizia: olha o Bruno falou mal de ti assim, assim, agora eu quero saber da verdade. É isso que é bom. O patrão que não se emprenha pelo ouvido. Acabava logo que ninguém tinha fuxico lá na Firma, por causa disso. Ele era assim, ficava calado, quando nos encontrava os três ele dizia: agora repete o que tu falaste dele (Bruno, 72).

Nas informações acima, bom patrão é aquele que paga direito, não precisa ser um bom empregado para salvaguardar as condições boas do patrão. No entanto o nivelamento entre os trabalhadores é estabelecido pelo fato de que eles não devem ser trapaceiro com os companheiros e o impedimento deste ato coloca em destaque as qualidades do patrão. Como Bruno mesmo diz em relação ao seu patrão-padrinho, este não se “emprenhava pelo ouvido”. Assim, o patrão ganhava ponto por estabelecer entre os trabalhadores o direito e o respeito.

Essas definições, dadas por Inglês e Bruno, esclarecem a compreensão que eles têm em relação aos patrões, até deixarem as fazendas em que trabalhavam, um por motivos familiares e o outro por aposentadoria; eles só trabalharam com a criação de gado, viveram sempre em fazendas e se tornaram profissionais da agropecuária. Enquanto Dalcídio, apesar de ter nascido em uma fazenda e ser filho de um vaqueiro, desempenhou outras atividades como: embarcadiço e pescador. A morte do pai, ainda novo, contribuiu para uma série de acontecimentos na sua vida, principalmente que a inserção no mundo do trabalho.

Por isso, apresento as diversas relações de trabalho vivenciadas por Dalcídio, para depois imprimir uma definição da relação com o patrão, dono da propriedade de criação de gado: fazenda, retiro, rancho justamente por ter vivido experiências dentro e fora das fazendas, começando por ter sido recolhido em um reformatório, consequência de ter ficado órfão e ser filho de uma mulher com transtorno mental. Em função desta situação, viveu em vários lugares, trabalhou em diversas atividades.

(P): Você além desta fazenda que saiu agora, depois de ter trabalhado 16 anos, trabalhou em outras?(R): Trabalhei no São Miguel por 9 anos, na Fazenda São Ribamar. Neste tempo eu era empregado do Dr Feliciano. Quando foi comprado o Buritizal aí eu fui morar com Miguel Lazarone, era empregado dele. Eu era empregado dele mesmo. Trabalhava, ele me dava o que comer e o que beber e a minha veste. (...) (P): Ele assinava a carteira? (R): Não. Ele não chegou assinar minha carteira. Trabalhei 9 anos na fazenda, mas ele não assinou minha carteira. De lá quando eu saí do Miguel Lazarone, trabalhei um ano empregado para Ronaldo, no São Luís, que chamam de Miritizal, mas foi comprado com o nome de São Luís. Trabalhei um ano certinho. Aí foi o tempo que eles brigaram os dois irmãos, aí o Ronaldo foi expulso pelo irmão. Ele me despediu. Depois disso, não me empreguei mais, passei a trabalhar por minha conta. Depois que eu saí do Ronaldo, que eu tinha me empregado. Trabalhei muito empregado em canoa a vela. (P): Fazia quê percurso nestas canoas a velas? (R): A gente passava banana para Belém. Uma canoa do meu padrinho Sarafin. Lá do Atua com banana. Neste tempo eu estava novo. Trabalhei uns quatro anos em canoa a vela. Depois disso, eu larguei desse negócio. Eu tive empregado no Jari, perto do Amapá. Trabalhei lá um ano e seis meses. O trabalho era de reflorestamento, plantar pinho e esmerim. Também trabalhei um ano e três meses em castanha, na safra da castanha. Eu ia com um burro passar castanha durante a safra. Lá já era Amapá, trabalhava com o Salomão. Ele era dono dali na Pariquis, tem um filho, Donato, era cabo. Eu tive no Guamá uns quatro meses. Dáí tinha uma fazendola, eu tive parando lá (Dalcídio, 73).

Apesar de toda essa trajetória, Dalcídio não se aposentou como vaqueiro, mas como pescador. Esse fato modificou a sua relação na última fazenda em que trabalhou, durante 16 anos e criou seus três filhos com a sua segunda mulher. Nessa relação de trabalho com o proprietário do Rancho em que morou, identifica-o como seu patrão. Além do fato de ter trabalhado muito tempo e criado os filhos nesta propriedade, há uma relação estabelecida, anteriormente, que parece dar continuidade ao laço que foi ceifado com a morte do pai. Então o passeio e a trajetória dele não marcaram tanto vínculo de trabalho, quanto o emprego no Rancho Cocau.

A apresentação de sua trajetória não é linear. Vejo que antecipa o trabalho na Fazenda Miritizal ao realizado nas canoas a velas. Comparando o período dos dois acontecimentos, cheguei ao dado de que o trabalho na canoa fora anterior ao da fazenda Miritizal, porque esta fazenda foi adquirida no mesmo período da venda da Fazenda Buritizal. Aquela ligada ao seu primeiro emprego, onde só recebia o que comer, beber e a veste.

Este detalhamento é importante para reconhecer as relações anteriores ao casamento com a primeira mulher e porque teve ajuda de um indivíduo ligado ao trabalho com o comércio de banana, que foi o colaborador na redução de sua idade, impedindo o casamento na justiça. Os fazendeiros da fazenda Buritizal e da fazenda

Miritizal não são de famílias tradicionais de criação naquela região. Ambos chegaram à região no período de expansão da criação de búfalos. As duas fazendas vão ser praticamente de criação de búfalos, e enquanto o último patrão do Rancho é de uma fazenda originária do período dos contemplados.

Dalcídio tornou-se sócio da Caça e Pesca anteriormente à fundação de associações de pescas, no município de Muaná. Seu vínculo com o antigo patrão, aquele do Rancho, permitiu-lhe passar a trabalhar no barco que o patrão possuía para transportar animais. Havendo uma proibição para pescar, pelo seu patrão, a um trabalhador que morava no rio Tauá, expulsando-o da área, Dalcídio tomou “as dores” do rapaz, achando injustiça, porque havia outras embarcações no porto, onde houve a proibição, outras pessoas que não eram do local e estavam pescando lá, sem serem proibidos.

Esse evento provocaria uma discussão entre ele e seu patrão, motivando a sua filiação à associação de pesca. Naquele tempo os trabalhadores que queriam se filiar se deslocavam do Marajó para o município de Abaetetuba ou para Belém. Exatamente isso que fez, neste período. A carteira era emitida pela Superintendência de desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), órgão Federal, somente com o aval da respectiva associação de pescadores, o que arantia o reconhecimento institucional. Com a fundação da associação dos pescadores do município de Muaná, colônia Z-59 em 24 de agosto de 1998, tornou-se desnecessário tamanho deslocamento.

É possível perceber que sua profissão como pescador não mantinha uma correlação direta com as atividades mais executadas por ele. No mínimo deveria ser enquadrado como vaqueiro ou marinheiro, pelo volume de atividade nestas duas funções.

Com 65 anos de idade, já passando para os 66, sentiu que não era mais apto para lidar com o gado, porque a atividade requeria destreza da pessoa, o que ele achava não possuir mais. Naquele momento já estava aposentado, o que havia conseguido logo que foi trabalhar no Rancho, no qual trabalhou aproximadamente 16 anos, de 1990 a 2006. Lá ele criou os três filhos que teve com a segunda mulher e onde recebia de pagamento, no início, Cr\$ 30,00⁸¹ (trinta cruzados). Quando saiu, em 2006, recebia R\$

⁸¹O salário mínimo variou no ano de 1990 de Cr\$ 3.674,06 em Março, primeiro mês do Cruzado, a Cr\$ 8.836,82 em dezembro.

210,00⁸²(duzentos e dez reais). Pediu para sair porque achava que não dava mais conta de lidar com o gado. Quando foi trabalhar nesta propriedade chamou o dono que o contratou e disse:

Seu Fabiano eu quero ser mandado só por você. Aí eu vou, senão, não vou. Para ser mandado por 10, 11, 12, não vou, só por você. Aí ele concordou. Só com ele, não tinha fulano sicrano, não tinha o filho, a esposa. Não tinha nada, era só por mesmo com ele. Meu negócio era com ele. Ele chegava no dia tal, no outro dia eu ia lá. Ele explicava o que queria aí pronto era o suficiente. Graças a Deus não era uma pessoa exigente, aí me dei bem. Eu tenho minha casa que ele me ajudou a fazer. Ele comprara a madeira, essas coisas. Ele me deu um auxílio bom. Ele também me ajudava quando estava doente. Aí não tenho o que me queixar dele, nunca tive queixa dele. Saí dia 12 de fevereiro de 2006 de lá. Ele me mandou chamar eu fui lá ao escritório dele. Mandou bater a conta. Expliquei tudo para o advogado, pedindo que ele me dispensasse e tal. Ah, ele me deu uma gratificação. Ele disse: olha RB, não vou te pagar porque não tenho condições. Aí eu disse: eu aceito. A gratificação foi R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), deu-me primeiro R\$2.000,00 (dois mil reais) depois foi pagando R\$300,00 + R\$300,00 + R\$ 400,00. Eu digo, ele foi muito bom para mim. Deu-me lugar para eu trabalhar e morar. Nunca dei uma cabeça de porco, porque ele não exigia, graças a Deus. Todo ano me dava uma vaca, um mamote. Só que eu dava logo para ele vender no meio do gado dele. Para não vender depois e dizerem que estava tirando dele. Quando ele fazia embarque ele tirava e depois me dava o dinheiro. Aí quer dizer que aquilo era gratificante também.

Dessa forma, Dalcídio, sem definir o patrão com adjetivo ou atitudes determinadas, constrói a ideia do patrão a partir da relação estabelecida entre eles, através de ações como: ganhos, dádivas, liberdades para criação dos animais sem ter que pagar, receber ajuda em certas circunstâncias da construção de uma casa, na doença; todas essas atitudes compensavam em relação ao pequeno valor em dinheiro ganho pelo pagamento dos dias trabalhados.

Nesta relação, estão claros os arranjos feitos para o proprietário continuar com a propriedade e o trabalhador permanecer desfrutando de algumas regalias, como ter onde morar, trabalhar e criar os filhos. Isso tudo tem sentido naquilo que Lanna (1995) coloca na sua obra “A dádiva divina: troca e patronagem no Nordeste Brasileiro”, quando mostra que as oligarquias são o estado, já que ambos se constituem a partir das mesmas relações de trocas; relações essas que se fundam na lógica redistributiva da reciprocidade hierárquica. Para este autor, o Estado brasileiro é a continuação do poder local.

⁸²Já no ano de 2006, o salário mínimo, que estava na moeda atual o Real, variou de R\$ 300,00 em janeiro a R\$ 350,00 em dezembro do mesmo ano.

Argumentarei que o estado brasileiro se constituiu, em boa medida, como continuação do poder local, tendo com este uma relação de “realimentação” mútua. Isso porque o chefe local, seja ele um coronel, um fazendeiro, um padre ou um vereador, não é apenas “pessoa” no sentido comum, de entidade privada, mas também “pessoa pública”, pois, como um chefe primitivo ou um rei divino, seus atos têm significado transcendental (LANNA, 1995, p.19).

Neste caso, não vou tratar do papel do Estado, mas do fazendeiro, patrão de Dalcídio, colocado pelo empregado diante de tudo que foi referenciado e o que expõe abaixo, comprovando uma relação garantida na base da “amizade”. Os atos do patrão, como trata Lanna, “têm significado transcendental”.

Quando ele tava no final dos tempos dele. Já ia viajar como foi [morreu]. Eu fiz um serviço (...) aí eu fiquei devendo trezentos e cinquenta reais. Estava *aperreado* e lembrei que um dia ele, seu Fabiano disse: Dalcídio, um dia que tu estiveres enrascado, tu me procura meu preto, tu és meu empregado ainda, durante eu ser vivo, tu é minha gente. (...) Então eu liguei para ele. Aí dona Romena atendeu disse que ele estava ruim. Ele disse não quem é. Ela disse é Dalcídio. Ele disse passa aí ela passou. Aí nós conversamos um pouquinho, voz pesada. Ele disse: que deseja Dalcídio. Eu disse: *Tuchaua*, era assim que chamava para ele, estou enrascado, estou devendo trezentos e cinquenta reais. (...) Eu estou precisando de você agora (...). Ele disse: eu vou te dar uma rês e tu tira do gado que tu quiser. Quer dizer, me ajudou até na hora da morte.

Veja que nesta fala e ao longo da entrevista Dalcídio demonstra a imensa gratidão que conserva por este patrão que lhe ajudou nos momentos mais difíceis, mesmo depois de haver pedido a demissão. O patrão frisou que ele era ainda seu empregado, isto é, se colocava à disposição para ajudar. Nesse sentido, a relação ultrapassou a questão salarial, teve valor de pertencimento.

Observando o relato dos três vaqueiros, percebe-se que não há uma definição para o patrão, mas uma série de elementos que costuram a relação, dando conta de todas as situações. Segundo eles, há aquele que é muito bom, porque o trabalhador é bom também; há aquele que paga direito e em dias, e o que não paga muitas coisas, mas se põe à disposição para ajudar o ex-empregado no momento da necessidade.

Esses três trabalhadores trazem fios de todo um tecido fino, elaborado no dia a dia da vida de uma trama social, que fora elaborada na domesticação dos nativos, na escravização dos negros, no isolamento do homem livre, vivendo do que a mata, o campo, os rios, igarapés lhes proporcionavam.

A história contada aqui a partir desses três vaqueiros não expressa toda a dimensão do que é a vida nesta região, mas indica alguns sinais do comportamento do homem e de algumas mulheres da pecuária no Marajó, em determinado momento

histórico. A leitura de mundo desse ente ajuda a entender questões relativas à formação de um vaqueiro, as atividades desenvolvidas por este, as relações costuradas nas fazendas para se tornar um administrador, um feitor.

I.7.1 Compadres na relação de patrão-cliente na criação de gado

Outra personagem importante da cena cotidiana nos campos de Marajó são o “compadre” e a “comadre”, que estão no cotidiano, indo e vindo um na casa do outro, passando na casa do outro, apeia do cavalo para tomar o café, almoçar, trazer o presente do afilhado ou da afilhada, que pode ser um pedaço de carne de uma matalotagem⁸³, ajuda na busca do gado que foi para outra fazenda, mas é o que traz o afilhado para o patrão abençoar e dar conselho para que seja trabalhador que futuramente pode assumir o lugar do pai quando ele já estiver sem condição de trabalho. As comadres ajudam no preparo da alimentação, na limpeza, no tomar conta das crianças na ausência dos pais, troca de remédios.

O compadre e a comadre vêm à fazenda quando o fazendeiro chega, para lhe dar as notícias das criações, do comportamento dos meninos e saber notícias das filhas que moram na capital com o compadre patrão⁸⁴, para buscar as roupas usadas que a comadre-patroa manda para a comadre da fazenda.

Em todas as direções que olharmos, pensando nas relações sociais no Marajó, está sempre presente a figura do compadre. Meus pais tinham os compadres que eram padrinhos de seus filhos, mas também tinham os afilhados, filhos de seus compadres. Eles não tinham tantos afilhados, eram poucos, mas minhas irmãs e meu irmão, à medida que iam crescendo, iam se tornando padrinhos das crianças, filhas dos vizinhos, dos vaqueiros de outras fazendas. Assim, os laços de compadrio foram aumentando na minha família.

No mês de junho, durante as festas juninas, também surgiam, a cada ano, os compadres “de fogueira”, constituídos sob a bênção e a proteção de Santo Antônio, São João, São Pedro e São Marçal. Alguns compadres surgidos nestas festas se tornavam

⁸³É um termo usado localmente para nomear a matança de um gado (boi, búfalo) correspondente a animal que alguns fazendeiros permitem que os trabalhadores consumam.

⁸⁴O processo de cria na Ilha de Marajó, através do laço de compadrio foi uma prática muito relatada por Jurandir (1997, p.1992); Acatauassú (1998), Soares (2010), além de estudos como o de Mota-Maués (2008).

grandes amigos pelo resto da vida, tal como ocorria entre aqueles formados com a benção formal da igreja.

I.7.1.1 Três fazendas no Município de Muaná

As fazendas de que tratarei aqui apresentam nomes fictícios, mas são fazendas reais que se localizam no município de Muaná por mais de 50 anos, agora com novos proprietários. Todas adquiridas por herança, sendo que uma delas já está na segunda geração, outra na terceira geração e a outra na quarta geração.

I.7.1.1.1 Fazenda Alagadinha

A fazenda Alagadinha originou-se no processo de partilha de sesmaria, passando de geração em geração por meio de herança. É composta por uma fazenda, sede onde fica a casa grande⁸⁵, o rancho⁸⁶ e vários retiros⁸⁷, e outras fazendas menores. A fazenda mede aproximadamente duas léguas de frente e uma de fundo, desenvolvendo criação de bois, búfalos, carneiros, bodes, cavalos, porcos, entre outros.

A produção é voltada para o fornecimento de carne, sendo uma parte para a exportação e a outra para o abastecimento da cidade. Esse tipo de fazenda, geralmente, atende ao mercado interno e ao município de Abaetetuba. Além da carne, também produz leite, do qual são feitos queijos e doces para o consumo dos trabalhadores e para o da família do proprietário.

Na fazenda sede moram os vaqueiros e alguns senhores que ajudam na manutenção da casa, e no rancho, que fica bem próximo, mora o feitor com sua família. As fazendas menores são ocupadas por uma espécie de subfeitores⁸⁸ que estão interligados ao feitor⁸⁹ geral. Nesta fazenda em particular, ainda existe uma relação de trabalho sustentada por um forte laço de compadrio. Os trabalhadores ainda criam seus animais como galinha, porcos, carneiros, cabras etc., uma parte do pagamento é feita em

⁸⁵É a casa em que o proprietário da fazenda mora e lá geralmente o feitor e/ou gerente administra a propriedade, isto é, a fazenda principal.

⁸⁶ É uma casa menor localizada ao lado da casa grande e onde ficam os vaqueiros, mas também pode ser local de moradia do feitor quando a casa grande é frequentada constantemente pelos proprietários.

⁸⁷ São pequenas casas afastadas das fazendas em que fica um vaqueiro com a família ou moradores que trabalham nas terras criando animais de pequenos portes, como porco, galinha e outros, além de estar disponível para realizar atividades de apoio ao feitor, ao fazendeiro, principalmente nos abastecimentos alimentícios com coleta de frutas, caça, pesca etc.

⁸⁸ São fazendas menores, mas fazem parte do complexo da propriedade de um determinado fazendeiro.

⁸⁹ Segundo o dicionário Aurélio, é o administrador do bem alheio.

gêneros alimentícios e a outra em espécie; podem caçar e pescar para sua manutenção e para oferecer carne ou frutas a algum parente e amigos. No entanto a extração de produtos como madeira, açaí, palmito está sujeita ao pagamento de meia ou terça parte.

Na área da fazenda, não existe escola, posto de saúde, nem capela religiosa. A maioria das crianças estuda em uma fazenda próxima ou sai para a sede municipal para morar com parentes⁹⁰; a prática está centrada na diversidade de credos, nos cultos católicos, nas festas de santos, mas também vão ao pajé quanto ao tratamento de saúde, quando não se vai à sede municipal, vai-se para Belém.

Quando sofrem algum acidente de trabalho, estes não são vistos como graves, ficando as pessoas sem cuidados médicos. As crianças, quando saem da região para estudar, vão logo servir de empregados domésticos na casa do patrão e acabam sendo apenas alfabetizadas ou então vão para a casa de amigos, parentes dos pais. Muitas vezes não conseguem se adaptar à cidade e voltam logo para a fazenda. Lá os homens (os meninos) começam a desenvolver a profissão do pai e as meninas casam no início da adolescência, principalmente a partir dos 15 anos de idade. A maioria das crianças que sai da fazenda e que vai morar na casa dos patrões é de afilhados destes; há, portanto, uma obrigação moral do padrinho em mandar “educar” a criança. Alguns passam a vida toda na capital, onde moram os patrões, às vezes chegam a estudar um pouco (ensino médio), mas como não têm onde morar acabam passando a vida como domésticos (principalmente as mulheres).

A criança começa a desenvolver, desde cedo, a profissão do pai e geralmente chega à fase adulta sabendo trabalhar somente como vaqueiro. Nota-se isso quando se observa que quase todos os trabalhadores desta fazenda são filhos de antigos empregados, e que por isso estão no emprego, principalmente por ter herdado a confiança dos patrões, baseada na relação de obrigações e contraobrigações subjacente à relação patrono-cliente.

Assim continua o ciclo até hoje: o menino reproduz a profissão do pai, as meninas na maioria moram na capital, como empregadas domésticas dos proprietários. Outro detalhe é que as mulheres, isto é, as esposas destes trabalhadores, são quase todas empregadas das casas dos patrões, por ser a maioria filhas de antigos empregados.

⁹⁰ Com a obrigatoriedade, os pais vêm matriculando seus filhos em escolas rurais em áreas distantes da fazenda, mas muitos não são bem sucedidos devido à distância. Considere-se igualmente que enquanto está na escola esta criança deixa de apoiar os pais nas tarefas do dia a dia, o que antes era comum.

A visita dos patrões é frequente, geralmente passam as férias com a família na fazenda. Este é um período muito alegre para os trabalhadores, a casa grande fica cheia; os empregados levam os seus filhos para tomarem a bênção dos padrinhos; as comadres pobres levam xerimbabos⁹¹ às comadres ricas, em troca as comadres ricas presenteiam-nas com roupas usadas, brinquedos que pertenciam aos filhos e netos, um pedaço de tecido, maquiagem para a comadre se enfeitar.

O trabalho da casa grande aumenta e as esposas dos vaqueiros vão para lá ajudar nos trabalhos domésticos, e os vaqueiros também dão assistência, pescando, matando animais, caçando, cortando lenha, fornecendo água, preparando cavalos para o passeio da garotada, conduzindo-os as outras fazendas etc. Nesse período ocorre a festividade do santo padroeiro à qual comparece toda a vizinhança, aí então o trabalho se intensifica. Mas também é um período de diversão, todos comemoram juntos, dançando, bebendo, realizando corridas de cavalo ou búfalo etc.

A jornada de trabalho da fazenda é extensa, absorve todas as atividades que já descrevi no capítulo anterior. E como vimos são mais intensas nas férias, que ocorrem geralmente nos meses de janeiro e fevereiro, e, às vezes, em julho. Apesar de certa hierarquização – o patrão não almoça na mesma mesa com o empregado, principalmente quando seus familiares se encontram na fazenda, verifica-se relação pessoal próxima, uma vez que os proprietários são homens voltados exclusivamente para a vida do campo. Pessoas que estudaram pouco: não completaram nem mesmo o ensino médio.

Quando o trabalhador adoecer e quando isso é muito grave, os fazendeiros o levam para tratamento de saúde em Belém⁹². Ouve-se com frequência na linguagem deste patrão as mesmas palavras usadas pelo caboclo marajoara, observando-se um nível de aproximação do patrão com os vaqueiros. São companheiros das festas da região, alguns desses patrões têm filhos casados com mulheres da região, filhas de vaqueiro. Mas apesar disso existe o tratamento respeitoso ao patrão, como nomes de tratamento do tipo “meu senhorzinho” ou “meu branco” ou “minha branca”.

O proprietário desta fazenda pertence à camada média; não tem outra fonte de renda, a não ser a produção do gado e alguns aluguéis de casas de vila na capital. A sua profissão é basicamente a de vaqueiro, pois quando está na fazenda ajuda os

⁹¹Nos estados do Amazonas e Maranhão nome atribuído a qualquer animal de criação ou estimação.

⁹² Geralmente há um médico na família, que supervisiona o tratamento.

empregados no reparo do gado e acompanha os embarques. Como estão constantemente na fazenda não sobressai a figura do feitor.

Esses padrões são as figuras típicas do caboclo marajoara que não é um vaqueiro, mas ao mesmo tempo é semelhante, tratam todo mundo de mano, parente, compadre, e, quando estão próximos de pessoas ilustres, sentem-se humildes, por conta da baixa escolaridade. Têm dificuldade de expressão em público. Por causa disso já perderam pedaço de suas terras para outros indivíduos que se instalaram nos últimos anos na região, onde compram apenas uma fazenda e daí estendem sua propriedade para as áreas próximas.

I.7.1.1.2 Fazenda Lamaçal

A fazenda Lamaçal foi adquirida por um indivíduo que apareceu na região mais ou menos no início da década de 1950. Comerciante fracassado do período da borracha, passou a comerciar com as Guianas, conseguindo juntar dinheiro e comprar essa terra, a qual adaptou as mesmas práticas de manejo com o gado. Os vaqueiros são pessoas da região ou do município de Ponta de Pedras. A maioria dos empregados, no início, era negra e analfabeta, mas aos poucos os empregados iam sendo trocados e vinham outras famílias para tomar conta da fazenda. Não há escola, nem posto de saúde. Os empregados mandam seus filhos para a cidade ou para escolas da proximidade e o atendimento de saúde é na cidade de Muaná.

Esta fazenda é composta da casa grande, um rancho, vários retiros e mais três fazendas menores, além da Caiçara⁹³. Em cada fazenda existe um feitor. A sua maior produção é búfalo, formada a partir, especialmente, da década de 1980, quando toda a criação de bois foi substituída por aquele animal. Os salários são pagos com alimentos e uma parte em dinheiro; o trabalhador ainda tem direito de matar duas reses por mês, como parte do pagamento. Atualmente, a fazenda passa por processo de partilha e esse processo foi suspenso.

Os feitores podem permitir que pessoas extraíam palmito e madeira, plantem roça e criem pequenos animais em retiros, mediante pagamento de um percentual de toda a produção ao proprietário. Como não existe escola, alguns trabalhadores adquiriram residência na cidade onde suas esposas moram com os filhos. Geralmente

⁹³ Porto onde se embarca o gado.

isso ocorre com os feitores, justamente porque estes podem fazer outros serviços para aumentar sua renda. Quanto aos vaqueiros, isto não é possível, estes só podem criar os seus xerimbabos, pescar e caçar, para o seu sustento.

A área da fazenda é grande, só que não fica num terreno contínuo, sendo separada por outras fazendas. As casas das fazendas menores geralmente vivem cheias de trabalhadores volantes, principalmente no período da cheia. Essas pessoas, na maioria, são parentas dos próprios empregados; isto ocorre em virtude de o poder estar centralizado na figura do feitor. Não há laço de compadrio entre os patrões e empregados, mas sim entre os próprios trabalhadores, principalmente o feitor e os trabalhadores subalternos.

Os atuais patrões vão esporadicamente às fazendas, comparecem apenas por ocasião do embarque; às vezes nem vão, só mandam o comandante do barco apanhar o gado. Há um distanciamento grande entre patrão e empregado. A aproximação só se dá quando existem filhos de seus empregados que trabalham como domésticos em suas casas. Na maioria das vezes é o feitor que seleciona aquele (a) que trabalhará como empregado (a) nas casas dos patrões.

O feitor geral é uma figura muito respeitada pelas pessoas da fazenda e da redondeza. Ele é visto como o ‘dono’ da propriedade, tudo o que alguém deseja da fazenda tem que pedir a ele. É muito solicitado pelos vizinhos quando estes querem leite, um pedaço de carne, permissão para caçar, pescar, colher um fruto. Porém o seu poder não é tão grande em relação aos feitores das fazendas menores, pois em cada fazenda existe um poder concentrado na figura dos seus feitores, geralmente porque estes trabalham mais diretamente com os patrões.

A jornada de trabalho é extensa e os trabalhadores estão mais ligados à cidade. O próprio feitor em geral já está aposentado, mas continua trabalhando, e vai com frequência à cidade para receber a aposentadoria. Apesar de não existir muito rigor na atividade, sua jornada é intensa.

A produção é voltada para a exportação que abastece o mercado de Belém. É muito difícil atender ao mercado da sede do município ou Abaetetuba. Não há quase nenhum vínculo do patrão com o poder local, isto é, do município. Há uma total ausência deste proprietário em relação à política local. Mas os empregados são muito solicitados e visitados nos períodos de campanha política, apenas para votarem, só que não recebem nenhuma assistência do município.

A relação destes trabalhadores é forte quando se trata dos comerciantes, pois são fregueses assíduos, compram e vendem produtos, como peixes, carne de porco e outros. Somente a cessão de produtos da fazenda, como gado, é tratada diretamente com o proprietário, o restante é intermediado pelo feitor. Estes trabalhadores são muito mais ligados à sede municipal do que com a capital. São poucas as vezes que vêm a Belém.

Os que têm família na cidade mandam da fazenda quase toda a alimentação. Fundamentalmente porque ela (a família) vive apenas da renda do chefe e também por causa do pagamento que é feito com alimentos, além de serem recebidos na Caiçara. Alguns filhos de feitores já estão trabalhando em outra profissão diferente da do pai. Por isso, verifica-se que já há uma transformação neste sentido. Os proprietários são pessoas que têm escolaridade de grau superior, fazem parte da classe empresarial de Belém.

I.7.1.1.3 Fazenda Ribeirinha

A fazenda Ribeirinha, adquirida a partir da década de 70, através de financiamento com recurso da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), compõe-se de uma fazenda sede, um rancho com três retiros, mais duas fazendas menores e alguns retiros. No início possuía um feitor geral e, em cada fazenda menor, um feitor representante. Não há escola, posto de saúde, igreja ou qualquer outra instalação. A maioria dos empregados é negra e analfabeta. Toda a produção que não tem vínculo com o gado fica sob a administração de um membro da família do patrão, ou então é arrendada para outros.

A sua produção abastece o mercado municipal de Abaetetuba e Belém. Os donos exercem um poder muito representativo sobre os órgãos municipais. Na capital são funcionários públicos de alto escalão. Os políticos locais têm muito respeito por eles, principalmente porque estes têm um grau de instrução mais elevado do que eles.

Eu não gostava de estudar, gostava mais de trabalhar em pescaria, em roça. Não tinha carteira assinada. Quando tem o seguro-defeso fica quatro meses sem trabalhar na mesma... Na emergência passava uns dois dias de barco a vela. Comecei a trabalhar com barco, tinha carteira de marítimo. Viajava oitenta dias para levar o gado até Quito [Equador]. Subia o rio Amazonas. Marajó é muito rico, tem muitas fazendas... Também quem tinha rádio se comunicava assim. Agora tem a internet (Florindo⁹⁴, 68).

⁹⁴ Família de 12 irmãos.

Os empregados têm longa jornada de trabalho e salários pagos com gêneros alimentícios e carteira profissional assinada; esse modelo aos poucos tem se modificado. Não podem criar animais sem pagar a metade. É proibido morar pessoas na fazenda sem vínculo empregatício. A casa grande só é habitada pelos fazendeiros quando estes vão à fazenda, que fazem visitas constantes à área.

Os rebanhos são constituídos por bovinos, bubalinos, equinos, caprinos, suínos e outros. Há averiguação constante do gado, principalmente porque é subsidiado. Não existe vínculo de compadrio entre os trabalhadores (vaqueiros) e os fazendeiros e são poucos os filhos dos empregados que são empregados domésticos em suas casas. A reprodução da força de trabalho é feita também pelos filhos dos vaqueiros.

Com o falecimento dos genitores, os herdeiros, que também são funcionários públicos federais de alto escalão, escolhem apenas um deles para fazer a administração direta da fazenda. Nos últimos anos, algumas terras foram distribuídas aos antigos empregados como indenização⁹⁵. Nela tem se aplicado melhoramento genético e há uma aproximação entre trabalhadores e proprietários, melhoramento do padrão de vida dos empregados, pois mesmo aposentados continuam com uma relação amistosa e contribuição mútua.

Segundo dados de entrevistas realizadas em janeiro de 2013 com técnicos da ADEPARÁ, essa fazenda, como espólio, tem se adequado à cria e cria de gado, fazendo engorda e inseminação artificial, trazendo novos reprodutores e assim vem melhorando o plantel da fazenda.

Nela também tem se desenvolvido lazer, com festas de aparelhagens, corridas de cavalos e outras manifestações festivas. Nessas manifestações existe um grupo produtor do evento, geralmente vindo da cidade de Muaná, que leva a aparelhagem, a cerveja e outros atrativos para comercializar durante a festa.

Como sua estrutura vem se adequando aos acontecimentos mais recentes na região, os dados coletados sobre essa fazenda ainda não puderam ser aprofundados. Ao analisar a organização dessas fazendas, é possível verificar que as relações de compadrio passam por um processo de transformação, mas que mantêm algumas práticas relacionadas a um espaço social figurado.

Com as caracterizações acima encontrei 40 (quarenta) propriedades no percurso entre os rios Anabiju e São Miguel, uma área recortada a partir do rio Atuí, que estão na

⁹⁵ Este fato foi relatado na área, mas não precisei se foi como dispensa do trabalhador e serviu para pagar a indenização.

lida com o gado. Vê-se que nestas há poucos trabalhadores e que a maioria possui um administrador ou responsável, no lugar do proprietário. Ao observar o quadro seguinte com os nomes das fazendas, vê-se que, em muitas delas, o proprietário é o mesmo, significando que ele é quem cuida dos trabalhos. Naquelas em que não aparece o nome do responsável se conhece apenas o proprietário, e vice-versa (Quadro 3).

Quadro 1: Propriedade da área e suas denominações.

Propriedade	Proprietário	Responsável
Fazenda Bom Sossego (Rio São Miguel)	José Barbosa	José Barbosa
Fazenda Toco Preto (Rio São Miguel)	Orlandino Vieira	Magno
Fazenda Anjo (Rio São Miguel)	Orlandino Vieira	João do Moca
Terreno Ingazal	Antônio Ferreira Contente	Antônio Ferreira Contente
Terreno Tirirical	Paulo Pires	Paulo Pires
Terreno Menino Jesus	Sebastiana Calandrini dos Santos	Sebastiana Calandrini dos Santos
Terreno Fé em Deus	Manoel Silo	Sicinho Chermont
Terreno Enseada do Veado	João Bosco G. Ferreira	Bibi
Terreno Vai Quem Quer	Nego	Nego
Fazenda Boa União	Carlito	Edilson Baena
Fazenda Andirobal	Carlito	Orlando Barbosa/Vira Bicho
Fazenda Invernada	Cláudio Góes	Reco
Fazenda São José	Orlandino Vieira	Benedito/Foca
Fazenda Santo Antonio	Orlandino Vieira	Fabrcício
Fazenda Trindade	Orlandino Vieira	Foguete
Fazenda Tauari	Otávio Mendes	Pelado
Fazenda Santa Eulália	Antonio Mendes	João Ferreira
Terreno Retiro	Francisco Ferrão	Antonio Carlos/ Totonho
Fazenda Firmeza	Durval Barbosa	Roberto Santos
Fazenda Campo Grande	Gildo	Colo
Fazenda Charneca (Tauá)	Ricardo Ferreira	No momento sem responsável
Fazenda Santa Rita (Tauá)	Iolanda Negrão/Marcos Negrão	Geison
Fazenda São José	Bosco Calandrini	No momento sem responsável
Fazenda Seringa	Fuluquinha	Sebastião Calandrini/Batica
Fazenda Ingá	Fuluquinha	Diniz
Fazenda Primavera	Fuluquinha	Eduardo
Fazenda São Benedito	Ney	Haroldo
Fazenda S. Manoel	Osvaldinho	Marcílio
Fazenda São João	Cláudio Góes	Ferrujo
Fazenda Cruzeiro	Cláudio Góes	No momento sem responsável
Fazenda Jenipapo	Cláudio Góes	No momento sem responsável
Fazenda São Sebastião	Saulo	Raimundo Gemaque Filho/Diquinho
Fazenda Santa Luzia	Gilberto	No momento sem responsável
Terreno Centro	Neco Brasileiro	Neco Brasileiro
Fazenda Espírito Santo	Luiz Bulamarq	No momento sem responsável
Fazenda Santo André	Luiz Bulamarq	No momento sem responsável
Fazenda Cumaru	Miroca	No momento sem responsável
Fazenda Anabiju	Não obtive o nome do proprietário	Antonio Gemaque e Inês
Fazenda Monte Alegre	Luiz Bulamarq	No momento sem responsável
Fazenda Três Irmãos	Carloz Diniz	No momento sem responsável

Fonte: elaborado pela autora com base nos depoimentos de vaqueiros e do técnico da ADEPARÁ, 2015.

Este espaço social em constante mutação demarca a disposição da área de criação identificada por mim. Embora não trate de suas particularidades, ele simboliza dinâmicas socioeconômicas e culturais recorrentes nesta tese, principalmente em relação aos limites dos campos do Marajó, no espaço da pesquisa etnográfica⁹⁶, ou seja, no município de Muaná, na área que compreende a margem esquerda do rio Atuaá entre seus afluentes Anabiju e São Miguel.(Figura 3).

⁹⁶Assim, procurei estender minha inserção em campo em outras áreas e municípios para ampliar minha visão sobre a realidade dos campos naturais do Marajó, ou seja, os sete municípios que compõem a microrregião do Arari que são Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure, muito embora procure mostrar essas realidades de forma mais precisa no município de Muaná.

Figura 3: Área de concentração dos diferentes tipos de ocupação de terra no rio Átua entre os rios Anabiju e São Miguel



Fonte: Magalhães, 2016. Elaborado com base nas pesquisas de campo da autora.

A figura acima apresenta a concentração das propriedades na área do rio Atuí entre os afluentes Anabiju e São Miguel, lócus da pesquisa, havendo diferentes tipos (grande, média e pequena), de acordo com a nova figuração dada pelos diversos movimentos de distribuição e apropriação de terras nos campos naturais do Marajó, a exemplo de criadores de porcos, minifazenda de criação de búfalo para o trabalho de transporte de palmito, os quais aos poucos são substituídos por tratores, e algumas propriedades com criação de gado bovino e bubalino, com um número de animais chegando até mil cabeças, localizadas próximo ao rio Anabiju.

I.8 “NOVO CRIADOR” DE GADO⁹⁷: tecnologia e aprendizado

Era setembro de 2014 quando realizei a última etapa de minha pesquisa para esta tese. Estava na casa de meus pais⁹⁸, quando contactei Guimarães⁹⁹, amigo de infância, vaqueiro e agora “criador”, por ter comprado gado, mas continua morando na terra vizinha, pertencente aos filhos de seus padrinhos que permitiram essa criação. Ele chegou por volta das onze horas da manhã e veio de bicicleta¹⁰⁰, em vez de montar um cavalo ou búfalo¹⁰¹, como é usual na microrregião.

Nós o convidamos para almoçar, como é costume local, e ele, imediatamente, aceitou. Seu Guimarães havia ido à beira do rio Atua para conversar com técnicos da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ), do escritório do município de Muaná, sobre a vacinação de seus trinta e quatro animais.

Para sua surpresa, os técnicos disseram que não podiam vacinar seus animais, pois havia ultrapassado a cota de 20 cabeças de gado de grande porte, critério estabelecido para a aplicação da vacina gratuitamente.

Guimarães se interessou em saber de minha ida à propriedade de meus pais, pois sabia que há alguns anos não ia por lá. Nesse passo, a conversa engrenou. Falei da pesquisa e ele passou a tratar dos acontecimentos ocorridos ao longo dos anos em que estive afastada. Explicou que os técnicos da ADEPARÁ estavam em campanha de vacinação do gado e como esta acontecia.

No ano de 2014, a cota para vacinação gratuita era de 20 animais e, como Guimarães possuía mais de 20 reses, precisava comprar, obrigatoriamente, as vacinas no prazo de vigência da campanha, para aplicar em seus animais. O prazo estava se esgotando e os técnicos iriam para outras localidades e, por isso, não poderiam vacinar os animais do Guimarães; no entanto isso não seria problema, porque ele, em outra campanha, foi treinado pelos técnicos e podia vacinar, ele mesmo, seus animais.

De todo modo, Guimarães estava preocupado e precisava comprar a vacina logo, para não ter complicações com a documentação de certificação. Sem a documentação

⁹⁷ Vaqueiro é uma palavra relativa ao gado vacum vaca+um: diz-se do gado que compreende vaca, bois e novilhos.

⁹⁸ Minha família possui propriedade na microrregião dos Campos Naturais da Ilha de Marajó, no município de Muaná.

⁹⁹ Vou usar nomes fictícios para identificação das pessoas de quem tratarei nesta tese.

¹⁰⁰ A bicicleta, principalmente durante o período de seca, nos últimos anos vem substituindo a montaria a cavalo ou a boi/búfalo como se praticava antigamente na ilha.

¹⁰¹ Na região dos campos de Marajó a maior parte das pessoas denomina o búfalo de montaria de boi, porque é castrado e manso para montar.

em ordem, a venda do gado é difícil, mas, por outro lado, informava que a vacinação também ajudava no combater o furto de gado, ficando, assim, mais complicado para o ladrão comercializar (o gado) sem dados de procedência, pois a ADEPARÁ exige a documentação para o caso do abate de animais.

A certificação dos animais é importante para que o governo possua o controle sobre a produção pecuária do Estado e tem como meta preparar uma área livre para comercialização; para isso, a região de pecuária da Ilha de Marajó precisa ser uma área livre de febre aftosa, a fim de que sua produção seja exportada ou para dentro ou para fora do mercado brasileiro. Essa é uma exigência de mercado oficial, para a produção da Ilha, assim como para outras regiões do Brasil.

I.8.1 Organização do espaço de criação de gado

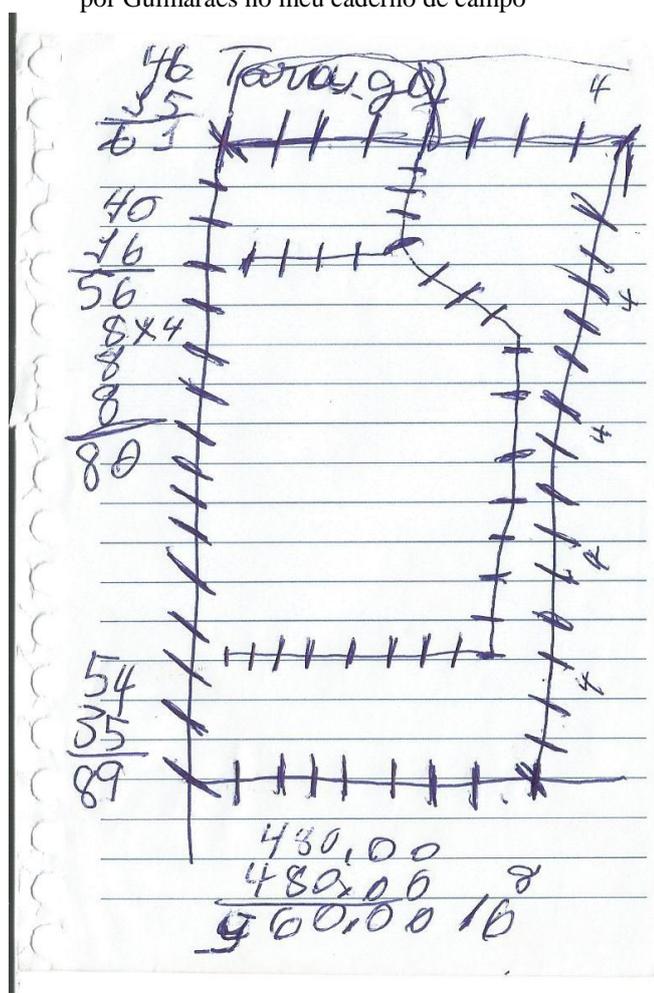
Guimarães e os demais trabalhadores e/ou pequenos criadores também estão envolvidos na organização de suas áreas de criação, principalmente para adequação da infraestrutura do curral, de acordo com os moldes exigidos e adequados para a vacinação. O antigo curral, por não possuir a “manga”, não é mais apropriado para vacinação, estando ultrapassado. O criador que não possui um curral apropriado tem que conduzir seu animal até outro ponto, isto é, uma fazenda, ou outro local onde possa vacinar os animais. Por exemplo, os que possuem um total dos 20 animais levam para as fazendas onde os técnicos já estavam vacinando e isso provoca uma circulação de pessoas e de animais de um lugar para outro.

Os fazendeiros que possuem muitos animais compram as vacinas e os técnicos do Estado as aplicam; assim; muitas vezes, as fazendas se tornam postos de vacinação e as pessoas que possuem menos cabeças de gado e não têm o curral apropriado vacinam seus animais nesses “postos”; dentre os que vacinam assim estão aqueles que possuem apenas um animal.

O amigo vaqueiro e agora novo criador construiu um curral apropriado, isto é, com as exigências técnicas. O curral novo possui separação, comportando subcurrais. Ele mesmo os construiu, juntamente com os filhos, e explicou que foi arquiteto, engenheiro, mestre de obras e madeireiro. Para isso fez uma planta do curral, de uma área de 8x16 metros, as fundações, derrubando árvores, serrando madeira e construindo. Guimarães contabilizou os custos para a compra do material necessário (madeira, arame, prego). Segundo ele, o esforço foi necessário para que o custo não fosse alto. A

construção de um curral no padrão para comportar 50 animais é onerosa, chegando, aproximadamente, a um montante de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) ou mais. Assim, o novo desenho do curral, para vacinação, gerou novos aprendizados para as pessoas envolvidas. (Figura 4)

Figura 4: Cópia do desenho do curral feito por Guimarães no meu caderno de campo



Fonte: Desenho feito por Guimarães no caderno de campo da autora.

O desenho acima é a cópia do modelo feito, detalhadamente, pelo vaqueiro/criador, com a contabilidade do material necessário para a construção do curral. Ele mostrou que de 4 em 4 o tarogo¹⁰² deve ser duplicado para reforçar o curral. Veja-se também que existem cinco subcurrais e uma manga¹⁰³ para aplicação da vacina.

Na ilha, os currais eram, em geral, divididos em dois e mais currais, propriamente ditos, e o barracão para a ordenha. Com a orientação para vacinação

¹⁰² Nome dado por ele para as hastes que são o apoio da cerca.

¹⁰³ Nome dado localmente para identificar a área que se estreita para aplicação da vacina.

houve o acréscimo de outras áreas, ou seja, outros currais e uma área apropriada para vacinação. Esse fato trouxe mudanças que parecem estar apenas na estrutura do curral, mas que proporciona a entrada de uma nova categoria determinada “de fora”, por uma necessidade que não foi desejada, nem solicitada pelo grupo local, mas projetada pelo poder do Estado, na medida em que a vacinação obriga o proprietário a vacinar o animal dentro de um curral, de novo modelo, criando uma motivação local para a construção deste.

1.8.2 Orientação de registro de vacinação

No escritório da ADEPARÁ, em Muaná, solicitei informação relacionada ao procedimento de vacinação e, além disso, foi fornecido pelo funcionário técnico administrativo um modelo de ficha de classificação dos animais, como se apresenta abaixo na figura nº 5. A partir dessa ficha e ouvindo as conversas dos pequenos criadores e vaqueiros, pude compreender que as exigências para adequação da criação do gado são: instalação física, armazenamento da vacina em locais refrigerados; preenchimento da ficha que apresenta uma classificação por sexo e por idade. (Figura 5)

Figura nº 5: Ficha de vacinação e classificação dos animais
(bovino e bubalino)

Idade	Sexo	
	Macho	Fêmea
0 a 1 ano		
1 a 2 anos		
2 a 3 anos		
+ 3 anos		
Total de gado		

Fonte: elaborado pela autora com base na ficha da ADEPARÁ, 2014.

O pequeno produtor¹⁰⁴, principalmente, precisa ter conhecimento das planilhas de controle dos animais, a sua propriedade,¹⁰⁵ com titulação no seu nome ou documento

¹⁰⁴Trato aqui do pequeno produtor porque ele não tem formação e nem tem pessoal com os conhecimentos que o Estado exige. O grande produtor, denominado, na Ilha de Marajó, fazendeiro, aquele que possui grande quantidade de gado, também precisa se adequar às exigências; no entanto ele, muitas vezes, tem ou é capacitado (médico veterinário, zootecnistas, técnicos em pecuária) e muitas vezes

de autorização de animais em “terra de terceiro”, pois no cadastro é necessário constar local de origem (precisando colocar os documentos da terra em ordem); assim há uma reordenação na vida local e, com isso, as pessoas adquirem uma nova função. No entanto elas devem saber ler e conhecer os trâmites da documentação, porque a relação com os técnicos, nos órgãos públicos, é frequente, por exemplo, dar baixa do gado quando os comercializam, ou quando morre ou nasce um animal.

Há, claramente, uma nova função instalada que, necessariamente, obriga. O trabalhador (pequeno criador e/ou vaqueiro ainda não letrado) a ter escolarização. A pouca ou nenhuma escolaridade dos antigos vaqueiros e pequenos criadores dificulta-os a fazerem o controle dos animais. Muitos não sabem ler os manuais, anotar nas fichas de controle a quantidade de animais. Nesse sentido, a linguagem oral praticada por estes agentes é a única forma de transmissão de conhecimento, o que os prejudica nessa nova ordenação da produção de gado e da lida do vaqueiro no Marajó.

A classificação dos animais fora, historicamente, construída pelas pessoas da microrregião (entre elas pessoas como o Guimarães) da seguinte maneira: vaca, boi, novilho, novilha, garrote, garrota, bezerro e bezerra. Agora, com as fichas de vacinação, a classificação passou a ser por sexo (macho ou fêmea) e idade (0 a 1 ano, 1 a 2 anos, 2 a 3 anos e + de 3 anos). Diante dessa classificação, alguns animais, como as fêmeas em fase de procriação e os animais de 0 a 1 ano de idade, recebem vacinação diferenciada.

Nesse sentido, entendo que os novos agentes, o governo, seus técnicos e o mercado internacional, entram no “espaço social” devido à exigência documental do gado, o que de acordo com o pensamento de Bourdieu (1996), vai redesenhando-o e dando lugar a outra ordem de dominação. Mas, aos poucos, percebi que há processos de continuidade de dominação, agora com a inserção de uma nova categoria (com o evento da “Vacinação”¹⁰⁶): o mercado.

Essa mudança se verifica como forma de permanência de dominação, tendo em vista que o Estado é fonte determinante das mudanças (BOURDIEU, 1996). Assim, as pessoas mudam suas práticas e passam a utilizar outras, por exigência externa, e elas passam a obedecer internamente.

têm um escritório para tratar da empresa pecuária. São poucos técnicos na região para uma grande demanda.

¹⁰⁵Na Ilha de Marajó a criação é extensiva e é costume as pessoas ganharem, comprarem ou possuírem poucos animais e deixarem na propriedade de terceiros.

¹⁰⁶Segundo Sahlins (2003, p.50), “enquanto a categoria dada é reavaliada no curso da referência histórica, as relações entre as categorias mudam: a estrutura é transformada”.

No entanto não se cumprem, muitas vezes, as novas determinações, porque a fiscalização não é intensiva, por haver, por exemplo, apenas dois técnicos da ADEPARÁ para visitar os domicílios em Muaná. Muitos criadores de gados fazem o abate e a comercialização da carne nas proximidades de sua propriedade, para atender a vizinhança. Muitas vezes, o abate é de apenas um animal.

A vacinação é uma etapa da reorganização do gado para adequá-lo ao quadro do país ou deixá-lo sem febre aftosa; a aplicação é anual, com campanha no mês de setembro. O proprietário precisa ter o gado cadastrado, curral adequado, pistola para aplicação da vacina, ambiente para conservar a vacina em baixa temperatura e propriedade própria ou de alguém indicado pelo pequeno proprietário, para que haja a vacinação de seu rebanho.

Tornar a Ilha de Marajó uma área de exportação de carne bovina e bubalina sob exigências internacionais exige das pessoas criadoras de gado a certificação de seus animais a fim de que tenham condições sanitárias compatíveis com as necessidades do mercado. Isso, segundo os técnicos do Estado, é um processo lento, porque culturalmente as práticas locais eram outras. Por outro lado, a maior parte da Ilha não possui energia elétrica ou de outra natureza para a instalação de refrigeradores (frigoríficos). A região precisa adequar-se aos novos padrões dos órgãos fiscalizadores para que o sistema opere totalmente, mas muitos não têm recursos para cumprir com essas exigências.

II PARTE

EXPERIÊNCIA CULTURAL NO MARAJÓ ENTRE PERMANÊNCIA E TRANSFORMAÇÕES

II.1 PENSANDO O COTIDIANO DO PONTO DE VISTA ETNOGRÁFICO

O entendimento do modo de vida e das particularidades na cultura dos grupos ligados à pecuária, como no da Ilha de Marajó, e o encontrado em outros lugares, como em Goiás das lembranças de Cora Coralina (2008) e nos estudos de Evans-Pritchard (2011), fazem-me perceber semelhanças que contribuem para a classificação destes grupos que de alguma forma praticam atividades concomitantes com a pecuária, tendo experiências na produção com a pesca, o extrativismo vegetal e o cultivo de plantas.

No caso da pesquisa com os criadores de gado da Ilha de Marajó, precisei fazer um esforço metodológico de estranhar a realidade dos campos naturais, a fim de compreender o significado de tudo aquilo, pelo fato dessa realidade ser familiar para mim; fui, aos poucos, ampliando meu horizonte e, cada vez mais, enxergando outros fenômenos e problemáticas. Diante disso, não parei mais de olhar a ilha (também) com o olhar de pesquisadora a transformar meu “familiar” em algo “estranho” e redescobrir minhas origens, descobrindo, por exemplo, elementos que compuseram meu primeiro vocabulário.

Para refletir quanto à construção social da relação entre vaqueiros, compadres, criadores de gado e demais agentes situados no espaço social nos campos de Marajó, pensando como na prosa de Cora Coralina (2008) sobre a população da Velha Goiás e baseada em Evans-Pritchard (2011, p.21), entendo que minha análise se assemelha a deste autor por trazer “uma contribuição para a etnologia de uma área determinada...”, como ele mostra nos Nuer, do Sudão, na África, em que apresenta aquele grupo humano como eminentemente pastoril, e à de Cora Coralina em sua prosa, na medida em que me aproximam de modo abstrato da Ilha de Marajó, a partir da análise de um conjunto de elementos de um universo mais amplo da realidade brasileira, que também é vivenciado em construções mentais semelhantes aos espaços sociais que estudo.

Assim, tanto Evans-Pritchard(2011) quanto Cora Coralina me levam a fazer uma aproximação da análise relacionada a alguns elementos importantes e semelhantes em termos da relação entre homem e natureza, também presentes na ilha de Marajó junto ao grupo humano com prática do trabalho com o gado, ainda mais que essa relação se intensifica dependendo das estações do ano. No período de chuva há um tipo de trabalho específico, devido às enchentes, enquanto no período de seca tem-se que se deslocar com o rebanho para que não morram por falta de água e fome.

Nesta dinâmica, busco comparar os hábitos dos pastores Nuer com os Marajoaras. Vejo que há uma questão diferenciada, ou seja, uma divisão sexual, pois nesta cultura o cuidado do gado é realizado pelas mulheres e crianças, enquanto no Marajó esse trabalho é tipicamente masculino¹⁰⁷; os Nuer são proprietários de seus rebanhos enquanto os marajoaras, na maioria das vezes, não são. Esses agentes, ou seja, os criadores de gado, parafraseando Evans-Pritchard (2011), vivem uma saga social, embora em contexto social e agentes díspares.

No caso específico do Marajó, percebo que há uma relação de “pertencimento”, no cuidado da lida com o gado, mesmo quando o animal é de propriedade de outrem, ou seja, dos fazendeiros. Compreender essa relação próxima e distante invoca, ao mesmo tempo, distinguir a pecuária marajoara, vivenciada pela criação do gado, assim como os Nuer, os cuidadores de gado marajoara também vivem e traçam todo circuito de vida de suas gerações na relação com o gado.

¹⁰⁷No Marajó, não somente o cuidado com o gado, mas também as demais atividades do extrativismo são realizadas por homens.

II.1.2 “Ô DE CASA”: particularidade do rural e transformação de hábitos

As lembranças de Cora Coralina¹⁰⁸ na prosa “Ô de casa” (CORALINA, 2008) revelam práticas desenvolvidas na velha Goiás, na roça, como sendo uma realidade vivenciada na sociedade rural, tendo o gado como produto da economia da pecuária. Destaco que no Marajó o gado é o meio de transporte mais importante na parte central dos campos da região. Cora Coralina mostra que em sua realidade o animal (boi, cavalo, burro, mula) também se constitui como meio de transporte. As expressões utilizadas em Goiás, reproduzidas na prosa de Cora Coralina, mostram cenas do meio rural vivificadas por pessoas e suas coisas, como na economia da pecuária dos campos naturais da ilha de Marajó. Ela proseia sobre o modo de vida e as relações sociais estabelecidas lá, mas, em que pese suas especificidades, essa realidade pode ser observada no cadinho de ebulição da vida no campo, em outras regiões do Brasil.

A prosa revela detalhes de um mundo não só demarcado por uma expressão de chegada ou de saída, mas de convivência, contextos de uma realidade de trocas e confiança mútua, necessárias para que se possa construir a sociedade com linguagens próprias, muito diferentes das do meio urbano.

Ela fala de uma realidade, um modo de vida marcado pelas distâncias, deslocamentos, aproximações, desprendimentos, despedidas, eventos de chegada de um grupo que vem de lugar distante à casa do outro, o qual não ocorre cotidianamente. Há datas em que são frequentes outras não, marcadas por calendários de festas, ciclos produtivos, datas importantes na cultura de um povo¹⁰⁹, mostrando a relação com os demais grupos e possibilitando vivências e práticas particulares com linguagem adequada, desenvolvendo-se artefatos, como utensílios domésticos, e falando da lida com os animais, bem como das práticas sociais. Esse universo social figura certos espaços com vida própria, como pouca.

¹⁰⁸Na obra: “Cora Coralina: estória da casa velha da ponte”. São Paulo: Global, 2014, Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas (1889-1985) afirma que Cora Coralina é um dos marcos recente de nossa literatura. Nascida em Goiás, em 1889, Cora teve uma trajetória literária peculiar. Embora escrevesse desde moça, tinha 76 anos quando seu primeiro livro foi publicado, e quase noventa quando sua obra chegou às mãos de Carlos Drummond de Andrade – responsável por uma apresentação ao mercado nacional. Desde então, sua literatura vem conquistando crítica e público. Cora Coralina não se filiou a nenhuma corrente literária. Com um estilo pessoal, foi poeta e uma grande contadora de histórias e coisas de sua terra. O cotidiano, os causos, a velha Goiás, as inquietações humanas são temas constantes em sua obra, considerada por vários autores um registro histórico-social deste século.

¹⁰⁹O dia de finados, por exemplo, 2 de Novembro, para o marajoara dos campos é uma data para ir ao cemitério e também visitar os amigos que moram próximo.

“Ô DE CASA”

Havia na roça umas tantas práticas que se cumpriam religiosamente. Os chegantes: “Ô de casa”. “Ô de fora. Tome chegada, se desapeia”. O viajante, estranho ou não, descia do animal. Rebatia o chapéu, tirava, pedia uma parada de um dia ou mais, vinha de longe, de passagem, os animais esfalfados. Um dia de descanso, um particular com meu avô e dono. Meu avô fazia entrar, seu escritório, mesa de escrever vasta, recoberta de encerado, duas gavetas, suas chaves sempre esquecidas na fechadura. Um relógio antigo de caixa. Duas malas encouradas, cheias de papéis, antigas cartas amarradas em maços e soltas. Um óculo-de-alcance, proibido às crianças. Suas armas de caça, patrona, polvarinho, chumbeira, tufos de algodão, espoletas, algumas armas desusadas, outras de uso, penduradas num cabide alto, fora do alcance da meninada. Ali, o viajante se identificava melhor. Se desarmava, entregava suas armas de cano e de cabo para o dono da casa. Era preceito social. Meu avô aceitava ou não, conforme o seu conhecimento do visitante. Recolhia numa das gavetas para restituir na saída. De outras, pessoas conhecidas, de conceito, meu avô não consentia que entregassem os ferros. Que ficasse com eles, alta confiança. Recusava sempre. Pediam a meu avô que os guardassem em confiança e meu avô atendia, mostrava-lhes a gaveta, quando os quisessem, ali estavam. Também de praxe na partida, na montada, meu avô descia os degraus, segurava o estribo, honra maior concedida a uns tantos em cerimonial competente e rústico, estas coisas... Ajudar também uma senhora a montar seu cilhão, oferecer-lhe o apoio da mão espalmada e ela, sutil, prática, num leve apoio passava para a sela adequada. Também oferecer-lhe o estribo. Todo este ritual era cumprido com rigor e os jovens, mesmo analfabetos e rústicos, aprendiam e praticavam. Norma de cortesia roceira com seu toque romântico de boas maneiras. Acontecia à noite, alta noite com chuva, frio ou lua clara, passantes com cargueiros e famílias darem: “Ô, de casa...” Meu avô era o primeiro a levantar, abrir a janela: “Ô de fora... Tome chegada”. O chefe do comboio se adiantava: de passagem para o comércio levando cargas, a patroa perrengue, mofina, pedia um encosto até “demanhã”. Mais, um fecho para os “alimais”. Meu avô abria a porta, franqueava a casa. Tia Nhá-Bá, de cadeia na mão, procurava a cozinha, acompanhada de Ricarda sonolenta. Avivar o fogo, fazer café, a praxe. Aquecer o leite. Meu avô ouvia as informações. Não especulava. Oferecia acomodação, no dentro, quarto de hóspedes. Quase sempre agradeciam. Se arrumavam ali mesmo no vasto alpendre coberto. Descarregavam as mulas, encostavam a carga. Tia Nhá-Bá comparecia, oferecia bacião de banho à dona, e aos meninos, quitandas. Aceitavam ou não. Queriam, só mais, aquele encosto, estendiam os couros, baixeiros, arreatas, se encostavam. Meu avô franqueavam o paiol. Milho a vontade para os animais de sela, de carga. Eles acendiam o fogo, se arranjavam naquele agasalho bondoso, primitivo. Levantamos curiosas, afoitas, ver os passantes. Acompanhá-los ao curral, oferecer as coisas da casa. Ajoujavam os cargueiros, remetiam as bruacas nas cangalhas. Faziam suas despedidas, pediam a conta das despesas. Meu avô recusava qualquer pagamento – Lei da Hospitalidade. Os camaradas já tinham feito o almoço lá deles. Já tinham madrugado para as restantes cinco léguas. Convidava-se a demorar mais na volta. Despediam-se em gratidão e repouso. Era assim no antigamente naqueles velhos reinos de Goiás.

Cora Coralina

Ao ler Cora Coralina me recordei e revivi o tempo marcado por uma data de nascimento, uma enchente, a safra e tantos outros eventos. Aos poucos essa experiência artesanal transforma-se em identidade cultural, como ao se fazer um artefato para carregar as cargas, tornando-o em representação local, particularidades mostradas na frase “Ô de casa”, quando alguém chega.

O vaqueiro, pessoa vista por mim como representante genérico dessa arte de montar, se aproxima de uma casa para descansar de um sol escaldante, tomar uma água e muitas vezes conversar com as pessoas das casas por onde passa. Ao chegar, geralmente pronuncia a frase “Ô de casa”, e logo é atendido; se é da redondeza apeia

imediatamente ou é solicitado pelas pessoas a apear, reproduzindo o vaqueiro, nessa cena, o modo de vida do “marajoara”¹¹⁰. (Foto 3)

Foto 03: Vaqueiro montado a búfalo



Fonte: Ferrão, 2000.

Montado no búfalo, o vaqueiro transporta mercadorias de quem seja. Há um tipo de tratamento diferenciado. Se for um senhor ou uma senhora mais velha, diz “ça sabença”, essa é a forma de pedir a sua bênção. Por outro lado, a acolhida é também diferente; depende do grau de conhecimento em relação ao outro.

Antes da chegada dos tratores, das motos, os animais, principalmente o búfalo, eram o meio de transporte de mercadorias. As mercadorias eram transportadas em uma cesta chamada “paneiro” de “cangalha”, construída artesanalmente por pessoas do local; este utensílio é usado para transportar objetos como alimentos, roupas, produtos para comercializar, bem como produtos adquiridos para o abastecimento doméstico e também para o cuidado com os próprios animais (ração, farelo e demais). (Foto 4 e 5).

¹¹⁰As aspas são para indicar que não existe apenas essa figura de marajoara; essa é a imagem pensada no imaginário das pessoas que moram fora da Ilha. Para muitos, o marajoara é aquele que vive montado nos búfalos ou no cavalo, que é o marajoara dos campos, da área de pecuária.

Foto 04: Uso do paneiro de cangaia



Fonte: Ferrão, 2000.

Foto 05: Búfalos transportando cargas



Fonte: Ferrão, 2000.

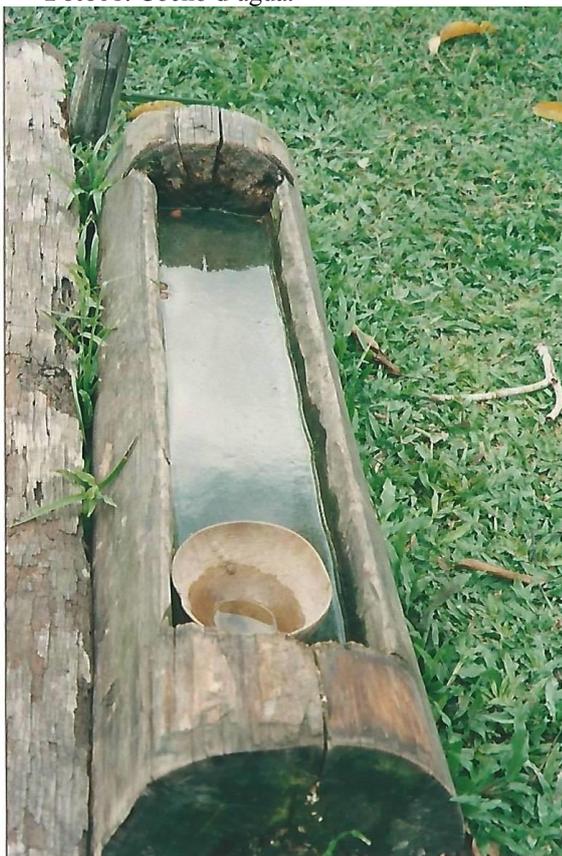
As fotos acima mostram cenas comuns que ainda não foram superadas totalmente, embora passem a conviver com outras formas de transporte sem tração animal, como motos, tratores no período seco (verão) e as pequenas embarcações, os “rabudos”, no período chuvoso (inverno), quando os campos ficam alagados. Toda a

Ilha é marcada pelas cheias que vão de janeiro a abril, quando o campo fica totalmente alagado.

Dependendo do regime da natureza, a parte da Ilha do Marajó que constitui a área central ocasiona maior ou menor problema devido à falta de acesso a outras localidades. O fenômeno da natureza impõe condições diferentes às localidades marajoaras, pois o período chuvoso ou seco atinge de modo diferenciado os municípios que compõem esse universo.

Outro elemento importante de observar diz respeito às cestas que vêm sendo substituídas pelas sacas de fibras de plástico, produto importado, trazido para o local como embalagem de alimentos e que é reutilizado. Assim, aos poucos os artesãos vão desaparecendo. Isso mostra que a relação com o mercado externo tem aumentado e universalizado o acesso local a esses produtos, tornando-os mais práticos de se adquirir. Dessa forma, a produção do artesanato local vai minguando e quase já não há pessoa praticando aquele tipo de produção.

Em meio ao cotidiano marajoara outros produtos artesanais eram construídos, como objetos em madeira com variedade de figuras de cenas domésticas, produzidos por carpinteiros que iam de casa em casa, passavam até mesmo dias construindo alguns utensílios ou faziam apenas o básico para as necessidades mais elementares, como o cocho, utensílios para água dos animais ou para lavagem dos pés, o qual era geralmente exposto em lugares estratégicos para uso dos transeuntes. (Foto 6).

Foto06: Cocho d'água.

Fonte: Ferrão, 2000.

O cocho de madeira era algo utilizado e construído na região e servia como utensílio para armazenamento de água, sendo colocado próximo da escada externa das casas, junto como uma cuia para lavagem dos pés de quem chegava, antes de entrar na casa, bem como, em outras circunstâncias, para uso dos animais (porcos, galinhas, patos e outros). Por meio desse utensílio, durante o período seco, as famílias garantiam abastecimento de água e alimentos para os animais, porque no período chuvoso o campo alaga e o cocho fica obsoleto, principalmente no abastecimento de água.

Os potes de cerâmica (de barro como se diz) são de grande serventia nas casas. Muitos são colocados em lugares de fácil acesso, principalmente na área de circulação de pessoas, como a sala, para que se possa beber água. Tanto no período chuvoso como na seca (especialmente), as pessoas vão às casas para tomar água, seja conhecido ou não, a necessidade permite esse momento de intimidade. Na compreensão das pessoas locais, não dar um copo de água para quem está com sede é algo abominável e um pecado. Essa é uma prática popular e está presente nas casas mais simples e nas grandes fazendas. (Foto 7).

Foto 07: Pote d'água.

Fonte: Ferrão, 2000.

Quando a pessoa que chega é conhecida, ela mesma já se serve, apenas comunicando que vai tomar uma água, já se for uma pessoa de outra localidade serve-se a água até em bandeja trazida, muitas vezes, do vasilhame da cozinha, mais reservado. O pote da sala serve também para aqueles da lida com o gado, que chegam do campo com sede e têm um local fácil de acesso à água. Uma espécie de local público de beber água.

Em pequena quantidade os potes são trocados por freezer¹¹¹ naquelas casas que possuem geradores elétricos de energia, pois é a própria família que compra o gerador, uma vez que o programa “Luz para todos”¹¹² ainda não chegou às áreas de fazendas.

Enquanto a “luz não chega para todos”, uma das formas de iluminar a casa à noite é a velha lamparina. Nas casas mais simples as lamparinas são confeccionadas, na maioria, artesanalmente.(Foto 8).

¹¹¹ Utiliza-se geralmente o freezer, porque a geladeira esquenta logo. O freezer fica por mais tempo com o gelo e isso mantém o produto por mais tempo conservado até a nova ligação da energia.

¹¹² “Luz para todos” é um programa do Governo Federal de Acesso e Uso de Energia Elétrica. Site consultado: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2003/decreto-4873-11-novembro-2003-497318-publicacaooriginal-1-pe.html>. Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003 Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "Luz para todos" e dá outras providências. Visitado em 25/01/2016.

Foto 08: Lamparinas

Fonte: Ferrão, 2000.

Elas são fabricadas, muitas vezes, de modo artesanal, com recipiente em vidros reutilizados, por exemplo, aqueles de conservar palmito; faz-se o bico do pavio com material em lata e algodão para o “morrão”¹¹³, mas também com vidros de remédios; estas são as vezes vendidas no mercado ou são de fabricação caseira. Há a lamparina que se compra no mercado, produzida em fábricas oriundas de Belém ou de Abaetetuba. Essas lamparinas podem ser emprestadas a alguém que passa no escuro, portanto desprevenida. Há também lanternas, candeeiros, que são mais raros e dificilmente alguém empresta a sua lanterna ou candeeiro, porque também, muitas vezes, só possui um.

A iluminação da casa geralmente é feita à luz das lamparinas, pois quando existe algum gerador de energia este é ligado somente no momento em que os proprietários estão nas sedes das fazendas. Nas casas de pequenos criadores, muitos começam a possuir uma iluminação com geradores próprios, para garantir algumas horas de energia elétrica, principalmente para ver as programações da televisão. Durante o percurso que fiz de noite de Santa Cruz do Arari até Cachoeira do Arari, pelo rio do mesmo nome, pude observar que, no geral, as casas pareciam “no escuro”, como se diz, com apenas alguns pontos de luz, na realidade eram focos de lamparinas.

As cozinhas das casas, mesmo as mais simples, têm paredes “ornamentadas” de panelas, todas “reluzindo”. Esse fato representa o quanto as mulheres, principalmente,

¹¹³ Uma espécie de fio que se embebe no combustível.

prezam por mantê-las limpas. Elas são areadas¹¹⁴; às vezes essas panelas não são nem utilizadas, mas uma ou duas vezes ao mês são areadas. (fotos 9 e 10)

Foto 09: Panelas da Conci.



Fonte: Ferrão, 2015.

Foto 10: Panelas da Neca.



Fonte: Ferrão, 2015.

¹¹⁴Areada é uma prática utilizada, antigamente, passando a casca de coco com areia, por isso, areada, passada areia. Hoje se modernizou e é utilizada a palha de aço comprada no mercado.

As selas¹¹⁵, outro instrumento do cotidiano das fazendas, retiros e sítios servem para a montaria, bem como a esteira colocada nos animais; todos são produtos construídos por artesões locais, que passaram a ser importados.

As selas são feitas de couro e na sua maioria ainda permanecem assim, enquanto a esteira, que era de junco (*Juncus effusus*), agora é de esponja, servindo de almofada para pôr sob a sela. No entanto ao lado da sela já se vê a bicicleta, parecendo projetar o desaparecimento da sela, enquanto a *basqueta*¹¹⁶, feita de plástico, tende a substituir o paneiro de cangalha feito com jacitara (*Desmoncus Giganteus*; *Desmoncus Mitis*; *Desmoncus Orthacanthos*; *Desmoncus Poliacanthus*)¹¹⁷, no transporte de mercadoria. (Foto 11).

Foto 11: Sela e basqueta.



Fonte: Ferrão, 2015

Esses artefatos evidenciam o passado e o presente, informando um modo de vida a partir de objetos e hábitos que poderiam ser apresentados sob uma lista extensa

¹¹⁵ “A **sela** é uma estrutura de suporte que vai amarrada ao dorso de um animal de montaria (cavalos, camelos, asnos etc.), onde se senta a pessoa que conduz. O tipo mais comum é aquele próprio para a montaria de cavalos, cuja invenção remonta a épocas anteriores à Era Comum”. Site visitado <https://www.google.com.br/#q=sela> Em 25/01/2016.

¹¹⁶ É um caixa feita de plástico para transportar objetos. Site visitado: https://www.google.com.br/search?sclient=os-y-ab&biw=1366&bih=643&noj=1&q=basqueta%2C+caixa+pl%C3%A1stica&oq=basqueta%2C+caixa+pl%C3%A1stica&gs_l=serp.3...22885.31619.1.31923.16.16.0.0.0.0.0.0...0...1c.1.64.serp..16.0.0.oglE1XPI8GI Em 25/01/2016.

¹¹⁷ O nome científico da **jacitara** é uma sinónmia dos nomes que foram expressos acima. Site visitado <http://www.dicionarioinformal.com.br/jacitara/> em 25/01/2016.

daqueles que fazem parte da vida das pessoas e servem como forma de se reproduzir e representam particularidades, como valores que sustentam os diferentes *status* sociais e um sistema de relações sociais.

II.1.2 Cenários que permanecem e outros que se modificam

Os pequenos proprietários, geralmente, têm um “galinheiro” e um “chiqueiro” para criação dos animais. Entre estes existe uma variedade, como galinha, pato, peru, picote, jacu (*Penelope ochrogaster*), marreca (*Dendrocygna autumnalis*)¹¹⁸. As galinhas têm uma imensa diversidade, são de pena no pescoço, sem pena no pescoço, com rabo, sem rabo, garnisé. (Fotos 12 e 13).

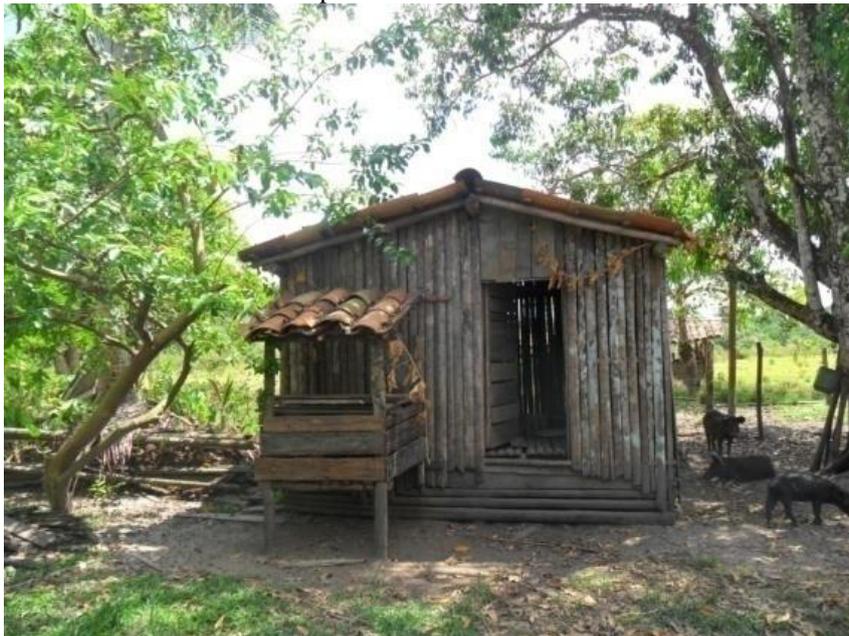
Foto 12: Galinheiro e perus.



Fonte: Ferrão, 2015.

¹¹⁸ Estas três últimas aves, menos frequentes são: Picote (Galinha-de-angola), ave trazida pelos portugueses da África Ocidental, usada muito em ritual para Oxum; Jacu, pássaro nativo do qual algumas pessoas trazem os filhotes ou ovo da ave e cria junto com os pintos; Marreca, ave que existe em toda a América, a mais frequente na Amazônia é a marreca-cabocla.

Foto 13: Galinheiro nos campos.



Fonte: Ferrão, 2015.

Essa criação de pequenos animais serve para garantir o sustento da família, bem como para ser comercializada no momento que precisar. Para isso são construídos locais a eles destinados, alguns bem modestos e outros mais bem acabados.

Os animais são criados soltos durante o dia e presos no final da tarde para evitar o ataque de predadores. Na maioria das casas há criação de porcos e gado de pequeno porte. Independentemente de ser proprietário ou apenas morador na terra de outrem, basicamente todos têm a criação do porco. É com o porco que muitos mantêm a família, principalmente os que não são empregados nas fazendas, eles estabelecem-se em um pequeno sítio e, dependendo das condições de circulação de gado de grande porte, às vezes fazem alguma plantação.

Os espaços de criação de porco ficam geralmente próximos das casas, sendo, especialmente, criação semiextensiva, com os animais se alimentando diretamente dos frutos encontrados no mato. Alguns retornam no final da tarde e são recolhidos nos chiqueiros. São poucos os que têm os animais em cativeiro. Quase não há criação em cativeiro. O animal é criado para consumo da família e comercialização. Esta vida rural demarcada pela pecuária envolve quem mora na área.

Como se têm muitas propriedades de fazendas com mais de uma casa de moradia, aqueles que, sendo feitor, vaqueiro ou trabalhador, moram na fazenda e os moradores de sítios, na terra das fazendas, vivem da criação de porcos, da coleta de frutos e da pesca artesanal para o abastecimento da casa. (Foto 14).

Foto 14: Chiqueiro para porcos.



Fonte: Ferrão, 2015.

Em certas casas existe uma pequena horta, com plantação de alguma hortaliça para uso nos alimentos, sendo, na maioria, aquelas utilizadas como “tempero”: chicória, alfavaca, pimenta-de-cheiro ou malagueta. Outros plantam alguma cultura permanente, como limão, goiaba, coco, manga, diversificando conforme o município. (Foto 15).

Foto 15: Horta caseira.



Fonte: Nolar, 2012.

Na verdade, pouquíssimos são aqueles que cultivam uma horta, devido à circulação dos animais que, por serem de criação extensiva, invadem todas as áreas. Muitos fazem a horta suspensa, fora do alcance dos animais. Mesmo assim elas precisam ser construídas em armações de madeira, bem reforçadas e com uma cerca no entorno, porque animais como búfalo derrubam os “tendais” das plantas.

A paisagem a cada ano se modifica desde o final da década de 90 do século passado; as antenas parabólicas apareceram e fazem parte da cena local. Junto a elas há a torre de telefone rural. As antenas são instaladas e o acesso à informação com outros lugares tornou-se mais rápido. Outro produto que se vem expandindo é o motor de luz, um produto de consumo daqueles pequenos e grandes proprietários, porque o médio acaba selecionando a ordem de prioridade. Como, geralmente, não mora no local, onde vai mais de passagem, o médio proprietário pouco investe, porque não possui capital ou porque há outro interesse mais importante. (Foto 16)

Foto 16: Antena parabólica.



Fonte: Ferrão, 2015.

Na prosa de Cora o avô da narradora é alguém solícito com os transeuntes, dando hospedagem e apoio. O mesmo é percebido no modo de vida da população da microrregião dos campos da ilha de Marajó, onde a casa é um espaço preparado para a reciprocidade, tendo água disponível, convidando as pessoas para apearem, servindo, algumas vezes, algo para comer, principalmente se for o horário do almoço, oferecendo

um lugar para descanso de pessoas e dos animais, com receptividade como parte da prática comum, transmitida de geração em geração, e como bem atender quem passa em sua casa, como se observa nas análises visualizadas em relação à população camponesa no Brasil.

A reprodução da sociedade e das unidades familiares de produção tem por base uma série de práticas, sujeitas a regras coletivas marcadas pela reciprocidade: uso de recursos comunitários, transmissão intergeracional de bens (doação de animais, terras, dotes e dotações), transmissão de saber pela família e pelas redes sociais (SABOURIN, 2009, p. 24).

Nesse sentido, vê-se que o universo marajoara reproduz novas experiências, como o aparecimento das antenas parabólicas, das pequenas embarcações motorizadas para facilitar a circulação das pessoas, tornando-as mais ágeis, servindo no transporte diário das crianças para a escola.

As embarcações motorizadas têm contribuído para o acesso à escola. No passado, as crianças não estudavam, devido à distancia e à dificuldade para chegar à escola. Em alguns casos, as crianças tinham que morar nos próprios espaços em que funcionava a escola durante o período do estudo. Por outro lado, essa embarcação motorizada também ajuda nos serviços, como na pescaria. (Fotos 17, 18,19).

Foto 17: Crianças indo para a escola em canoa motorizada.



Fonte: Ferrão, 2004.

Foto 18: Rabudo no uso da pesca



Fonte: Ferrão, 2012.

Foto 19: Rabudo usado no lazer.



Fonte: Ferrão, 2015.

A prática da pescaria muda em função da quase superação do uso da canoa a remo, que exige a força humana e tem o deslocamento mais lento e, portanto, demorado. Com a canoa motorizada os alimentos para comercialização pode chegar ao ponto ainda frescos, diferentemente de antes quando se tratava de um alimento perecível; o peixe

muitas vezes era comercializado salgado. Agora, segundo Raimundo, marreteiro da área do rio Tauá, consegue-se receber peixes ainda frescos para abastecer a “geleira”.

Essa compreensão de mudança apresentada pelo autor ocorre visivelmente na Ilha de Marajó, quando se vê que fazendas famosas da década anterior a 1970 e até 1990 desapareceram totalmente, em função das partilhas e venda dos espólios de herdeiros. Alguns casarões antigos permanecem, mas já não têm expressividade; muitos são mantidos pelo ‘valor sentimental’, enquanto outros perderam seu *glamour* como um lugar de encontros, festas e de grande poderio¹¹⁹.

Os momentos de lazer também são facilitados pela chegada desse novo instrumento. Em um porto, em momento festivo, chega-se a ver uma grande quantidade dessas pequenas embarcações de modo multiuso. São as mesmas usadas na pesca, no transporte para a escola, na viagem para a cidade, na coleta de frutos.

¹¹⁹Fato semelhante é mostrado nas séries *Downton Abbey* e *Velho Chico* (Rede Globo), uma retratando a decadência de uma família aristocrata inglesa e a outra o contexto do domínio dos coronéis às margens do Rio São Francisco, no Nordeste Brasileiro. Esses fatos mostram que as transformações são processadas na história da humanidade, trazendo desconstruções e construções de novos valores.

II.2 NO UNIVERSO MARAJOARA “TODOS SÃO PARENTES”

A frase que inicia este item procura traduzir o fato, por todos considerados e proclamados, segundo o qual, de alguma forma, sempre tem alguém da mesma origem, que faz parte da família do outro, seja consanguínea ou por afinidade. São os tios, os primos, os irmãos, os avós, os irmãos bastardos¹²⁰, as mães de leite – as parteiras que “pegaram” as crianças ao nascerem, que também têm um laço forte com a família, bem como o benzedor ou a benzedora de quebranto, um pseudoparentesco, como os “padrinhos” e as “madrinhas”.

Na Ilha, várias foram as formas de arranjos em relação à questão de parentesco e de herança, as quais aparecem como elemento central para se entender as transformações desse espaço social no Marajó, pois há muitos casos de não reconhecimento de filhos gerados de modo bastardo, assim como há relações de parentesco criadas em função de que alguns membros de famílias davam seus sobrenomes no ato do batismo ou no registro em cartório, para que essas crianças não ficassem sem sobrenome. Havia o padrinho que mesmo não sendo parente dava seu sobrenome para que o afilhado não ficasse desprotegido¹²¹. Essa mistura mostra sempre alguém próximo um do outro, protegendo um ao outro, aparentemente não havendo conflitos.

Há situações como as vivenciadas por determinadas crianças cujas madrinhas, para livrá-los de uma surra, as mandavam se esconder embaixo do assoalho da casa ou no mato, até passar a raiva do marido, isto é do padrinho. Quando podiam, mandavam deixar comida escondida para essas crianças, que às vezes ficavam muito sujas da lida nos currais e chiqueiro. No final do dia ficava muito frio elas não queriam tomar banho, mas as madrinhas mandavam o feitor banhá-las com casca de coco e sabão grosso para ficar limpas. A casca de coco doía muito, diziam as crianças.

Uma delas tinha uma das pernas mais curta que a outra. Diziam que ela tinha aquela perna assim porque apanhava bastante. Muito raivosa, estava sempre se aborrecendo com as pessoas e, como não tinha casa nem família, vivia de fazenda em fazenda, ajudava nos afazeres domésticos e era bom caçador. Fazia muito bem queijo,

¹²⁰ Nas obras “Chove nos campos de Cachoeira” e “Marajó”, Dalcídio Jurandir (1997; 1992) em várias passagens mostra como esses filhos fora do casamento eram transformados em afilhados dos proprietários das fazendas.

¹²¹ Na história de muitas pessoas, isso está presente. É fácil encontrar ainda pessoas que adquiriram seu nome de família dessa forma.

doce de leite, frito marajoara, linguiça e sabia salgar bem peixe e carnes¹²². Isso era muito importante, porque os alimentos, na maioria das casas, eram salgados por falta de outro meio de conservação.

II.2.1. Minha família na sociedade marajoara: herança¹²³ e organização da propriedade

A organização de minha própria família é analisada a partir do casamento de meus pais, quando estes passaram a morar em um sítio, cuja propriedade é denominada Retiro, situado no rio Atuaú, município de Muaná, na Ilha de Marajó, cuja terra originou-se de herança por meio de uma partilha entre dois herdeiros: meu pai e o pai¹²⁴ dele, após a morte de minha avó paterna. No entanto as terras herdadas por meu avô paterno foram vendidas para uma família de árabes, que as vendeu em seguida para terceiros.

Meu avô materno filho de vaqueiro e que depois tornou-se vaqueiro e feitor, quando morreu, deixou o filho mais velho como feitor da fazenda em que trabalhava. Minha avó materna era de uma família de Chaves, veio para a região de Muaná em busca de terras localizadas às margens do rio Atuaú. Sua família veio trabalhar na produção agrícola e coleta de sementes, mas também com o gado. O avô paterno de minha mãe, como disse, foi um trabalhador (vaqueiro), na fazenda dos Teixeira, tradicionais proprietários no Marajó. Ele passou o hábito de lidar com o gado para o filho, ou seja, o pai de minha mãe¹²⁵. Minha infância, portanto, foi permeada por processos de herança de proprietários e de trabalhadores da pecuária.

Destarte, inclinei-me a olhar o passado até o ponto que minha memória dava conta, especialmente verificando fatos que conhecia através de leituras de textos

¹²² No Marajó as pessoas não identificam peixe como carne. Assim, quando falam carne estão falando de carne bovina ou bubalina. Quando de porco chamam carne de porco.

¹²³ Na antropologia brasileira há vários autores que tratam da questão da herança como direito ou obrigação de transmissão e/ou sucessão, como Moura (1978) em “Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural”, mostrando o direito consuetudinário no sul de Minas Gerais; Woortmann (1995) em “Herdeiros, parentes e compadres”, que faz um estudo nos povoados de Dois Irmãos e Lago da Mata, e Santos (1978) com a obra “Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital”. Todos esses autores evidenciam arranjos familiares para garantir a permanência da posse da terra sob um menor número de herdeiros, como se vê em Moura em relação ao direito consuetudinário do primogênito e em Santos, a relação do minorato.

¹²⁴ A fazenda Santa Eulália foi formada com parte da propriedade de minha avó paterna, pois meu avô vendeu seu espólio deixado por minha avó. O proprietário desta fazenda chegou do Ceará, para onde meu avô havia se mudado e, inclusive, casado. Com o falecimento deste, chegou um senhor com um comunicado para meu pai, afirmando que seu pai havia vendido sua parte do Retiro, na região de Muaná. Tratava-se de uma pessoa que já vivia na região desde a década de 1930.

¹²⁵ Na relação de proprietário e trabalhador no Marajó alguns são herdeiros de propriedades e outros são trabalhadores.

produzidos sobre a Ilha, voltados às áreas das fazendas e às histórias de familiares meus e de outras famílias nos campos naturais. Esses acontecimentos me levaram a enxergar outros horizontes; via que as pessoas e suas vivências passavam por processos de transformação, ressignificando essas formas de vida e de trabalho, ali e em outras localidades da Ilha. Essa observação foi verificada recuando na história de meus pais e pessoas que nasceram no mesmo período, aproximadamente, nos primeiros anos da década de 1940; estes contam que a vida era centrada no local, mas com algum acesso à sede da municipalidade e quem tinha um pequeno recurso vinha à capital, de canoa a vela.

Meu pai morou parte de seus primeiros 20 anos na capital do Estado do Pará. Como órfão, após atingir a maioridade assumiu os bens herdados de sua mãe, na Ilha de Marajó, enquanto minha mãe veio à sede municipal para trabalhar e estudar na casa de sua madrinha, onde passou um ano, mas sem estudar, apenas trabalhando; por isso, voltou à casa de seus pais, os quais possuíam uma pequena propriedade, embora morassem em uma fazenda, pois seu pai era feitor. Assim, a família vivia parte na fazenda e mantinha a casa, a roça e o trabalho no extrativismo (com coleta de sementes e extração de borracha).

As terras de meus pais eram próximas. Minha mãe era filha do feitor da fazenda Santa Eulália, que antes pertenceu à família de meu pai. Assim, minha mãe casou com o proprietário do terreno Retiro. Esse tipo de situação que ocorreu com meus pais não é muito comum. Isso não significa que não haja situação de jovens que engravidaram de proprietários de fazendas e criaram seus filhos sozinhos.

Na relação de vizinhança, com uma maioria de feitores e vaqueiros, minha família é considerada diferente, lembro bem disso. Da mesma forma, eu estranhava quando ia à casa de muitos, dos vizinhos; uma das cenas que mais me intrigava era o fato de eles não comerem à mesa; muitos arrumavam os pratos no chão e serviam o almoço; via isso como uma coisa diferente, mas, como criança, não entendia aquilo.

Outro hábito que se via muito era as pessoas atarem redes para as visitas e, dependendo do grau de importância, ou de raridade da visita, nessa ocasião, atava-se uma rede mais valiosa. Quando meu pai recebia a visita de seus primos fazendeiros ou amigos das famílias que pouco nos visitavam, a mesa era arrumada com “traje fino”, como se dizia. Era colocada toalha nova, pratos e talheres que só eram usados em dias de festas. Fazia-se um almoço especial, preparando galinha, peru, pato, alimentos

reservados para ocasiões dessa natureza. Da mesma forma algumas famílias nos recebiam.

O nome de família do meu pai tinha ainda muito poder, pois era de origem dos contemplados. O pai de minha mãe era reconhecido como um grande vaqueiro e feitor entre fazendeiros, vaqueiros e feitores e os irmãos de minha mãe eram benquistos nas fazendas, devido ao fato de serem filhos de um trabalhador que conhecia a atividade pecuária.

Minha mãe também herdou¹²⁶ terras de sua mãe e, embora em uma área com concentração da pecuária, em seu sítio existia uma pequena produção com uma agricultura esporádica. Assim, para essas atividades era necessário ter sempre alguém ajudando ou trabalhando em casa.

Os pais de minha mãe eram originários de dois municípios da microrregião do Arari, ou seja, de Chaves e de Muaná; sendo minha avó materna do primeiro município e meu avô materno do segundo município, enquanto meus avôs paternos eram do próprio município de Muaná.

Meus pais gerenciavam o sítio e o retiro¹²⁷, com ajuda de alguns trabalhadores que moravam em nossa casa, os quais permaneciam com a lida do gado, havendo, assim, normalmente um vaqueiro. Além deste que trabalhava com o gado, também havia pessoas que não possuíam sua própria casa e circulavam de casa em casa, às vezes passavam temporadas em casa e depois iam embora¹²⁸. Mulheres que vinham com suas crianças e passavam algum tempo, ajudando minha mãe em casa.

Alguns casais pediam um lugar no terreno de meu pai para construir uma barraca e para criar porco, galinha, fazer um roçado em alguma área em que o gado não circulasse. Além de dois idosos e dos vaqueiros que moravam em minha casa, lembro que vários meninos iam para lá também; eles ficavam para orientação e alfabetização, outros não vinham para estudar, era mais pelo fato de suas famílias não terem condições econômicas e ainda de muitos serem filhos de mulheres viúvas; todas essas crianças acabavam circulando entre as casas da vizinhança. Lá, eles conseguiam roupa, alimento e um lugar para dormir.

¹²⁶A família de minha mãe, apesar de possuir um pequeno lote de terra, vivia do trabalho nas fazendas.

¹²⁷Neste sítio, havia, além dos animais de grande porte, uma pequena criação de galinha, pato, peru, picote (galinha de angola) e práticas extrativas, como extração de látex, coleta de frutas, extração de madeira, as quais serviam de base para o autossustento da família.

¹²⁸Essa prática ainda é muito comum. Mesmo tendo familiares, quando estão precisando de serviço temporário, vão para uma casa que precisa de alguma atividade ou simplesmente pedem um abrigo e passam tempo morando naquele local, depois vão para casa de outros.

Em um determinado período, havia ainda dois senhores idosos na casa de meus pais: um se chamava Tarsiano e o outro Genésio. Eles contavam histórias da infância deles nas fazendas. Seu Tarsiano dizia que sua madrinha era uma boa mulher, livrava-o, juntamente com os outros meninos, das surras do padrinho, pois quando este se aborrecia mandava o feitor bater neles de munchinga¹²⁹ de bater em cavalo.

Dessa maneira, na região, assim como a família de meu pai, que era oriunda de proprietários de fazendas dos Contemplados, havia famílias envolvidas nas fazendas por trabalho, como era o caso da família de minha mãe.

Meus pais tiveram sete filhos (seis meninas e um menino), sendo que uma filha faleceu aos seis meses de idade e os demais cresceram e foram saindo para estudar, e daí em diante dificilmente podia-se encontrar todos em casa.

II.2.2 A caminho da escola: sair para voltar

O único filho de sexo masculino se sentia substituto “natural” do meu pai na gestão dos bens da família. Assim, ao concluir a quinta série, voltou para casa. Apenas as filhas, penúltima e última, permaneceram na casa por mais tempo, até que já haviam perdido muitos anos de escolarização e foram obrigadas a saírem de casa, seguindo o destino de minhas irmãs que já haviam migrado para estudar, pois na localidade não havia esse serviço, bem como, posto de saúde e outros. No caso de minha família, assim, como de muitas outras famílias, as minhas irmãs tinham se deslocado para outras áreas mais promissoras para não reproduzir as mesmas condições de vida de nossos pais. Como era a última filha, fui também a que saí mais tarde para estudar, pois, quando comecei a compreender o mundo, só restava o meu irmão e mais duas filhas do casal, ou seja, eu e minha irmã mais velha do que eu, além de alguns trabalhadores, um vaqueiro e dois senhores idosos.

Daí a luta por processo de mudança no local decorrente da saída para outra sociedade, com possibilidade de acesso a esses serviços, como era o costume de muitas mulheres daquela localidade, ou seja, sair para estudar e/ou trabalhar cedo; quando não, permaneciam em casa ou logo casavam nos campos marajoaras.

Mas, antes desse fluxo de saída, meu pai alfabetizava seus filhos e mais alguns meninos, a pedido de seus familiares. Minha irmã, terceira filha que havia saído,

¹²⁹Espécie de chicote para o trabalho com o gado.

resolveu parar de estudar e, ao voltar, instalou uma escolinha para alfabetizar um grupo de crianças da vizinhança e alguns jovens, além de mim e de minha irmã mais velha do que eu, pois ainda continuávamos em casa.

Havia sempre uma pessoa a mais em casa de meus pais; eram crianças que vinham estudar ou que circulavam de casa em casa nas áreas de fazendas, muitos querendo aprender a lida com o gado e no futuro tornar-se um vaqueiro, um objetivo almejado por muitos meninos dessa região.

O ensino, na escolinha de minha irmã, tinha como recurso didático as cartilhas do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL¹³⁰, fornecido pela prefeitura municipal. Essa escola se tornou importante, pois não havia como estudar nas proximidades. Ela funcionava na propriedade de meus avós maternos; poucos sabiam ler nessa região, a maioria era analfabeta. As escolas existentes anteriormente à implantação desta ficavam em lugares muito distantes, havendo três escolas: duas nas margens do rio Atuí, a montante, sendo que a primeira ficava localizada na casa do senhor Alcindo Guimarães, a duas horas de minha casa, e a segunda situava-se na localidade denominada de Lisboa e ficava a quatro horas de casa, também pertencente à família Guimarães, que havia vindo de Portugal para a região no período da produção de borracha¹³¹; a terceira escola ficava a jusante desse rio, na vila operária Mariahy¹³², e ficava a três horas de minha casa. Nessa última escola, meu irmão estudou, hospedando-se na casa de uma das famílias operárias.

Aos onze anos de idade, deixei a casa no sítio “Retiro” e passei a morar na cidade de Muaná, para estudar, juntamente com minhas irmãs Jacira e Clara, permanecendo aí até a oitava série, quando apenas duas vieram a Belém para continuarem os estudos, ou seja, eu e Clara, pois uma resolveu casar e permanecer na cidade de Muaná.

A saída dos filhos para estudar era um “rito de passagem” para aqueles que podiam enviar os filhos à sede municipal ou à capital, mas isso também ocorria com as mulheres, filhas de família em que o pai era empregado nas fazendas. Assim, as mulheres saíam com mais frequência que os homens. No caso das filhas dos

¹³⁰Programa criado pelo governo federal em 1970, com o objetivo de erradicar o analfabetismo do país em 10 anos. Site: [htt:www.educarbrasil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao](http://www.educarbrasil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao), consultado em 01.nov.2015.

¹³¹Produção de látex na Amazônia ocorrida no período de 1850 a 1920, mas que até os anos 1970 ainda era praticada por algumas pessoas como complemento produtivo. Melhores informações em Weinstein (1993).

¹³²Essa vila operária estava vinculada a uma grande madeireira que exportava seus produtos para Belém e mercado externo; seus proprietários eram árabes.

trabalhadores das fazendas ou de moradores nas terras de fazendas, saíam com a promessa de estudo, mas era sabido que também iam lidar com crianças, fazer companhia à família ou simplesmente “ajudar” nos afazeres domésticos da casa em que iam morar.

No fundo, era comum essas mulheres chegarem à cidade e não serem matriculadas em escolas. Em alguns casos, estudavam nas casas dos patrões de seus pais, fosse com a mulher ou com os filhos do patrão. Posso afirmar isso com base em depoimentos e mesmo com a experiência de vida no Marajó. Era raro o caso de crianças ou moças matriculadas em escolas, como se vê no depoimento de dona Malvina.

Eu vim para Belém para estudar e trabalhar, depois voltei [Marajó] para ensinar e comecei a ensinar, fazia roupas com bordado, tarrafa...Mas não estudei na escola, a dona da fazenda me ensinou a fazer bordado. Isso eu comecei a fazer em casa, quem me ajudava era um dos meios irmãos, que fazia bainha... Fazia de tudo, e a dona da fazenda fazia uma festa, fazia batizado. E vendia tudo para sustentar a escola. Os meninos ficaram todos na fazenda (Malvina¹³³, 68).

As filhas daqueles moradores de fazenda, como disse anteriormente, muitas ainda crianças, passavam a tomar conta de outra criança. Na realidade, essas meninas vinham apenas trabalhar na capital. Dessa forma, quando elas voltavam para o Marajó, descobria-se que sequer sabiam ler ou escrever; espalhavam-se histórias de que não conseguiam aprender, por isso não iam para a escola, porque geralmente vinham mesmo era para trabalhar.

Nesses termos, o aprendizado, tanto da escolarização quanto para se tornar um vaqueiro, ou mesmo, no caso das mulheres, da lida na casa dos patrões ou maridos, naquela época, ocorria através da troca entre os grupos sociais diferenciados, porque não havia escola nas proximidades, então as pessoas iam aos poucos encontrando meios de ter acesso aos aprendizados para se tornar um vaqueiro, entre os garotos que eram filhos de moradores nas terras de uma fazenda, ou mesmo para se tornar uma doméstica na casa dos patrões de seus pais.

¹³³ Família com onze irmãos.

II.2.3 Gênese cultural marajoara, minha família e a pecuária

Minha família tinha uma pecuária de pequeno porte, basicamente de suíno, com criação de bois e búfalos¹³⁴. Meu pai havia ficado órfão de mãe ainda criança e de seu pai aos dezessete anos de idade, portanto muito jovem, o que repercutiu na própria trajetória de sua vida familiar. Recebeu como herança um sítio e animais, principalmente gado bovino e cavalari; no entanto a pouca idade e a inexperiência de vida, além da prática do furto de gado nessa microrregião da Ilha do Marajó, levaram-no a perder grande parte de seu patrimônio. Para não perder tudo, resolveu trocar toda a criação bovina por bubalina; esta última de mais difícil manejo e, em consequência, de furto¹³⁵.

Como muitas famílias, a minha também entrou na criação de búfalo, pois esse animal se tornou mais atrativo do que a criação de bovinos. Da mesma forma, foram implantadas duas fazendas nas proximidades de nosso sítio que tinham a criação de búfalo como sua produção principal, porque os bubalinos eram mais resistentes às condições de chuva e seca pelas quais a Ilha do Marajó costuma passar.

Na saga de minha família aos poucos foi se perdendo a característica de proprietário de fazenda, tornando-se apenas criador de gado, porque no Marajó as pessoas, de modo geral, costumam chamar de fazendeiro apenas os proprietários de grandes fazendas e criador para aqueles com poucas cabeças de gado, mesmo quando se possui grandes quantidades de terra¹³⁶, o que ocorre com a maioria dos herdeiros das terras na Ilha, pois, devido aos processos de partilha, as propriedades vão ficando cada vez menores e com reduzido número de animais. Nesse movimento, encontrei muitos proprietários descendentes de grandes fazendeiros de gado, mas que hoje têm apenas o sobrenome como herança.

Nas fazendas da Ilha de Marajó, há pouca circulação de pessoas e na época das chuvas são poucas as visitas; todos ficam nas casas, saindo apenas por necessidades, como as de trazer o alimento. A água embranquece, o campo fica alagado, só se vê

¹³⁴No município de Muaná, muitos fazendeiros fizeram a substituição de parte do gado bovino por bubalino.

¹³⁵O furto de gado no Marajó ocorre, segundo os escritos de Soares (2010) desde o século XVIII. Em prática lhes permitia aos ladrões a venda da carne e, num melhor resultado, o couro dos animais. Em troca compravam aguardente, tabaco e farinha.

¹³⁶Essa é uma compreensão nativa. Quando se pergunta se a pessoa é fazendeiro, responde-se classificando pela quantidade de gado.

água, havendo praticamente o isolamento dos grupos locais e as famílias quase não se vêem. Apenas os comerciantes e os trabalhadores parecem ter interesse em se deslocar.

No inverno, há a ocorrência de mosquitos e muitos pássaros vivem nos alagados; estes são de vários tamanhos: garças (*Bubulcus íbis*), marrecos (*Amazonetta brasiliensis*), tetéus (*Vanellus chilensis*), quero-queros (*Vanellus chilensis*), curicacas (*Theristicus Caudatus*), baionetas de papos vermelhos (*Calidris canutus*), que vermelhavam a grama. Nesse período, os jabutis (*Geochelone carbonaria*), muçuãs (*kinostemon Scorpioides*), as aves de rapina, como os gaviões (*Rupornis Magnistroris*) estão sempre atentos para capturar algum animal, além dos animais peçonhentos que invadem o habitat humano, como cobra (*Crotalus durissus*), aranha caranguejeira (*Grammostola pulchra*), lacraia (*Scolopendra gigantea*), centopeia (*Chilopoda/ Scolopendra*); eles vão subindo nas casas e fazendo seus esconderijos entre os utensílios. Aparecem ainda os roedores, as baratas d'água, os sapos, mas também é tempo de muitas frutas maduras: manga (*Magnifera indica L.*), bacuri (*Platonia insignis Mart*), umari (*Andira spinulosa*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), jenipapo (*Genipa americana L.*), taperebá (*Spodias lutea L.*), tucumã (*Astrocarium tucuma*), inajá (*Maximiliana regia*), bacaba (*Euterpe oleracea*), açaí (*Euterpe oleracea Mart.*).

No período da seca, ou seja, no verão existe uma grande circulação de pessoas que trocam regalos; há festividades praticadas por muitas comunidades católicas da região, que se estendem até o mês de janeiro, como as de São Sebastião. Também há as férias de julho e nesse período há sempre pessoas circulando de casa em casa. No verão, muitos retornam para visitar parentes, que saíram para estudar ou trabalhar principalmente as mulheres. Na época de maior quantidade de peixe as pessoas que moram em outras áreas procuram as terras das fazendas para pescar, caçar e coletar alguns frutos.

A ilha apresenta características diferentes, ou seja, o “tempo da chuva” e o “tempo da seca” como demarcadores da mobilidade humana nas fazendas. Dessa forma, as crianças vão crescendo e aprendendo a lidar com os bichos, mas também a se inserir nessa dinâmica da sociedade local.

II.2.4 Afazeres em fazendas, sítios e retiros: do verão ao inverno marajoara

Para viver nos campos da Ilha do Marajó é necessário que seja um trabalhador que saiba desenvolver várias atividades naquele local, porque no verão a falta de água é

grande, tudo fica seco, o gado fica andando de fazenda em fazenda à procura de água. O trabalhador tem que conhecer os lugares e os moradores das demais fazendas para procurar o gado evadido, e, quando em lugares distantes, pernoitar em qualquer dessas casas.

Na chuva, o vaqueiro sempre usa algum material para se proteger, às vezes uma capa de napa¹³⁷ de cor vermelha chamada baioneta. Aqueles que não as têm improvisam da melhor forma, usam couro, folhas, ou esperam a chuva passar na casa mais próxima. A vida no campo, nesse período, é muito dura, sofrida, difícil, pois o campo alagado, apesar de haver fartura de caça, peixe, frutos, exige encontrar áreas mais firmes para as pessoas e os animais e, assim, fora da água o marajoara busca sobreviver da melhor maneira possível. Às vezes a chuva ocorre o dia todo e as pessoas se recolhem. Apenas os sapos fazem seus coaxás dia e noite; fazem tanto coaxar que parece uma orquestra. O gado também fica recolhido, alguns dormindo e outros saem para pastar isoladamente ou com a fêmea acompanhada de seu filhote.

Nas casas das fazendas, sítios e retiros alguém tem de saber salgar o alimento para que estes não apodreçam; isso tudo é importante, tanto para a mulher quanto para o homem, pois, na falta de uma mulher para cuidar do alimento, o homem tem que saber cuidar.

A retirada do leite das vacas era outra atividade realizada por homens; aliás, no mundo do curral, os homens sim eram aqueles mais apropriados, sendo poucas as mulheres que se aventuravam em lidar com o gado. Elas geralmente cuidam da casa, dos animais do terreiro, das crianças, mas em relação a fazer o queijo convencionou-se que os homens são melhores do que as mulheres.

As fazendas mais próximas à nossa casa pertenciam ao mesmo proprietário; lá moravam apenas os empregados, e os patrões iam raramente nos períodos de férias. Todo mês vinham trazer o rancho dos empregados e ao mesmo tempo fazer o embarque do gado para o abate. Em uma fazenda vizinha, morava um casal muito simpático, que veio de Ponta de Pedras. Eles não tinham filhos, mas havia um rapaz criado na fazenda, que depois se casou e deu o primeiro filho para eles criarem.

Muitas pessoas que se separavam, principalmente homens, procuravam emprego nessa fazenda, e quando não tinha emprego iam ficando. Alguns tinham filhos e

¹³⁷ Material formado por um lado de plástico e outro de tecido, geralmente, de algodão.

levavam para essa propriedade. Com isso, as crianças iam ficando na casa, faziam um serviço e outro como “aprendizado”.

Williams (1973, p.408), na obra “O campo e a cidade: na história e na literatura”, mostra a decadência dos antigos casarões senhoriais, apontando assim “um mundo centrado não mais na terra, mas no capital”, ao tratar das modificações pelas quais “o campo” passava na Inglaterra.

Quadro 2: Classificação de trabalhadores na relação com a terra e a atividade produtiva

Classificação geral	Atividade específica
Feitor/Administrador	Responsável pela propriedade da fazenda na ausência do dono; é quem administra o manejo do gado e informa ao proprietário dos problemas na fazenda; ordenador das atividades dos demais trabalhadores.
Vaqueiro	Cuida diretamente do manejo do gado; faz a ordenha; prepara os instrumentos do trabalho; amansa os animais para montaria; aplica vacinação; dá remédio para os animais.
Morador casa da fazenda	Ajuda em tudo: abastece a casa com água, lenha; pesca; caça; leva recados; conserta uma escada, retelha a casa.
Morador/a do terreno	Denominação dada àquele que constrói um barraco – na maioria dos casos – na propriedade da fazenda, às vezes próximo à casa da fazenda – mas não no entorno, porque no entorno é a casa do vaqueiro quando este tem família. Ele “cria” um gado de pequeno porte (porco, carneiro e cabrito) cria galinha, pato, peru, picote (galinha-de-angola) para si, para o proprietário e para o feitor.
Dono/a de terreno/pequeno proprietário	Pessoa que tem uma pequena propriedade, denominada localmente de terreno; às vezes, ganha como presente de um padrinho (na maioria dos casos sem passar a documentação), herda de seus antepassados e aí, na partilha com outros herdeiros, a terra fica diminuta para todos.
Marreteiro/comerciante	Aquele que comercializa na região; leva os produtos até pontos de embarque e desembarque; vende os produtos e, muitas vezes, recebe o pagamento com os produtos locais, bem como compra o produto para comercializar e depois pagar ao vendedor. É o caso da compra de animais de pequeno porte e das frutas como açáí, bacaba etc.
Mulher da casa de fazenda	Mulher e filha do feitor ou do criador de gado, trabalha lidando dos animais do terreiro, pato, galinha, peru. Cuida da lavagem de roupas, limpeza da casa e do trato com alimentos para as refeições diárias. Quando são das fazendas de outrem, as filhas, geralmente, saem para morar em Belém, para sede do município e demais cidades próximas. Muitas casam cedo e vão morar onde o marido possui moradia ou ele vem morar no terreno da fazenda. Muitas mulheres de propriedades com pouca criação de gado migram para a sede municipal. Algumas vezes ficam apenas a mulher casada e o marido, enquanto as filhas estão na cidade.
Pescadores/pescadoras	Nas áreas de criação de gado dificilmente alguém se classifica como pescador/a. Mesmo este estando assistido pela política de seguro-defeso do pescador e trabalhando sempre com a pesca nos lagos e rios da área não é chamado de pescador. Ele é chamado pelo nome ou apelido, mas é identificado como pescador. A atividade de pescar, caçar, coletar fruto não nomeia como tal. Somente a inclusão na política e no vínculo com a entidade de pesca a nomeia.

Fonte: elaborado pela autora com base em Leite Lopes (1978).

As atividades nas fazendas, na maioria, são desenvolvidas por homens, principalmente o cuidado com o gado de grande porte (boi, búfalo, cavalo). Até o

cuidado com o preparo do queijo cabe ao vaqueiro. No entanto os animais de pequeno porte, como galinha, pato, peru e outras aves desta natureza, são cuidados pelas mulheres e pelas crianças da família e outros que estão por lá.

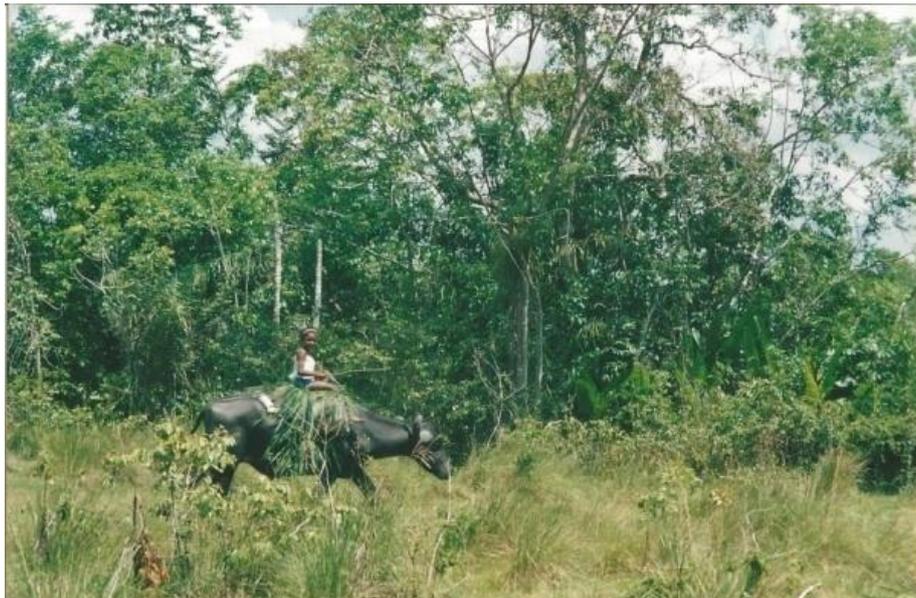
O trabalho feminino, nas fazendas, é muito concentrado no cuidado da casa. Já entre os moradores do terreno da fazenda, a mulher trabalha cuidando, juntamente com o marido, os filhos e filhas, dos porcos, da coleta de frutos, da pesca nos rios e igarapés. Antes as cestas eram feitas com arumã, jacitara, talo de buriti, inajá. Havia uma confecção familiar, no entanto, com a entrada de outros produtos substituindo as cestas, essa prática está se perdendo.

Até os anos 90 do século passado, as mulheres quando chegavam à idade de 10 anos mais ou menos, migravam para as cidades, principalmente para Belém. Aquelas que ficavam, muitas vezes já nos primeiros anos da adolescência, constituíam família. Então dificilmente uma casa ficava com muitas mulheres solteiras. Elas saíam para casar ou migravam para trabalhar e/ou estudar nas cidades. Mas quando as terras não pertenciam a essas famílias e sim a outra pessoa o casamento significava a saída para outro lugar, não havendo uma aglomeração de parentes no mesmo terreno. As mulheres eram, muitas vezes, as que mais se distanciavam da família, casando e indo para lugares distantes daqueles dos familiares.

Essa particularidade tem a ver com a questão da terra. A não propriedade da terra faz a família do trabalhador se deslocar para localidades distantes. É o caso das mulheres que vem para a capital, muitas casam aqui e vão trazendo pessoas da família, uma, duas ou mais para morar com ela. Algumas trazem as irmãs, mesmo que seja para trabalhar nas casas dos patrões de seus pais.

A criação do gado, principalmente, de grande porte, é uma atividade desenvolvida por homens, com pouquíssima inserção feminina. No entanto a maioria das mulheres aprende a montar gado. O uso dos animais como transporte também começa muito cedo. (Foto 20)

Foto 20: A menina e o búfalo.



Fonte: Ferrão, 2000.

Essa prática das crianças, que desde pequenas aprendem a dominar ou a conduzir o animal para transporte, é necessária em virtude das grandes distâncias existentes entre as casas. Assim, o aprendizado se faz naturalmente. Dessa forma, as mulheres participam da vida ligada à criação de animais mais em relação ao uso de transporte; no entanto os animais são sempre amansados pelos homens. Raramente uma mulher tem essa experiência.

A confecção de instrumentos como a sela, a esteira, as cordas e outros apetrechos do manejo dos animais é uma prática totalmente masculina e faz parte de sua função, como vaqueiro, produzir seus próprios instrumentos de trabalho. Alguns desses são comprados em outras localidades. Portanto a principal atividade é historicamente desenvolvida pelos homens, ou seja, a criação de gado.

Outro importante fator da vida na região dos campos do Marajó é a existência de um pequeno contingente populacional, havendo praticamente o objetivo da concentração de terras, com uma população pequena em cada propriedade. Assim, destaco dois eventos para entender essa questão: primeiro, a saída dos filhos para outras terras e até mesmo as do mesmo patrão; segundo, a saída das mulheres para as cidades. Dessa forma, o espaço é composto de poucos homens adultos e poucas mulheres.

Pode-se ver, levando em consideração o pensamento de Bourdieu (2011, p.87)¹³⁸, que houve entre as pessoas ligadas à produção pecuária condicionamentos que

¹³⁸ Pierre Bourdieu demonstra que: “Os condicionantes associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de *disposições* duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas

facilitaram a estrutura estabelecida. Elas mesmas não se limitam às regras externas, que possam limitar as práticas estruturadas. Diante disso, a manutenção desta relação, pelo lado do produtor, dono da propriedade, nos arranjos que estão orquestrados, garante sem supor a intenção consciente à vivência de um grupo, que seria o *habitus*, que mantém uma estrutura que aos poucos torna-se estruturante.

Então “os condicionantes associados a uma classe particular de condições de existência” (idem), no universo da pecuária do Rio Atuí e seus afluentes da microrregião dos Campos do Marajó, demonstram, por intermédio da compreensão do proprietário Marcos Negrão, uma “estrutura estruturada”. Porém, diante da divisão das propriedades, muitos fazendeiros tornaram-se criadores de gado, fato determinado pela quantidade de animais, visto que um fazendeiro teria que possuir no mínimo 1000 (mil) animais ou cabeças de gado. (Figuro 6).

Figura 6: Mesorregião do Marajó, Estado do Pará



Fonte: <http://movimentomarajoforte.blogspot.com.br/p/mesorregiao-do-marajo.html>

predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro” (BOURDIEU, 2011, p. 87).

Portanto precisa preservar antigas relações com o trabalhador para manter a propriedade, que é para eles um bem simbólico, o que fecha a ideia sobre o fazendeiro/produtor. Segundo Marcos Negrão:

A produção é natural e artesanal, o marajoara tem consciência de quem trabalha. Assim, permite que o trabalhador não tenha horário fixo, aceita a saída dele para sua participação em eventos como festas, mesmo sendo em dias de trabalho. Os trabalhadores se planejam para participarem dos eventos e se o empregador põe obstáculos a relação fica prejudicada. Portanto, é preciso, na relação, levar em consideração este tipo de prática importante para o trabalhador. (Marcos Negrão, 40, 2016).

A fala do proprietário corrobora o pensamento tratado anteriormente de que tanto para o vaqueiro como para o fazendeiro é preciso haver uma relação amistosa, ligada às atividades de trabalho e ao próprio convívio. É essa construção mental que alimenta a vida local, estendida para além da convivência entre o patrão e o empregado. Nesse universo, há horizontes abertos em várias direções.

Nesse grupo, segundo Marcos Negrão, não há uma definição bem demarcada sobre a religiosidade, por exemplo, as pessoas praticam de tudo, sem definir claramente a sua religião. Morando em área em que as casas estão dispersas e distantes uma das outras, o convívio entre as famílias é dificultado, principalmente para as pessoas das fazendas e retiros de criação o que se inclui naquele do proprietário Marcos Negrão, mas representa o modo de vida local.

O que pesa muito é o fator cultural. Não é dinheiro, lucro, mas preservar os costumes. Por exemplo, quando tem festa se proibir é um choque. A cultura é a reza. [Prática religiosa]há Comunidade Cristã, da Igreja Católica na Casa do Benedito, São Francisco, Lourival Martins e Comunidade Evangélica, no Monte Carmelo. ... As festas existentes são: Berta, Santo André, Círio da Campinina [a festividade do Círio de Nossa Senhora de Nazaré dia 08 de novembro de 2015]. Independente de credo, todos frequentam os mesmos lugares. Vão mais para sociabilidade do que para praticar um credo. É para participar dos eventos... Muitos vão aos cultos evangélicos, mais para estar onde têm congregação de pessoas, comida e bebida. Mesmo sendo um culto evangélico as pessoas levam bebidas alcoólicas, como é proibido esconde no mato... A participação no culto é só para estar ali, mas na hora que são convocados para irem a frente à maioria não vai porque senão vira “crente”... A participação da Igreja Católica [com representação do clero e dos leigos engajados] é muito pequena na área, vão apenas duas vezes por ano ao local. Quando eles vão, o local fica lotado.(MARCOS NEGRÃO, 40, 2016)

Essa experiência de religião diversificada nessa propriedade é mais recente, mesmo eles não fazendo distinção no momento de participarem. As festas dos Santos sempre foram um evento importante nesse meio rural. Esse fato está presente no estudo de Boulhosa (2007) sobre os vaqueiros devotos de São Sebastião em Cachoeira do Arari e Soure. Os músicos Allan Carvalho e Ronaldo Silva (2015) compuseram letras sobre a circulação de Santos nos campos:

ABRE CAMINHO

Bandeira cruzando vento
Bandeira abre caminho
Bandeira de São João
A bandeira do Divino

Balança bandeira branca
Balançando pela estrada
Eu vejo a bandeira verde
Vejo a bandeira encarnada

Bandeira azul e lilás
Bandeira rosa e carmim
Bandeira de toda cor
Folias do Lago Arari

(CARVALHO & SILVA, 2015)

FOLIA DO ARARI

Eu vou chegando com a folia do Arari
Com rezadores louvadores da bandeira
De Cachoeira do Arari pra Santa Cruz
Eu vou rezando, vou cantando pra Jesus

Eu levo um banjo de ouro e um bandolim
Caixa de Santo, roncador e um milheiro
Reco-bambu, bandeira azul da rubra rosa
Levo alegria, luz do dia, luz da aurora

Vem ver agora essa folia mensageira
Abençoando a sua casa
Guarnecendo a sua família

Vem ver agora essa folia mensageira
Abençoando a sua casa e o coração de quem chegar

(CARVALHO & SILVA, 2015)

Essa visita dos foliões nas casas sempre ocorreu com anuência do proprietário da fazenda. Esse fato ocorreu recentemente com o Círio na Campininha. A imagem de Nossa Senhora de Nazaré veio da Fazenda Santa Rita, sendo acompanhada pelo

proprietário e os trabalhadores da fazenda, juntamente com outras pessoas, que foram até a fazenda fazer o cortejo do Círio.

As festas de Santos, sem participação ou com participação de Padres é uma tradição na Ilha. Wagley (1988, p. 193-), na obra “Uma comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos”, realizado na Ilha de Marajó, escreve um capítulo que trata especificamente de festas, e entre estas as festas de Santos como de “Santa Apolônia”, uma tradição oriunda dos portugueses.

A religiosidade marajoara é tratada também em estudos mais recentes, como a tese de Vanda Pantoja (2011), intitulada “Santos e Espírito Santo, ou Católicos e Evangélicos na Amazônia Marajoara”, abordando a convivência entre os praticantes das religiões católicas e evangélicas na ilha.

Agenor Sarraf Pacheco (2009), em sua tese *Em el corazon de la amazonia: identidades, saberes, e religiosidades no regime das águas*, trata da questão dos missionários católicos, entre estes Agostinianos Rescoletos, de Madri, sendo esta mais uma pesquisa que tem como elemento a questão da religiosidade do povo marajoara.

Em minha dissertação, intitulada “Desenvolvimento Sustentável, organização e reorganização de trabalhadores rurais no rio Atua: exame de uma experiência”, tratei sobre a ação da igreja católica no Marajó, principalmente a influência no movimento social destes trabalhadores que atuavam nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). No entanto não só o Cristianismo é praticado pelo povo marajoara. O livro de Zeneide Lima, intitulado “O mundo místico dos caruanas da ilha do Marajó”, apresentou outro contexto da ação dos marajoaras na sua vivência religiosa, mostrando a cultura do povo denominado por ela de “povão”.

Percebe-se com todos esses estudos a diversidade ou a riqueza das relações sociais vivenciadas no Marajó e os trabalhos desenvolvidos para compreender este mundo, com seus agentes e representações. Dificilmente se mostrará a Ilha em sua totalidade de características e suas classificações diante da diversidade de elementos presentes.

Tratando especificamente da área de campo, com concentração na economia pecuária, ela também contém uma diversidade de sujeitos humanos que são importantes para sustentar essa diversidade, de incrementos festivos, religiosos, solidários de uma sociedade plural.

II.2.5 FACES DA MESMA MOEDA: agentes sociais nos campos do Marajó

II.2.5.1 O festeiro: dono de uma pequena propriedade

Seu Baltazar é um grande produtor de farinha e plantador de abacaxi na região, morador do igarapé do Tucunduba, braço direito do rio Tauá, afluente esquerdo do rio Atuí, município de Muaná. Sua propriedade é banhada por igarapé perene¹³⁹. Essa área é ocupada por mata fechada, apenas uma “restinga”, porque logo em seguida abre-se um campo natural, limitando com grandes fazendas. Seu terreno não era de grande extensão, mas suficiente para ele manter sua produção e garantir seu sustento sem trabalhar em propriedade alheia.

Segundo informação de moradores da região, seu Baltazar era um homem muito trabalhador e se casou por duas vezes. Primeiro com Mariazinha, com quem teve um filho, mas logo ela se desfez do casamento, porque ele a levava para o mato para derrubar madeira, trabalho muito pesado para ela. A outra esposa foi Santinha; ela também era tratada da mesma forma que a primeira, obrigada a realizar atividades que requeriam muita força. Santinha, que era considerada o braço direito dele, não suportando mais os maus-tratos, fugiu com outro homem. Baltazar passou a morar no alto rio Atuí. Para não deixar a propriedade às duas mulheres, doou o terreno em vida para um amigo, seu Miguelino.

Seu Baltazar era filho de dona Benta, considerada uma excelente produtora de bons licores e responsável pela festa de N. Senhora da Conceição; ambas as atividades foram continuadas por seu Baltazar, que era conhecido nas redondezas e fora dos limites da municipalidade pela fama de realizar uma festa em devoção àquela Santa no mês de dezembro. Festa aguardada por pessoas de várias localidades, principalmente por trabalhadores de fazendas. Todo ano ocorria a festa; vinham pessoas de todas as “paragens”, das fazendas, das localidades das margens dos rios e de outros municípios. Havia regras para frequentar a festa, aos que iam para o salão de dança, não sendo permitido o homem entrar sem camisa abotoada, de bermuda e alcoolizado. A mulher solteira que ia ao salão de festa deveria estar disponível para dançar com qualquer

¹³⁹Rio que não seca o ano inteiro.

homem, era proibido fazer “desfeita¹⁴⁰”. Caso a mulher não aceitasse dançar com qualquer um, o dono da festa a tirava do salão. Dizia ele: “Se não quer dançar, não venha para o salão”. Assim, deveria ela sair imediatamente do salão de dança. A pessoa que causasse confusão, como briga, recebia a punição de nunca mais frequentar a festa na sua casa. Se a pessoa voltasse outra vez, em outro evento, ele não deixava entrar na casa de festa.

Essas e outras regras eram estabelecidas por esse senhor para quem frequentava sua casa em dia de festa. O tratamento era rigoroso para todos que participavam da festa. Todos deveriam ir sem nenhuma intenção de causar tumulto e, caso ocorresse, era retirado da casa de seu Baltazar.

A casa era enorme. Havia a cozinha, onde ficava um grande fogão de lenha com várias “bocas” para preparar o alimento comercializado e doado para alimentar os “festeiros”, espaços para as mulheres atarem redes, denominado “puxada” das mulheres, o quarto do dono da casa, onde havia todo um mistério por não ser permitida a entrada de nenhuma outra pessoa além da esposa do dono; o salão da festa que era a maior parte da casa, tendo ao lado o altar dos santos onde se realizava a ladainha em devoção à santa festejada.

A ladainha era realizada pelo dia; aqueles que queriam participar deveriam chegar cedo à casa, porque à noite era momento da festa dançante e dos leilões que se realizavam em nome da padroeira do local. Tudo tinha seu horário bem demarcado para não causar transtorno.

Sua fama de bom festeiro percorria todos os rincões da Ilha, principalmente, as fazendas. No entanto, todo aquele que frequentava sua festa tinha que obedecer às mesmas regras, independentemente do status social que possuía. Na casa dele não havia hierarquia para classificar e discriminar uma pessoa diferente da outra, por questão econômica, beleza, ou origem de cor ou local. Tratava todos igualmente, desde que obedecessem a suas normas – nesse sentido, o que diferenciava as pessoas era o comportamento. O “senhor” do local era ele, portanto ali quem ditava as regras era ele.

Para seu Baltazar, era inadmissível ir para a festa e fazer desordem. Nesse caso, aquela pessoa sofria sanções; essas eram individualizadas, haja vista que somente o

¹⁴⁰Uma palavra usada localmente para dizer que a pessoa desfez o convite, não considerou aquilo que alguém lhe ofereceu. No caso da dança, como não aceitou o convite da dança, não foi uma pessoa educada por ter feito o cavalheiro passar por constrangimento.

autor do fato era penalizado com o afastamento da casa. Caso outra pessoa, parente, amigo que havia acompanhado tal pessoa à festa quisesse permanecer na festa podia.

A festa era o momento de contato com muitas pessoas, sendo frequentada pelas famílias: ia pai, mãe, filhos, filhas, avó, avô. Tratava-se de um evento para as famílias, portanto não cabia alguém ir “estragar” a festa. Às vezes, uma pessoa que se comportou erradamente era proibida de frequentar para sempre aquela festa, mas sua família poderia ir, normalmente. Lá era como um clube e as pessoas até achavam-se importantes, porque podiam frequentar tal festa.

II.2.5.2 Sandra, “uma mulher-macho”, proprietária do Terreno Ventania

Mulher dessa natureza não é qualquer “cabra” que se aventura a encarar; o “cabra” tem que ter muita coragem para não se passar por “mole”; ela faz qualquer serviço que um homem faz e às vezes até melhor: sobe em bacabeira, açazeiro, amansa animal bravo, carrega peso, caça e dificilmente leva desaforo para casa. Esses são os muitos comentários que se ouvia falar de Sandra, filha mais velha de um feitor, de uma fazenda menor e de uma senhora que na juventude era cantora das festas de “pau e corda” das que alegravam as pessoas dos campos de Muaná, na Ilha de Marajó. Hoje, casada, dona do “Terreno Ventania”, teve três filhos (duas filhas e um filho), com netos já adultos. Mesmo assim continua administrando o terreno juntamente com o marido, feitor aposentado e que se dedica apenas à vida de sua produção particular com os animais que adquiriu e cria no terreno.

Logo quando Sandra casou, seu marido era vaqueiro de uma fazenda próxima e os proprietários eram parentes de seu pai. Habilidade, ajudava o marido no preparo do leite, no fazer dos queijos, bem como no trato com o gado. Logo o marido passou a assumir um retiro de uma das fazendas em que era vaqueiro. Os três filhos tiveram os filhos dos patrões como padrinhos.

Com o tempo, Sandra comprou uma casa em Abaetetuba, onde passou a morar com os filhos para estudarem. Mesmo assim continuou apoiando o marido na fazenda. Depois conseguiu comprar o terreno Ventania onde faz criação de gado de grande e pequeno porte.

Em uma das viagens da pesquisa encontrei com Sandra que estava indo para seu terreno para receber um trator que havia comprado para transportar palmito. Naquele período eram férias escolares e seus netos e uma das filhas ia com ela. Conversando

disse não fazer mais muitas coisas do que fazia antes. Apesar de ambos morarem em Abaetetuba, isso não a impede de fazer duas a três viagens por mês ao terreno.

II.2.5.3 Romero: o plantador de café e laranja

O silêncio que reinava naquele sítio era grande, mas havia nas proximidades da casa rouxinóis que sempre soltavam cantos quando se ouvíamos aqueles cantos percebíamos que estávamos nos aproximando da casa, que era cercada por plantações de café (*Coffea arabica* L.), laranja (*Citrus sinensis*), abacate (*Persea americana*), laranja-lima (*Citrus sinensis* (L.)), pupunha (*Bactris gasipaes*), biribá (*Rhollinea Orthopetala*), cacau (*Theobroma cacao*), abio (*Pouteria caimito*), açaí (*Euterpe oleracea* Mart.). A casa ficava dentro do mato e logo se chegava à beira do rio ou ao campo. As margens do rio eram cercadas de um “pasto”¹⁴¹ de açaí, motivo de algumas pessoas passarem o dia nessa casa para tomar o fruto no período da seca, o verão marajoara. No verão, o açaí só frutifica nas margens dos rios, enquanto no período chuvoso é quando ocorre a safra das áreas centrais da Ilha.

Essas terras de seu Romero, localizadas nas margens do médio rio Atuaá, no município de Muaná, foram adquiridas por herança que seus pais deixaram, os quais morreram logo e o deixaram órfão, tendo sido criado pela irmã mais velha. Essa irmã quase não morou naquelas terras após o casamento, porque o esposo era feitor de fazenda e eles moravam nas fazendas que o marido administrava. Assim, ela só passou a morar com o irmão quando ficou viúva, ocasião em que os filhos construíram uma casa no terreno, próxima à casa de seu Romero.

Seu Romero, dono da propriedade, havia ficado viúvo e criado todos os filhos. Para o sustento da família, tinha a produção de frutas, como laranja, café, pupunha e também a roça de mandioca como cultura temporária. O sustento da família era completado com a criação de porcos e a pesca nos lagos e troca de dias de trabalho com outras pessoas da redondeza, como aqueles que produziam farinha de mandioca. A produção do sítio, na maioria das vezes, era o suficiente para manter a família.

Por causa desse fenômeno é que as pessoas “dos campos” vêm visitar os amigos da beira do rio e aproveitam para consumir o açaí. Nos anos passados, quando seu

¹⁴¹ Área que fica entorno da casa com plantação de açaí, trata-se de uma categoria nativa.

Romero ainda era vivo, o açai não havia sofrido o reflorestamento, por isso essa demarcação do período das safras era tão definida.

As filhas migraram para a capital; primeiramente as duas mais velhas; depois, com o casamento de uma das filhas, as mais novas vieram também. No total tinha cinco filhas, dois filhos e um neto, adotado como filho, filho da filha mais velha. Essa, como mãe solteira saiu de casa deixando o filho para o pai criar e veio para a capital, mas logo retornou, casando com uma pessoa das proximidades e teve outros filhos. Depois ficou viúva e mais outra vez casou e teve mais filhos.

O filho mais velho de seu Romero, o terceiro na ordem de idade, casou e foi morar na casa com seu Romero, montou um comercio, passando a comercializar gêneros alimentícios e tudo que fosse necessário ao abastecimento dos moradores das fazendas, principalmente dos empregados. Esses trabalhadores traziam como forma de pagamento queijos, doce de leite, porcos, galinha, peru, carne de capivara. Em troca levavam café, açúcar, corda para usar nos animais, rede de dormir, lamparina, panela e outros produtos.

As pessoas costumavam visitá-lo e traziam alguma coisa como regalo. Isso não significava que fosse uma troca simbólica como no “kula”, pois para ele tudo que possuía da produção era para comercializar. Apenas algumas pessoas recebiam uma cesta com açai, algumas dúzias de laranjas, um cacho de pupunha. Havia uma família que era muito querida por ele, sempre que podia ia visitá-los, ou a família o visitava, contando que ambos trocavam presentes e segundo a população da vizinhança os presentes eram generosos. Por outro lado, também a dádiva era compensadora.

As trocas que eram mais constantes eram com os feitores de fazendas, pois o produto que traziam em forma de regalo seu Romero não possuía, porque ele era um lavrador, criava alguns porcos, mas não era o carro-chefe de sua base econômica. Então a relação que costumava manter com essas pessoas lhe rendia essas dádivas e também outras, pois muitos homens iam até sua casa para cortejar as filhas do viúvo.

Seu Romero era conhecido pelos vizinhos como “sovina”, não dava nada para os parentes, somente para aquelas pessoas que ele queria agradar. Para um membro presentear alguém da família com frutas de uma de suas árvores tinha que ter seu consentimento, ou dava escondido, porque ele não aceitava.

Na plantação havia uma “doação” de árvores; ele plantava árvores para cada filho e filha e para os netos. Segundo ele, a produção era boa dependendo da sorte de cada um. Também exigia que todos fizessem sua própria plantação. Mesmo que a

árvore daquele não estivesse frutífera e esse se aventurasse em coletar da árvore que não era dele, logo recebia repreensão.

Essa terra foi alternada entre os filhos. Vivem no local do sítio, como moradores, uma neta, que possui a casa mais para o lazer, morando na cidade de Muaná; um neto que possui atividade de plantio, um pequeno comércio e presta serviços esporádicos em fazendas e propriedades nas proximidades. Já trabalhou em locais de criação de gado e por isso é sempre requisitado para ajudar na vacinação, ferra, conserto de cercas, currais. Por essa experiência dele, o local virou um ponto de aplicação de vacina para aqueles que não possuem curral ou não o adequaram e também não têm e não sabem aplicá-la.

II.2.5.4 Seu Rosmundo: criador de carneiro

A viuvez fez Rosmundo ficar criando filhos e depois netos. Morava em um pequeno sítio encravado no meio das fazendas Calandrini. Seu sustento vinha da criação de porcos e carneiros, mas também possuía algumas ‘vaquinhas’, tudo permitido pelos proprietários e isso lhe deu fama para conseguir um novo casamento. De tanto “os casamenteiros de plantão”, divulgarem o seu nome, uma senhora, professora aposentada, acreditou e casou com ele, fato que foi muito bom para seu Rosmundo, que encontrou uma companheira na velhice que o ajudou muito.

Essa senhora era visitante de uma vizinha dele, que incentivou sua hóspede a namorar com seu Rosmundo. Logo que o casal acertou-se, foi solicitado que a municipalidade abrisse uma escola na região para que ela ensinasse as crianças das fazendas próximas. Assim, a vida desse morador de terra de fazenda foi tomando outros ares e a aposentadoria rural chegou até ele, pois sua atual esposa foi logo procurando os caminhos para garantir esse direito a seu companheiro.

O casal adotou um neto de seu Rosmundo que passou a ser o herdeiro de tudo que eles possuíam. Aos poucos, a vida no campo ia ficando mais difícil e o modo de educação que a professora aposentada dava ao filho adotivo se distanciava cada vez mais da vida de trabalho local. O menino não era educado para ser um vaqueiro e isso era visto como estranho pelo proprietário daquela terra. Sua mãe adotiva sempre o incentivou a seguir a carreira de professor, a qual ela exercia. Incomodada com os comentários que se faziam, a professora encaminhou o menino para a capital do estado

para morar com seus familiares a fim de estudar. Assim, tirou toda expectativa dos proprietários de tê-lo como futuro vaqueiro.

O casal, já em idade avançada, veio morar na cidade de Muaná, o que facilitava ao filho adotivo em visitá-los assim que podia, pois morava na cidade de Belém com os familiares de sua mãe. Por outro lado, a senhora, que tinha uma relação muito forte com a capital, vivia em torno do mundo da cidade de Belém. Seus hábitos alimentares eram motivo de estranhamento de alguns vizinhos, principalmente porque ela não conseguia consumir alguns animais silvestres. Por isso, “as más línguas” estavam o tempo todo inventando piadas sobre essa senhora.

II.2.5.5 Emiliano, Dançador: o feitor, as crianças e os meninos

Emiliano era um feitor geral das fazendas dos Lisboas, localizadas no rio Atuaá. Havia chegado à fazenda nos anos 1960, quando a fazenda Vento Bom fora comprada por esses proprietários. Veio de Soure diretamente para administrar a fazenda. Poucos o conheciam, mas logo isso mudou. Como gerenciava uma área grande de terra e havia outras fazendas de seus patrões na redondeza, formando um total de três fazendas e depois quatro, pois a quarta fazenda foi comprada posteriormente, isso significava que sua relação com os demais empregados e moradores era necessária.

Logo que chegou trouxe alguns garotos para morar na fazenda, principalmente filhos de vaqueiros das subfazendas – se é que posso dizer assim – além de filhos de moradores que se instalaram na região no período em que ele e sua esposa Antonia chegaram. Alguns vieram de outras localidades em que eles haviam morado, como do Urubatuba e Pedregulho, região de Ponta de Pedras, e de Muaná, na divisão com Ponta de Pedras.

A maioria das famílias que são moradoras nas terras de fazendas possuía muitos filhos, alguns vão se aproximando da casa da fazenda quando os pais vão fazer alguma atividade lá. O pai tem alguma habilidade, faz cestas, trabalha na coleta de frutos, na pescaria, na casa de porcos, enfim, nos diversos afazeres que não são especificamente do vaqueiro e do feitor. A mãe, também, vai lavar a roupa, ajudar no preparo de alimentos, como quando é abatido um boi ou búfalo para o abastecimento da fazenda. Assim, nessa infinidade de afazeres que muitas vezes os pais vão realizar nas fazendas, as crianças também vão e já começam, como uma forma de aprendizado, a ajudar os

pais nessas atividades. Com o tempo, quando já atingem uma idade que lhes permite, passam a fazer também, algumas tarefas.

Esse processo todo faz as crianças irem se familiarizando com as pessoas responsáveis pela fazenda e vão ficando por lá. Por outro lado, elas sabem que seus pais estão ali “na ilharga”, morando no terreno e acabam saindo da casa dos pais para viver na “casa grande”. Criam um vínculo com as pessoas da “casa grande”. Há certa naturalização nesse processo, assim como os vaqueiros e feitores também inserem seus filhos consanguíneos nas atividades da fazenda. Todos acabam atuando na fazenda com uma estrutura de produção familiar. Esse é o modelo da produção na maioria das fazendas. Um trabalhador e vários agregados e filhos ajudando nas atividades. Então não é apenas o adotivo, ou menino e menina que foi ficando na fazenda que ajuda nos afazeres, é um sistema de relações em forma de “grupo doméstico” que constitui esse cenário.

Na fazenda sempre há algum desses ajudando no trato com os animais, sobretudo ajudando no pastoreio e “amansando” cavalos e bois, búfalos para montaria. Aquilo servia como espaço de aprendizagem. O casal não possuía filho então aqueles meninos eram criados até se tornarem trabalhadores¹⁴². Alguns iam logo embora, mas outros ficaram para a vida toda. São tratados como uma pessoa que vai ficando na fazenda, sendo orientados nos trabalhos, nas escolhas, mas eles têm seus pais que vão, visitam, levam para passarem uma temporada com eles.

Um desses foi criado como filho; quando casou, tornou-se o vaqueiro principal, morando na casa do Rancho, próximo à casa grande. O primeiro filho dele foi adotado, de fato, mas não de direito, pelo feitor e sua esposa. Com o tempo, esse vaqueiro assumiu uma fazenda como feitor, mas o filho foi adotado pelo feitor, mesmo não sendo uma adoção oficial. Após a morte do velho feitor e de sua esposa, o filho adotivo herdou parte e dividiu com Celina, uma menina que (como já disse que ocorre) foi ficando na fazenda com a madrinha.

Uma das marcas desse feitor era a grande quantidade de cachorros que criava, cerca de cinquenta. Uma visita na casa era feita pelas pessoas da região com muita cautela, pois os cachorros vinham até uma longa distância de casa encontrar os transeuntes. A esses cães ele costumava chamar de “minhas crianças”. Outro tipo de animal que muito marcou sua gestão nesta fazenda foram os bodes, que havia em

¹⁴² Este assunto já foi exemplificado no capítulo I sobre vaqueiros.

grande quantidade. Subiam em tudo e era serviço dos garotos que lá moravam cuidar da entrada e saída desses animais nos seus aposentos.

Sua esposa, dona Rosa, fazia o queijo juntamente com alguns vaqueiros que moravam na casa grande. Todo esse processo de fabricação ocorria na casa grande e também na casa do “rancho” – casa de um vaqueiro casado – que era mais um espaço para fabricar o laticínio. Tinham autorização para comercializar o queijo, bem como, o doce de leite. Havia época em que a fabricação era intensa vinha grande quantidade de queijo para ser vendida em Belém.

A casa era sempre abrigo para muitas pessoas. Aquelas que se sentiam desabrigadas iam até a fazenda pedir um local para construir seu barraco. Nas proximidades, numa área alagada no período chuvoso e atolada no período da estiagem, havia uma barraca e o local tinha o nome de Santa Filomena. Por lá, vários moradores passaram. Servia de local para olhar o gado, para criar porco e também cuidar dos lagos. A rotatividade de pessoas que moraram lá era muito grande, haja vista que era um local para aquelas pessoas conseguirem se estabelecer e logo em seguida seguir outro caminho. Mesmo que não parecesse ser essa a intenção, era o que acabava acontecendo.

Com o tempo, seu Emiliano e dona Rosa foram criando grandes amizades com os moradores de Santa Filomena. O casal sem filhos, apegados, os dois, às crianças, acabou ficando com uma das meninas, Verinha, que era sua afilhada. Depois esse casal termina de criar o menino Miguelzinho, porque a mãe o deixou com o pai, e esse não tinha um paradeiro certo, morava de fazenda em fazenda, de sítio em sítio, onde havia um serviço para ele fazer.

As crianças não ficavam ou ficam, hoje, ainda, nas casas porque são solicitadas pelos moradores, mas porque essas famílias, muitas vezes, não possuíam ou não possuem condições econômicas que garantam a manutenção de todos os filhos com eles. À medida que as crianças vão crescendo ou mesmo ainda pequenas ficam nas casas, vão para passar uma semana, depois vão ficando e as pessoas vão compartilhando a vida. Um ajuda o outro e chegam a trocas constantes de favores, ajuda mútua. São formas de sobrevivência que dão conta de um processo de socialização. Crescendo, a criança, muitas vezes, não continua morando na fazenda, mas o aprendizado e a confiança das pessoas com as quais ela conviveu, na maioria das vezes, servem para ela, adulta, conseguir um emprego. As fazendas, nesse sentido, servem como um processo de aprendizado para um ofício, de socialização para o trabalho.

II.2.5.6 Vô Zé: o acompanhante

Na fazenda “Lamançal” morava uma família que possuía quatro filhos e cinco filhas. Lá, além dos vaqueiros, sempre tinha alguém morando, para fazer uma pescaria em seus lagos, para caçar capivaras, para “apanhar” açaí. Era um ir e vir de pessoas. No período chuvoso, além das frutas como açaí, bacuri, bacaba, havia os animais para caçar. No período da seca havia a pescaria, a “caça” do jacaré, jaboti e o leite que era tirado em grande quantidade. Fabricava-se muito queijo e doce de leite. Vô Zé tinha as mãos apuradas para preparar um doce, bem como para fazer cordas de couro, tecer paneiro de cangalha para carregar a produção nas costas de animais.

Vô Zé era o colo seguro da criançada quando os pais queriam repreendê-la de alguma “má-criação”. Vivia ali por muitos anos, não era parente dos familiares, mas havia sido adotado por dona Marina ainda jovem. Os pais de dona Marina haviam morrido quando ela ainda era jovem e ele como era amigo da família, deu apoio para superar as dificuldades.

Vô Zé era deficiente físico, havia sofrido na infância de paralisia infantil, seus membros inferiores eram atrofiados. Nunca casou, era o fiel companheiro de dona Marina e de suas crianças que sempre quando podiam o levavam para ajudar nas atividades que exigissem habilidade no trato da cozinha.

Quando a família saiu da fazenda ele a acompanhou. Ficou morando com a família até a morte. A amiga inseparável, dona Marina, morreu antes dele, mas os filhos o adotaram para sempre, alguns tinham nele seu verdadeiro avô, já que por parte de pai não o conheceram e nem por parte de mãe.

Vô Zé cozinhava, lavava roupa, cortava lenha, cuidava dos animais domésticos (gato, cachorro, papagaio, periquito, macaco), das galinhas, patos, perus, picotes (galinha-de-angola). Na casa fazia todas as atividades domésticas além dos serviços com a cestaria e o curtume de couro para cordas. Era hábil construtor de brinquedos em corda, madeira e cestaria para as crianças.

Vô Zé estava sempre sentado no canto, ao chão da casa. Só quando ia para sala é que subia no banco. No mais, tudo fazia ao chão, as coisas vinham até ao chão e ele ia preparando. Usava muleta de madeira, colocava as duas bengalas embaixo do braço e lá iam para o terreiro junto com a meninada, que servia de pernas para ele. Quando tinha que pegar os pintos, prender as galinhas, os porcos, colocava as crianças para ajudar. Elas obedeciam a seu comando. Também seu colo servia de acalanto na hora de uma

chamada de atenção pelos pais. Os pais sempre reclamavam que ele passava a mão na cabeça da criança e deixava-a fazer o que bem quisesse.

II. 3 ESBOÇO DA VIDA NO CAMPO DO MARAJÓ: UMA COMPREENSÃO

Outras mudanças nos campos do Marajó, guardadas em minha memória, devem-se à entrada em massa de comerciantes no rio Atuaá, durante o inverno, principalmente, nos seus afluentes Anabiju, Tauá e São Miguel. No início, eles vinham atrás da carne de animais de caça, como capivara (*Hydrochoerus hydrochoeris*) e jacaré (*Caiman latirostris*), mas, também compravam carne de porco e peixe.

Nesse período, isto é, nas décadas de 60 e 70 do século XX, já existiam pequenas embarcações motorizadas, cruzando os rios; no entanto ainda havia alguns comerciantes que chegavam em canoas a remo, percorrendo longas distâncias, às vezes vinham do município de Ponta de Pedras. Elas transportavam produtos e pessoas, mas também trocavam conhecimentos. Esses comerciantes vendiam de tudo: querosene, lamparina, chapéu de carnaúba, açúcar, café em grão, tabaco, farinha de mandioca, sal, temperos, remédios, e tinham seus fregueses certos. Os comerciantes de embarcação motorizada traziam peixes como mapará (*Hypophthalmus marginatus*), piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*) e tinham, para isso, uma geladeira no próprio barco.

Esse comércio, aos poucos, chegava às áreas de fazendas, absorvendo sua própria produção, como queijo, porco, boi. Nesse ínterim, os trabalhadores, autorizados pelos fazendeiros, vendiam açaí e palmito das ilhas de florestas com concentração de palmeiras¹⁴³.

Muitas embarcações não chegavam até a sede das fazendas, ficavam nas margens do rio e um grande batelão¹⁴⁴ ia até lá, cheio de mercadorias e voltava com produtos adquiridos nas propriedades. Às vezes, o próprio fazendeiro fazia a comercialização do produto ou, na maioria das vezes, era o próprio feitor, vaqueiro, morador que se encarregava de fazer a transação comercial.

Aos poucos a comercialização de frutos e de caça passava para compra de animais abatidos. Anteriormente, havia os chamados “comércios”, nas sedes de algumas fazendas, que existiam por muitos anos e, segundo o que as pessoas contavam, serviam para abastecer os familiares de donos de alguma fazenda que moravam na região.

¹⁴³É necessário ressaltar que a vegetação dos campos naturais é formada por gramíneas, arbustos, mas também há formação de ilhas de árvores e palmeiras como açaí (*Euterpe olearacea* Mart.), caraná (*Mauritia carana*), miriti (*Mauritia flexuosa*), tucumã (*Astrocaryum acoleatum*), que são frutíferas no período chuvoso, por isso a circulação de comerciantes no período chuvoso.

¹⁴⁴É uma espécie de canoa grande, movida a remo, e que nas áreas de campo é empurrada com varas; muito utilizada durante o período em que os campos estão alagados, porque são áreas rasas, em que mal dá para a canoa deslizar sobre a água.

Depois, o comércio das sedes de fazendas foi falindo assim como alguns entrepostos existentes desde o período áureo da borracha na Amazônia. Esses comércios abasteciam a população, com gêneros manufaturados; como alteração desse sistema, os comércios locais ligados aos novos grupos vendiam seus produtos nas embarcações. Posteriormente, esses comerciantes se casaram com mulheres ‘nativas’, estabelecendo seus pequenos comércios nas localidades.

Nas proximidades da entrada do rio Tauá, a Vila Mariahy, uma madeireira de propriedade da família Kalume, se estabeleceu no rio Atua. Nela havia cerca de 200 casas de funcionários da indústria de beneficiamento de madeira, que exportava seus produtos basicamente para a capital do estado.

Meu pai contava que, antes, as viagens eram feitas em canoa à vela; a viagem durava três dias, da região em que morávamos até a capital, isso dependendo da situação das marés e dos ventos. Depois que a embarcação da Vila Mariahy passou a trafegar, as viagens melhoraram muito.

Os fazendeiros e moradores da região passaram a utilizar esse meio de transporte para se deslocar a Belém, porque para a cidade de Muaná não havia transporte motorizado. Recordo que se vinha de canoa a remo, passando um dia inteiro ou um dia e meio para chegar até a cidade.

O movimento de circulação de pessoas nas fazendas era sabido por todos que tinham um rádio. O programa de rádio chamado “Alô, alô, interior” informava quando os proprietários de muitas fazendas mandavam o “rancho¹⁴⁵”, quando nascia uma criança ou morria um membro de família, quando a esposa de um empregado paria. A mensagem falava do perfil do bebê, como Gallo (1997, p.195) retrata na obra “Marajó: a ditadura das águas”.

... anúncio alaga o Marajó. É a hora das mensagens, quando todo mundo larga o serviço para entrar em contato com os seus conterrâneos. Nomes de familiares de pessoas nunca encontradas, nomes mil vezes repetidos, junto com as comunicações mais variadas: ligar a geladeira, pagar a dívida, balizar a pista, preparar embarque, procurar o documento na mala preta da cozinha... É a vida de todos os dias com suas alegrias e tristezas, entremeada de imprevistos, briguinhas, saudades e votos pelo feliz aniversário.

A comunicação através da emissora de rádio era um acontecimento; minha família sentava em frente ao rádio de casa para escutar esse referido programa. Muitos

¹⁴⁵ Alimentos comprados para abastecimento das casas de fazendas e que também são parte do salário de um empregado de fazenda, isto é, eles recebem um percentual do pagamento em gêneros alimentícios e outros produtos necessários para viver nas fazendas.

nas redondezas não dispunham sequer de um aparelho de rádio, e a escuta das mensagens por quem o possuía era importante; poderíamos avisar alguém sobre o fato ocorrido e comunicado pelo rádio. As mensagens, às vezes, eram para avisar ao empregado que ligasse a radiofonia¹⁴⁶, porque, na hora informada, o patrão, fazendeiro iria entrar em contato.

Quando os familiares das fazendas vinham de férias, geralmente passavam mensagem informando quantas pessoas vinham, para que o empregado responsável levasse um número de animais suficiente para trazê-las, bem como para avisar sobre os serviços necessários à recepção desses familiares.

O rádio era o principal instrumento de transmissão de mensagens dos fazendeiros para seus empregados. As demais famílias moradoras aguardavam as cartas enviadas por meio de fazendeiro, e muitas eram lidas por estes, devido à maioria das pessoas não saber ler.

Os fazendeiros pouco iam à cidade, sede do município, onde sua fazenda ficava. Seu trânsito geralmente ocorria da capital do estado diretamente para as fazendas. Alguns possuíam aviões particulares ou fretavam algum, em certas ocasiões, para chegar a suas fazendas. Esses equipamentos e meio de transporte, como um campo de pouso e “fonia”¹⁴⁷ no Marajó, mostravam que se tratava de uma grande fazenda.

Sobre a história de implantação da fonia na Ilha de Marajó, Acatauassú (1998) mostra como ela surgiu nas localidades das fazendas:

A primeira fonia para muitas fazendas... Enormes caixas, altas, cheias de botões e fios, misteriosas para quem como eu nada conhecia de eletrônica. Mas fala e isso eu conhecia bem e curtia. E assim toda hora, nós, jovens que morávamos nas fazendas, ligávamos uma para a outra para comentar do tempo, do nada que era tanto, porque era comunicação. A muralha do silêncio tinha sido derrubada. O riso brotava de cada frase, que não tinha peso e voava para o alto, como uma pluma de garça levada pelo vento, que subia e dançava no ar... Aos poucos a rotina, as regras que realmente devem reger tudo que se faz conjunto, os horários rígidos, mudaram o encanto que havia e ficou somente o lado prático, benéfico, do progresso que nos ajudou a viver. (ACATAUASSÚ, 1998, 41)

Assim, somente aqueles fazendeiros que tinham alguma ligação mais próxima ou frequente com a sede municipal, por várias gerações, participando do processo histórico, político e partidário da vida municipal, era que iam à sede. As pessoas, de um

¹⁴⁶Instrumento radiofônico utilizado na transmissão de comunicação. Muitas fazendas usavam deste recurso para determinar as ações na fazenda.

¹⁴⁷S. f. sistema de transmissão de sons que se serve das propriedades das ondas eletromagnéticas, telefone sem fio, radiotelefonia. Citado do site: <http://www.dicio.com.br/radiofonia/>, em 04/09/2013.

modo geral, como as de minha família, vinham à cidade de Muaná, geralmente em maio, na festa de Santa Maria; em julho, na festividade de São Francisco de Paula, padroeiro do município, e em dezembro, na festa de São Benedito. Lembro-me dessas viagens que, para nós crianças, eram marcadas de surpresa e aprendizado, quando, inclusive, parávamos nas casas de moradores, às margens do rio, para pernoitar¹⁴⁸. Traziam-se alimentos preparados apropriadamente para viagens longas, como o chamado “frito marajoara” (prato feito com carne gorda de gado, boi ou búfalo, que serve para alimentar os vaqueiros durante sua longa jornada atrás de animais, mas também é um prato como forma de conservar o alimento por vários dias) e a carne de porco assada de panela, apurada na própria gordura do animal para não estragar.

A família do irmão de minha mãe geralmente vinha com a minha família e como era de área de roça, moradora das margens do rio, eles traziam beiju chichica¹⁴⁹. Tanto ela como a minha família traziam produtos do plantio de seus terrenos como: laranja (*Citrus sinesis*), limão (*Citrus limon*), pupunha (*Bactris gasipaes*); farinha, goma, milho verde (*Zea mays*), macaxeira (*Manihot esculenta*), e animais vivos, como galinha, porco, pato, peru¹⁵⁰.

Alguns fazendeiros, quando queriam chegar até a cidade, pagavam remadores para levá-los. Muitos homens do lugar eram considerados bons remadores, mas, a maioria se utilizava das viagens feitas pelos barcos-boiadeiros que, às vezes, levavam o gado para abater a cidade. No entanto a maioria do gado era comercializada diretamente para a capital, Belém, ou para a cidade de Abaetetuba.

Havia um universo quase isolado da sede municipal que pertencia apenas àqueles que moravam nessa região. O gado era comercializado diretamente para esses compradores que iam até as caiçaras e mangabeiras¹⁵¹ embarcar o gado. Muitos desses comerciantes vinham de Abaetetuba e de Belém para embarcar e abater nos matadouros dessas cidades. Nesses dias havia muito trabalho para o povo das fazendas, mas também troca de conhecimento com aqueles trabalhadores dos barcos. Havia trocas de presentes

¹⁴⁸O pernoite ocorria nas casas dos moradores localizadas ao longo do rio, nesse caso do Rio Atuí, mas já havia aquelas residências certas, que serviam como ponto de apoio para todas as viagens. Havia uma relação de amizade entre os grupos de navegadores e esses moradores. Os familiares traziam presentes e esse também ofereciam algo em troca, ou vendiam como remo, canoas, instrumentos de pescar. No percurso tinha-se uma troca simbólica de compromisso, quase um “Kula”, lembrando Malinowski(1922/1976).

¹⁴⁹ Uma iguaria feita com a massa da mandioca, banha de porco e coco, e assada na folha da bananeira.

¹⁵⁰ Desses, muitos eram para oferecer como donativo no leilão do barracão do santo.

¹⁵¹ Caiçara onde se embarca o boi. É nomeada assim devido ao local por onde o gado passa se chamar de manga. Daí o local de embarque se denominar de mangabeira. Esse nome não tem nenhuma ligação com a planta chamada de mangaba (*Hancornia speciosa*).

entre eles. Um desses presentes que muito marcou minha infância eram as revistas de cordel trazidas pelos “embarcados” para seus amigos das fazendas. Para muitas pessoas esta literatura significaria o primeiro contato com a leitura:

Minha alfabetização foi feita com a coleção de cordéis da minha avó. Acredito na força formativa da literatura de cordel. Não há criança que resista à fantasia’, argumenta o poeta popular [José Ednardo da Costa Souza, cearense]. Amigos pra mais de 10 anos, Arievaldo Viana e Jô Oliveira desenvolveram ‘O Romance do Pavão Misterioso’ a quatro mãos.¹⁵²

Na minha casa sempre chegavam os exemplares dessa literatura; meu irmão tinha amigos nos barcos e quando ele vinha a Belém comprava para dar aos vaqueiros das fazendas vizinhas. Cheguei a “folhear”, como se diz, muitas vezes, algum livrinho e suas histórias, como a do “Pavão Misterioso”, “Lampião e Maria Bonita”, “Corisco”, “Malaquias” e tantos outros. Todos muito engraçados e que eu lia para os trabalhadores que moravam em casa, para que decorassem e contassem aos outros.

Essa realidade foi aos poucos sendo modificada quando aumentou o fluxo de embarcações motorizadas. As pessoas passaram a sair mais do local e viajar para a sede do município, para Abaetetuba, para Belém. A instalação das fábricas de beneficiamento de palmito, por sua vez, favoreceu o deslocamento das pessoas das áreas mais afastadas. Uma das políticas de transporte das embarcações de compra do palmito era a gratuidade da passagem para quem trouxesse esse produto em seu barco. Assim, esses barcos de palmiteiros facilitaram o deslocamento das famílias para viajarem até a cidade de Muaná ou Abaetetuba, haja vista que no período das festas na cidade, famílias inteiras viajavam nessas embarcações.

II.3.1 Meu imaginário do passado no Marajó

A vida no Marajó era profundamente marcada pelas relações de vizinhança de quem estava sempre em constante contato, principalmente, nos meses de seca. Neles, as frutas eram mais escassas, mas a atividade com o gado era muito intensa: o gado sempre se deslocando atrás de água para beber, os vaqueiros na procura constante de animais que haviam se desgarrado do rebanho. Nesse vai e vem muitos vaqueiros iam até a casa de meus pais para tomar água, pois o local fica numa área de acesso entre o “centro” e a

¹⁵²Site:<http://acordacordel.blogspot.com.br/2011/04/pavao-misterioso-releitura.html>, acessado em 04/09/2013.

“beira” ou entre o campo e as margens do rio Atué, para onde o gado, na seca, caminha para beber água.

Esse local privilegiado, de constante contato com outras pessoas, também favorecia, para os transeuntes, um ponto de apoio para descansar do sol escaldante que, nesse período do ano, sacrifica o trabalhador da pecuária. Por isso, nossa casa, assim como muitas outras nas mesmas condições, sempre possuía um cuidado especial com o abastecimento de água para beber. Havia vários potes e talhas¹⁵³ com água, geralmente feitos de barro para fornecer água àquele que encostava no seu terreiro. Assim como a água, é também servido café e muitas vezes refeições.

A informação de uma rês perdida sempre era fornecida por esses vaqueiros que estavam constantemente no pastoreio do gado. Também eram eles que levavam as cartas enviadas para os familiares de uma pessoa, entre uma propriedade e outra, sempre com a costumeira disponibilidade de ajudar o outro. Aliás, assim como eles, todas as famílias na área necessitavam de relações de ajuda mútua para se manter na região ou, talvez, para sobreviver ali.

As cartas e os simples e curtos bilhetes eram importantes veículos de comunicação nos campos, principalmente por também servirem para informar de uma compra e venda de gado, pois essas missivas geralmente acompanhavam os documentos, como aqueles de ordem de compra ou de venda. Os compradores mandavam para os fazendeiros ou estes mandavam para seus feitores, a fim de ser entregue o animal e nesse documento vem a marca da ferra, geralmente no quadril, e o desenho do sinal das orelhas do animal¹⁵⁴, além de discriminar sexo e faixa etária. Muitas vezes, os feitores não eram pessoas habilitadas à leitura, então se levava para outra pessoa ler.

Essa circulação das pessoas, essa aproximação das intimidades era algo que não deixava, também, de provocar curiosidade; saber o que continha as cartas ou só mesmo o simples motivo de ter chegado uma carta para alguém já era um fato novo, para comentários, para tornar alguém importante por ser portador de algo novo. Pois junto a elas havia coisas a mais, além das notícias dadas aos parentes - havia, às vezes, os

¹⁵³ É um vasilhame feito de barro, mas em formato de um vaso com a parte inferior maior que a superior

¹⁵⁴ Os animais, na Ilha de Marajó, na maioria das fazendas, são demarcados com cortes na orelha simbolizando um formato que identifica pertencer a determinado proprietário. Essa identificação é feita através de um registro em cartório de ofício com os desenhos, tal como devem ser as duas orelhas do animal; bem como uma marca deixada através de uma composição que pode ser letras, ou outra figura que simboliza um motivo que identifica aquele animal pelo desenho deixado na pele por ferro quente trazendo essa simbolização.

‘acompanhamentos’, como um presente para os familiares, remédios dos animais, utensílios para uso no trato com o gado, como sela, arreios, fivelas, cordas, esteira, materiais de reparos da fazenda, alimento para os outros animais (galinha, pato, peru, galinha-de-angola).¹⁵⁵

Assim, as categorias vão sendo inseridas no cotidiano e causam alterações no sentido do modo de viver. Como trata Sahlins (2003), “toda reprodução da cultura é uma alteração, tanto que, na ação, as categorias através das quais o mundo atual é orquestrado assimilam algum novo conteúdo empírico (...)” (SAHLINS, 2003, 81). Portanto esse momento da população marajoara é tocado por uma avalanche de novas categorias que alteram a estrutura vigente.

Logo cedo aprendi a lidar com as pessoas que não sabiam ler ou que tinham pouca inserção na leitura, mas que tinham uma espécie de grande contexto, uma história rica de lembranças de um tempo pensado como de muita fartura e de um universo demarcado pelo domínio dos fazendeiros/compadres.

Por ter nascido na região dos campos, especificamente no rio Atuaú, desde a infância convivi com pessoas de minha e de outras famílias que têm sua produção econômica na criação de gado. Alguns produtores, proprietários de terras, outros trabalhadores como empregados nas fazendas ou agregados das terras de fazendas, tendo na pecuária sua fonte de renda e de trabalho. Nesse sentido, definiu-se como minha cultura de origem a de “criadores de gado” (pequeno e/ou grande porte). É desse grupo social, criadores de gado, que tenho minhas primeiras experiências dos elementos constitutivos de uma cultura.

O vocabulário do meu cotidiano foi, ao longo de minha infância, composto de palavras ligadas às denominações que envolviam o universo rural das fazendas da Ilha de Marajó, área que compreende os campos naturais dessa região. Esse vocabulário é preenchido de práticas e linguagem voltadas para o entendimento da vida entre os animais, com os animais: como comprar e vender, como delimitar regras para o trabalho, a partir de suas tipologias, a identificação, a importância de um animal no dia a dia, o cuidado de cada animal, a identificação por nome, por tamanho, por serviço a ser prestado, por qualidade. Elas foram as primeiras palavras que eu assimilei para praticar minhas primeiras comunicações.

¹⁵⁵ Para esses animais do terreiro, porque os demais animais, geralmente, eram criados com os próprios recursos da natureza, capim e frutos silvestres.

Esse mundo particular de um grupo que era, sem dúvida, diferente de outros grupos, com sua particularidade, criou regras, normas, prática, moda, causou estranheza, preconceitos, discriminação. A esse mundo, ninguém da família de minha mãe e de meu pai era estranho, porque todos os parentes mais próximos estavam envolvidos nesse universo. Meus bisavôs e minhas bisavós, meus avôs e minhas avós, meus pais, tios e tias, primos e primas de meus pais têm e tiveram suas vidas diretamente envolvidas nessa realidade. Alguns lidando cotidianamente nas fazendas, outros sobrevivendo do que as fazendas produziam, mas todos ligados diretamente a esse mundo, a essa cultura.

Minha origem esteve incluída totalmente no contexto da criação de gado na Ilha de Marajó. Assim, essa cultura que muitas gerações de minha família vivia foi também preenchendo a minha vida. Eu dependia da compreensão desse mundo local para viver naquela realidade. Saber os códigos, os símbolos, os signos fazia parte do meu aprendizado.

O vocabulário das pessoas foi marcado pelas palavras: bovino, bubalino ou bufalino, equinos, suínos, ovinos, cabritos e suas classificações por geração e sexo: boi, vaca, bezerro, bezerra, mamote, mamota, garrote, garrota, novilha, novilho; búfalo, búfala, cabrita, cabrito, cabritinho, cabritinha, bode, carneiro, carneira, ovelha. Os animais do terreiro: galinha, pato, peru, picote (a galinha de angola), picota, jabuti (*Chelonoidis carbonara*), jacu (*Penelope ochrogaster*), marreco (*Anas quequedula*), essas últimas são aves silvestres criadas como animais domésticos, além de quati (*Nasua nasua*) e macaco (*Cebus apella*) que muitos criam como animais de estimação.

Além dos animais, os utensílios domésticos também entravam nessa mesma lógica; nas casas havia a leiteira, a panela de leite, a queijeira, a vara de linguiça, a tábua de carne de sol. Os utensílios usados para cuidar com o gado: a corda, o cabresto, a sela, A esteira, o arreo, a “muxinga”¹⁵⁶, o estribo. Todos esses utensílios as crianças costumavam reproduzir em miniatura para suas brincadeiras cotidianas e reproduziam o modo com que os adultos os utilizavam.

As brincadeiras das crianças eram um constante exercício de aprendizagem; geralmente reproduziam objetos, gestos, atitudes, inventando cenários semelhantes aos locais de trabalho dos adultos, como os currais, chiqueiros, a casa com as pessoas e os animais, tudo em miniatura, muitas vezes auxiliados por artesãos da própria fazenda para imitar as práticas dos adultos. Essa prática vivenciada na infância auxiliava no

¹⁵⁶ Espécie de chicote usado para bater no animal de montaria.

processo de sociabilidade para a vida adulta e se acompanha em um aprendizado para a reprodução daquele modo de viver.

As relações de compra e venda eram expressas por um documento denominado localmente como “Ordem”, que eram as ordens de venda e as ordens de entrega dos animais. Esse era um documento importante escrito à mão e meu pai sempre estava fazendo ou lendo para os vaqueiros de outras fazendas as ordens de entregas que chegavam às fazendas para entregar o gado ao comprador.

Nessa venda, estava especificado o tipo de gado e tamanho com as marcas registradas em cartório, isto é, o desenho da ferra e o corte da orelha reproduzido no animal que identificava de quem era a propriedade. Se a orelha era cortada por cima ou por baixo, reta ou cavada, se o corte era na ponta da orelha se fazia algum furo, às vezes vinha desenhado. Esses códigos estão representados a seguir. (Foto 21).

Foto 21: Código de marcação dos animais¹⁵⁷



Fonte: Ferrão 2013.

Essas informações faziam parte do meu cotidiano, e quanto mais se vivenciava, mais aprendizado se ia adquirindo. O universo das fazendas esteve presente em minha memória, uma escola que vivenciei durante toda a minha infância. Esse também era o aprendizado de muitas crianças. Com essas informações, muitas pessoas formavam seu vocabulário, reproduzido naquele local, por todos, como escola da vida.

¹⁵⁷ Esta foto foi tirada do painel exposto no Museu do Marajó (Cachoeira do Arari).

O letramento pouco ensinado é substituído pelo aprendizado em saber de quem é o urro de uma vaca, de que vaca, de um bezerro, de qual bezerro; o canto da galinha, de qual galinha; do pato, de que pato; do galo; de que galo; do picote, de que picote; o miado do gato, de que gato. Cada animal tem sua particularidade e o decifrar é a “ciência do concreto” nessa realidade.

São informações importantes que todo proprietário, feitor, vaqueiro e morador de fazenda precisa saber para reconhecer o gado, delas demarcam os animais que lhes pertencem ou de que eles tomam conta. O domínio desse conhecimento servia para reconhecer se as pessoas pertenciam àquele mundo e sua capacidade profissional. Seu “campo social”, demarcado por esses códigos, desenhava uma lógica que garantia a decodificação das regras do jogo social. Assim, todo bom vaqueiro tem que saber esses detalhes, bem como, os demais moradores do universo das fazendas, ou de criação de gado.

Outro fato era a classificação da pessoa, sempre decorrente da sua condição, de seu deslocamento. Se estava utilizando algum animal de montaria, no caso um cavalo, era cavaleiro; um boi, um boieiro. Além disso, quando estava no pastoreio de animais, dizia-se vaqueiro.

II.4 COTIDIANO EM TRANSFORMAÇÃO: trabalho e fazenda no espaço social marajoara

Durante as pesquisas, foi possível observar como o cotidiano nos campos naturais da Ilha de Marajó vem reordenando-se. As grandes fazendas foram partilhadas por herdeiros, transformando-se em pequenas propriedades, e em alguns casos comercializadas para pessoas de fora ou adquiridas por trabalhadores. Outras pequenas propriedades surgiram como resultado da política pública de demarcação de terras da União, ou seja, por regularização fundiária para famílias que moravam há muitos anos, como para aquelas que vivem às margens dos rios, ocorrendo, com isso, o usufruto da população local; o reconhecimento das terras de remanescente de quilombos também é um fenômeno recente.

Essa situação gera um sentimento de pertencimento ao local na medida em que essas terras se tornam sua eram propriedade. O fato de se tornarem proprietário, seja de modo individual ou coletivo, seja de usufruto, leva essas pessoas a agirem com outro sentido, isto é, a documentação gera novas oportunidades, como a de acessar programas do governo e, portanto, se envolver em ações de políticas públicas.

Percebia que as dinâmicas de vida dos agentes sociais, nesses momentos, experimentavam novidades a partir de trocas econômicas e simbólicas, agenciando cotidianamente pessoas e na natureza dos Campos do Marajó, como mostro no item seguinte a partir de alguns agentes sociais que figuraram nesse cenário.

II.4.1 O campo não está totalmente modificado

Observei que o cotidiano descrito no item anterior vem se alterando, porém há práticas que têm se mantido na vida das pessoas que moram nos campos. Apresento uma narrativa de acontecimento recente e que é recorrente junto aos grupos locais, como o rapto de mulheres para o casamento. Essa prática tem garantido muitos casamentos. Assim, embora muitos casais tenham abdicado do rapto, este ainda se repete e, mesmo assim, é um motivo de aborrecimento para os pais da moça. Alguns deixam de abençoar a filha; não perdoam o genro e ficam sem se falar por muitos anos. Há casos em que só voltam a se comunicar quando aparecem os netos.

A experiência é algo de comum acordo entre os “noivos” e não uma imposição de uma pessoa a outra¹⁵⁸. Esse tipo de situação¹⁵⁹ fiquei conhecendo a partir de uma conversa que tratava de um acontecimento de casamento por rapto. As pessoas teciam sua opinião sobre o caso, mostrando-se insatisfeitas pelo fato de o homem, autor dessa proeza, já ter se envolvido, antes desse casamento, com outras duas mulheres, deixando uma delas com filhos.

O fato era mais grave agora, diziam, porque entre os quatros filhos do casal, essa menina-moça era a única filha e tinha apenas quinze anos de idade. As pessoas detalhavam o grau de aborrecimento a que o pai chegou e o estado de sofrimento dele. Mas esse fato também me foi relatado pelo pai da moça. Segundo ele, a filha havia sido criada pelos avôs, pois o casal tem mais três filhos. Ele deixou que os avôs a criassem porque haviam se apegado muito a ela desde que era bebê.

No período do rapto, a moça está em sua casa porque eram férias escolares. Assim, o rapto ocorreu em uma tarde. A filha, muito ardilosa, segundo seu pai, convenceu a mãe para que um de seus irmãos fosse buscar o boi (búfalo) para fazer o transporte de frutas para alimentar outros animais (porcos, galinhas, patos, e outros). Com a saída do irmão, ela, que já havia arrumado suas roupas e deixado em um lugar que facilitasse a fuga, disse à mãe que iria pegar umas laranjas, e assim conseguiu distrair a mãe. Quando o filho chegou com o animal para o transporte das frutas, sua mãe a procurou para ajudar o irmão na coleta dos frutos. Foi quando percebeu que a filha já não estava mais na casa.

O pai, ao inquirir a esposa sobre a filha, confirmou que esta tinha fugido e que a sua mulher sabia do relacionamento da filha com o rapaz que a raptou, embora não tivesse comentado o fato com ele. Então ele falou: “o pai sempre é o último a saber as coisas”, e chorou muito, mas não podia fazer mais nada, apesar de a filha ter apenas 15 anos de idade.

Esse tipo de história ainda é muito frequente. Assim, apesar de saber que as filhas fogem com seus namorados e até mesmo que muitos dos casais são formados dessa maneira, existe sempre um impacto para os pais, a não aceitação (“ritualizada”).

¹⁵⁸ Poderia contar várias histórias particulares de casais que se constituíram a partir desse fenômeno, mas vou me ater a uma história, contada para mim pelo pai da noiva durante a pesquisa de campo. Nessa história, há um dado novo que é a bolsa-família recebida pelos pais da mulher raptada.

¹⁵⁹ Esse tipo de situação foi me passado logo quando cheguei à cidade de Muaná para fazer visita em uma área de fazenda, quando procurei contatar pessoas para visitar, a fim de conhecer melhor o cotidiano das fazendas de gado.

Depois, tudo se normaliza. Esse é o caso dos pais do rapaz que raptou a moça; a união do casal foi realizada a partir de um rapto.

O pai adiantou-me que logo procurou a filha e o genro, não para abençoá-la – ainda estava muito magoado –, mas porque a família estava inscrita no programa bolsa-família e como ainda estudava não podia se afastar da escola para não perderem o benefício. Assim, ele logo fez a transferência da filha para uma escola próxima de onde ia viver com o raptor, a fim de mantê-la matriculada para não perder a bolsa.

Nessa narrativa, a honra do pai era algo que se sustentava no respeito e na consideração entre as pessoas. Assim, evitar o contato com a filha e com o genro fazia parte do código daquele pai que havia sido desonrado. Permanecer sem se comunicar, torna-se assim uma atitude para compensar essa desonra não é menos importante diante da perda que poderia ocorrer. Mas o fato de a moça estar inserida no programa bolsa família levou à aproximação imediata deste pai com sua filha, reatando as relações e se comprometendo com o destino dela, transferindo-a para a escola próxima, a fim de que continuasse na escola.

Então o sentido universal de alteridade, mais racional, começa a se sobrepor ao particular, mesmo que este particular esteja impregnado pela necessidade de continuar com o benefício da bolsa. O valor da honra é superado pela racionalidade. Vejo aqui uma permanência, no entanto impregnada de mudança na relação.

III PARTE

TRANSFORMAÇÕES E NOVAS FIGURAÇÕES NO ESPAÇO SOCIAL DOS CAMPOS NATURAIS DO MARAJO

III.1 REDEMOCRATIZAÇÃO E AVANÇO NOS CAMPOS MARAJOARAS

A retomada da democratização no país resultou na aplicação de direitos constitucionais necessários à garantia da cidadania. Esse fenômeno exigiu que práticas costumeiras perdessem sua função. No caso da sociedade marajoara, isso implicou alterações relativas à função social da terra, o que vem provocando o redimensionamento do próprio direito de propriedade e embora haja equívocos na interpretação do uso desse instrumento em alguns lugares, como nos braços de rios, igarapés e lagos que surgem no período chuvoso, momento em que os campos ficam cheios de água, alagados, a chamada “invernada”.

Busco analisar como essa nova figuração da terra nos campos naturais tem gerado processos, que penso a partir da noção de “transformação social” de Shalins (2003). Trata-se de eventos relacionados a alterações significativas que atingem à sociedade que se organizou a partir da pecuária. Considero especialmente os últimos anos, os quais têm se mostrado com aceleradas modificações em função da redemocratização do país. Destarte, vários acontecimentos têm contribuído para que o espaço social apresente outras cores, daí desenhar uma nova estrutura social.

Nesse sentido, observei no cotidiano dos campos, hoje e ontem, como diversos tipos sociais que formam a sociedade, mas que estavam à margem da dinâmica da lida com o gado, vêm ganhando espaço e provocando mudanças nessa área e na atividade até então preponderante. São eventos particulares e universais que dão conta de uma diversidade humana, que, assim como as formas de se comunicar, como em “Ô de casa”, estão em sintonia com os trabalhadores nas diferentes atividades. Um modo de vida em que as pessoas demonstram características de ser nos campos do Marajó.

No entanto, com as mudanças recentes, os tipos marajoaras do campo estão em processo de alteração, particularmente porque a lida com o gado, em muitos casos, já não se caracteriza como atividade principal. O vaqueiro, por exemplo, nesse processo de mutação pode se constituir como um extrativista ou mesmo como um pescador. Assim, a vida na fazenda vai se transformando na sua relação com o poder instituído por um modo de trabalho; a relação de compadres desenvolvida outrora vai perdendo sentido em um novo cotidiano marcado por transformações e mudanças definidas pelas políticas públicas, como a demarcação de terra, a certificação do gado e o segurodefeso.

Para compreender melhor essa nova figuração de um espaço social mais complexo, que vai para além da vida na pecuária, precisei entender como essas

particularidades ganharam força e evidenciam novas características elencadas por atividades em áreas afastadas do grande comércio, mas também pelas atividades como a lavoura, a caça, a pesca e o extrativismo (vegetal, mineral e animal), até recentemente atividades complementares de renda e de condições de auto sustentação¹⁶⁰ dos grupos sociais como de vaqueiros e demais moradores, mas que se tornam, em alguns casos, atividades principais, apesar da pecuária renitente. Também existe outra característica de trabalho ligado aos ofícios, como carpintaria, olaria, cestaria, culinária e tantos outros que dão conta de um desenho local necessário para o grupo sobreviver nesses espaços sociais.

Nesse exercício de transição e superação, os modelos antigos – os quais, no que concerne ao espaço físico e social, perduram por cerca de três séculos, se contarmos desde o surgimento das primeiras fazendas – agora estão se decompondo e dando lugar a outros personagens, nessa história local. Antigas estruturas e relações sociais passam a ser superadas para compor novos movimentos que são introduzidas nos instrumentos da vida social de hoje.

Observei que, com o declínio do espaço social estruturado nas grandes fazendas, seus ex-trabalhadores foram adquirindo pequenos lotes, principalmente com as indenizações, que geraram uma nova distribuição de terras e, em consequência, concentração de pessoas do lugar, muitas vezes, pertencentes à mesma família, o que favorece o acesso a políticas públicas e sociais.

Nas pequenas propriedades, vi uma diversificação da produção; eles criam animais, mas também realizam o extrativismo vegetal e a pesca. No período chuvoso recorrem à coleta de frutos do açaí, bacaba e outros como: cupuaçu e bacuri, por exemplo. Esses produtos passaram a compor a renda das famílias, portanto o seu sustento não vem mais apenas do trabalho com o gado.

A relação do gado com a terra permanece, mas já não acontece da mesma forma. O empregado, o morador da casa da fazenda, o morador na terra da fazenda, o pequeno proprietário com a criação de algum tipo de gado, quem tem um pequeno sítio e está na

¹⁶⁰Na Amazônia e em todo o Brasil encontramos inúmeros estudos que apresentam particularidades que tratam da diversidade da vida ligada ao trabalho, iguais ou diferentes à dos criadores de gado da Ilha de Marajó. Neste sentido, aponto exemplos: Motta-Maués (1993), que fala das mulheres em uma comunidade de pescadores, no Norte do Brasil; Santos (1978), que tratou os colonos lavradores e produtores de vinho no Sul do Brasil; Menezes (2014), que fala sobre os extrativistas da piaçaba, no Norte do Brasil, e tantos outros estudos que tratam de uma atividade de trabalho, mesmo com análise específica, e mostram que os grupos rurais – especialmente – sociabilizam-se em atividades centrais e complementares. São estas particularidades que revelam o mundo do trabalho na Antropologia Social – aqui nos estudos do meio rural – no Brasil.

relação constante com a vida das fazendas e aquele comerciante – marreteiro principalmente – que vivencia o espaço da pecuária, de alguma forma, esses grupos recebem assistência técnica de órgãos do Estado, como a EMATER e a ADEPARÁ.

Na região é forte a ação da igreja católica, havendo sempre uma capela¹⁶¹ ou uma casa de oração da igreja evangélica. Nesses espaços, há a abertura de escolas, com transporte escolar. Essas são instaladas em capelas comunitárias, particularmente quando nesse espaço não há o poder de um grande proprietário. Nesse sentido, observo que houve uma quebra na estrutura anterior, tornando mais igualitária a relação entre os compadres¹⁶².

Também vejo que houve elevação no número de transportes de grande porte e ainda de canoas, bem como no das pequenas embarcações, os chamados “rabudos”, “popopô”, fazendo circular mais mercadorias, além de barcos e navios de transporte de passageiros. Assim, os deslocamentos tornaram-se rápidos. Dependendo da cidade da Ilha em relação a Belém, capital do Estado, a viagem pode durar cerca de quatro a cinco horas, como para Muaná; duas horas a Ponta de Pedras; de duas a quatro horas para Soure e Salvaterra. Cachoeira do Arari e Santa Cruz fogem ao ritmo em função do período chuvoso ou seco. Chaves é distante, sendo mais fácil o trajeto por Macapá, capital do Amapá, através de transporte aéreo; por embarcação se gasta mais de um dia de viagem. As bicicletas também são hoje um meio de transporte muito utilizado no período da estiagem (seca), elas garantem agilidade quando se compara com o boi, com isso as pessoas vão de uma localidade a outra em poucas horas¹⁶³.

A circulação de informações é outro evento que tem provocado mudanças, como é o caso da telefonia rural, substituindo práticas das mensagens através do rádio, das fonias e das cartas. A maioria das casas possui televisão e, com isso, os moradores recebem informação diariamente e em “tempo real”, como se diz. Pode-se saber o que está acontecendo nos grandes centros urbanos do país e de outras localidades, além de haver, nos municípios, rádios com programação local que informam os acontecimentos que ocorrem ou irão ocorrer na municipalidade.

¹⁶¹ Um fato importante em relação à igreja católica é que o batizado das crianças das fazendas era feito na capital, onde morava a maioria dos proprietários, os quais se tornavam padrinhos das crianças nascidas nas fazendas. Com o surgimento das capelas comunitárias, os batizados começaram a ser conjuntos. Com padrinhos da localidade, muitas lideranças comunitárias se interessaram por batizarem seus filhos, e isso pelo que percebi gerou certo valor a esses novos padrinhos.

¹⁶² Relação de compadrio já foi tratada na primeira parte da tese.

¹⁶³ Culturalmente, não se mensura na região a distância por quilometragem. Continua-se calculando por horas.

As grandes fazendas, aquelas que se mantiveram como tal, estão também inserindo outras práticas. Mesmo que tenham permanecido com a criação de gado, tiveram que se adequar às exigências do mercado para garantir um produto de qualidade, como o padrão de higienização, a certificação, a documentação da propriedade da terra, a declaração do imposto territorial rural – ITR. Muitos estão melhorando o rebanho com a criação do gado em confinamento. Para isso, tiveram que cercar as terras e investir na melhoria da pastagem e na inserção de novos produtos de consumo do animal. Fez-se um investimento na propriedade porque o mercado se tornou mais exigente quanto ao produto, haja vista que houve uma maior concorrência de novos campos produtores, os quais foram abertos para a entrada de produtos de outras regiões do país e mesmo do próprio Estado, o que os levou a essa adequação na produção.

Nesse sentido, os dados apontam que a Ilha não é o principal polo produtor de carne e para permanecer participando no mercado tem que se renovar e melhorar seu plantel, tanto na saúde do animal quanto nos padrões sanitários, para o abastecimento de seu produto no mercado.

Assim, as transformações puderam ser identificadas por diferentes movimentos de mudanças e permanências como passo a mostrar nos itens seguintes desta terceira parte da tese.

III.2 GRANDES FAZENDAS, PARTILHA E NOVA FIGURAÇÃO DA TERRA NOS CAMPOS MARAJÓARAS

A discussão sobre a terra na Ilha de Marajó passa pelo movimento inicial de ocupação pelos europeus e pelos africanos, estes últimos trazidos para o trabalho como escravos. Portanto, para conceituar a palavra terra, levo em consideração o contexto social em que ela é desenvolvida. Segundo Antonádia Borges (2014, p.431), “terra é um conceito que se define contextualmente”. Além disso, considero a história social de longa duração para uma etnografia do presente.

A terra, desde os primórdios, tem sido demarcada por processos de concentração em grandes fazendas de gado, mas aos poucos essa figuração vai, por vários motivos, gerando novas estruturas e espaços sociais diferenciados, que vêm cambiando para pequenas propriedades de grupos menos abastados. Neste sentido, busquei entender como funciona esse processo, quais são as práticas mais frequentes de aquisição de propriedades e, principalmente, quem são os “novos”¹⁶⁴ proprietários, passando pelas terras de herança, compra e desapropriação para demarcação.

As observações *in loco*, as entrevistas que realizei nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014 e os registros de minha memória de nativa daquelas terras e de observadora interessada desse processo, há bastante tempo, me alimentaram e realimentaram com informações e recordações dos campos do Marajó. Muitos falaram da pujança da criação de gado, mas também revelaram as condições de abandono em que se encontram os lugares e as pessoas que moram na microrregião dos campos.

Em Cachoeira do Arari, contatei a primeira pessoa para entrevistar, o presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais – STR. Este tratou de mencionar como os trabalhadores estão se relacionando com o trabalho nas fazendas e a falência dessas.

O sindicato tem oitocentos sindicalizados, mas destes, é muito reduzido o número de vaqueiros sindicalizados, e agora com a migração para a colônia de pesca está bem mais reduzido. As dificuldades de se manterem nas fazendas como empregados também é resultado da decadência das fazendas. Vários são os motivos dos desmontes da produção pecuária no município. Um forte motivo é o furto de gado que tem aumentado cada vez mais. Muitos fazendeiros têm vendido suas fazendas, porque a perda é muito grande (N. dez/2012).

¹⁶⁴ É importante apontar que no caso da demarcação de terras quilombolas não são novos proprietários, mas sim a garantia de direitos que dá a eles e seus descendentes essa propriedade.

A decadência da criação de gado, na fala do presidente, tem o furto de gado como uma prática das mais prejudiciais. Mas, nela, também fica claro o esvaziamento das fazendas por parte dos trabalhadores que estão em busca de outras práticas e outras atividades de trabalho. Essa realidade faz parte de um processo de mudança social, em setores que mantiveram, por muitos anos, formas de concentração de terras e de dominação para produção.

Alguns estudos sobre o meio rural brasileiro, principalmente os que referem ao campesinato (HEREDIA, 1979; LANNA, 1995; GARCIA JR, 2001; CÂNDIDO, 2001; SIGUAD, 1979; PALMEIRA, 2009), revelam formas de dominação que se desfazem diante do processo de transformação social, como os que vêm ocorrendo na Marajó. Eles mostram novas formas de apropriação da terra, como nas propriedades de engenhos do nordeste do Brasil (L'ESTOILE, SIGAUD, 2006). Algumas dessas transformações surgem articuladas à própria ação de organização dos trabalhadores (TURATTI, 2005).

Percebe-se que essas transformações revogam determinadas práticas de acumulação capitalista, centradas na exploração e dominação de grupos humanos, seja pela falta de espaço para trabalho ou de geração de renda, levando os indivíduos a lutarem por conquista de terra, para produzir, ocupando, muitas vezes, latifúndios improdutivos, mas também a obterem a regulamentação das terras históricas dos territórios quilombolas; estes processos todos têm agenciado os grupos à nova concepção sobre a ocupação do espaço social.

Na Ilha do Marajó, a história da decadência de fazendas e a introdução de políticas como o segurodesemprego vêm causando mudanças na de relação social que ali se instalava. É o que o presidente do STR nos revela. A condição de produção pecuarista vê-se ameaçada, diante do furto que aumenta; os trabalhadores das fazendas falidas estão desertando e procurando outros meios para assegurar sua sobrevivência. Assim, a terra da fazenda é vendida, porque sua função produtiva entra em decadência.

A pesquisa em Muaná¹⁶⁵, com técnicos da ADEPARÁ, ressoa no mesmo tom e no mesmo sentido da fala do sindicalista; há um acompanhamento também em relação à propriedade da terra, haja vista ser de suma importância para esse controle a procedência do animal¹⁶⁶.

¹⁶⁵Para esta tese fiz pesquisa em Muaná, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari e Chaves.

¹⁶⁶Todo animal é identificado e isso permite saber de que propriedade ele é, e quantos animais estão registrados para uma determinada pessoa. É a partir disso que se avalia a produção referente ao tamanho

Segundo o presidente do STR de Cachoeira do Arari, as fazendas começam a diminuir em produtividade e, na medida em que perdem o rebanho, em decorrência do roubo do gado e da falta de capital dos proprietários para investirem na produção, percebe-se a decadência da pecuária na Ilha. Por isso, os fazendeiros são obrigados a dispensar trabalhador e a comercializar a terra ou mesmo abandoná-lo como espaço produtivo. Os trabalhadores, por sua vez, têm procurado alternativas de trabalho fora das fazendas ou nelas, mas com outros produtos.

Estes criadores são incentivados a sair do campo ainda devido ao clima, pois nos meses de seca/estiagem (verão amazônico) o solo das áreas de criação de gado se erode, isto é, fica muito seco/rachado; a vegetação torna-se inapropriada para consumo do gado. Nesse período, os criadores perdem muitos animais; há a necessidade de se deslocar muito com o gado à procura água; o gado fica fraco porque não tem como se alimentar e, ao se aproximar dos locais com água, como o rio Arari, atola-se e acaba morrendo.

O secretário de Agricultura do município de Cachoeira do Arari dizia: “Acho que é um costume. Acho que veio dos antigos [o costume] é não se preocupar com o investimento (...) não investir (...). Eles não investem nas fazendas. Eles querem criar, mas só [deixando] criar por conta da natureza” (Osvaldo, 60 anos).

Assim, o furto, a seca e a falta de investimento têm causado a mobilidade das pessoas do campo para a cidade e até a migração para outros lugares, como a capital do Estado. As dinâmicas sociais implicadas na estrutura local apresentam uma conjuntura de participação, de benefícios, para os marajoaras dos campos, pois mesmo se eles não se enquadrarem historicamente, como pescadores, são inseridos, em muitos casos, de forma fraudulenta para usufruto de políticas sociais, como o seguro-defeso, pois no fundo são populações que pescam para autoconsumo, trazendo um novo desenho da vida social da microrregião do Arari.

III.2.1 A partilha das fazendas por herança

Na versão apresentada pelo técnico da ADEPARÁ/Muaná existem dois direcionamentos diante da terra das grandes fazendas. Existe aquela que foi

da propriedade da terra. Por que falar disso? Porque é diante desse controle que se sabe, com o decorrer do tempo, se aquele proprietário aumentou ou diminuiu seu rebanho, principalmente, porque, quando este o comercializa ou o gado desaparece, morre ou é furtado, é preciso dar baixa nesse controle cadastral. Ocorrendo partilha de animais por herdeiros, é necessário informar a esse controle também.

desmembrada e seus herdeiros não tiveram capital para mantê-la, vendendo-a. Na maioria dessas fazendas, os herdeiros entraram em conflito e isso se tornou um dos maiores motivos para eles as comercializarem. Essas, geralmente, não se desmembraram, sendo passadas de pais para filhos e acabam falindo, “seu espólio, a herança, foram sendo divididas, elas estão acabadas, porque diminuiu a quantidade de terra e também a de gado” (N. L. F, 16/01/2013).

Durante minha pesquisa de campo, percebi que essas propriedades das antigas fazendas, em que as famílias empobreceram e as partilhas geraram conflitos, terras são vendidas para grupos de outros ramos econômicos, políticos do município, trabalhador do extrativismo do açaí, liderança das colônias de pesca, geralmente compradas por um grupo de pessoas ou indivíduos.

Esses novos proprietários têm modernizado as instalações das casas, cercando a terra, fazendo currais mais apropriados para aplicação das vacinas, além de utilizarem outros meios de transporte, como a bicicleta, no período seco e a rabeta ou *rabudo* (pequenas embarcações com motor acoplado), no período chuvoso. Mudanças que se fizeram pela necessidade de adequarem-se às condições da criação de animais, principalmente de gado. Investimentos também são feitos na qualidade da água para consumo, com a construção de poço artesiano, banheiros, antenas para celular e televisão, permitindo uma permanência mais confortável no campo.

Em torno desses núcleos familiares surgem igrejas católicas ou evangélicas, escolas gerenciadas, basicamente, pela população local, sem a determinação de um grande proprietário e instalações de poço para água potável, o que geralmente não se realizava. As terras passaram a ser locais de moradia ou uma segunda casa da família para usufruto nos finais de semana.

Essa imagem é apenas uma entre tantas outras que figuram essa realidade em um espaço social complexo. No processo de permanência e mutação, observei que muitos agentes sociais chegaram à região no período da borracha, tendo em vista que a prática de sua extração se instalou nas cabeceiras do rio Atuí, na confluência com o rio Anajá. Daí surgirem famílias que se fixaram na Ilha, no final dos anos de 1800, dando conta de um movimento intenso de atividades produtivas, estabelecendo entrepostos de comércio da borracha, socializando-se com os antigos moradores, entre eles, fazendeiros, casando

seus filhos, bem como os árabes de diferentes nacionalidades: sírios, libaneses, turcos entre outros¹⁶⁷.

Em entrevista com um membro da família Calandrini, com a maioria de seus familiares morando em Belém, foi possível obter uma compreensão de como ficou a administração das terras, após a partilha da propriedade entre os herdeiros. Diante da tradição familiar de criação de gado, a principal fonte de renda de pelo menos três gerações foi esta atividade. Entrevistei um membro da quarta geração de fazendeiros sobre a “criação de gado e o significado de ser fazendeiro no Marajó”.

Em se tratando de produção na ilha de Marajó, ela é muito artesanal e é mais uma paixão do que um investimento para gerar lucro. Muitos, como no caso da minha família, continuam produzindo por ser uma tradição de família, mais para manter um legado do que um negócio econômico, para garantir um meio de vida. Então, esta produção é mais um legado para o pequeno produtor de uma família de tradição pecuária. Também a relação [produtor e os trabalhadores] é mais consideração com as pessoas e, deles com a gente. Uma vez, um comprador de gado me orientou dizendo: “para a pessoa se sustentar da criação tem que ter 1000 cabeças no plantel que é uma média”. (Marcos Negrão).

Assim, Marcos Negrão mostra como esta área se mantém com a criação de gado de forma artesanal, porque não há investimento para melhoria do plantel; são pequenos produtores com produção muito baixa, pois não possuem capital para investir. Nem entravam nos programas governamentais que favoreceram o aumento da produção e da produtividade com um manejo mais adequado (HEREIRA; BORGES, 2008). Para ele, não é possível manter a família com a produção agropecuária no Marajó, embora ressalte que continua na produção por tradição.

No caso da relação com o trabalhador, comenta: “mais na consideração com as pessoas e deles com a gente”; enquanto antes, nesta família, até duas gerações anteriores vivia-se da economia pecuária, conseguindo investir em imóveis, por exemplo. Isso garantiu que este acessasse o nível superior (graduação). Porém a falta de investimentos comprometeu a modernização dos processos produtivos na propriedade, que poderia fortalecer o empreendimento e deixá-lo em condições de participar da concorrência de mercado, que se tornou mais exigente, inclusive, necessitando de uma nova conduta, pautada em padrões internacionais.

¹⁶⁷ Muitos com os produtos contrabandeados, mas que se instalaram na região e passaram a comercializar vários produtos.

Esse padrão tornou o pequeno proprietário da Ilha atrasado em relação aos investimentos e ao fortalecimento das fazendas. Essa é a visão da Técnica de Abastecimento da Secretaria Municipal de Cachoeira do Arari. Para ela, o município vem enfrentando situação semelhante ao município de Muaná. Esse sentimento é o mesmo do Técnico da ADEPARÁ, em Muaná.

A maioria das propriedades, em que a produção de gado era fonte da economia familiar agora está com atividades complementares para que a propriedade seja rentável. Muitos proprietários têm conseguido renda com a extração de palmito transportado por tratores de áreas mais centrais, ou seja, onde há mata, havendo um fluxo permanente da extração de palmito no período de inverno ou verão. Como acontece a manutenção do trabalhador, do vaqueiro e do morador da terra para os pequenos fazendeiros?

Os pequenos fazendeiros têm que desenvolver esse tipo de relação de cooperação com o trabalhador e eles com os fazendeiros, porque senão fica difícil de continuar com a propriedade. Mas para isso eles trocam benefícios. O proprietário deixa que esse crie alguns animais, por outro lado o trabalhador é empregado sem carteira assinada. Alguns recebem como pagamento o “rancho” (mercadorias) como parte do pagamento. Isso é bom para o trabalhador, porque ele deixa de se deslocar para comprar os produtos de que necessita (Marcos Negrão).

III. 2.2 “A modernização das grandes fazendas do Marajó”

A modernização das fazendas do Marajó, segundo dados da ADEPARÁ/Muaná, passa por mudanças nas formas de criação e comercialização do gado. Os proprietários “fazem a cria e a cria de gado; eles conseguem ter um rendimento, uma produção boa” (N. L. F, 2013). Nesse caso, percebi que muitas dessas fazendas tiveram que reduzir suas terras e o contingente de empregados. Com muitos anos de produção e muitos empregados sem registro em carteira de trabalho, foi necessário vender parte do patrimônio para indenizá-los.

Alguns fazendeiros pagaram com lotes de terra, mantendo parte da fazenda, vendendo outras partes, melhorando o plantel de animais, colocando-os em espaço confinado, pois não se pode esquecer que a criação de animais, na Ilha, dava-se de forma extensiva; poucas fazendas possuíam cercas.

Hoje, as grandes fazendas são demarcadas com cercas para impedir a saída do gado, com inovação no trato dos animais, como na dieta alimentar do rebanho, por

exemplo, a introdução do sal. Há uma série de fazendas¹⁶⁸, na Ilha, que, além da criação de gado, consorciaram a produção pecuária com o mercado do turismo, utilizando as instalações dessas fazendas, que antes era a casa de moradia do fazendeiro e sua família, nas temporadas em que permaneciam na casa sede, recebendo hóspedes eventuais.

Algumas dessas fazendas ainda utilizam animais, como cavalos e búfalos, para compor o universo de produtos ofertados ao turista, como os passeios de cavalo, de canoa para ver jacarés no horário noturno. É o caso de fazendas como a Sanjo, Nossa Senhora do Carmo e São Luís.

Familiares de trabalhadores das fazendas ou dos proprietários de fazendas em Chaves¹⁶⁹, em entrevista realizada por mim na cidade de Belém, falaram-me de como a vida que tinham na Ilha passou, se modificou quando começaram a trabalhar com familiares da Fazenda Morena Bonita. As irmãs Fernanda e Joana tiveram que migrar para a capital para trabalhar com os familiares dessa fazenda. As idas às casas dos pais ocorriam somente nas férias de janeiro quando, então, a família de fazendeiros também ia ao Marajó. A história apresentada por Fernanda e Joana, de procurar outros meios para chegar até a escola, às políticas públicas¹⁷⁰, se repete ainda nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015.

A economia da pecuária, que por cerca de três séculos era dominante no município de Cachoeira e Santa Cruz, vem se retraindo diante das condições físico-sociais, dando lugar para outras atividades econômicas, como a rizicultura, haja vista que, segundo o técnico da ADEPARA, “outra produção não vi nada, não vi agricultura e nem extrativismo tem para lá, porque não tem açaí” (N. L. F, 2013).

O município de Cachoeira do Arari, nos últimos anos, tem desenvolvido o cultivo de arroz, através de um produtor que migrou para lá. Ao lado da plantação há uma estrada que liga os municípios de Salvaterra até Cachoeira do Arari, possibilitando a escoação dos grãos.

Este técnico, em visita à área de fazendas no interior da Ilha, verificou que nos campos do Marajó não há área de recursos naturais passíveis de uma produção extrativa

¹⁶⁸ Citado no site <https://www.google.com.br/#q=fazendas+turismo+no+Maraj%C3%B3> acessado em: 20/10/2015.

¹⁶⁹ O município de Chaves está situado na parte oeste da Ilha de Marajó e nele estão contidas as ilhas Mexiana e Caviana.

¹⁷⁰ A aplicação de políticas públicas que viabilizem a produção na região, segundo o técnico da ADEPARÁ/Muaná, é precária, sendo bastante visível apesar de estar bem melhor que no passado. As estradas e iluminação existentes, no meio rural, concentram-se nos municípios de Soure, Salvaterra até Santa Cruz do Arari, quando se vai por esta área, mas apenas para as sedes municipais e alguns lugares no entorno.

vegetal¹⁷¹ em grande escala. Esse tipo de atividade ocorre em alguns municípios da microrregião, como Ponta de Pedras e Muaná, mas também nos municípios da microrregião das Ilhas, como Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Currealinho, Gurupá, Melgaço, Portel e São Sebastião da Boa Vista.

Diante disso, posso apontar que na microrregião dos Campos/Arari a prática produtiva é da pecuária com a pesca nos rios, lagos e igarapés. Nos municípios da microrregião das ilhas, o contexto é outro, a produção está concentrada no extrativismo vegetal e na pesca. São diferenciais importantes para aplicação de políticas sociais na região.

III.2.3 Conflitos de partilha nas terras no rio Atuí

Às margens do rio Atuí, em Muaná, três famílias¹⁷² moram há mais de cinquenta anos e disputam, entre si, os melhores lugares da Terra Frondosa para morar. Duas dessas famílias adquiriram suas terras por herança e pelo fato de serem os primeiros a construir uma moradia naquela terra; uma terceira, através de compra. Cora, filha de uma dessas três primeiras famílias moradoras, tinha 89 anos de idade em 2013. Ela é viúva e vive na terra devido à herança deixada por sua mãe e a sua irmã, que logo a vendeu para Cora.

Cora casou e levou seu marido para morar na Terra Frondosa, herdada por ela, mesmo que a família deste tivesse terras. Desse casamento, houve cinco filhos (quatro filhas e um filho); duas filhas morreram, mas deixaram filhos: uma deixou dez e a outra três. As outras duas filhas casadas moram nessa terra herdada por Cora e o filho mora na sede do município.

Cecília, a filha primogênita, com 60 anos de idade em 2013, é casada e mãe de dez filhos; ela mora na terra, desde que casou e construiu sua casa próxima da mãe. Sempre manteve plantação de roça e plantio de açaí nessa terra. Quando resolveu construir uma casa na terra de herança do pai, ficou por pouco tempo, porque entrou em conflito com um irmão dele, seu tio.

Os filhos de Cecília foram casando e construindo as casas na terra de herança de Cora, e aos poucos Cecília foi se apropriando de uma grande parte da terra. Não

¹⁷¹Em minha dissertação de mestrado, já referida (FERRÃO, 2006), a pesquisa de campo foi em uma área cuja principal atividade é a agricultura e o extrativismo vegetal.

¹⁷²Vou tratar aqui apenas da família que compõe o diagrama de parentesco apresentado.

satisfeita com a casa da beira do rio, Cecília construiu outra casa na área de campo, para fazer criação de gado. Assim, aumentou ainda mais seu domínio na terra em relação aos demais filhos de Cora.

Saramago, o segundo filho de Cora, na ordem de nascimento, “é um levantado do chão”¹⁷³. Desde que cresceu e se tornou adulto, passou a viver sem paradeiro certo; casou com uma vizinha, herdeira que comprou a Terra Frondosa; por ser um homem que vive sem paradeiro, logo a mulher o deixou.

Clarisse, a terceira filha de Cora, casou e construiu sua casa no terreiro de sua mãe; teve dez filhos, porém ela morreu após nascer o seu décimo filho; deixou o viúvo¹⁷⁴ com os filhos, a maioria meninas pequenas. O viúvo migrou para a cidade de Muaná, onde a filha primogênita passou a morar depois de casada. A casa foi “desmanchada”¹⁷⁵ com a ida do viúvo de Clarisse para a cidade, levando todos os filhos.

Virgínia, a quarta filha, casada e mãe de quatro filhos, após ter morado com a mãe do seu marido (sogra), saiu e voltou para construir uma casa no local da casa de Cora, sua mãe, que passou a morar com Virgínia, trazendo três netos que criava, sendo uma menina e um menino, filhos de Clarisse e um menino, filho de Eneida¹⁷⁶.

Virgínia e o marido resolveram melhorar o açcaizal nativo, fazendo limpeza; depois, plantaram açcaí e cupuaçu, como culturas permanentes. Esse fato fez com que Cecília passasse a invadir a área manejada e cultivada pela irmã Virgínia e o marido. Os filhos de Clarisse foram incentivados por Cecília a obrigarem Cora a não utilizar as plantações que foram deixadas por Clarisse e seu marido. Em um determinado dia, Cecília, seus filhos e os filhos de Clarisse invadiram a casa onde mora Cora e agrediram-na fisicamente¹⁷⁷, mas ela foi salva quando Virginia, o marido e os filhos foram chamados pelas crianças que estavam na casa.

Neste intermeio, a Gerência Regional de Patrimônio da União (GRPU) passou a demarcar as terras localizadas nas margens do rio Atuaú, bem como nas demais rios; a terra de Cora tem frente para a margem do rio, a qual foi realocada às pessoas que já tinham construção, dentre estes, todos os filhos de Cecília, que moram na terra. Por esse motivo, a técnica da União, solicitada por Cecília, exigiu que Cora saísse da terra. No

¹⁷³ Referência ao nome da obra José Saramago (2012).

¹⁷⁴ Ele morreu alguns anos depois da morte de Clarisse.

¹⁷⁵ Significa, na linguagem local desconstruída, como a casa era de madeira, provavelmente o material levado para ser usado na construção de uma nova moradia.

¹⁷⁶ Eneida morreu nova, deixando três filhos com idade entre 15 anos: um menino, que Cora cria, e duas meninas, que o pai cria

¹⁷⁷ Esse caso foi parar na polícia.

momento da pesquisa havia um processo no Fórum, com vários boletins de ocorrência, na delegacia, por parte dos responsáveis por Cora, no caso Virgínia, para que a senhora, uma anciã, com 89 anos, permanecesse na terra.

Conflitos semelhantes se instalaram na região, atingindo várias famílias. Reportagens de jornais, em Belém, trazem repetidamente casos de conflitos originados na maneira como os técnicos da GRPU chegaram à região, demarcando a terra e reconhecendo a posse para aquele que possuía uma moradia no local, cumprindo as prerrogativas de que a terra na Ilha de Marajó pertencia, originalmente, à União, por isso ninguém podia alegar que era proprietário. O resultado disso tem sido o aumento de conflitos entre as famílias, que, historicamente, eram “proprietárias”, reconfigurando e ressignificando o *status quo* ou costume da ordem que antes dizia ser a propriedade adquirida por herança.

A história desta família, de sobrenome Mau-Tempo,¹⁷⁸ mostra o procedimento derivado de códigos identificáveis por pessoas vinculadas à terra, mas que hoje em dia são substituídos por novos reordenadores do espaço social. Mais uma vez se verifica a máxima de que “a aparente mudança é permanência”, porque os de fora determinam o processo de mudança. Para “os de dentro”, por outro lado, também, os indivíduos não são pacíficos, têm sua parcela de contribuição no fato histórico, isto é, somam-se à orientação dos de fora, com o saber local, para construir uma linguagem integradora, capaz de juntar o novo conhecimento com o antigo – para o bem ou para o mal, como se diz.

III.2.4 Vacinação do gado: exigência da vigilância sanitária

A vacinação do gado contra a febre aftosa é um fato que tem mexido com as estruturas sociais na Ilha. No período de campanha, a percepção é maior, devido à grande movimentação das pessoas, para não perder o momento em que os técnicos estão com postos próximo à suas terras. A vacinação é parte importante para a certificação do animal, como vantagem tanto para o criador que organiza a documentação do animal quanto para o governo que garante a qualidade do mercado brasileiro como área livre de febre aftosa, em boa condição sanitária e sem embargo comercial.

¹⁷⁸ Copiando o sobrenome da família personagem do romance de José Saramago na obra “Levantado do Chão” (2012).

III.2.5 Título de propriedade e a garantia da terra de produção

Outra história que acompanhei e que fez parte das demarcações das terras no rio Atuí diz respeito à família de Graciliano. Ele morou a maior parte de sua vida em uma terra que era considerada como pertencendo a um fazendeiro, ocupante de um cargo de alto escalão do estado do Pará. Graciliano morreu e deixou quatro filhos, Zélia, filha primogênita, separada do marido; Rachel, casada e com a casa construída próximo à casa do pai; Florestan, empregado em uma fazenda, e Lindanor solteira¹⁷⁹, morando na casa do pai.

Lindanor, a filha mais nova, casou e passou a morar na fazenda onde seu irmão Florestan era o feitor e seu marido trabalhava como vaqueiro; Rachel depois mudou para outro rio. Zélia continuou morando na casa, até que Florestan se aposentou e trouxe a família para morar lá. A irmã saiu e foi morar na terra de herança do pai de um dos filhos dela.

Com a aposentadoria rural, Florestan voltou a morar na terra em que sua família morava. Agora, a terra tem título de posse em nome de Florestan, doada pelo fazendeiro e com certificação do GRPU. As irmãs dele mudaram de lugar: a mais velha passou a morar na terra que o filho herdou do pai; Rachel, a irmã do meio, mudou para outro rio, e Lindanor, a mais nova, mora na cidade de Muaná. Essa família não viveu conflito entre seus membros por causa da terra. A titulação em nome de Florestan foi um consenso.

A família de seu Graciliano trabalhava na lavoura e no extrativismo. As filhas, após o casamento, continuaram a atividade da lavoura, enquanto o filho, Florestan, foi para a pecuária, no entanto sempre envolvido na atividade do extrativismo. As mudanças sociais estão contidas, hoje, na vida desta família quando tem acesso à propriedade da terra e é inserida nas políticas de benefícios ao trabalhador como aposentadoria rural, seguro-defeso, bolsa-família, acompanhamento técnico nas atividades de manejo de açaí, que agora deixa de ser extrativa e passa a ser agricultável, porque o açaí passou a ser plantado.

¹⁷⁹ Depois ela casou com o irmão da cunhada.

III.2.6 Terra de Quilombo e terra da União

A Ação Civil Pública de nº 0032726-45.2013.4.01.3900, publicada no noticiário do Ministério Público Federal de 20/11/2014, determina que o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) dê andamento à regularização das terras quilombolas da Ilha de Marajó, no prazo de 24 meses, com prioridade, para àqueles processos que estejam mais atrasados, a fim de que no prazo de 48 meses sejam concluídos (Notícias do MPF em 20/11/2014).

As informações acima revelam a ocorrência de processo de demarcação de terras quilombolas na Ilha de Marajó e apontam conflitos que se instalaram na área de fazendas que passam por esse processo, porque os fazendeiros não respeitam os requerentes e lançam agrotóxicos, prejudicando as terras da vizinhança.

A terra quilombola surge como um novo processo de direito aos trabalhadores que vivem, por diversas gerações, nas áreas dos campos naturais da Ilha de Marajó sob uma nova estrutura social, a fim de garantir a permanência das pessoas remanescentes de etnias africanas, que viviam em quilombo. O contexto é de garantia de direitos em um Estado democrático. Junto à terra, há novo direcionamento para o trabalho. É o caso daquelas pessoas identificadas como pertencentes à população remanescente de quilombo em Salvaterra e que foram requeridas para demarcação:

(...) foi identificado o território quilombola (...) este perfaz uma superfície calculada em 33.714ha que engloba as comunidades de Deus Ajude, Caldeirão, Mangueira, Barro Alto, Campina/Vila União, Salvá, Paixão, Pau Furado, Providência, Bacabal, Boa Vista e Siricari. É a área requerida para titulação no município de Salvaterra, conforme processos em tramitação no Grupo Regional de Patrimônio da União – GRPU. (Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 2006).

Com a demarcação das terras de quilombo, essa região de campo natural da Ilha apresenta uma nova configuração. A área deixa de funcionar apenas como espaço de criação de gado, como se entendia, mostrando neste espaço uma diversidade de forma produtiva, principalmente quando a população volta-se para o plantio e a pesca.

Em viagem a Salvaterra fui visitar a organização da terra do quilombo Malungos, após conhecer Haroldo Jr, liderança local. Percebi que, naquele momento, a população estava recebendo financiamento para construção das casas. Havia também alguns projetos sociais para essa população, como a “bolsa família”. Esse processo mostra a organização como resultado da luta da população negra pela conquista da terra

de seus ancestrais para continuar plantando, pescando e criando seus animais, de acordo com suas tradições.

Ao encontrar com essa liderança quilombola, procurei saber se havia criação de gado bovino ou bubalino, o qual informou que lá não, mas em outro quilombo existe e muitos moradores criavam.

Ele informou que tinham acesso a programas sociais, como “Minha casa minha vida”, da Caixa Econômica Federal, bem como de geração de trabalho e de renda na agricultura.

Contatei com o Sr. Osvaldo Batista dos Santos, ex-secretário de agricultura do município de Cachoeira do Arari, que me foi apresentado por Haroldo Jr. Ambos informaram que a demarcação de terra para a população de quilombo é recente. Mesmo sendo a Ilha ocupada secularmente pela população negra, muitos viveram por várias gerações na terra de alguma fazenda de gado – no caso da microrregião dos campos naturais –, mas poucos a adquiriram para desenvolver uma atividade produtiva, como vem ocorrendo com demarcação das terras remanescentes de quilombolas.

As demarcações de terra dessas áreas têm causado muitos conflitos, a exemplo do que mostram os estudos realizados por Acevedo (2009). Segundo ela, no município de Cachoeira do Arari, os fazendeiros se fortaleceram e continuam a defender posições e projetos que são incompatíveis com a presença dos quilombolas nos rios Arari e Gurupá. Ocorrem desocupação e despejos, havendo uma ‘negociação’ desigual, que nega qualquer direito e estabelece regime de proibição e acusação de furtos. Além disso, os fazendeiros utilizam dos aparatos institucionais e policiais para provocar a saída dos quilombolas (ACEVEDO, 2009)¹⁸⁰.

Verifiquei que as terras de quilombo, as grandes fazendas que entraram em decadência e as grandes fazendas que se modernizaram passam a ser as novas formas de organização do mercado de terras na Ilha, muitas impulsionadas pelas novas leis, embora haja um processo democrático, dando espaço para modelos diferenciados de ordenamento nesse espaço social.

A redução no tamanho das propriedades, com a falência de alguns fazendeiros, a modernização de outras e a demarcação de terras quilombolas têm contribuído para as transformações sociais no mercado de terras e na estrutura social na Ilha. Realidade similar já foi referendada em estudos de Engels (2002); L’Estoile, Sigaud (2006),

¹⁸⁰ Publicado nos Anais da ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.

mostrando que vários fatores recheiam esse fenômeno com conflitos familiares e entre grupos de interesses antagônicos.

Na Ilha de Marajó, a atividade econômica, surgida no século XVII, com as fazendas de gado, entra em falência para uns e, para outros, ocorre reestruturação devido à inserção de novas formas de produção, bem como de diversificação da produção.

A pecuária, que antes concentrava grande quantidade de trabalhadores nos municípios de Cachoeira do Arari, Santa Cruz, Salvaterra e Soure, nas áreas próximas dos campos naturais, com o advento de novas atividades mais lucrativas, como a pesca artesanal, incentivada pelo benefício do seguro-defeso, de políticas federais e extrativismo vegetal, com manejo, vem cambiando os agentes sociais para esses outros ramos produtivos. Tal fenômeno mostra novas funções para o gado principalmente para o búfalo, usado no transporte de cargas, dando conta de uma produção diversificada e consorciada.

Com esses eventos, novas categorias são inseridas, o que possibilita a redução no tamanho da terra para uma única família, repercutindo na aquisição dessas propriedades por outras pessoas, reduzindo poder aquisitivo, além de gerar proprietário-morador, ao mudar a estrutura de propriedade, alterando as formas de concentração de trabalhadores para desenvolver atividades produtivas autonomamente.

Portanto as mudanças, dentro de um contexto recente, são resultados de vários eventos. A entrada de novas categorias vai alterar as relações no trabalho, com a terra e entre as pessoas, principalmente em partilha de terra, aquisição de terra por novos segmentos sociais, vislumbrados a partir da monetarização advinda do trabalho, com o extrativismo do açaí para exportação, na inserção em trabalho da esfera pública, proporcionando a atuação de instituições como as igrejas católicas e evangélicas e a organização dos grupos em processos produtivos consorciados e agenciados em políticas públicas e coletivas. Esses fenômenos dão conta de uma prática racional que muitas vezes interrompe rituais tradicionais para garantir direitos institucionalizados.

A demarcação de terras realizada pelo GRPU tem contribuído para a mudança em muitos aspectos da vida social da população nos municípios da Ilha de Marajó. Esse acontecimento atinge muitas famílias, apresentando ou provocando uma nova organização no espaço social. Muitos se sentem beneficiados porque conseguiram receber a titulação da terra onde moravam depois de muitos anos de ocupação por várias gerações, enquanto para outros é motivo de muitos conflitos.

Assim, posso dizer que a demarcação da terra, na região, é um processo contraditório, porque, por um lado, produz conflitos devido ao entendimento dos técnicos, que não consideram a história de vida das pessoas nativas; mas, por outro lado, tem garantido aos antigos moradores, que vivem por várias gerações na mesma terra, a obtenção do título de propriedade da terra em que moram e podem, nela, fazer investimento. Isso é bom? Parece que sim – porque a população consegue uma mudança social com melhorias, mesmo que ela aconteça a partir da ação do Estado, vinda ‘de cima para baixo’, como dizemos, sem um processo organizativo das pessoas, mais forte aparentemente.

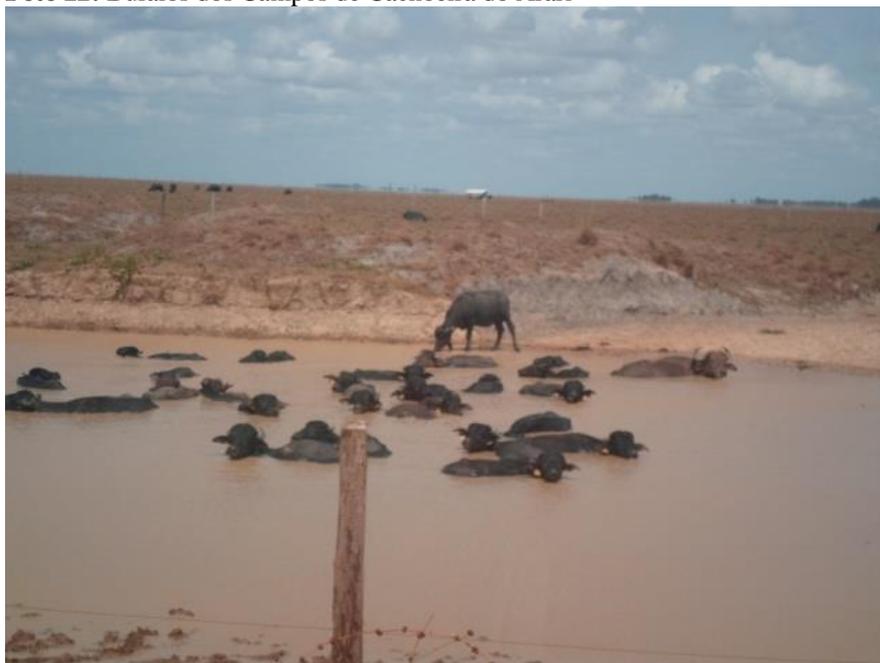
III.3 INSERÇÃO DO BÚFALO NOS CAMPOS NATURAIS MARAJOARAS: FIGURANDO O ESPAÇO SOCIAL

Após um momento fervilhante de relações na Amazônia, advindas e alimentadas pela atividade de extração da borracha, no que se refere à Ilha de Marajó, vi outro elemento de proporção muito significativa: a entrada do búfalo. O lento processo de instalação do animal na região foi corroendo, silenciosamente, o desenho da fazenda de gado bovino. Esse corroer, causado pela substituição do boi pelo búfalo, vai dar uma característica histórica diferenciada às fazendas da Ilha em relação às demais fazendas do Brasil –, pois quando se trata de criação de búfalos no país, a Ilha se tornou uma referência. Aliás, não só isso. Para alguém desconhecedor do habitat original desse animal, a Ilha é mesmo pensada como seu local de origem.

Minhas lembranças de infância na Ilha de Marajó, no final dos anos 1960 e início da década de 1970, deram o contorno para uma compreensão da realidade marajoara, construída por relações sociais, com linguagem e vivências, demarcadas e marcadas, particularmente, pela economia da pecuária. Desta forma, via a necessidade de apresentar um contexto que retorna a esse passado, principalmente, pautado em um momento crucial de abertura da sociedade brasileira ao avanço do capital e à construção de uma “modernidade forçada”¹⁸¹ na Amazônia.

Nesse período, os campos naturais do Marajó passavam por um processo lento de mudança, baseado no aparecimento ou incremento de novos produtos na pecuária, como no caso da entrada de grande quantidade de búfalos, substituindo, quase totalmente, em alguns locais, o gado bovino e, em outras áreas, abrindo novas fazendas para criação, exclusiva, de búfalos – é o que lembro. (Foto 22).

¹⁸¹ Baseado no estudo de Daniel Chaves Brito “Reforma do Estado e sustentabilidade: a questão das instituições desenvolvimentistas na Amazônia. In: Costa, Maria J. Jackson (org.). Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisas. Belém: Universidade Federal do Pará, 2001 (PP. 71-104).

Foto 22: Búfalos dos Campos de Cachoeira do Arari

Fonte: Ferrão, dez/2012.

Ao lado disso, houve a entrada de novas atividades produtivas, o extrativismo da coleta do açaí para a comercialização e, no meado da década de 1970, a extração de palmito de açaí em mata nativa¹⁸², voltado para exportação para outros estados e para fora do país (BRABO, 1979). Esse movimento socioeconômico, na segunda metade do século XX, produziu uma nova roupagem na paisagem marajoara.

A população, acostumada com o gado bovino, chamado de gado comum, que localmente era mais “dócil” e de fácil manejo, começou a criar uma espécie de imaginário fantasmagórico em relação ao manejo do búfalo, que até então era conhecido apenas em algumas fazendas. No município de Muaná, por exemplo, para as pessoas que moravam nas localidades dos campos, o búfalo era desconhecido na faixa de terra do rio Atuí e seus afluentes Tauá e São Miguel, onde está localizada, também, a terra de propriedade de minha família. Assim, no início de sua chegada às fazendas, as pessoas não dominavam as técnicas de lida desse animal, que estava presente na memória local,

¹⁸² Essa extração de palmito não se deu, no primeiro momento, concomitantemente com a coleta de frutos de açaí, haja vista, que nos finais dos anos 1960 inicia a compra de açaí por grupos de viajantes de Abaetetuba, município do Baixo Tocantins, estado do Pará, que foram em forma de regatão comercializar mercadorias na região e logo viram um comércio propício para transportar e comercializar em tal município. Segundo depoimento do Sr. Arlindo (2005), um dos pioneiros na comercialização do açaí para Abaetetuba, isso foi um achado porque as produções nativas da região dos campos marajoaras ocorrem em ciclo diferente ao da região das várzeas e isso fez se desenvolver um a rede de mercado abastecedor do produto para Baixo Tocantins na entre Safra.

por histórias contadas por caçadores sobre a existência de búfalos bravos que povoavam a área de floresta denominada de Mato Grande¹⁸³. (Foto 23).

Foto 23: Búfalos dos Campos de Muaná



Fonte: Ferrão, 2011.

A caçada de búfalo permeava minha infância e, sempre que alguém queria contar suas aventuras de enfrentar animais de grande porte e perigosos, falava de onças e de búfalos bravos que combatiam para ter êxito na sua caçada. Muitos falavam da diferença entre um boi e um búfalo, passando pelo sabor da carne e do leite, pelas proibições e advertências em relação ao consumo de um e de outro animal, além da brabeza que este último tinha e sua força bruta, capaz de destruir os pequenos arbustos e se camuflarem por entre o arvoredo. Essa memória dos búfalos bravos também está presente na obra de Acatauassú (1998) ao afirmar que a

caçada ao búfalo era realmente perigosa, pois o búfalo bravo que naquela época [por volta de 1930 e 1940] formava um rebanho de mais de 2 mil cabeças, tem o faro muito apurado e sente o caçador à distância e investe. Somente balas especiais conseguem atravessar a espessura do couro do búfalo para matá-

¹⁸³ É uma área compreendida entre os municípios de Muaná e Anajás, local onde muitos caçadores iam atrás de animais de grande porte como anta, capivara, caititu e outras espécies animais encontradas com maior fartura, naquele período. As terras se localizavam na confluência de algumas fazendas, mas eram pouco habitadas e utilizadas por muitos caçadores que se diziam experientes e grandes conhecedores das áreas de mata fechada.

lo, ou acertar o tiro entre os olhos, ponto vital na cabeça (ACATAUASSÚ, 1998, 49).

A comparação era constante e as pessoas, não sabendo nomeá-lo com precisão, chamavam-nos, por exemplo, de boi-búfalo, vaca-búfala, bezerro-búfalo e assim sucessivamente. Para classificar esse animal, que agora invadia o cotidiano de todos aqueles que estavam nas fazendas de gado, sempre se utilizava um referencial que já fazia parte de sua construção social, adquirida na história de ocupação da Ilha pelos europeus, com a criação de gado *vacum* e cavalariço.

Lévi-Strauss (1989, p. 51) ressalta “a lógica das classificações totêmicas”, e trata da existência de algo paradoxal na ideia de uma lógica, consistindo “em sobras e em pedaços, vestígios de processos psicológicos ou históricos e, como tais, desprovidos de necessidade. Contudo quem diz lógica diz instauração de relações necessárias” Portanto a introdução desse gado constituía algo novo, mas sustentado por aquilo que o grupo local possuía da experiência com o gado bovino – gado comum.

Os grupos locais, marcados pela sonoridade produzida pelo gado bovino, chamado, na linguagem local, de “Gado Comum”, passaram a inserir mais um aprendizado na sua escuta, para diferenciar a aproximação de um animal que lhes podia causar algum risco, pois, de tanto ouvir os caçadores falarem destes “animais ferozes”, todos procuravam decifrar o uirar de um búfalo para diferenciá-lo do boi.

As histórias de quando um búfalo machucava uma pessoa logo se espalhavam de fazenda em fazenda. O horário da presença dos búfalos nas estradas, onde as pessoas transitam, era informado para evitar que alguém fosse atingido por um desses animais. Assim, na medida em que havia substituição do rebanho de “gado comum” por bubalino, circular desatento pelas restingas de florestas e arvoredos era considerado como algo arriscado.

O manejo desse novo gado pelo vaqueiro era um grande requisito para trabalhar nas fazendas. Lembro que alguns rapazes, mais aventureiros, estavam sempre na espreita para serem nomeados, tornando-se grandes amansadores¹⁸⁴ de búfalo, bem como os garotos que entravam no aprendizado, logo cedo, lidando com os bezerras-búfalos.

O búfalo passou a ser utilizado nas atividades lúdicas das crianças, ou seja, nas brincadeiras onde antes os animais eram reproduzidos em miniaturas construídas em

¹⁸⁴ Nome utilizado localmente para domesticar os animais como búfalo, cavalo, boi, burro, jumento, égua, por exemplo.

madeira ou em couro, por artesãos locais ou pelas próprias crianças, no formato de bois, cavalos, burros, éguas, jumentos, agora eram construídos no formato de búfalos, dando destaque, principalmente, para os chifres desses animais. Segundo as pessoas, do local, dependendo do formato do chifre, o animal é identificado como mais bravo ou menos bravo, e é também este que diferencia as melhores espécies.

Um menino, sempre escolhia, na sua brincadeira, os animais que representavam sua futura desenvoltura como criador ou amansador, nas minifazendas elaboradas pela garotada, construídas a partir do formato de uma fazenda admirada, inventada ou igual àquela em que ele morava, no terreiro ou em um lugar que o gado não ia destruir, de pequeno ou de grande tamanho, dependendo de sua criatividade.

Essa forma lúdica de inventar a partir da reprodução daquilo que seu contexto social apresentava possibilitou a inserção de parte do aprendizado dos novos grupos de futuros conhecedores de búfalos, tanto na lida como trabalhador quanto no criador como proprietário de melhor espécie para reproduzir na fazenda.

Em nome da inserção de uma nova espécie, todo aprendizado foi estabelecido para dar conta das mudanças que, naquele momento, ocorriam nas áreas de fazendas no Marajó, envolvendo os cuidados com esse animal; as vantagens desse em relação ao boi, os mistérios que o búfalo, um animal até então desconhecido, trazia para os grupos locais. Tudo isso criou, no universo das fazendas, um vocabulário a mais a ser aprendido e mensurado, resignificando sua prática para que pudessem tê-lo como parte de sua estrutura cultural.

O uso desse animal na montaria veio primeiramente como aquele mais capacitado para suportar maior volume e maior peso; assim, a sua inserção é quase total na substituição do boi, no transporte de carga¹⁸⁵; ela foi quase automática, principalmente na condução das carroças¹⁸⁶.

Na montaria para as mulheres, o uso do búfalo foi lento. Lembro que a mãe de minha mãe, já com idade avançada (na época, eu era criança), só era transportada em bois ou cavalos, por serem esses, segundo as pessoas do lugar, animais mais domesticados e dóceis para transportar idosos, mulheres, doentes e crianças.

Logo foi vista a vantagem de transportar crianças em um búfalo, por caber um número maior delas sobre as carroças, os búfalos conduziam as bagagens e as crianças,

¹⁸⁵ Sobre a experiência brasileira de transportes de cargas na costa de animais, ver passagens em Franco (1997) Holanda (2010).

¹⁸⁶ Carros de boi, na região, é chamado de carroça.

sendo puxados por um adulto. Outro processo lento que fez parte do aprendizado foi a introdução da carne de búfalo na dieta alimentar; criou-se um grupo interdito para o consumo de carne e leite, entre eles, crianças/bebês e pessoas consideradas em convalescência de alguma doença ou de resguardo/parto, por ser considerado um alimento forte. O leite só era servido para os iniciados, por ser muito forte e gorduroso, provocando doenças intestinais, assim diziam na região. Portanto a inserção na dieta alimentar não foi um fato imediato, apesar da semelhança com a carne de boi. A evitação foi fator que durou muito tempo na cidade; lembro que as pessoas evitavam consumir leite de búfala. Minha mãe sempre trazia para nosso consumo e como presente para algum amigo. Geralmente, todos tomavam com certa ressalva.

Havia um interdito para o consumo da carne, e no mercado municipal as carnes de búfalo e boi eram reconhecidas pela cor da gordura. Os pais quando mandavam comprar carne, sempre explicavam aos filhos que a embranquecida era do búfalo e a amarelada era do boi. Assim, não poderiam comprar errado, isto é, a de búfalo.

Essa longa incursão na forma como o búfalo foi inserido no cotidiano marajoara deve-se à explicação para mostrar como as mudanças na estrutura social não ocorrem apenas na produção econômica, mas como aprendizado de todo o grupo social, adquirido através de novas categorias, construídas para lidar com a produção desse animal.

O grupo local já dominava o trato com o búfalo, aprendendo as vantagens que o gado bubalino trazia, diante da realidade de sua lida em áreas alagadas, durante seis meses do ano (de janeiro a junho). Esse animal adaptava-se facilmente ao leito dos lagos, a igarapés, a córregos e às pequenas poças d'água formadas pela ação do gado. Já o gado bovino não resiste e, quando o campo enche, pelo efeito das chuvas, os proprietários o transportam para as marombas¹⁸⁷. Nesse sentido, para o criador de gado bovino, o campo alagado é desvantajoso. No período seco, o búfalo também leva vantagem diante da fragilidade do gado bovino, que fica atolado nos covões formados após o término da chuva, os quais, na maioria das vezes, são feitos pelos próprios animais.

¹⁸⁷ É uma espécie de balsa feita com toras de madeira, que flutua e serve para colocar o gado.

Outra vantagem do búfalo ocorre por ter um volume maior de carne, além de produzir mais leite. Seu leite também trouxe vantagens para os produtores artesanais de queijos¹⁸⁸; nele há mais gordura, o que resulta em uma maior produção.

III.3.1 Búfalo e extrativismo

A entrada do búfalo significou lidar com mudanças internas de grande quilate, haja vista que o cuidado com esse animal precisou, também, de aprendizados que permitiram ao trabalhador – como em qualquer caso dessa natureza – reflexão e análise de cada ação. Desse modo, a nova lida criou outras práticas culturais. Mudou hábitos, proporcionou conhecimentos, criou um imaginário e introduziu produtos de consumo, em vários sentidos, na alimentação, na montaria, agora com um animal resistente, como o búfalo para servir em áreas inundadas, bem como a introdução de artefatos como pequenas embarcações motorizadas, o uso de bicicletas e motos que facilitam a circulação no campo e no ambiente natural com mais rapidez.

Após a histórica entrada do búfalo, outro fenômeno que proporcionou uma alteração na estrutura foi a intensificação do extrativismo, e com um produto particular em pauta, o açaí, seja pela coleta do fruto ou pela extração do palmito. Essa ação, mesmo não tendo interferência direta nas fazendas, possibilitou aos indivíduos da Ilha a circulação de suas atividades produtivas, ampliando o universo de inserção das pessoas em outro ramo de produção, isto é, com a coleta e extração de açaí e palmito para fins comerciais. Os trabalhadores que tinham como único local de atividade a fazenda passaram a ter a safra do açaí e a extração do palmito como novo ramo produtivo, e a introdução do búfalo na atividade facilitou o transporte nessa frente de trabalho.

Ainda no que se refere ao açaí, essa atividade extrativa, aparentemente localizada somente nas áreas em torno dos rios e igarapés, e com fins determinados para consumo e exportação, no período de safra ou na frente extrativa, torna as áreas onde há o processo de extração ou de coleta conhecidas de vários grupos, tanto em termos geográficos, isto é, territoriais, quanto das relações sociais. Observei que as pessoas passam a criar novos laços sociais entre grupos que atuam desse modo naquele espaço social, modificando as concepções existentes, porque novas categorias são introduzidas

¹⁸⁸ É uma iguaria, segundo dados publicados no jornal “O Liberal” de 26/05/2013, data em que o queijo ganha a certificação de produto de qualidade, regulamentado para comercialização dentro dos padrões da Secretaria Estadual de Agricultura (SAGRI). Este produto é feito artesanalmente e é uma tradição das fazendas de gado marajoara e “tem mais de 200 anos” de existência.

ou construídas localmente, sejam elas, um objeto comprado, uma estória contada, uma linguagem nova, um alimento novo.

Com a necessidade de obter animais para transportar os produtos do extrativismo, a produção pecuária, que se fazia, muitas vezes, isolada das áreas de mata, onde se tem uma atividade extrativa, passou a ser inserida nestas áreas, abrindo, assim, uma consorciação nestes dois ramos de produção na Ilha.

Alguns espaços físicos, que antes eram de mata fechada, passaram a ser desmatados e usados agora para a criação de gado, principalmente, búfalo, de modo intensivo, para servir de meio de transporte dos produtos do extrativismo – juntando, assim, as duas atividades. Outro dado é que esse modo de criação do búfalo contrasta com o modelo secular, tradicional, de criação das fazendas antigas que sempre foi a forma extensiva¹⁸⁹.

O extrativismo entra como uma prática produtiva intensiva e com uma monetarização mais presente, possibilitada aos descendentes dos trabalhadores da pecuária. Neste caso, é uma alternativa de trabalho que se desliga da antiga relação de trabalhador de uma fazenda onde a maior parte de seus antepassados trabalhava.

Esse fato aparentemente não tem nenhuma relevância, mas, trançando a estrutura de algumas famílias de trabalhadores, pode-se pensar na importância desse fenômeno para modificar as relações sociais que existiam anteriormente. Dessa forma, foi aos poucos solapando a antiga estrutura das fazendas, além de que, os experientes na prática da pecuária passaram a atuar na criação do búfalo apenas para tração.

Dessa forma, novas práticas foram inseridas na criação dos animais quando o boi foi substituído pelo búfalo, porque esse animal tem resistência para sobreviver em lugares alagadiços, portanto suporta transportar a produção do extrativismo em períodos de solo inundado, onde vêm sendo implantadas as “minifazendas” em que se realiza a criação desse animal para fins de transporte no extrativismo.

Percebi que, após a criação das fazendas e a entrada de trabalhadores escravizados, estes foram inseridos na atividade com o gado bovino. Essa região sofreu pouca alteração até o evento da produção da borracha no vale amazônico; produção essa que não esteve presente nas fazendas, mas contribuiu para a ampliação do mercado do gado regional. A exportação interna para abastecer as cidades que prosperaram nesse

¹⁸⁹Produção extensiva é aquela feita sem cercar a área de produção, isto é, sem cercar a propriedade. Ao contrário é a criação confinada, quando o gado é contido dentro da cerca, havendo apenas subcercas que separam gado de engorda, gado leiteiro etc.

período fez com que houvesse uma nova relação dos grupos locais da Ilha com os demais que chegavam para desenvolver atividades na borracha.

III.4 PESCA ARTESANAL NA BACIA AMAZÔNICA: o trabalho nos campos da Ilha de Marajó

A pesca artesanal faz parte de um dos tipos de trabalho da população que ocupa a área costeira e também as margens de rios, igarapés e furos que formam a grande Bacia Amazônica¹⁹⁰. Dentre as suas unidades federativas, o Estado do Pará é, desde 2013, o maior produtor nacional de pescado. Ele possui lugar privilegiado,

O maior litoral do Norte do Brasil, com aproximadamente 562 km de litoral marítimo, constituindo assim a mais extensa linha de costa, e abrigando a segunda maior área contínua de manguezais do país, com cerca de 389.400 ha, onde vivem em torno 48% da população do Estado. Segundo dados do IBAMA (2012), a produção pesqueira artesanal no Estado do Pará superou 670 toneladas em 2013, o que lhe conferiu o primeiro lugar da federação [na] produção de pescado.¹⁹¹

O estado do Pará possui uma das maiores áreas da bacia amazônica, com uma extensa área costeira banhada pelo oceano Atlântico. A prática da pesca para consumo é quase uma orientação “automática” da população rural, haja vista, a relação natural e necessária com o ambiente hídrico e piscoso.

A pesca é uma prática realizada pela maioria da população rural do estado e também da Ilha de Marajó; está presente na vida de muitos trabalhadores. Mesmo quando desenvolvem outras atividades extrativas, agrícolas e pecuárias – esta última é o caso do grupo estudado –, muitos deles têm a pesca artesanal como segunda atividade produtiva voltada para o abastecimento de parte significativa da alimentação familiar.

No período mais seco na microrregião dos Campos, também denominada de microrregião do Arari, a qual inclui os municípios de Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure, a população localizada na parte central, onde estão às fazendas de gado, tem acesso ao pescado dos lagos, igarapés e rios, que formam represas naturais, após o intenso período chuvoso, isto é, a chamada “invernada”.

¹⁹⁰A pesquisadora Lourdes Furtado do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), em entrevista à Revista Coletiva, de divulgação científica produzida pela Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), ressaltou, sobre a pesca artesanal do norte do Brasil, *as diferenças regionais da Amazônia, as limitações de acesso a todas as áreas pela magnitude dos ambientes. A Amazônia é uma das mais diversificadas das áreas úmidas do planeta*. Apesar de haver décadas de estudo sobre as populações pesqueiras verificou que é preciso, ainda, muita pesquisa para conhecer toda a diversidade dessa prática localmente. Disponível em: http://www.coletiva.org/site/index.php?option=com_content&view=article&id=254&Itemid=74. Acesso em: 28/09/2015.

¹⁹¹Dados encontrado no site, <http://www.vermelho.org.br/noticia/255981-85> visitado em 18/01/2016.

Os peixes sobem os rios no início do período chuvoso (final de dezembro, janeiro e fevereiro) para a desova, e lá se reproduzem, alimentando-se de frutas da vegetação local. Permanecem nos lagos formados pela cheia e, quando secam, ficam presos nos cursos d'água (lagos, igarapés e nascentes de rios com pouca água).(Foto 24)

Foto 24: Seca no lago Arari.



Fonte: Nolar, 2012.

O pescado desses cursos d'água serve para o provimento dos moradores de pequenas e grandes propriedades, como as fazendas¹⁹². No entanto observei que essa prática era vista, anteriormente, como algo que fazia parte de uma prática doméstica de abastecimento da casa, não como uma atividade produtiva, em que o trabalhador fosse identificado como tal.

Desde 1994, quando realizei a pesquisa para meu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC¹⁹³, venho acompanhando a vida social de um grupo de pessoas que participava da produção diversificada, localizada nas proximidades do rio Atua, em Muaná (PA), e tenho verificado a inserção dessas em várias atividades produtivas, como na coleta do fruto do açaí; no extrativismo da madeira e do palmito de açaí; no cultivo de plantas de uma pequena produção agrícola; no cultivo e manejo do açaí para comercialização do fruto, sempre consorciados com a captura de animais silvestres

¹⁹² A Ilha de Marajó desde o século XVII possui fazendas de gado de grande porte, inicialmente com bovinos e equinos. No final do século XIX e início do século XX, houve a entrada de bubalinos, tornando a Ilha uma das principais áreas de ocupação da espécie no Brasil.

¹⁹³ Denominado “Relação de trabalho na pecuária, em Muaná”, o qual serviu para obtenção do título de graduação em Ciências Sociais.

(paca (*Acouiti paca*), tatu (*Dasypodidae*), veado (*Cervuselaphus*), capivara (*Hydrochoerushydrochaeris*), jabuti (*Gerochelon* e carbonaria), jacaré (*Caiman crocodilus vacare*) e outros) e pescados para a dieta alimentar.

No entanto, muitos, dependendo da distância em relação ao rio, se identificavam como lavradores e/ou roceiros, e aqueles localizados nos campos se nomeavam criadores, geralmente de porcos; alguns com pequena criação de bovinos e/ou bubalinos e equinos.

Não havia uma classificação de pescadores, especialmente entre os moradores da parte mais central do rio; a pesca também nunca era uma prática voltada para o mercado. Havia apenas uma pequena comercialização no período de grande demanda de pescado, sendo este, muitas vezes, comercializado localmente.

A população do alto rio Atuí tem uma prática produtiva diferente da realidade encontrada nos municípios de Cachoeira do Arari e Santa Cruz do Arari, por exemplo. Nesses municípios há o Lago Arari, como parte central da área onde estão localizados, e, aí os moradores, tradicionalmente, vivem da venda de peixe para canoas, denominadas *geleiras*¹⁹⁴, que vêm de outras regiões exclusivamente para comprar esse pescado. Existe uma organização em vilarejos, como a vila Jenipapo onde a população vive intensamente a prática da pesca, principalmente nos meses da estiagem. (Foto 25).

Foto 25: Embarcação geleira.



Fonte: Ferrão (2012).

¹⁹⁴É uma embarcação que tem uma caixa de isopor, atualmente um freezer para armazenar pescado vindo da sede municipal ou de outro município. O comerciante geralmente tem algum produto para vender ao pescador.

No alto rio Atuí, há cerca de mais de uma década, poucos eram filiados, como trabalhadores, à colônia de pescadores¹⁹⁵, enquanto no município de Cachoeira a colônia de pescadores¹⁹⁶ já existia. No município de Santa Cruz do Arari a colônia de pescadores¹⁹⁷ tem trinta anos, sendo a vila Jenipapo a principal localidade de moradia de pescadores do Lago Arari. Os trabalhadores da vila e demais pescadores do lago entram em conflito constantemente com os proprietários das fazendas de gado, que insistem em cercar as áreas, impedindo a pesca.

A pescaria serve para o abastecimento da família, da casa onde o “pescador” trabalha como empregado na fazenda e para vender às geleiras, havendo, com isso, um segundo ganho, o qual serve tanto para compra de outros produtos do consumo doméstico quanto para garantia de renda extra para aquisição de utensílios. Para aqueles que não são empregados e moram na microrregião do Arari, como pequeno criador, proprietário de pequeno lote de terra, morador na terra de uma fazenda¹⁹⁸, a pesca é também um ganho e meio de adquirir algum bem durável.

A pesca se faz com “tarrafa, malhadeira, anzol” e até com uso de vegetação como o cipó *timbó* (*Ateleia glazioviana* Leguminosae Papilionoideae), para que os peixes fiquem entorpecidos, uma prática criminalizada que está quase desaparecida.

O senhor Livramento (60) relatou-me que “ia ao igarapé bater timbó pra pescar, depois começaram a proibir. Agora é pior, passam essas redes e levam tudo”. Aqui se faz representar um pouco das superficiais mudanças que vêm acontecendo na vida desses pescadores.

Assim, a pesca artesanal se apresenta nos Campos Naturais da Ilha de Marajó como parte do trabalho desenvolvido pela população e apresenta inserção e características diferenciadas na vida dos trabalhadores. O contexto social de cada área proporciona modos de acesso que implicam mais e/ou menos dependência. Na observação junto aos trabalhadores da pecuária, denominados genericamente por mim de vaqueiros, a participação está ligada à relação de trabalho que se realiza no local em que há a atividade de lida com o gado, podendo ser diferente para o pequeno criador e moradores dessa área.

¹⁹⁵ Colônia de Pescadores Z – 59 de Muaná, fundada em 24/08/1998.

¹⁹⁶ Colônia de Pescadores Z – 40 de Cachoeira do Arari, fundada em 12/07/1989.

¹⁹⁷ Colônia de Pescadores Z – 25 de Santa Cruz do Arari, fundada em 29/04/1985.

¹⁹⁸ A pesquisa realizada por mim teve inserção no universo dessas pessoas, com mais frequência no das que trabalham nos municípios de Cachoeira do Arari e no município de Muaná, com visitas desde 2011, para entender a inserção de algumas políticas federais no Território de Cidadania do Arari, que é uma classificação especial feita pelo governo federal para aplicação de políticas públicas.

Essa experiência de práticas culturais que se desenvolvem na região, com a utilização dos recursos naturais disponíveis, proporciona e garante sobrevivência humana por séculos.

III.4.1 Seguro-defeso ao pescador artesanal nos campos naturais da Ilha do Marajó

Em 2003, com a efetivação da Lei nº 10.789/2003 de 25/11/2003, houve a garantia de um seguro aos trabalhadores da pesca, cujo benefício gera renda no período da reprodução do pescado, durante o defeso (desova); assim, as colônias de pescadores tiveram um acréscimo no número de sócios e houve o surgimento de novas associações de pescadores. À medida que aumentava número de associados, também se elevava o número de associações.

O aumento do número de cadastrados nas associações “converteu” um grande contingente de trabalhadores rurais de várias atividades produtivas (lavrador/roceiro, extrativista e pecuarista – vaqueiro e criador) em pescadores artesanais em menos de duas décadas. Dentre as populações estão aquelas de alguns municípios da microrregião do Arari, das quais muitos deixaram as atividades de vaqueiros, criadores de gado, para se transformarem pescadores. Assim, o número de pescadores, em alguns municípios, chegou a se aproximar ao da população total de habitantes; foi o que iniciou, em 2013, o município de Salvaterra¹⁹⁹, que possuía 13 mil cadastrados como pescadores, para uma população de 20 mil habitantes.

Desde a implantação do seguro-desemprego do defeso para o pescador artesanal, ao longo de 12 anos, nos municípios dos Campos da Ilha de Marajó, houve uma universalização do acesso ao benefício para os trabalhadores dos diversos segmentos produtivos, entre eles os trabalhadores da pecuária, pois muitos destes já praticam a pesca artesanalmente, mas a pecuária sempre foi a principal atividade produtiva. No entanto, com o benefício do seguro-defeso em pequenas propriedades localizadas às margens de rios, igarapés e lagos, trabalhadores das fazendas, sem vínculo empregatício, mas considerados empregados, cadastraram-se como pescadores, bem como os pequenos criadores de porcos e de outros animais, como carneiro, cabra, cavalos, bois e búfalos.

¹⁹⁹No local, a Polícia Federal encontrou fraude envolvendo funcionários da prefeitura, que mesmo tendo emprego, recebiam o benefício. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/04/marajo-concetra-fraudes-em-seguro-defeso-no-para.html>. Acesso em: 28/09/2015.

Alguns destes trabalhadores eram filiados ao Sindicato de Trabalhadores Rurais – STR, mas, como o sindicato e a associação de pesca cobram mensalidade, muitos deixam os sindicatos por não receberem nenhum benefício financeiro (como o seguro-desemprego do defeso, apesar do STR contribuir para o acesso a outras políticas) para se vincular apenas à associação de pescadores. Essa é uma prática corriqueira, segundo os presidentes dos STRs de Muaná e Cachoeira do Arari.

O aumento do número de pescadores cadastrados para o acesso ao seguro-defeso vem sendo tratado por pesquisadores como Maia e Pereira (2010, p.07), segundo os “o debate tem se atentado para o fato de o benefício ter efeito ambíguo, por garantir a reprodução das espécies e uma renda ao pescador, mas ao mesmo tempo está causando aumento no esforço da pesca” Afirmam ainda que, “em decorrência da garantia de renda, fornecida pelo governo federal ao pescador, o número de indivíduos que se cadastra no programa está aumentando significativamente a cada ano, acarretando um inchaço nos recursos da União”, particularmente quando agregado aos pescadores já existentes; este fato pode contribuir negativamente para a sustentabilidade do recurso.

Para Maia e Pereira (2010), a “Política do Seguro Desemprego do Pescador Artesanal – SDPA garante uma compensação da renda ao pescador artesanal no período de proibição da pesca”. Isso quer dizer que todos aqueles que vivem dessa atividade devem reduzir a coleta das espécies em processo de reprodução. Assim, muitos trabalhadores dos municípios citados se cadastraram para acessar esse seguro, gerando inchaço das associações de pesca. Furtado (s/d) mostra que a luta dos trabalhadores da pesca é de muitos anos. Daí destaca-se que o fenômeno da elevação do número de pescador retrata uma conquista desses trabalhadores na esfera social local.

A política da pesca atende a uma realidade ao assegurar condições de vida para os que trabalham nessa atividade, mesmo para aqueles que pescavam para o autoconsumo.

Em 2003, verifiquei que foram cadastrados 40 mil pescadores no seguro-defeso na Ilha. Em 2008, essa cifra chegou a 57,7 mil, sendo o maior número de pessoas cadastradas do país. Em 2013, o Estado do Pará triplicou o número de pescadores, passando a 130 mil pessoas cadastradas, uma realidade até então invisível, já que o estado tem a maior produção de pescado.

O seguro-defeso faz parte de uma política que vem de fora para dentro, embora seja uma demanda do segmento da pesca organizado nas colônias de pescadores, principalmente, de áreas litorâneas e de rios caudalosos, o que não envolveria as

populações das áreas centrais da Ilha de Marajó, mas com o seguro-defeso, elas saem, aparentemente ou não, da relação de trabalho formal e de geração de mais-valia, para uma estatística de trabalhador livre.

Essa política não favorece os trabalhadores empregados, mas sim aqueles da pesca artesanal, garantindo-lhes renda no momento da reprodução das espécies. Destarte, as populações dos campos da Ilha de Marajó, historicamente, vivem em relação de dependência, trabalhando em terras de outrem, sem possuir moradia própria ou propriedade. No entanto verifiquei que esse benefício (e outras políticas como a bolsa-família e a aposentadoria rural, que conseguem migrar parte da família do meio rural) gera migração do campo para o urbano, ou seja, para pequenas cidades, ocasião que os trabalhadores adquirem uma casa própria nas periferias das cidades.

As mudanças na condição do trabalho, mesmo quando fictícias, porque alguns continuam vinculados às fazendas, trabalhando como vaqueiros e empregados domésticos ou morando nas terras de outrem, oportunizam ao pescador artesanal uma alternativa para ele e seus descendentes, filhos principalmente, ou seja, é outra atividade produtiva, mas também favorece o deslocamento destes para as cidades com o objetivo de continuarem seus estudos.

Essa política tem quebrado determinados sistemas elementares de condições de subserviência que perduravam nas fazendas, onde os filhos dos empregados eram os futuros empregados da mesma família em que seu pai, seu avô e seu bisavô trabalharam a vida inteira. Agora, a saída de seus filhos para as periferias das cidades, mesmo em condições marginais, com pouca inserção na dinâmica das cidades, pois não tem condições imediatas para inserção no trabalho, trinca a moldura das relações sociais.

Por outro lado, existem trabalhadores identificados como pescadores que, se constituem a partir da pesca artesanal, como atividade produtiva principal, os quais se encontram nos municípios da microrregião do Arari. Na área central do Arari, existe o Lago Arari, onde há uma grande concentração de pescadores, no período da seca, para a pesca.

O Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal possibilitou um valor monetário imediato, capaz de fazê-lo adquirir um bem durável, o que antes era mais difícil. Segundo o STR, diante dessa situação, em alguns municípios da Ilha, como no caso de Cachoeira do Arari (PA), os trabalhadores preferem ter a sua carteira ligada à Associação da Pesca do que vinculada ao emprego em fazenda, como vaqueiro.

Quando isso ocorre, devido aos procedimentos legais para filiação, o trabalhador tem que pedir “baixa” na carteira, assinada pelo proprietário da fazenda, e com isso, garantir o recebimento do seguro-defeso durante o período da reprodução da espécie, quando é proibida a pesca. No entanto continuam trabalhando nas fazendas, normalmente. Segundo o presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cachoeira do Arari (dez, 2012), muitos têm fechado acordos para ficarem nas fazendas, porque podem continuar trabalhando nelas sem que seja “de carteira assinada”. O presidente verifica que, para o proprietário, esse fato é favorável, visto que o trabalhador é quem solicita esse arranjo, tornando a situação bastante cômoda e por isso o fazendeiro não se opõe. Assim, percebe-se que não há pagamento de férias, décimo terceiro, salário família e outras garantias ao trabalhador das fazendas.

Essa é a face de um acontecimento recente que muda a relação nos campos naturais da ilha, por ser essa área demarcada pelo domínio das fazendas de gado, que tinha o trabalhador preso às condições da terra para garantir a moradia. Com a alteração da identidade de vaqueiro-pescador, a relação social se modifica devido, agora, a sua atividade não depender necessariamente da condição de emprego.

É importante destacar a como mutação na relação de uma atividade para outra, incentivada pela oportunidade de receber seguro-desemprego do defeso, durante o período em que a pesca é proibida, para garantir a reprodução da espécie.

III.4.2 Movimentação nos dias do recadastramento para o seguro-defeso

Nos dias de cadastramento, nas sedes municipais, há um grande número de trabalhador que procura as associações. Em Muaná, por exemplo, a Colônia de Pescadores de Muaná, Z-59, tem mais de dez associações, entre elas: Associação de Pescadores e Agroextrativistas do Município de Muaná – ASPEAGRO, Associação dos produtores Rurais e Pescadores do Furo Muaná – ASPEFUM, Associação dos trabalhadores rurais da Comunidade Frei Fabiano do Município de Muaná – ASTRAFAB. No entanto as pessoas conhecem as associações mais pelo nome ou pelo apelido do proprietário²⁰⁰. As pessoas vão para a fila no início da noite para conseguir a ficha distribuída. Algumas famílias têm todos os membros associados.

²⁰⁰ Em Muaná, quando perguntei às pessoas associadas, elas souberam dizer apenas o nome daquelas de que são sócias, como as acima citadas. Outro fato é que os presidentes são, para o povo em geral,

O benefício do seguro-desemprego desloca a população de áreas interioranas da ilha de Marajó da condição de criadores e trabalhadores da pecuária para a de pescadores, como principal atividade. Esse movimento implica mudança nas condições de trabalho, pois muitos que eram identificados por uma relação de trabalho, nas que não eram donos dos seus meios de produção, isto é, viviam em uma relação de dependência com o seguro-defeso passam à condição de trabalhadores autônomos independentes.

Os municípios da ilha de Marajó estão entre os que mais aumentaram o número de cadastrados. Por isso os noticiários vêm reportando que várias lideranças municipais têm sofrido investigação, porque, segundo reportagens nos jornais locais, eles facilitam a filiação de pessoas para receberem propinas. Por outro lado, a Portaria nº 48 – 05/11/2007, no Art. 1º, inclui os rios do Marajó como área de reposição natural de peixes na bacia amazônica. Com base nessa diretriz, foram criadas várias associações de pescadores artesanais. Para o Padre Mateus, membro do território de cidadania, na ilha de Marajó, os vaqueiros das fazendas de gado passaram a se inserir nos movimentos sociais organizados para acessar o seguro.

A aposentadoria de trabalhadores rurais na Ilha de Marajó iniciou de modo significativo, com a Lei nº 4.214/1963 (LEI ORDINÁRIA) de 02/03/1963 e, desde esse tempo, a movimentação é expressiva para se ter acesso a uma política pública, como o seguro-defeso da pesca. Apontar como esse processo se realiza na Ilha de Marajó implica dizer que há uma movimentação para o cadastramento nas associações de pescadores e não uma mobilização de trabalhadores da pesca para discutir, demandar e agir diante da política de pesca do país.

É notório ver durante os dias da assinatura de cadastro, nas sedes e nos rios dos municípios, uma intensa circulação de pessoas com suas canoas, “rabudos”, “rabetas”, “popopôs”²⁰¹, bem como embarcação lotada de passageiros, conduzindo trabalhadores para o local de cadastro. Mesmo nos portos da capital há um aumento de passageiros deslocando-se para as sedes dos municípios, a fim de fazer ou refazer a assinatura do documento necessário ao pagamento do seguro-defeso.

As embarcações são pequenas e de propriedade dos trabalhadores. Essas mesmas embarcações são utilizadas no período de inverno para as atividades de coletas de frutos

considerados donos. Assim, soube que tem a do Tatu, do Durval, da Bena, da Araci, do Arlindo, do Cameté, do Barbudo. A senhora Araci a presidente da Colônia de pesca de Muaná.

²⁰¹ Todas as categorias são dadas às embarcações usadas como meio de transporte local. Os popopôs adquiriram esta nomenclatura por causa do barulho do motor.

e transporte de um lugar para outros, substituindo a antiga canoa a remo, que hoje é pouco a utilizado como transporte; as mais utilizadas são os chamados “rabudos”. (Foto 26).

Foto 26: Casco (Canoa) Denominado Rabudo



Fonte: Ferrão, 2012.

No dia da assinatura, o município destina um local para quando um representante do Ministério do Trabalho e Emprego vem aos municípios e as associações convocam seus associados para assinarem a documentação. São salões paroquiais, centros comunitários, sedes desportivas e locais das prefeituras. Em Muaná o Camaródromo (local criado para realização do Festival do Camarão), geralmente, é o local escolhido para esse fato, que se torna um grande evento.

Nesse dia até as crianças acompanham suas mães. Há um número grande de mulheres cadastradas, que passam o dia em uma longa fila formada no entorno de um comércio momentâneo que se forma para abastecer as pessoas com alimentos, principalmente, lanches e bebidas (água, suco, refrigerante). Muitos levam sua própria refeição ou um membro da família faz a refeição e leva até o local, porque o associado não pode sair da fila, sob risco perder a vez. Há, assim, uma imensa vigília nesses momentos. (Foto 27).

Foto nº 27: Fila para cadastramento do seguro-defeso.



Fonte: Ferrão, 2015.

A maioria das famílias é a associados e recebe o benefício. A família que tem dois ou três membros recebe de seis a doze salários mínimos (dependendo da portaria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA). Esse dinheiro serve para a construção das casas de muitas famílias na sede municipal, além da compra do “rabudo”, “rabeta” ou “popopô”, antena parabólica, dentre outros equipamentos e serviços, para a melhoria da propriedade.

O cadastramento e o registro nas associações de pescadores para receber o seguro-defeso, nos meses de reprodução do pescado, movimentam e alteram o cotidiano das pessoas nos municípios da Ilha. Os pescadores organizam-se com a documentação necessária e nesse momento as filas se estendem da noite ao dia.

Com o benefício do seguro-defeso do pescador “desempregado”, a pesca artesanal passa a ser mais significativa²⁰². Sabe-se que, historicamente, a ilha tem um envolvimento com a atividade pesqueira e com grupos de trabalhadores alocados em alguns pontos, de todos os municípios da ilha, mas na Microrregião dos Campos, o Lago Arari, em Santa Cruz do Arari, é o principal local de pesca. outros pontos são as comunidades de Pesqueiro e Cajúuna, em Soure; Praia da Mangabeira, em Ponta de Pedras; Joanes em Salvaterra; Praia do Mandii em Muaná e as ilhas Caviana e Mexiana, em Chaves que vivem de atividades pesqueiras.

²⁰² Como apontam meus dados de campo e o mergulho na literatura concernente.

Nas áreas de concentração das fazendas também existia a pesca para exportação, seja para abastecimento das casas dos fazendeiros nas cidades, como em Belém e nas sedes dos municípios da ilha, ou para comercializar em troca de outros gêneros alimentícios. Essa condição não causava tanta mudança, porque estava contida na forma de existência dos grupos na ilha, haja vista que, mesmo exportando, isso era em menor quantidade, para o próprio benefício do grupo envolvido localmente, isto é, habitante daquela localidade.

O que quero ressaltar é o impacto de novos elementos introduzidos, como é o caso da política de seguro-desemprego do defeso da pesca, com a liberação de áreas para se transformarem naquelas ditas “de uso comum”, o que tem ocasionado a presença “autorizada” de outros grupos extracomunidade local, que têm entrado e extraído o pescado, deixando a população local sem uma reserva de peixe para enfrentar o cíclico período de seca.

Em conversa com pessoas que moram nessas áreas, ditas “de uso comum”, ouvi recorrentes relatos sobre situações em que os “de fora” vêm entrando para coletar o pescado para fins comerciais e acabam capturando outros animais, como capivara, jacaré, jabuti²⁰³, segundo eles, também com a mesma finalidade de comercialização.

A ocorrência de captura de animais é mais frequente no período da cheia, quando o campo fica alagado e há facilidade de entrada, via fluvial, com pequenas embarcações denominadas localmente de “rabudos” até os campos alagados, quando os peixes sobem o rio para desovar no período da “piracema”. Outro momento é no início da seca, quando o peixe baixa o rio.

Outro fato importante que aparece nas falas das pessoas, tanto no município de Cachoeira do Arari quanto em Muaná, tradicionais municípios da Ilha, é sobre o furto de gado. Segundo elas, nos últimos anos tem se intensificado essa prática nos campos do Marajó, realizada por quadrilhas que “se aperfeiçoam” nesse ‘negócio’ e também recebem apoio de alguns moradores. Os praticantes costumam utilizar bois (búfalos mansos para montaria e para carregar peso ou puxar carroças) para “arrastar” o gado furtado.

Com a exigência pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ), da certificação dos animais, através do cadastro no órgão fiscalizador, e com a vacinação do gado contra a febre aftosa, o processo de comercialização dos

²⁰³ A captura desses animais silvestres é proibida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA).

animais vivos, para o abate, começa a ser dificultado, porque o proprietário precisa dar baixa do animal no cadastro, cada vez que abate um animal para seu consumo ou comercializar.

Na compreensão local, a prática da comercialização ilegal tem diminuído, porque tanto para o vendedor quanto para a pessoa que compra a transação é prejudicial. Ambos estão passíveis de multas e ficam sem poder tirar o Guia de Trânsito Animal (GTA), pois pagam, no mínimo, R\$ 60,00 (sessenta reais), em 2013²⁰⁴. Isso implica perdas para quem quer possuir animais para criar. No setor de administração da ADEPARÁ, o bom criador é aquele que certifica seu rebanho, cumpre com a agenda de vacinação de seu animal e segue um padrão de higienização do gado.

204

Consultado no site:
http://www.ibama.gov.br/phocadownload/fauna_silvestre_2/legislacao_fauna/2015_ibama_in_07_2015_a_utorizacao_uso_fauna_empresendimentos.pdf, em 12/03/2016.

III.5 VAQUEIRO QUER SER PESCADOR

Desde a viagem de pesquisa, em 2012, ao município de Cachoeira do Arari, quando conversei com o presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais – STR, percebi que suas informações mostravam as mudanças nas condições de trabalho e nas relações sociais devido à decadência das fazendas, sendo um dos problemas mencionados o aumento do furto de gado, que fez os pequenos fazendeiros e criadores mais afetados migrarem para as cidades ou mesmo para outros ramos de produção.

A migração para as cidades da microrregião do Marajó apresentada em estudo de Marin e Rodriguês (2013) mostra que o bairro do Choque, em Cachoeira do Arari, é formado por pescadores e pescadoras que migraram basicamente de várias fazendas. Também identifiquei idas e vindas das fazendas e muitos deles praticavam a pesca. A Colônia de Pescadores e pescadoras de Cachoeira do Arari, a Z-40, é formada por indivíduos que são do grupo de trabalhadores que vieram de áreas rurais. A concentração em um bairro da sede municipal revela uma relação de trabalho destes com o meio rural.

Nesse período pude perceber que os criadores perdem muitos animais, devido aos constantes deslocamentos do gado à procura de água. A fraqueza dos animais nessa época é visível, porque estes não têm como se alimentar, assim, ao se aproximarem dos locais de água, como o rio Arari, atolam-se e morrem no rio. Outro fenômeno (sempre presente) é o clima, que nos meses de seca (verão) deixa as áreas de criação de gado com o solo inapropriado para a vegetação de consumo. (Foto 28).

Foto 28: Animal morto às margens do rio Arari.



Fonte: Ferrão, 2012.

Na imprensa local são recorrentes as reportagens que apontam a população da Ilha de Marajó dentre os grupos atingidos pelo seguro-defeso da pesca e o maior número de beneficiados por esta política, no estado do Pará. Segundo o presidente do STR de Cachoeira do Arari, entre a população que busca o benefício estão os vaqueiros.

Quanto aos trabalhadores, tanto os “vaqueiros” quanto aqueles considerados “moradores” têm saído da condição de trabalhadores rurais, vinculados à outra atividade, para se filiarem nas associações de pesca como pescador artesanal. Nesse sentido, muitos abandonam os trabalhos com a carteira, assinada, para se cadastrarem nas associações de pescadores. Por esse motivo, há um aumento no número de pessoas que alteraram sua identidade de trabalhador da lida do gado para a condição de pescador (de ambos os sexos).

Polícia Federal desmascara máfia do defeso. Polícia Federal flagrou 500 falsos pescadores que recebiam o Seguro-defeso dentro do esquema. A Polícia Federal começou a desmontar um esquema criminoso que atuava no interior do Pará em municípios que foram inseridos no programa “Seguro Defeso”, do Governo Federal, para beneficiar pescadores durante o período de proibição da pesca no Pará. Pelas denúncias apresentadas ao Ministério Público Federal, o esquema criminoso vinha atuando no Estado desde 2003, quando estavam registrados em todo Pará cerca de 40 mil pescadores. A partir de então começou o que foi denominado de “pororoca do defeso” e das licenças de pesca provisórias, atingindo hoje a cifra de 130 mil pescadores em todo o Pará. Os municípios alvos da quadrilha são Ponta de Pedras, Moju, Limoeiro do Ajuru, Breu Branco, Tucuruí, Abaetetuba, Igarapé Miri, Chaves, Muaná, Cameté e Mocajuba, sendo

que o município de **Muaná, na Ilha do Marajó**²⁰⁵, tem o maior número de irregularidades já descoberto (DIÁRIO DO PARÁ)²⁰⁶.

A reportagem deste jornal, da capital do Estado, mostra que se acirrou o cadastramento e, ao mesmo tempo, existe a retirada de pessoas do cadastro de associações. Apesar dessa polêmica, emergente no cadastramento de pessoas com o pretense ganho indevido, o seguro-defeso, juntamente com outras bolsas, como o programa bolsa-família, o auxílio maternidade e a bolsa verde para mulheres continuam favorecendo a população local na melhoria da renda.

Para algumas famílias com ganhos inexatos, sem ganho monetário, era difícil possuir bens duráveis, porque o que ganhavam durante o ano era basicamente para garantir a alimentação. Depois do ganho com o seguro-defeso, principalmente, tornou-se viável a aquisição de alguns bens duráveis. Esse é o exemplo da família de João Ubaldo.

João Ubaldo tem 58 anos de idade, viúvo, teve três filhas do casamento. É sindicalizado no STR, mas procurou a associação de pesca e se cadastrou há quatro anos e em todos esses anos tem recebido o seguro-defeso. Não trabalha agora com a pesca, mas na juventude pescou para ajudar a família no sustento da casa. Continuou no sindicato porque está próximo da idade de se aposentar como trabalhador rural. Ele mora com duas filhas: ambas têm dois filhos e recebem bolsa-família. A filha mais nova também é cadastrada no seguro-defeso.

O recurso financeiro de João Ubaldo e o da filha serviram para ele reformar sua casa, que estava para “cair”. De ano em ano, ele acrescenta uma parte da casa. Ele conta que já construiu um quarto para cada filha, comprou um aparelho televisor, móveis de quarto e cozinha. Diz que sem essa ajuda financeira não era possível investir na melhoria de seu imóvel.

Guimarães, aquele meu amigo vaqueiro – acima referido – que se tornou criador, também recebe bolsa-família, porque tem uma filha de 15 anos que é estudante. É membro da associação de pescadores e recebe seguro-defeso, sendo pescador nos períodos da seca, quando o peixe baixa o rio. Eles, então, armam tapagem²⁰⁷ para prender os peixes. Guimarães pesca com tarrafa, “malhadeira”²⁰⁸ e

²⁰⁵ Grifo de minha autoria para destacar a região da ilha de Marajó.

²⁰⁶ Polícia Federal desmascara máfia do defeso. Jornal: “O diário do Pará”. Belém do Pará. Disponível em: <http://www.diariodopara.com.br/impresao.php?idnot=99874>. Acesso em 16/06/2015.

²⁰⁷ Termo usado no local para denominar a represa para prender o peixe.

²⁰⁸ Espécie de rede que apreende o peixe.

caniço. Consegue uma boa produção vendendo o excedente. Guimarães é sindicalizado e ainda terá alguns anos de trabalho para obter a aposentadoria rural.

Os três fenômenos que relatei, a certificação do gado, a demarcação da terra e o seguro-defeso da pesca, me fizeram compreender que há mudanças sociais no Marajó, as quais estão carregadas por “permanências”, principalmente quando se trata da certificação do gado, pois isso resulta de interesses do mercado externo, na medida em que o Estado brasileiro, para responder às exigências de vigilância sanitária, passa a cumprir regras e normas sanitárias, vacinando o gado, cadastrando os produtores e os animais, para ter o controle da produção local. Mas esse fato altera a relação entre os pequenos produtores, os quais passam a ressignificar a ação no local, produzindo nova configuração da pecuária na ilha, embora mantendo algumas práticas que caracterizam a histórica relação entre vaqueiros e compadres.

Nesse sentido, o seguro-defeso mostra-se como uma alternativa, isto é, um salário temporário que os trabalhadores rurais podem acessar. Com esse recurso eles têm investido em melhorias da habitação, possibilitando a compra de algum bem durável, como os eletrodomésticos que dificilmente eles teriam condições de adquirir sem esse recurso.

Assim, observa-se que, mesmo diante de todos os noticiários sobre fraudes no cadastramento de pessoas para o seguro-defeso e para a aposentadoria rural, vaqueiros e outros trabalhadores dos Campos vêm saindo das antigas relações de trabalho e se estabelecendo na cidade sede dos municípios, comprando sua casa e ‘inchando’ a “periferia” para disponibilizar aos filhos a possibilidade de estudar.

Nesse sentido, vejo a necessidade de refletir sobre a aplicação dos recursos destinados a esse grupo social. Mesmo sabendo que muitos não são pescadores²⁰⁹, aponto uma compreensão alcançada pelos dados de campo de que eles são, na maioria, pessoas que moram na área rural e são credenciadas pelos presidentes das associações para ganharem os referidos benefícios.

Os contingentes de trabalhadores associados podem não executar a prática da pesca para comercializar e, por isso, muitos, na região, ainda não admitiram que a pesca é uma atividade concomitante às demais práticas que sustentam a reprodução social local; sempre pescam para abastecimento doméstico – parece ser esse o caso.

²⁰⁹Essa observação é importante mencionar.

Então, entrar na associação é importante para participar de uma atividade tradicional e, em consequência, usufruir dos benefícios decorrentes dessa prática.

A entrada destes trabalhadores na associação de pesca revela duas situações: a prática da pesca é algo que envolve todos os moradores da área rural da microrregião dos Campos do Marajó, e possibilita a saída de grupos, pois ao obter o benefício do seguro-defeso o trabalhador busca alternativas diferentes de vida à sua futura geração. Por essa razão é que se diz que o vaqueiro quer ser pescador.

ESPAÇO SOCIAL ENTRE PERMANÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO: considerações finais

A tese sobre a relação entre vaqueiros e compadres nos Campos Naturais do Marajó foi construída com intuito de entender o espaço social implicado pela relação entre natureza e cultura em processo de transformação, observando figurações metamorfoseadas no longo curso histórico, que passa e ultrapassa eventos diferenciados de ocupação da Ilha, enquanto cosmo pensado a partir de um planejamento estratégico para fixar a civilização europeia no Novo Mundo, o qual transbordou e gerou uma sociedade particular.

Neste espaço, o colonizador utilizou, inicialmente, a religião católica como instrumento adequado para capturar as populações ameríndias, por meio da evangelização, obtendo com isso a redução destes às estruturas de aldeias, forjando assim uma força de trabalho para desenvolver as atividades do estado colonial. Nessa figuração, mobilizaram elementos particulares e universais na transição de uma cultura eminentemente tribal, para implantar formas de vida demarcadas por condições socioeconômicas e culturais ditadas por regras de contratos de subordinação e inferiorização racial, elementos de constituição de uma sociedade além-mares.

Assim, meus argumentos traçaram um fio condutor que empreendeu uma compreensão da vida nos campos do Marajó, a partir da atividade econômica primeira da criação de gado, o qual gerou a construção dos artefatos e uma subjetividade implicada por processos de transformação da natureza em produtos e de destituição das populações ameríndias em sua configuração coletiva.

A produção pecuária, conforme esses argumentos, passa por mudança ou decadência, alterando a vida cotidiana, isto é, a falência ou mesmo o esfacelamento das grandes propriedades por partilha foi gerada em meio a novos eventos econômico-sociais. Diferentes agentes entram em jogo nesse movimento, principalmente, fazendeiros, vaqueiros, feitores e outros trabalhadores e demais moradores²¹⁰. Isso significa dizer que essas instituições sociais estão em constante mutação, gerando, assim, processos de desintegração dos eventos fundadores da realidade social das grandes fazendas de gado e de permanência de elementos do antigo sistema.

Sob a estrutura dessa sociedade em mudança surge o novo e com isso novos processos de sociabilidade, os quais passam por novas figurações e decomposição,

²¹⁰Definição veja em Franco (1974).

criando e recriando novos mecanismos de estruturação das sociedades locais (SORJ; MARTUCCELLI, 2008), embora mantendo uma teia de relações que permanecem implicadas em processos de trocas simbólicas entre os diferentes agentes sociais em interação.

Nesta trajetória, foi se constituindo uma classificação de agentes sociais de diferentes tipos nas terras das fazendas, cuja variância possibilitou modos de vida característicos de uma sociedade peculiarmente experimentada no universo dos campos naturais do Marajó. Um ambiente natural que projetou diversos agentes sociais nas relações da lida com o gado. Descrevi determinados tipos específicos para mostrar uma diversidade de ações e práticas figuradas na relação entre homem e natureza maturados na especificidade da microrregião dos Campos do Arari.

Assim, cada homem e cada mulher estão embebidos nos acontecimentos históricos da Ilha, o que enfatizei a partir de minha própria experiência, por meio da memória de um passado e um presente revivificado no envolver de transformações mediatizadas por narrativas sobre o universo local. Por essa razão, escolhi o vaqueiro como figura genérica desse mundo particular em mutação.

A fazenda e os fazendeiros tornaram-se o lugar de análise com seus respectivos agentes, os quais constituíram uma unidade díspar, que dinamizou e dinamiza a relação entre feitor, vaqueiro e compadres estabelecida com base no controle de uma reciprocidade hierárquica, forma de dependência despótica, em que as demais figuras, para além do vaqueiro-feitor, isto é, pequeno comerciante e sitiante, eram envolvidas no cotidiano expresso no meio ambiente natural e social, instituindo modos de vida e de trabalho hegemônicos pelas fazendas de gado nos campos naturais marajoaras.

As mudanças evidenciam, como mostrado nos depoimentos citados ao longo da tese, que os direitos de propriedade²¹¹ das grandes fazendas foram se corroendo e, com isso, novas formas de relação com a terra e a propriedade são figuradas, em consequência de uma nova sociedade local em figuração.

Observei eventos como a venda de terras de grandes fazendas para grupos externos e internos, principalmente, porque alguns fazendeiros se descapitalizaram;

²¹¹O direito à terra por ser morador está garantido no que se denomina de Usucapião. O Usucapião rural especial introduzido na Constituição Federal de 1934, e o direito de tornar-se proprietário de um bem rural devido seu usufruto por um determinado tempo, como uma espécie de dono. Para isso é preciso alguns pré-requisitos promulgados na lei, como a área da terra não passar de 50 hectares, ter produtividade por meio de seu trabalho ou família, além de residir no local por pelo menos cinco anos. Esse direito também se encontra na Lei 6.969, de dezembro de 1981, que dispõe sobre a aquisição por Usucapião Especial de Imóveis Rurais, Altera a Redação do §2º do art. 589 do Código Civil e dá outras providências (Presidência da República Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos).

também vi uma retomada de atividades extrativistas como a coleta do açaí e a extração de palmito, além de outras atividades produtivas ou de serviços que geraram renda suficiente para que seus agentes pudessem comprar pequenas fazendas. Assim, seus proprietários galgam outros patamares na vida social da região e figuram novo espaço social.

Neste sentido, argumento que a tese contextualiza processos de transformação e permanência na imanência das relações cotidianas que operam mudanças aceleradas com a decadência das grandes fazendas de gado partilhadas por herança, por inserção do búfalo, do extrativismo vegetal madeireiro e não madeireiro, mas também por políticas públicas de demarcação de terra, de direitos trabalhistas, de certificação do gado para controle sanitário (exigência de controle da criação em sua propriedade) e do seguro-defeso, como efeito da democratização. Desse modo, as grandes propriedades vão se esvaziando daqueles antigos fazendeiros-compadres e de seus vaqueiros trabalhadores e, com eles, a penca de afilhados.

Identifiquei inúmeros arranjos sociais que contribuíram para novas figurações sociais e históricas, como o evento da democratização e do acesso às políticas públicas, verificadas mediante ações e programas (bolsa-família, benefício de prestação continuada, aposentaria rural, luz para todos etc.), gerando novas oportunidades de inclusão socioeconômica e cultural nos campos naturais da ilha de Marajó.

Argumento que nesse processo de desintegração de uma sociabilidade integrada às fazendas, em que a participação e as demandas dos cidadãos tornam-se essenciais, vê-se que o acesso às políticas públicas favorece a universalização, não pela formulação de demandas para sanar problemas locais, embora isso acabe acontecendo, pois no período do defeso as pessoas ficam amparadas, uma vez que há a compensação na falta do pescado, mas pela universalização de direitos sociais. Observei, com base no pensamento de Polanyi (2012), que os interesses de uma dada classe podem ser responsáveis pelo processo de transformação de uma sociedade.

Nesse sentido, verifiquei o redimensionamento social e econômico da região, pois no tempo dos compadres o regime de criação de gado ocorria em campo aberto devido à criação extensiva. Agora há a necessidade de controle da produção para o acompanhamento do órgão fiscalizador. Com isso, há o confinamento do gado, implicando também o cadastramento de todos os animais e a aplicação das vacinas necessárias à saúde do rebanho, seguindo critérios da vigilância sanitária para comercialização.

Percebi que os principais agentes sociais dessas transformações, embora com baixa participação nas atividades coletivas, têm acessado políticas sociais implementadas pelos governos em seus diferentes entes federados, não para construir propostas de direitos comuns, mas para serem atendidos por demandas reivindicadas historicamente por outros coletivos, na medida em que os governos, por obrigação constitucional, universalizam suas ações. Daí eles se inserirem como grupos sociais que, em princípio, não eram o público originário dessas políticas.

Vi isso em relação à política do seguro-defeso do pescador, que foi uma luta dos trabalhadores da pesca, mas sua conquista levou à universalização, inclusive, da atividade da pesca, que anteriormente era considerada em sua maioria como atividade de autoconsumo. Esse direito possibilita a proliferação de associações de pescadores, com casos de associação de praticamente toda a população adulta local de determinada municipalidade do Marajó²¹².

No caso da Ilha de Marajó, observei também que o processo de demarcação de terras gerou conflitos²¹³, por um lado, tornando-se pauta de análise jurídica, tendo em vista que grande parte das terras da ilha era de direito da União²¹⁴ que repassou para a gestão das municipalidades²¹⁵, mas por outro lado beneficiou muitas pessoas que viviam, por várias gerações, como os remanescentes de quilombo. Isso criou problemas de interpretação, particularmente por atingir antigos proprietários imponderados. Mas há situações em que os herdeiros venderam suas terras; há outros que utilizaram parte destas para indenizarem seus antigos moradores. Assim, vi casos em que a produção extensiva misturava gado de patrões e vaqueiros, estes últimos recém-proprietários, mas isso é cada vez menos frequente devido ao controle da vigilância sanitária. No entanto, essa criação conjunta depende da negociação entre as partes, proprietário e morador, as quais são desigualmente colocadas em face da hierarquia diferenciada de negociação.

Assim, percebi uma supervalorização da dominação dos fazendeiros em relação aos demais grupos locais, de modo consciente ou não. Criou-se uma estrutura de relações subordinadas, ou seja, um sistema imposto, na quase certeza de que o

²¹²A exemplo, o município de Salvaterra.

²¹³Após a Emenda Constitucional (EC) 46, publicada em 06/05/2005, da Constituição de 1988.

²¹⁴Isso por lei as faixa de terra às margens de rios são de propriedade da União. Com a EC 46 houve um redimensionamento a qual levou à exclusão da gestão da União, as ilhas costeiras das municipalidades, tornando-as de responsabilidade de regulamentação fundiária dos ditos municípios, o que ocorreu também com ilhas de São Luiz, no Maranhão.

²¹⁵Esse é o caso da ilha de Marajó que possui sede de vários municípios no total de 14 municípios.

dominado estava inteiramente contido nos princípios historicamente construídos por práticas de inferiorização.

Nesses eventos de saída ou mesmo de permanência, o sistema foi aos poucos se corroendo, haja vista que filhos de fazendeiros tiveram outros interesses para além da lida nas fazendas e, do lado contrário, os filhos dos trabalhadores passaram ao aperfeiçoamento do conhecimento pautado na região.

Desta forma, apesar de um sistema social semifechado, os elementos novos entraram na relação de trocas simbólicas de dons e contradons hierarquizados, fermentando germes que produziram novas categorias sociais e linguísticas, que adentraram essa estrutura, tanto pelo lado do dominador quanto pelo lado do dominado, haja vista que a vida de ambos é dinâmica e, nesse sentido, ocorrem e ocorreram mudanças e transformações.

Dito isso, retorno a Sahlins (2007) quando penso que os agentes sociais²¹⁶ envolvidos nessas tramas do tecido social das diferentes figurações analisadas contribuíram para “puir” os fios de redes entrelaçadas, por laços de parentescos reais e fictícios, de aproximação e distanciamentos, na medida em que cada indivíduo aos poucos ressignificou suas práticas sociais em meio às estruturas de poder e de trabalho.

No mundo inteiro houve categorias e fatos que tinham os mesmos princípios ideológicos, mas, apesar disso, vê-se que na Ilha do Marajó os entrelaçamentos entre os grupos nativos e os ocupantes reproduziram uma mesma fibra, com texturas e cores diferenciadas por posição de classe, grupos, etnia que em seus olhares diferenciados sob relações de dominação, resistência, suor e lágrimas possibilitaram a estruturação de um espaço social nos campos naturais.

Por isso, procurei garimpar as partículas desses movimentos históricos de figuração e refiguração em particularidades que se coadunam por traços socioculturais de outras sociedades reconstituídos no ambiente natural, sob um plano que vai do particular ao universal, mediatizados por agenciamentos díspares mas presos a um todo desigual.

Para finalizar os argumentos desta tese, afirmo que nos processos de transformações ocorridos na longa história de duração da sociedade marajoara figuram dinâmicas particulares na diversidade dos seus agentes, a partir de uma unidade

²¹⁶ Na pesquisa, além do que minha memória de ‘nativa’ registra, esses eventos acabaram acumulando um caldo de cultura que vem abalando, em alguns momentos de forma mais lenta e outros de forma mais acelerada, a região.

contraditória, com traços de distinção e reciprocidade que coexistem de modo a operar sentidos mútuos de aproximação e distanciamento, em que os diferentes agentes sociais projetam novas relações que me permitem inferir traços de permanência nos campos naturais do Marajó.

Assim, os sistemas baseados na relação de compadrio que se apoiaram, desde o início, em uma reciprocidade hierárquica, passaram a ser interpelados por um sistema de abertura democrática que vem corroendo essa antiga relação ao introduzir novas categorias voltadas à garantia de um estado de direito, ainda que permeado por relações sociais em um espaço social onde oscilam variações entre esses dois sistemas em que vibram acordos mútuos, reciprocidade, novos valores e novas práticas sociais.

REFERÊNCIAS

ACATAUASSÚ, Dita. **Marajó minha vida**. Belém: CEJUP, 1998.

ACEVEDO, Rosa. Quilombolas na Ilha de Marajó: território e organização política. In: GODOI, Emília de; MENEZES, Marilda de; MARIN, Rosa A. (org.) **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades**, v. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 209-228.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. B. de; SPRANDEL, Márcia Anita. **Palafitas do Jenipapo na ilha de Marajó: a construção da terra, o uso comum das águas e o conflito**. Novos Cadernos NAEA, v.9 nº 1, p.25-76, jun. 2006.

ALMEIDA, Rita H. de. **O Diretório dos Índios. Um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII**. Brasília: UNB, 1997.

ANTONAZ, Diana. **A dor e o sentido da vida. Um estudo de caso: a “nova doença” das telefonistas do Rio de Janeiro (1980/1990)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

_____. **Na escola dos Grandes Projetos; a formação do trabalho industrial na Amazônia**. Rio de Janeiro: PPGAS-MN-UFRJ, 1995

ARANTES NETO, A. A. **A Sagrada Família: uma análise estrutural do compadrio**. Cadernos do IFCH, UNICAP nº 5, 1975.

ARAUJO, Sonia da Silva. **Cultura e Escolas-de-fazenda na ilha de Marajó: um estudo com base em Raymond Williams**. São Paulo, Feusp, 2002.

AVELLANEDA, Mercedes. **Guaraníes, criollos y jesuitas:luchas de poder em las Revoluciones Comuneras Del Paraguaiy Siglos XVII y XVIII**. Asunción: Academia Paraguaya de la Historia y Tempo de Historia,2014.

AZEVEDO, João Lúcio d'. **Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização**. Belém: SECULT, 1999.

BARBOSA, Maria José de S. **A Cabanagem entre a liberdade do mercado e o mercado da liberdade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. (tese de doutorado).

BARBOSA, Tienne Milena. F. **Dinâmica dos sistemas de produção familiares da Ilha de Marajó: o caso do município de Cachoeira do Arari**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2005 (Dissertação).

BETHELL, Leslie (1984).**História da America Latina Colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012 (2vl).

BORGES, Antonádia. Terra. In: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio Alves (Org.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014.

BOULHOSA, Marinete da Silva. **Entre a sela e o santo: um estudo sobre a identidade do vaqueiro marajoara**. Belém: PPGCS/UFPA, 2007.

OURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

_____. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: brasiliense, 2004.

_____. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996.

BRABO, M. J. C. **Palmiteiros de Muaná - estudo sobre o processo de produção no beneficiamento do Açazeiro**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1979a.

_____. **Os roceiros de Muaná**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1979b.

BRASIL. INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 7, de 30 de abril de 2015
Consultado _____ no _____ site:
http://www.ibama.gov.br/phocadownload/fauna_silvestre_2/legislacao_fauna/2015_ibama_in_07_2015_autorizacao_uso_fauna_empresendimentos.pdf, em 12/03/2016.

_____. Lei Federal nº 12.870 de 2013. **Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de vaqueiro**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2013.

_____. Lei Federal nº 5.197 de 1967. **Dispõe sobre a proteção à fauna**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1967.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: Senado, 1988.

BRAUDEL, Fernand. **Identidade da França: o espaço e história**: São Paulo: Globo, 1989 (v.1)

_____. **Identidade da França: os homens e as coisas**: São Paulo: Globo, 1989 (v.2 e 3).

BRITO, Daniel Chaves. Reforma do Estado e Sustentabilidade: a questão das instituições desenvolvimentistas da Amazônia. In: COSTA, Maria J. Jackson (org.). **Sociologia na Amazônia: debates e experiências de pesquisa**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2001 (p.71-103)

BLIXEN, Karen. **A fazenda africana**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

BROW, Dee. **Enterrem meu coração na curva de um rio. A dramática história dos índios norte-americanos**. Porto Alegre, 2011

CANCELA, Cristina Donza. **Famílias de elite: transformação da riqueza e alianças matrimoniais**. Belém 1870-1920. Topoi, v. 10, n. 18, jan.-jun. 2009, p. 24-38.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo Editora MUNESP, 2000.

CARDOSO, Luís Fernando Cardoso. **A Constituição Local: direito e território na Comunidade Bairro Alto, Ilha do Marajó-PA**. Florianópolis: UFSC, 2008. (tese)

CARVALHO, Alan; SILVA, Ronaldo. Abre caminha. In: CARVALHO, Alan; SILVA, Ronaldo. **Folia de Belém**. Belém: Instituto Arraial do Pavulagem, 2015.

_____. Folia do Arari. In: CARVALHO, Alan; SILVA, Ronaldo. **Folia de Belém**. Belém: Instituto Arraial do Pavulagem, 2015.

CELINA, Lindanor. **Menina que vem de Itaiara**. Belém: CEJUP/SECULT, 1997.

CORALINA, Cora. **Estórias da casa velha da ponte**. São Paulo: Global, 2014.

_____. **Melhores poemas/ Cora Coralina**; seleção e apresentação Darcy França Denófrío. São Paulo: Global, 2008.

CORRÊA, Mariza. **As Ilusões da Liberdade**. A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil. 2a ed. Bragança Paulista, Editora da Universidade São Francisco, 2001 (1982).

COSTA, M. J.(org.). **Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa**. Belém: UFPA, 2001. pp.197-216.

CRUZ, M. E. **Marajó, essa imensidão de Ilha**. São Paulo: M. C. M. CRUZ, 1989.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ELIAS, Norbert **A peregrinação de Watteau à ilha do amor: seguido de seleção de textos sobre Watteau/Norbert Elias**; tradução do alemão, Antonio Carlos Santos; seleção e tradução dos textos franceses, André Telles; Apresentação à edição brasileira, Hermann Korte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **A sociedade da corte**. Rio de Janeiro: Jorge ZaharEd., 2001.

_____;SCOTSON, John. Os estabelecidos e outosides: socióloga das relações de poder a partir de uma comunidade.Rio de Janeiro: Zhar, 2000.

_____. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994 – 2v.

ENGELS, Frederick. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 2002.

EVANS-PRITCHARD. Edward Evan. **Os Nuer**. São Paulo: Editora Perspectiva ([1940] 1978).

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2008.

FERRÃO, Euzalina da Silva. . **Desenvolvimento sustentável, organização e reorganização de trabalhadores rurais do alto rio Atuí na Ilha de Marajó: exame de uma experiência**. Belém: PPGCS/UFGA, 2006 (dissertação).

_____. **“Ribeirinhos do Alto Atuí: na roça ou no extrativismo uma forma de sobrevivência”**. In: X Congresso Mundial de Sociologia Rural e XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia Rural. Rio de Janeiro: Mundo Virtual, 2000. (CD-ROM).

_____. **Relações de trabalho na pecuária, em Muaná**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Belém: UFGA/CFCH, 1994.

FRANCO, M. S. de C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Ática, 1974.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 2001.

FURTADO, L. (org.). **Amazônia: desenvolvimento, sociabilidade e qualidade de vida**. Belém: UFGA/NUMA, 1997. p.102-133.

_____; SILVEIRA, Isolda M. Populações e uso de recursos aquáticos. Consultado no site <http://www.ufpa.br/projetomegam/anais/Grupo03.pdf> em 12/07/2015

GALLO, G. **Marajó; a ditadura das águas**. Belém: editoração “O Nosso Museu”. Santa Cruz Arari Pará, 1981.

GALVÃO, E. **Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1976.

GARCIA JR, Afrânio; PALMEIRA, Moacir. Rastros de casas-grandes no mundo rural brasileiro. In: SACHS, Ignacy et. all. (org.). **Brasil: um século de transformação**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GEERTZ, Clifford. **Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GENNEP, A.V. Os ritos de passagens. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975.

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos. Mocambos, quilombolas e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII E ao XIX)**. São Paulo: Editora UNESP/Pólis, 2005.

HEBETTE, J. (org). **No mar, nos rios e na fronteira – faces do campesinato no Pará**. Belém: UFPA, 2002.

HECKO, Leandro. **Algumas perspectivas do Cavaleiro Medieval na obra de Georges Duby**¹. Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.3, nº6 jan-jun, 2014. (p.113-120).

HEREDIA, B. **A morada da vida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HERREIRA, José Antônio; OLIVEIRA, Regis Borges. A evanescência do meio rural brasileiro: uma crítica ao reducionismo. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL - AMAZÔNIA E FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO NAEA** - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - 35 ANOS. Belém: NAEA, 2008. Site consultado: <http://www.naea.ufpa.br/siteNaea35/anais/html/geraCapa/FINAL/GT4-390-1366-20081125235613.pdf>, em 12/08/2014.

HOBBSAWM, Eric J. **Mundo do trabalho**. Rio Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Vale do Paraíba: velhas fazendas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

_____. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, O. **A era da globalização**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1999.

INSTITUTO DE BÚFALO DO BRASIL. site consultado http://www.bufalo.com.br/info_criador/historico_bufalos.pdf, data 04/09/2013

JURANDIR, D. **Chove nos campos de Cachoeira**. Belém: Cejup/Secult, 1997.

_____. **Três casas e um rio**. Belém: CEJUP, 1994.

_____. **Marajó**. Belém: CEJUP, 1992.

_____. **Os habitantes**. São Cristóvão: Artenova, 1976.

LANNA, Marcos P. D. **A dívida divina: troca e patronagem no Nordeste Brasileiro**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

LATIFÚNDIO domina Cachoeira do Arari: A divisão das terras da região marajoara e a incompetência das autoridades condenaram os cachoeirenses à semi-escravidão. Belém: **Jornal Popular**, mar/1994.

LEITE LOPES, J. S. **O trabalho visto pela antropologia social**. Revista ciências do trabalho, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 65-84, 2015.

_____. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LEITÃO, Wilma (org) **Ver o peso.** Estudos antropológicos no mercado de Belém. Belém: NAEA, 2010.

L'ESTOILE, Benoît; SIGUAD, Lígia. **Ocupações de terra e transformações sociais.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. **O pensamento Selvagem.** Campinas: Papirus, 1989.

LIMA, Eli de Fátima **Napoleão e. Estudos, Sociedade e Agricultura,** 7,UFRRJ/CPDA, dezembro 1996: 59-89.

LIMA, Zeneida. **O mundo místico dos caruanas da ilha de Marajó.** 6ª ed ver. atualidade. Belém: CEJUP, 2002.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia: estado, homem, natureza.** Belém: CEJUP, 1992. (Coleção Amazônia nº 1).

_____. **A miséria da ascensão social: capitalismo e pequena produção na Amazônia.** São Paulo: Marco Zero, 1987.

MAIA, Maria Bernadete, PEREIRA, Henrique dos Santos. **A inclusão do pescador nas políticas públicas de seguridade social do trabalhador rural.** 2010.

MAGALHÃES, Deborah Lima. A construção histórica do termo caboclo: sobre estrutura e representações sociais no meio rural Amazônico. **Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 2** - dezembro 1999.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa. **Lamento e Dor.** Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Belém: UFPA, 2007 (tese).

MAIA , Maria Bernadete, PEREIRA, Henrique dos Santos. **A inclusão do pescador nas políticas públicas de seguridade social do trabalhador rural.** 2010 Site consultado: <http://sbsnorte2010.ufpa.br/site/anais/ARQUIVOS/GT7-238-125-20100831132133.pdf>, em 12/08/2015.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia.** São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MANESCHY, M. C. **Uma presença discreta na pesca.** In: D'INCAO, M. A; SILVEIRA, I. M. da (orgs). **A Amazônia e a crise da modernidade.** Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1993. p.227-239.

MARAJÓ, José Coelho da Gama Abreu, Barão de. **As regiões amazônicas: estudos chorográficos dos Estados do Gram Pará e Amazonas**. Belém: SECULT, 1992 (Lendo o Pará; 12).

MARRONI, Paula Carolina T. & OLIVEIRA, Terezinha. **A simbologia das armas do cavaleiro medieval presente no Livro da Ordem de Cavalaria, de Raimundo Lúlio: a retomada saudosista da importância de enfatizar valores cristãos**. VI Congresso Internacional de História, 2013. ISSN 41754446. Disponível em: http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/423_trabalho.pdf

MAUÉS, Raymundo Heraldo. Religião e medicina popular na Amazônia: a etnografia de um romance. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, ano 11, volume 18(2): 153-182 (2007).

_____. **A ilha encantada: medicina e xamanismo numa comunidade de pescadores**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1990.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. São Paulo: EDU/EDUSP, 1974.

_____. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MEGGERS, Betty, J. **Amazônia: a ilusão de um paraíso**. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1987.

MELO, Odimar Carlos. **A comunidade e a construção do lugar na ilha do Cotijuba (PA)**. Belém: PPGEU/UFPA, 2008. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/83.pdf>. Acesso em 13/01/2016.

MENEZES, Elieyd Sousa de. **Os “piaçabeiros” no médio rio Negro: identidade étnica e conflitos territoriais**. Brasília, Paralelo 15, 2014.

MINTZ, Sidney W. **O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados**. 2ª ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

MIRANDA NETO. **Marajó: desafio da Amazônia: aspectos da reação a modelo exógeno de desenvolvimento**. Belém: CEJUP, 1993; EDUFPA, 2005.

MONTEIRO, Benedito. **O minossauero**. Belém: CEJUP/SECULT, 1997.

MOTA, M. M. M. **Nas fronteiras do poder: conflitos e direitos à terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/ Arquivo Público do Estado, 1998.

MOTA-MAUÉS, M. A. **Trabalhadeiras & Camaradas: relação de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica**. Belém, UFPA, 1993.

_____. “Na ‘casa da mãe’ / na ‘casa do pai. Anotações (de uma antropóloga e avó) em torno da ‘circulação’ de crianças”. *Revista de Antropologia* 47: 428-452, 2004.

_____. “Uma vez ‘cria’, sempre ‘cria’ (?). Adoção, gênero e geração na Amazônia”. Anais do 13º Ciso – Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste (CD-Rom). Maceió/AL, 2007.

MOURA, M. M. **Os deserdados da terra**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1988.

_____. **Os herdeiros da terra. Parentesco e heranças numa área rural**. São Paulo: Hucitec, 1978

NUNES LEAL, V. **Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1975.

NUNES PEREIRA. **A ilha de Marajó: estudo econômico-social**. Rio de Janeiro, 1953 (Série Estudos Brasileiros nº 8).

O’ GORMAN, Edmundo. **A invenção da América**. São Paulo: UNESP. 1992.

OLIVEIRA, R. & ALMEIDA, R. **Característica do uso e manejo do açaí por populações do Alto rio Atua – Marajó/Pará**. VI Workshop ECOLAB: Belém: MPEG, anais, 2002.

PACHECO, Agenor Sarraf. **Enelcorazón de laAmazonia: identidades, saberes e religiosidades no regime das águas marajoaras**. São Paulo, PUC, 2009.

____. **À Margem dos “Marajós”: cotidiano, memórias e imagens da “cidade-Floresta” – Melgaço-PA**. Belém: Paka-Tatu, 2006.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional. In: CLIFFORD, Andrew Welch...[ET AL.]. **Camponeses brasileiros; leitura e interpretações clássicas**. São Paulo: editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009 (v.1)

PANTOJA, Vanda. **Santos e Espírito Santo, ou católicos e evangélicos na Amazônia Marajoara**. Belém: PPGCS/UFP, 2011. (tese)

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA SÉRIE: **Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos** FASCÍCULO 7 Quilombolas da Ilha de Marajó Belém, janeiro de 2006.

REGO, J. F. do. **Amazônia - do Extrativismo ao Neoextrativismo**. Ciências Hoje, Rio de Janeiro, vol.25,Nº 147, março de 1999.

ROOSEVELT, Anna C. A historialmenoir of archaecologicalreeseach in Brazil (1981-2007).Belém: Bol.MEG, v.4, n.1, jan-abr,2009, p.161.

ROSENBLANT, Sultana Levy. **Barracão**. 2ª ed. s/c: Editora Leitura, s/a.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre troca mercantil e reciprocidade**. Rio de Janeiro, Garamond, 2009, p400.

SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil: 1888-1891**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SAHLINS, Marshall. **Cultura na prática**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

_____. **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003a.

_____. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2003b.

_____. **Sociedades Tribais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983

SALLES, Vicente. **O negro na formação da sociedade paraense**. Belém: Paca-Tatu, 2004.

SANTOS, José Vicente T. dos. **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SARAMAGO, José (1979). **Levantado do chão**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012

SAYAD, A. O retorno: elemento construtivo da condição do imigrante. In: **Travessia revista do migrante**, publicação do CEM, nº especial, ano XIII, jan. 2000.

_____. Uma pobreza ‘exótica’: a imigração argelina na França. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** 17, out., 1991. Disponível em: <File://D:/textos/rbcs1707.htm>. Acessado em: 26/06/03.

SCHOPENHAUER, Arthur (1851+). **A arte de escrever**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

SIGUAD, Ligia. **Os clandestinos e os direitos**: estudos sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SILVA JUNIOR, Aluísio Fernandes da. Reflexões sobre as primeiras organizações patronais rurais no estado do Pará. **Revista Ideas**, v. 3, n. 1, p. 94-114, jan/jun. 2009.

SILVA, Fabrício Herbeth Teixeira da. *Revista Estudos Amazônicos* • vol. VI, nº 1 (2011), pp. 203-243.

SOARES, Eliane Cristina Lopes. **“Família, compadrio e relações de poder no Marajó (séculos XVIII e XIX)”**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2010 (tese).

SORJ, Bernardo; MARTUCELLI, Danilo. **O desafio latino-americano**. Coesão social e democracia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SOUZA, I. **O cacaulista** (cenas da vida do Amazonas). Belém: EDUFPA, 2004 – (Coleção Amazônia).

_____. **O coronel sangrado** (cenas da vida do Amazonas). Belém: EDUFPA, 2003 –(Coleção Amazônia).

THOMAS, Keith (1983). **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TOCANTINS, Leandro. **Adolescência, a vigília dos olhos**: novela existencial. Belém: CEJUP, 1993.

TURATTI, M.C.M. **Os filhos da lona preta – identidade e cotidiano em acompanhamento do MST**. São Paulo, Alameda, 2005.

VERISSIMO, Erico. **Olhai os lírios do campo**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1999.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos**; tradução de Clotilde da Silva Costa. - 3. ed. - Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

WALLERSTEIN, I. **O moderno sistema mundial: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo européia no século XVI**. Porto: Afrontamentos, 1979.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamento da sociologia compreensiva. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Editora da Universidade de Brasília, 2000, 2009 (2v).

WEINSTEIN, B. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1910**. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**; tradução Paulo Henriques Britto. — São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WOLF, E. **Antropologia e poder**. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Unicamp, 2003.

_____. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

WOORTMAN, E. **Herdeiros, parentes e compadres. Colonos do Sul e sitiantes do Nordeste**. São Paulo-Brasília: Hucitec/Edunb, 1995.